



MESTRADO CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

**IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPESINAS DE EDUCAÇÃO
BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, AGRESTE DE PERNAMBUCO,
NORDESTE DO BRASIL: Um estudo frente à Política Pública Nacional**

JOELMA SANTANA REIS DA SILVA

ASUNCIÓN, PARAGUAY

Julio, 2024



MESTRADO CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPESINAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, AGRESTE DE PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL: Um estudo frente à Política Pública Nacional

JOELMA SANTANA REIS DA SILVA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidad Del Sol - PY, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Dayvison Bandeira de Moura

Asunción, Paraguay

Julio 2024

S586p Silva, Joelma Santana Reis da
Impactos do Fechamento de Escolas Campesinas de
Educação Básica do Município de Passira, Agreste de
Pernambuco, Nordeste do Brasil: Um estudo frente à Política
Pública Nacional / Joelma Santana Reis da Silva –
Assunção, 2024.

238 f.

Orientação: Dayvison Bandeira de Moura
Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação)
Universidade Del Sol, Asuncion - PY, 2024.

1. Políticas Públicas - Fechamento. 2. Homem campesino
- Valorização. 3. Comunidade escolar. I. Moura, Dayvison
Bandeira de. II. Título.

CDD 305.235



**IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPESINAS DE
EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, AGRESTE
DE PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL: Um estudo frente à
Política Pública Nacional**

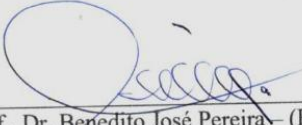
JOELMA SANTANA REIS DA SILVA

Aprovado com o grau: 5 (cinco) 95

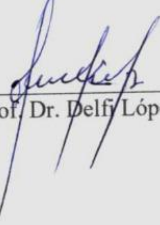
Asunción, 23 de julio de 2024.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Universidad Del Sol PY, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Benedito José Pereira - (Presidente da Banca)


Profa. Dra. Catalina Concepción Luque Flores - Segunda componente da Banca


Prof. Dr. Delfi López Rolón - Terceiro componente da Banca




M.Sc. Blas Javier Botela Acuña
Secretario General

Dedico

A Deus primeiramente que me concedeu a dádiva da vida, saúde, coragem e discernimento para conquistar o infinito.

Aos meus pais que por tudo que hoje sou.

À minha família, amigos, colegas e professores que apoiaram e contribuíram para o sucesso deste trabalho.

Aos educadores que são comprometidos em transmitir o conhecimento recíproco aos seus discentes.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem a colaboração de várias pessoas. Por esse motivo, agradeço:

A meu Deus, que tudo pode, por sempre iluminar meus passos e ações.

A minha Virgem Maria, por interceder junto a Jesus pela minha vitória.

Aos meus pais (Joaquim Vicente dos Reis e Lindalva Santana dos Reis) que mediante o trabalho agrícola, não se limitaram, e sempre contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional, incentivando na conquista do curso e, em tantos outros momentos.

A meu esposo (Edilson Barbosa Reis da Silva) pela parceria, contribuição e compreensão incondicional, no desenvolvimento da pesquisa.

A toda minha família, (minha rede de apoio e porto seguro) pela paciência e colaboração, tendo muitas vezes que me ausentar de momentos únicos.

De modo especial, a minha irmã e parceira a professora Dra. Rita Santana dos Reis, que nessa pesquisa figura como balizadora do Instrumento de Pesquisa e, dos Gráficos de Análise dos dados de pesquisa. Por tudo, gratidão.

A meu orientador, professor Dr. Dayvison Bandeira de Moura, pelo direcionamento, sugestões e ideias valiosas que foram de grande importância para a construção exitosa da dissertação.

Aos participantes da pesquisa, que contribuíram efetivamente na construção desta pesquisa, colaborando no direcionamento das minhas reflexões.

A gestão municipal (campo de pesquisa) pela autorização e colaboração no fornecimento dos dados pesquisados.

Às coordenadoras e aos coordenadores dos cursos promovidos pelo CIA/UNADES, em Asunción/Paraguay.

A meus amigos e parceiros que colaboram na construção deste estudo. E, finalmente a todos que sempre torceram pelo meu sucesso, tornando possível a concretude de um sonho em realidade através da educação.

“Nossas dúvidas são traidoras e nos fazem perder o que, com frequência, poderíamos ganhar, por simples medo de arriscar”.

William Shakespeare

RESUMO

Figura como objetivo geral para essa pesquisa: “identificar o impacto do fechamento de escolas atreladas à Política Nacional, pertinente à Educação do Campo, no âmbito da Educação Básica, do município de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil.” O compromisso do executivo federal diz respeito a combater o êxodo rural e atribuir viabilidade a reparação aos trabalhadores, frente às violações históricas à sua subjetividade. E esse ponto de vista, respaldou a opção pelo tipo de pesquisa eleito: o descritivo; de natureza básica; subordinado à abordagem quantitativa - Marconi e Lakatos (2003; 2017). Realizou-se pesquisa de campo, com foco em entrevista; o instrumento empregado foi o questionário estruturado. Em relação ao lócus de pesquisa correspondeu ao município de Passira, já mencionado. Quanto à amostra, gestores e professores de escolas filiadas à Educação do Campo, radicadas nesse município, compreenderam a amostra, constituída por (9), nove participantes: gestores e professores, voluntariamente, sob registro em TCLE, com base na Resolução Nº 466/12 e 510/2016. No tocante ao marco temporal da pesquisa, correspondeu julho a dezembro de (2023), configurando corte transversal. Há que ser dimensionado, em complementação à investigação, a análise documental (Gil, 2008), foi adotada, os documentos Atas da instituição Movimento Sem Terra: MST (fontes primárias), cuja atuação radica-se em Passira-PE. A escolha dos documentos se deu frente à legitimidade no mapeamento de escolas do campo - fechadas - no município, entre os anos 2008 a 2021. Essa instituição está comprometida com a defesa de direitos sociais da classe trabalhadora, face às singularidades manifestas, comum ao trabalho campestino, no Brasil. Por essa razão, o levantamento de dados nos documentos utilizados, ligam-se ao tema - Educação do Campo. No âmbito da análise dos dados, a apresentação considerou os objetivos específicos. Quanto ao instrumento de pesquisa – questionário estruturado com (13) questões. A apresentação foi feita por meio de gráficos e quadros balizados, validando esse processo, o que permitiu determinar polos de análise. Assim, foram dimensionados aspectos convergentes, correspondentes e discrepantes, haja vista as questões norteadoras definidas para essa investigação. O aspecto dissertativo/argumentativo se deu em diálogo com o Marco Teórico. Por fim, no campo dos resultados: foi constatado o baixo índice de estudantes matriculados, em escolas do campo, como sendo condição para o “nucleamento” de escolas e, ainda, turmas multisseriadas. Panorama marcado por antagonismos, em decorrência dos processos analíticos adotados, que foi ampliado por correlações subjacentes aos documentos, submetidos à análise documental, que reflete a realidade vivida em escolas campestinas fechadas e mantidas. Com efeito a carência de investimentos, no/do município, figura um lugar de tensão com a Política Pública Nacional, voltada ao Programa de Educação do Campo, direcionado à Educação Básica, haja vista a realidade de Passira, Agreste de PE. e o compromisso do Estado brasileiro para educação nacional.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Fechamento das Escolas do Campo. Valorização do homem campestino. Comunidade Escolar.

RESUMEN

El objetivo general de esta investigación es: “identificar el impacto del cierre de escuelas vinculada a la Política Nacional, pertinente a la Educación Rural, en el ámbito de la Educación Básica, en el municipio de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste de Brasil”. El compromiso del ejecutivo federal pasa por combatir el éxodo rural y viabilizar las reparaciones a los trabajadores, dadas las violaciones históricas de su subjetividad. Y este punto de apoyó la opción por el tipo de investigación elegido descriptiva; de naturaleza básica; subordinado al enfoque cuantitativo – Marconi y Lakatos (2003; 2017). Se realizó una investigación de campo, centrándose en entrevistas; el instrumento utilizado fue el cuestionario estructurado. En relación al locus de investigación, correspondió al municipio de Passira, ya mencionado. En cuanto a la muestra, directivos y docentes de colegios afiliados a Educación Rural, con sede en este municipio, conformaron la muestra, compuesta por (9), nueve participantes: directivos y docentes, de forma voluntaria, registrado en TCLE, con base en la Resolución Nº 466/12 y 510 2016. En cuanto al marco temporal de la investigación, correspondió de julio a diciembre (2023), configurándose un corte transversal. Es necesario escalar, además de la investigación, el análisis documental (Gil, 2008), se adoptaron los documentos Actas de la institución Movimento Sem Terra: MST (fuentes primarias), cuyas operaciones tienen su sede en Passira-PE. La elección de los documentos se basó en la legitimidad en el mapeo de las escuelas rurales - cerradas - en el municipio, entre los años 2008 y 2021. Esta institución se compromete a defender los derechos sociales de la clase trabajadora, dadas las singularidades manifiestas, comunes al trabajo campesino, en Brasil. Por esta razón, la recolección de datos en los documentos utilizados está vinculada al tema - Educación Rural. Dentro del alcance del análisis de datos, la presentación consideró los objetivos específicos. En cuanto al instrumento de investigación - cuestionario estructurado con (13) preguntas. La presentación se realizó mediante gráficos y tablas marcadas, validando este proceso, lo que permitió determinar polos de análisis. Así, se dimensionaron aspectos convergentes, correspondientes y discrepantes, dadas las preguntas orientadoras definidas para esta investigación. El aspecto disertante/argumentativo se desarrolló en diálogo con el Marco Teórico. Finalmente, en el ámbito de los resultados: la baja tasa de alumnos matriculados en las escuelas rurales se encontró como una condición para la "nucleación" de las escuelas y, también, de las clases multigrado. Panorama marcado por antagonismos, resultado de los procesos analíticos adoptados, que se fue ampliando por las correlaciones subyacentes a los documentos, sometidos a un análisis documental, que refleja la realidad vivida en las escuelas campesinas cerradas y mantenidas. En efecto, la falta de inversión, en/desde el municipio, representa un lugar de tensión con la Política Pública Nacional, enfocada al Programa de Educación Rural, orientado a la Educación Básica, dada la realidad de Passira, Agreste de PE. y el compromiso del Estado brasileño con la educación nacional.

Palabras clave: Políticas Públicas. Cierre de Escuelas Rurales. Valorización del campesino. Comunidad escolar.

ABSTRACT

The main objective of this research is to "identify the impact of the closure of schools linked to the National Policy on Rural Education within the Basic Education framework in the municipality of Passira, Agreste region of Pernambuco, Northeast Brazil." The federal executive's commitment focuses on combating rural depopulation and enabling reparations for rural workers in response to historical violations of their subjectivity. This perspective informed the choice of research method: descriptive in nature, of a basic type, and employing a quantitative approach as supported by Marconi and Lakatos (2003; 2017). Field research was conducted, centered on interviews, with a structured questionnaire used as the primary instrument. The research locus corresponded to the municipality of Passira, as previously mentioned. The sample consisted of managers and teachers from schools affiliated with Rural Education within the municipality, totaling nine participants, who volunteered and provided consent in compliance with TCLE (Informed Consent Form) guidelines, based on Resolutions No. 466/12 and 510/2016. The temporal framework for the research spanned from July to December 2023, configured as a cross-sectional study. Complementary to this investigation, a document analysis (Gil, 2008) was also conducted, utilizing records from the Movement of Landless Workers (MST)-primary sources rooted in Passira-PE. Document selection was based on the legitimacy of mapping rural schools that had been closed within the municipality from 2008 to 2021. This institution is committed to defending the social rights of the working class, addressing the unique aspects of rural labor in Brazil. Thus, data collection from these documents relates directly to the topic of Rural Education. In terms of data analysis, the presentation adhered to the specific objectives. The research instrument-a structured questionnaire with thirteen questions-enabled data presentation through graphs and charts, validating the process and allowing for analysis benchmarks. This approach facilitated an examination of convergent, corresponding, and discrepant aspects based on the guiding questions defined for this investigation. Analytical and argumentative discourse was supported by theoretical framework dialogue. Finally, the results indicated a low enrollment rate in rural schools, which contributed to the "nucleation" of schools and the presence of multi-grade classes. This scenario, marked by contrasts, arose from the adopted analytical processes and was expanded by correlations drawn from the documents in the document analysis, reflecting the realities of closed and operating rural schools. The lack of municipal investment has created tension with the National Public Policy for the Rural Education Program, focused on Basic Education, in view of the context in Passira, Agreste of PE, and the Brazilian State's commitment to national education.

Key words: Public Policies. Rural School Closures. Rural Worker Valuation. School Community.

RÉSUMÉ

L'objectif général de cette recherche est donc "identifier l'impact de la fermeture des écoles liées à la politique nationale, pertinente à l'éducation du champ, dans le cadre de l'éducation de base, de la municipalité de Passira, Agreste de Pernambuco, Nord-est du Brésil." L'engagement de l'exécutif fédéral concerne la lutte contre l'exode rural et l'attribution de la viabilité à la réparation des travailleurs, face aux violations historiques de leur subjectivité. Et ce point de vue, a soutenu l'option par le type de recherche choisi: le descriptif; de nature fondamentale; subordonné à l'approche quantitative - Marconi et Lakatos (2003; 2017). Une recherche sur le terrain a été réalisée, avec un accent sur l'interview; l'instrument utilisé était le questionnaire structuré. En ce qui concerne le locus de recherche correspondait à la municipalité de Passira, déjà mentionné. Quant à l'échantillon, les gestionnaires et les enseignants des écoles affiliées à l'éducation du camp, dans cette municipalité, ont compris l'échantillon, constitué de (9), neuf participants: gestionnaires et enseignants, volontairement, sous enregistrement à TCLE, sur la base de la résolution no 466/12 et 510/2016. En ce qui concerne le cadre temporel de la recherche, il correspondait à juillet à décembre (2023), configurant une coupe transversale. Il faut être dimensionné, en complément de la recherche, l'analyse documentaire (Gil, 2008), a été adopté, les documents Actes de l'institution Movimento Sem Terra: MST (sources primaires), dont l'activité se situe à Passira-PE. Le choix des documents a été confronté à la légitimité dans la cartographie des écoles de campagne - fermées - dans la municipalité, entre les années 2008 et 2021. Cette institution est engagée dans la défense des droits sociaux de la classe ouvrière, face aux singularités manifestes, communes au travail paysan, au Brésil. Pour cette raison, la collecte de données dans les documents utilisés, se rapportent au thème - Éducation du Champ. Dans le cadre de l'analyse des données, la présentation a tenu compte des objectifs spécifiques. Quant à l'instrument de recherche - questionnaire structuré avec (13) questions. La présentation a été faite au moyen de graphiques et de tableaux balisés, validant ce processus, ce qui a permis de déterminer les pôles d'analyse. Ainsi, des aspects convergents, correspondants et divergents ont été dimensionnés, étant donné les questions directrices définies pour cette enquête. L'aspect dissertationnel/argumentatif s'est déroulé en dialogue avec le Cadre Théorique. Enfin, dans le domaine des résultats : il a été constaté que le faible taux d'étudiants inscrits dans les écoles du camp était une condition pour le "nucléage" des écoles et des classes multisémitaires. Panorama marqué par des antagonismes, en raison des processus analytiques adoptés, qui a été élargi par des corrélations sous-jacentes aux documents soumis à l'analyse documentaire, Cela reflète la réalité vécue dans les écoles paysannes fermées et maintenues. En effet, le manque d'investissements dans/par la municipalité figure un lieu de tension avec la politique publique nationale, axée sur le programme d'éducation rurale, ciblé sur l'éducation de base, Vu la réalité de Passira, Agreste de PE. et l'engagement de l'État brésilien pour l'éducation nationale.

Mots-clés: Politiques publiques. Fermeture des écoles de la campagne. valorisation de l'homme paysan. Communauté scolaire.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Dados Obtidos em Fontes Secundárias	29
Quadro 2 –	Sobre o Artigo 28 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	57
Quadro 3 –	Sobre os princípios da Educação do Campo	65
Quadro 4 –	Mapa Agreste Setentrional: Passira – PE (Nordestes do Brasil)	82
Quadro 5 –	Vantagens e desvantagens da pesquisa de campo com enfoque quantitativo	89
Quadro 6 –	Vantagens e desvantagens da entrevista padronizada ou estruturada	93
Quadro 7 –	Projeção para a Construção do Instrumento Questionário Estruturado	94
Quadro 8 –	“Escolas fechadas e/ou desativadas” e as nucleadas por localidades, no município de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil	114
Quadro 9 –	Sobre as Competências Específicas de Linguagens para o Ensino Fundamental	151
Quadro 10 –	Sobre as Competências Específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental	152
Quadro 11 –	Sobre as Competências Específicas de Matemática para o Ensino Fundamental	154
Quadro 12 –	Sobre os registros em Livro Ata coletados junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais - MST atuante no município de Passira, agreste do Estado de Pernambuco, Brasil	166
Quadro 13 –	Localização geográfica do Assentamento “Patativa do Assaré” em Passira	169

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	População rural e urbana no Brasil (1940-2015)	69
Gráfico 2 –	Porcentagem da população urbana por região (2015)	70
Gráfico 3 –	Referente a profissão de cada participante	123
Gráfico 4 –	Tempo de atuação de cada participante	124
Gráfico 5 –	Referente a vinculação profissional de cada participante	125
Gráfico 6 –	Sobre o quantitativo de escolas fechadas no município de Passira, Estado de Pernambuco, Brasil, nos últimos 10 anos	128
Gráfico 7 –	Sobre o quantitativo de escolas do campo, em funcionamento no município de Passira, na atualidade	131
Gráfico 8 –	Sobre o quantitativo de escolas do campo, que passaram a funcionar como escolas nucleadas no município de Passira, considerando o espaço temporal dos últimos 10 anos	133
Gráfico 9 –	Trânsito temporal frente ao Fechamento de Escolas do Campo, passando à nucleação	136
Gráfico 10 –	sobre o ponto de vista dos pesquisados referente a oferta do ensino em turmas multisseriadas	137
Gráfico 11 –	Sobre os principais motivos que ocasionariam o fechamento de escolas campesinas de “pequeno porte”, do município de Passira, em Pernambuco, Nordeste do Brasil Apontamento das condições físicas das instituições de ensino pelos docentes	140
Gráfico 12 –	Sobre quais os programas ou órgãos sociais, que disponibilizam recursos por meio de ações advindas de Políticas Públicas para a educação campesina no município	143
Gráfico 13 –	Referente à política do governo municipal em Passira: PE, voltadas às Escolas do Campo e quais, correspondem a ações desse governo para o fortalecimento, que o Estado brasileiro tem como compromisso nacional	146
Gráfico 14 –	Sobre a relação com o destino atribuído às escolas campesinas, desativadas no município de Passira, em Pernambuco	150
Gráfico 15 –	Sobre a Educação do Campo resultar de lutas por direitos, em razão da ação de movimentos sociais.....	159
Gráfico 16 –	Referente ao repasse de recursos dos órgãos responsáveis pelo compromisso com a Educação Básica, no que tange às Escolas do Campo que é uma Política Pública Nacional, estarem ou não, adequadas para manutenção dessas escolas em Passira: PE	163

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Incidência da Pobreza no Município de Passira-PE (2003)	107
Tabela 2 -	Distribuição populacional campo/urbano, do município de Passira-PE (2000-2010-2022)	107

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEASA	Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
ENERA	Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária
FONEC	Fórum Nacional de Educação do Campo
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MST	Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra
PET	Programa de Educação Tutorial
PCPE	Parâmetros Curriculares de Pernambuco
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDDE	Campo - Programa Dinheiro Direto na Escola.
PDDE	Interativo.
PDE	Mais Educação.
PDE	Escola - Plano de Desenvolvimento da Escola.
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSF	Postos de Saúde familiar
RENAFOR	Rede Nacional de Formação de Profissionais da Educação
SEE	Secretária de Educação do Estado de Pernambuco
PMP	Prefeitura Municipal de Passira
PE	Pernambuco
SEMED	Secretaria Municipal de Educação

SEMAG	Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Sustentável
TCC	Trabalhos de conclusão de curso
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNDIME/PE	União dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
2	MARCO TEÓRICO	29
2.1	Políticas Públicas na Educação do Campo	37
2.1.1	<i>Políticas Públicas de Educação do Campo: PRONERA, PROCAMPO e PRONACAMPO</i>	41
2.1.2	<i>Tratativas da Política Pública Nacional em escolas camponesas do Município de Passira, agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil</i>	50
2.2	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCN's para educação de escolas camponesas	54
2.2.1	<i>Política Pública Nacional para Educação do Campo na proposta curricular da BNCC</i>	59
2.2.2	<i>Direitos adquiridos sob a ótica dos Movimentos Sociais no tocante a Política Pública Nacional</i>	64
2.3	Fechamento das Escolas Camponesas	67
2.3.1	<i>O êxodo rural e a urbanização no Brasil: reflexos históricos da redução da população camponesa</i>	67
2.3.2	<i>Fatores históricos que ocasionam o fechamento das escolas camponesas</i>	71
2.3.3	<i>Reflexão do fechamento de escolas do campo comprometidas com a Política Pública Nacional para Educação do Campo - Educação Básica de Passira, em Pernambuco, Nordeste do Brasil</i>	75
3	PERCURSO METODOLÓGICO	80
3.1	Tipo de Pesquisa: pesquisa de campo com abordagem quantitativa de natureza descritiva	81
3.2	Instrumentos de coleta de dados: entrevista, questionário estruturado	91
3.3	Sujeitos da pesquisa: gestores, professores e o MST	102
3.4	Campo de pesquisa: escolas camponesas do Município de Passira, região do Agreste do estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil	106
3.5	Procedimentos Metodológicos	117
4	ANÁLISES DOS DADOS E RESULTADOS - MARCO ANALÍTICO	120
4.1	Dados correspondentes à pesquisa de campo entrevista: Objetivo Específico Nº 1	100

4.2	Dados correspondentes à pesquisa de campo entrevista: Objetivo Específico Nº 2	140
4.3	Dados correspondentes à pesquisa de campo entrevista: Objetivo Específico Nº 3	157
4.4	Dados abrangentes	173
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
	REFERÊNCIAS	186
	APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA A SEME	193
	APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA AO MST	195
	APÊNDICE C – CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	197
	APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	200
	APÊNDICE E – INSTRUMENTO QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO	204
	ANEXO A - ESCOLAS EXTINTAS COM PORTARIAS DE AUTORIZAÇÃO E SEM PORTARIA DE EXTINÇÃO	215
	ANEXO B - ESCOLAS EXTINTAS COM PORTARIAS DE AUTORIZAÇÃO E COM PORTARIA DE EXTINÇÃO	216
	ANEXO C – CARTA DE ANUÊNCIA	218
	ANEXO C – CARTA DE ANUÊNCIA	219
	ANEXO E - DOC. 1 - ATA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA - MST (09 abr. 2008, p. 19)	222
	ANEXO F - DOC. 2 - ATA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST (20 dez. 2012, p. 65)	224
	ANEXO G - DOC. 3 - ATA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST (18 jan. 2015, p. 76)	226
	ANEXO H - DOC. 4 - ATA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST (08 fev. 2021, p. 90)	228
	ANEXO I – CARTA DE AVAL TRADUÇÃO PARA LÍNGUA ESTRANGEIRA (ESPANHOL)	229
	ANEXO J – CARTA DE AVAL TRADUÇÃO PARA LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS)	230
	ANEXO L – CARTA DE AVAL TRADUÇÃO PARA LÍNGUA ESTRANGEIRA (FRANCÊS)	231

ANEXO M – CARTA DE AVAL DO ORIENTADOR DA PESQUISA	232
ANEXO N – CARTA DE AVAL METODOLÓGICA PROF. DR. DAYVISON BANDEIRA DE MOURA	233
ANEXO O – CARTA DE AVAL ORTOGRÁFICA	234
ANEXO P – CARTA DE AVAL METODOLÓGICA DR. IRANY GOMES BARROS	235
ANEXO Q - IMAGEM DE UMA ESCOLA EXTINTA NO MUNICÍPIO DE PASSIRA	236
ANEXO R - IMAGEM DE UMA ESCOLA DESATIVADA NO MUNICÍPIO DE PASSIRA	237
ANEXO S - IMAGEM DE UMA ESCOLA NUCLEADA NO MUNICÍPIO DE PASSIRA	238

1 INTRODUÇÃO

Antes de dimensionar aspectos relacionados a questões de ordem científica e quanto à organização desse trabalho em nível de dissertação, considero pertinente registrar elementos que dizem respeito ao meu encontro com o tema; problema e objeto que figuram como aspectos basilares para o esforço acadêmico no trabalho desenvolvido.

Diante desse preâmbulo, esclareça-se o interesse pelo propósito dessa investigação, se ergue da inquietação pessoal e, profissional, haja vista ser professora, dos anos iniciais – etapa da Educação Fundamental - em Escola Campesina. Inclusive, jornada de formação em Educação Básica tem sua trajetória atrelada à uma escola do campo. Outro aspecto, se refere ao exercício da docência, há mais de uma década, no Município de Passira, Agreste do Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. Essa vivência conferiu ao exercício profissional exercício em defesa ao direito legítimo à Educação, e, em especial, sua face voltada à Educação do Campo.

Com foco nesse princípio, o fechamento de escolas comprometidas com essa Política de Estado, não se submete de modo passivo ao fechamento delas. Pois, se faz necessário, ser defendida a Educação do Campo, em caráter igualitário - sem distinção. Com isso em vista, seus resultados venham ser positivos, tendo em vista processos de ensino, que considerem as peculiaridades da aprendizagem. E ao pensar a respeito desses pontos, se tem claro, a valorização do homem do campo, que muito têm a agregar a sua essência cultural e social válidas como legítimas a outras formas de conhecer o mundo e elaborar conhecimentos a seu respeito. Há que ser considerado as múltiplas formas de conhecer, parafraseando Moreira, 2008.

Ciente desse ponto de vista, que encabeça essa primeira etapa, convém ser celebrado aspectos importantes em relação ao município lócus da pesquisa – Passira, como também, a estabelecer esclarecimentos em relação a contextos que interferem direta e indiretamente para significar o papel da Educação do Campo, de modo específico nesse lócus. Ele está caracterizado geograficamente como semiárido brasileiro, apresentando clima quente; chuvas escassas frequentes no mês de abril a julho. Em função desse cenário, os agricultores familiares sofrem, levando-os ao êxodo rural, de forma que, muitas vezes, esta é a última opção para sobrevivência familiar.

Em ampliação a compreensão do contexto que incide sobre o fechamento de escolas campesinas da Educação Básica do município de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil. E compreendê-lo requer estabelecer associações com o compromisso nacional para essa Política Pública. O Poder Executivo reitera seu compromisso com essa Política Pública: “a Educação do Campo”. Mas por outro lado, apresenta como justificativa para o ato de fechar escolas em áreas campesinas, o êxodo rural.

Em vista disso, esse quadro dicotômico resultou na inquietação que impulsionou a investigação que assumiu lugar como dissertação. O conjunto de esforços, é somado a outras tentativas no âmbito da pesquisa *stricto sensu* para compreender tem ocasionado o fenômeno: “fechamento de escolas do campo”. Assim como se dá em várias regiões do Brasil, motivando vários setores da sociedade nacional comprometida com o lugar ocupado pela democracia, e, claro, por ações favoráveis à sua defesa, inspirada na manutenção e defesa dos princípios que regulamentam a dignidade humana.

Se há insegurança ou violação de tais fundamentos, no país que justificam reações sociais e acadêmicas, isso envolve, que havendo analogia do quadro, no município de Passira, a voz da democracia, manifesta pelo discurso acadêmico, não poderia ser silenciado.

Com efeito, no âmbito das motivações éticas e de responsabilidade social, surgiram dúvidas relacionadas à oferta do Programa de Educação do Campo sob a ótica da Política Pública Nacional, destinada ao atendimento dessas escolas. Pela via de reflexão no alcance; nos desafios e limites desse compromisso do Brasil, a presente pesquisa buscou entender o funcionamento do processo, colocando em xeque subsídios às escolas do campo, como também, os fatores que influenciam para o crescente número de escolas campesinas desativadas no município já mencionado.

Com base nos vários aspectos para situar o leitor e, sobretudo, disponibilizar a outros pesquisadores a validade do encontro com o tema; problema, objeto. Como é de se esperar o lugar do contexto social; o posicionamento ético e cidadão assumido pela pesquisa norteou a construção das etapas anteriores. Nas etapas seguintes será dada atenção ao nível acadêmico, subjacente àquilo que explicita a estrutura eleita para a investigação realizada.

Em respeito aos precedentes acadêmicos, o ponto de vista em pesquisa já

consolidadas cedeu espaço para o estudo sobre o tema, em fontes secundárias, com ênfase a sítios virtuais cuja credibilidade científica lhes é consignado. Decorre dessa posição a certificação quanto à validade do problema e de sua pertinência no que tange às contribuições a serem constituídas, frente à realização dos estudos, resultantes da imersão investigativa. Cabe salientar que o Direito à Educação, não esteve alheio, haja vista o lugar atribuído aos marcos legais da pesquisa, como o artigo 205 da Constituição Federal do Brasil – CF, 1988, aliado a ele e o valor englobante da educação nacional para a Carta Magna, foi evocada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN: 9394/96 no seu Art. 28; também, a Resolução Nº1 de 3 de abril 2002.

A pertinência desses diplomas legais, conferiu às reflexões em favor da valorização da educação brasileira, sendo uma garantia - independentemente - do seu contexto de efetivação, e desse patamar legítimo foi delimitado a **questão central** desta pesquisa, que também, assumiu o lugar de **problema**:

* Qual o impacto do fechamento de escolas campesinas da Educação Básica, do município de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, no que se refere ao compromisso nacional para essa Política Pública nacional?

O caráter desse pressuposto, foram dimensionadas as **questões norteadoras**:

- 1) **Questão Norteadora nº 1** - Como acontece as tratativas do governo municipal em detrimento do fechamento das escolas campesinas, considerando a realidade de formação de turmas multisseriadas?
- 2) **Questão Norteadora nº 2** - Quais as características do Programa de Educação do Campo da cidade de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente ao fechamento de escolas do campo, sob o ponto de vista do Estado brasileiro, voltada à Política Nacional de Educação do Campo?
- 3) **Questão Norteadora nº 3** - Qual o panorama do Programa de Educação do Campo na cidade de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente a registros documentais do Movimento Sem-Terra: MST, em relação à realidade dessa Política Pública em Educação do Campo, nesse município?

Essas questões figuram como significativas porque estão direcionadas para

as ações que foram delineadas na etapa de planejamento e construção do instrumento de pesquisa; sua caracterização metodológica, e, sua incorporação com a definição da pesquisa de campo. Há que ser considerado, que a pesquisa em caráter *stricto*, em seus resultados, advém, da propensão de possíveis respostas, em sua inteireza; incompletude relativa: negar em parte, afirmar em parte; negar no todo, afirmar no todo. O exercício da busca pela consciência de uma “verdade”, está subordinado a processos controlados e previstos sob o signo acadêmico. Isso para que não se dê primazia à “verdade” fruto do arbítrio, mas sim, a que respeita os processos formais comuns à metodologia de pesquisa, parafraseando Köche (2011).

Essa postura exigiu estudos a respeito da educação formal, ofertada aos povos do campo e dos fenômenos à ela relacionados, autores célebres com foco nesse tema, como Freire (1974); Arroyo (2010; 2015); Caldart (2002; 2010; 2012); Guimarães (2017); Mazur (2016); Luther (2018). Como também, outros essenciais, haja vista sua convivência analítica com a temática da educação no campo.

Desse modo, os questionamentos já elencados, correspondem à etapa de delimitação dos objetivos para essa pesquisa, a saber:

Objetivo Geral¹: IDENTIFICAR o impacto do fechamento de escolas campesinas da Educação Básica, do município de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente ao compromisso nacional para essa Política Pública nacional.

E, Objetivos Específicos:

- 1) **Objetivo Específico nº 1** IDENTIFICAR como acontece as tratativas do governo municipal em detrimento do fechamento das escolas campesinas, considerando a realidade de formação de turmas multisseriadas;
- 2) **Objetivo Específico nº 2** ANALISAR o Programa de Educação do Campo da cidade de Passira, Agreste, de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente ao fechamento de escolas do campo, sob o ponto de vista do Estado brasileiro voltada à Política nacional de Educação do Campo;

¹ O objetivo geral e específicos foram eleitos, com base no estudo e seleção da Taxonomia de Norman Bloom (1957), em respeito aos níveis definidos pelo mesmo, e, evidentemente, a filiação ao tipo de pesquisa.

- 3) **Objetivo Específico nº 3 CATEGORIZAR** o panorama do Programa de Educação do Campo na cidade de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente a registros documentais do Movimento Sem-Terra: MST, em relação à realidade dessa Política Pública em Educação do Campo, nesse município.

No âmbito da organização dessa dissertação, como **primeira etapa**: o Marco Teórico foi construído com foco nas correlações com os objetivos específicos. Em sua estrutura: o item 2.1 Políticas Públicas na Educação do Campo; 2.2 Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCN's para educação de escolas campesinas; 2.3 Fechamento das Escolas Campesinas.

Para a determinação da **segunda etapa**, além dos objetivos: os compromissos investigativos, foi considerado o papel das questões norteadoras, frente ao papel da questão central. Em face disso, o **Marco Metodológico**, dá visibilidade aos métodos e técnicas. Eles estão definidos, no capítulo reservado ao Marco Metodológico, em que estão explicitados o universo a que a investigação corresponde, em caráter resumido especifique que o Tipo Descritivo, associado à Abordagem Quantitativa (Marconi; Lakatos, 2003;2017), foi eleito dadas às suas intenções.

Momento em que os procedimentos voltados às etapas da investigação, definiu-se a **Pesquisa de Campo**, voltado à realização de **Entrevista estruturada**. Já no que se refere ao método e técnica para o recolhimento de dados foi empregado: o **Instrumento Questionário** subjacente à formulação de **13 questões fechadas de múltipla escolha**, sendo (3), **três de categorização** dos participantes da pesquisa e (10), **dez** questões, relacionadas aos objetivos e questões norteadoras. Saliente-se a busca para elucidar contextos, que foram relacionados ao fechamento de escolas, no Município de Passira.

Em relação aos sujeitos de pesquisa, esses se referiram a (9), nove, sendo (3), três gestores e (6), professores. Sua escolha se deu frente à relação direta com a Política de Educação do Campo. Com a preservação do preceito da pesquisa com seres humanos, vigente na Resolução 466/12 e 510/2016.

Ainda constitui a segunda etapa da pesquisa, os esclarecimentos do estudo de Documento, sob a argumento deles estarem tipificados como fonte primária, permitindo o emprego da Análise Documental (Gil, 2008). Especifique-se que no documento **Ata**, fruto das ações de reivindicação do MST, essa instituição definiu o

lugar ocupado pela Educação Formal, inerente à perspectiva da Educação do Campo. Com isso em vista, foco na apreciação dos seus atores: as populações do campo e seus representantes. Em relação à temporalidade dos documentos eleitos para os processos analíticos: 2008; 2012; 2015 e 2021, corresponderam ao ativismo dos segmentos sociais ligados ao Movimento de Trabalhadores Sem Terra, radicados, em Passira - PE.

Na sequência, a organização da **terceira etapa**: se deu lugar ao **Marco Analítico**, que apresenta a análise dos dados, que compreende a tabulação, frente ao emprego de gráficos e quadros, em nome da organização e apresentação dos dados coletados, na Pesquisa de Campo.

Por fim, se constituiu os resultados, fruto dos processos analíticos empreendidos, o que culminou nas considerações finais. Dentre eles, destaque-se alguns aspectos: o impacto do fechamento de escolas no município de Passira; formação de turmas multisseriadas; negação de direitos.

Assim, a relevância social e cultural, tem em vista a contribuição e impacto do estudo, uma que ele se inscreve para que o crescimento da educação no município de Passira, não se constitua com a manutenção de disparidades, que aprofundem, ampliando as violações históricas comuns à história da luta por visibilidade e respeito, desejado pelas populações radicados no campo brasileiro. Que, em razão disso, o lugar reservado ao Agreste pernambucano, viesse adquirir legítimo direito à voz para redimensionar a construção de uma sociedade mais igualitária, ancorada em direitos sociais possa ser paulatinamente instituída. E, por essa razão, o intuito da mesma é poder contribuir de maneira positiva, refletindo sobre questões que possibilitem melhorias para a Educação do Campo.

2 MARCO TEÓRICO

Para garantir a solidez acadêmica da pesquisa científica, foi realizado um levantamento por meio do estudo da arte, com intuito de determinar outros estudos consolidados academicamente, para que em razão disso, figurem como subsídios, aliados a teóricos, eventualmente explicitados. Essa postura requerida em estudos com o olhar para a tradição acadêmica, conferiu à presente pesquisa, o a utilização de variadas fontes, a saber: livro, artigos científicos, dissertações e trabalhos de conclusão de curso (TCC), abordando a temática, objeto deste estudo.

Esse cuidado justificasse, tendo em vista a verificação de que conceitos abordados por autores cuja filiação aos esforços já empreendidos, frente às suas imersões acerca do papel das políticas públicas, voltadas para a Educação do Campo. Claramente, que nesse aspecto, implicações sobre ela ocupam lugar significativo. Sendo assim, considerou-se pertinente a construção de processos para a organização de um “inventário” organizado e apresentado no (Quadro 1), disponibilizando as perspectivas acerca do conceito de verdade, que tem norteado as pesquisas sobre a Educação do Campo são evidência manifestadas em nível acadêmico, o que confere legitimidade às opções registradas nessa pesquisa.

E, se pode verificar algumas questões significativas, que revelam a preocupação na luta por uma educação do campo, que atenda a demandas de seu público alvo.

Quadro 1 - Dados Obtidos em Fontes Secundárias

Ano	Autor (a)/(es)	Título	Tipo
1974	Paulo Reglus Neves Freire	Pedagogia do Oprimido	Livro
2002	CALDART, R. S.	Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção	Livro
2010	CALDART, R. S.	Caminhos para a transformação da escola: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo	Livro
2012	CALDART, R. S. et al.	Dicionário da Educação do Campo	Livro
2012	Maria Vieira Silva Astrogildo Fernandes Silva Júnior	Políticas Educacionais para a Educação do Campo: Dimensões Históricas e Perspectivas Curriculares.	Artigo
2015	Miguel Gonzalez Arroyo	Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos	Artigo
2016	Ivania Piva Mazur	O Processo de Fechamento das	Disser

		Escolas no Campo em Itapejara D'Oeste/PR: o Caso da Escola Estadual de Lajeado Bonito e do Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes.	-tação
2017	Fábio de Oliveira Guimarães	Políticas Públicas e Fechamento das Escolas do Campo no Brasil.	Disser-tação
2017	João Paulo Danieli	A Luta dos Movimentos Sociais "Por uma Educação do Campo".	Artigo
2018	Alessandra Luther	Educação Obrigatória, Êxodo Rural e Fechamento das Escolas do Campo no Brasil	Artigo
2019	Márcia Viana	Educação do Campo: Um Olhar para o Contexto das Escolas do Campo.	TCC
2020	Emerson Augusto de Medeiros e Maria Alcinete Gomes de Menezes	Educação do campo: Estudo sobre a Base Nacional Comum Curricular a partir de Percepções de Professores/as da Área de Ciências Humanas.	Artigo
2020	Lívia dos Reis Amorim e Flávio Xavier de Macedo	Educação do Campo Aliada ao Desenvolvimento Sustentável Local.	Artigo
2020	Éden Santos de Castro	Educação do Campo: A Garantia do Direito Humano à Educação.	Artigo
2020	Vânia da Silva Araújo, Jéssica Gomes Lobo, Cidilene César de Andrade, Christiane Nogueira Donato Formiga e Rosilene Felix Mamedes	Educação do Campo: Políticas Públicas e Desafios Enfrentados pelos Professores em Salas Multisseriadas.	Artigo

Fonte²: Elaborado pela própria autora com base nos dados de pesquisa em 06/08/2023.

Sob o levantamento desses dados, houve a preocupação de se pesquisar em plataformas digitais de pesquisas acadêmicas, com base na definição temporal, correspondente a dez (10) anos, pertinentes às buscas acima elencadas, sob a relação dessas investigações estarem relacionadas diretamente com a Educação do Campo, no Brasil.

Convém, registrar que esse levantamento foi norteado por palavras-chave registradas a seguir: políticas públicas; fechamento das escolas do campo; educação básica em comunidades campesinas; e, movimentos sociais do campo.

Dessa maneira, o material encontrado evidenciou a relevância do objetivo

² As Fontes estão delineadas na etapa reservada às Referências, de acordo com o padrão acadêmico.

geral da pesquisa a que esse levantamento desempenhou como ponto decisivo para comprovar a adequação e contribuição da pesquisa aqui desenvolvida com vista à obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação em nível Acadêmico em sintonia com os compromissos do caráter *stricto sensu*. E, exatamente, nesse contexto é que a metodologia empregada possibilitou resultados apontados pelos autores, em atenção ao lugar ocupado pela pesquisa em nível bibliográfico.

Mediante levantamento de dados, consultados registrados em 15 (quinze) trabalhos sob as relações de ordem semântica com as palavras-chave, já identificadas anteriormente. Esse levantamento possibilitou quanto ao objeto de pesquisa, intitulado como: “IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPESINAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, AGRESTE DE PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL: Um estudo frente à Política Pública Nacional”, cujo objetivo é Identificar o impacto do fechamento de escolas campesinas da Educação Básica, do município de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente ao compromisso nacional para essa Política Pública nacional.

Desta feita, foram discutidas práticas de ensino, vinculadas a uma proposta curricular, que seja adequada às singularidades subjacente à identidade local e regional comum ao ponto de vista já difundido em âmbito acadêmico e, em nível de América do Sul, sobre a educação do campo. Momento em que percepções sobre ela no caso do Estado soberano a República do Paraguay, adquire lugar especial.

É, portanto, coerente ao contexto em que a docência deva valorizar e ofertar mecanismos para a sobrevivência do homem do campo, e, sobretudo, conquista de uma vida instituída com base aos preceitos da “Dignidade Humana³”, por meio de

³De acordo com a **Enciclopédia Jurídica da PUCSP - PUC** - Pontifícia Universidade Católica **Dignidade humana** refere-se aos direitos do homem são um ideal comum a ser alcançado por todos os homens, todos os povos e todas as nações. A Declaração Universal dos Direitos Humanos são os únicos e possíveis direitos de o homem ter direito a ter direitos: são os direitos do homem histórico em todas as suas dimensões, no meio de uma guerra desumana, de uma guerra pela sobrevivência, da luta pela manutenção da vida, da liberdade, da igualdade e de sua própria sobrevivência, essência e valores. O homem integral – a pessoa humana total, na condição de cidadã, é uma parte dessa sociedade – globalizada transcendente, transacional, policêntrica, a qual, todavia, ela transcende em razão dos valores absolutos e inalienáveis a que se liga e em razão do que nela visa a um destino superior do tempo, do espaço e da sua condição – de sua condição humana, de humanidade. Daí a importância da prevalência dos direitos humanos – a preservação do que é essencial, do que é absoluto – da transcendência da pessoa humana – da sua dignidade, daquilo que é insubstituível e incompatível, do valor que a pessoa humana não pode dispor – da sua humanidade. Esse é o sentido, o alcance, a forma, o substrato de um valor intangível, que transcende ao homem – a sua dignidade humana, da qual se busca conceituar.

incentivos, que devam ser implementados pelo executivo e legislativo de cada unidade federativa de cada país, no que concerne à adoção das políticas públicas elaboradas para o universo do campo, pelo executivo federal, responsável pela Educação Nacional e a fomentação de políticas a serem adotadas e financiadas pelo Estado.

Dos trabalhos dispostos no quadro (02) dois, há três, que apontam diretamente para as questões correlacionadas às influências das políticas públicas implicando para o fechamento das escolas campesinas. Tratam-se dos trabalhos: **O Processo de Fechamento das Escolas no Campo em Itapejara D'Oeste/PR:** o Caso da Escola Estadual de Lajeado Bonito e do Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes - da autora Ivania Piva Mazur - em que ela apresenta a realidade da comunidade campesina pesquisada e como acontece esse processo de ensino, no campo de Itapejara⁴ D'Oeste/PR.

A pesquisa intitulada **Políticas Públicas e Fechamento das Escolas do Campo no Brasil**, do autor Fábio de Oliveira Guimarães, em sua pesquisa ele apresenta um recorte histórico evolutivo da educação do campo no Brasil e um mapeamento das escolas do campo fechadas em diversas regiões do Brasil, demarcando o grande índice de escolas do campo que fecharam no Brasil nos últimos anos. Logo, pode-se inferir que o fechamento dessas escolas, ocasionaram muitas perdas sociais nas comunidades campesinas, considerando os aspectos culturais e sociais.

E, o artigo **Educação Obrigatória, Êxodo Rural e Fechamento das Escolas do Campo no Brasil** de Alessandra Luther, que apresenta uma discussão pertinente sobre o direito à educação básica brasileira, inversão do controle populacional (relação ao campo e urbano). Metodologicamente, ela faz “uma análise dos discursos e também de dados quantitativos são correlacionados indicadores que demonstram a redução nas matrículas escolares assim como o

Disponível em <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/507/edicao-1/dignidade-humana> acesso em 06/08/2023.

⁴Itapejara d'Oeste é uma cidade de Estado do Paraná. Os habitantes se chamam itapejarenses. O município se estende por 254 km² e contava com 11 964 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 47,1 habitantes por km² no território do município. Vizinho dos municípios de Bom Sucesso do Sul, Verê e São João, Itapejara d'Oeste se situa a 26 km ao Norte-Oeste de Coronel Vivida, a cidade mais próxima nos arredores. Situado a 536 metros de altitude, de Itapejara d'Oeste tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 25° 58' 43" Sul, Longitude: 52° 48' 47" Oeste. disponível em <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-itapejara-d-oeste.html> acesso em 06/08/2023.

fechamento de milhares de escolas localizadas nas áreas rurais do Brasil.”.

Além disso, a autora aponta ainda as perdas ocasionadas sobre o fechamento e “nucleamento” das escolas campesinas, acarretando a não solução do problema, mas sim, geração de outros, como transtornos causados nos deslocamentos de muitos estudantes para estudar em outras localidades, perdendo o direito de permanência e convivência em sua comunidade de origem.

O livro intitulado ***Pedagogia do Oprimido*** de Paulo Freire é de fato uma das maiores referências quando se fala em educação libertadora, crítica e de direitos sociais. Nela se pode vislumbrar a importância destacada para a adoção de uma prática de ensino libertador, capaz de transformar a sociedade por meio da educação. Muito embora, o autor reflete o quanto a educação comum à sociedade, que decorreu da 1ª e 2ª fase do Movimento de Revolução Industrial. Isso porquê o ponto de vista de Freire é advindo de uma categorização sobre as consequências provenientes de uma cultura de opressão, que culmina na produção de opressores, que ao mesmo tempo que oprimem, são também, oprimidos.

Por conseguinte, “nesse contexto, a práxis é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido” (Freire, 1974, p. 23).

Na visão do autor, essa transformação acontece em comunhão como uma via de mão dupla. Com isso em mente, para pensar a respeito da educação do campo, é fundamental desenvolver reflexões acerca da pedagogia percebida e conceituada por Paulo freire. Haja vista que sob o ponto de vista da práxis as políticas públicas bem como, a singularidade comum à cada instituição escolar, e, por sua vez, cada ação docente, deveria garantir ao estudante do campo, formular percepções acerca das várias percepções a respeito da liberdade, em seus conflitos com o mundo social. Se há tensões a que apenas, a escrita ou enunciação da palavra não consegue dimensionar. Afinal, a cultura em relação à idealização sobre “Liberdade” reflete um universo em que o poder para tecer seu entendimento é perpassado por aqueles em que sua dinâmica para fomentar as concepções promulgaram hipóteses e engodos para subalternizar “os homens a permanecerem submetidos à exploração pelo trabalho, naturalizando a “mais valia”, em face do que produz, ao passo que a valorização de quem produz não estabelece com uma harmonia com uma “liberdade aparelhada”.

Neste contexto, se deve pensar acerca dos moldes pelos quais a educação

para o proletariado, na Europa e, bem mais tarde, no século XX, década de 30, passa a ser também, instituída como bojo para educação das “massas”. E a educação escolar formal para a plebe, para os escravizados, mestiços e vitimados pela pobreza, paralelamente, para o homem do campo é fruto de uma escolarização em nada semelhante àquela garantida às elites aristocráticas e burguesas. Logo, Liberdade não é uma palavra fora da idealização de reflexão analítica profunda feita por Freire. Se o nascimento de um nível e espécie de conhecimento não proporciona uma vida digna em sociedade a todos os assistidos por uma educação opressiva, por opressores que, foram por fim, oprimidos. Se pode então, vislumbrar a profundidade de Freire em propagar as bases de uma educação popular, cuja relação indissociável está também, comprometida com os “homens e mulheres do campo”. E, em razão disso, a linha de raciocínio sob a qual essa pesquisa desenvolve o ponto de vista apregoadado pela pesquisa realizada, em dar forma as caracterizações em que as opressões estabelecem fronteira com o fechamento de escolas do campo. Mesmo quando elas são tão significativas, frente ao seu lugar em políticas públicas, que carecem de ser adotadas com seriedade e transparência.

Então, o ponto de vista dos sujeitos implicados recebeu de acordo com a linha de reflexão aqui desenvolvida um lugar que compromete essa investigação com a valorização da dignidade humana secular, que vem sendo violada e interdita. Mas que nem mesmo assim, se tem conseguido eliminar sua humanidade comum ao seu “habitus” do campo, face às violações do acesso à escola formal. Eis um ponto de vista fértil na etapa analítica.

Obras que também merecem destaque nesta pesquisa também a citar como exemplos de grande relevância científica no que se refere a defesa da Educação do Campo são de fato os escritos da gigante Roseli Salete Caldart, Professora e pesquisadora dos movimentos de luta em defesa da educação de qualidade aos povos camponeses. Ela, a princípio orientada de uma das maiores referências na Educação do Campo (Arroyo), juntos são gigantes que dão “vozes” a este público vulnerável da ação de políticas públicas assistencialistas na garantia de direitos. Cardart, nestas obras: **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção; Caminhos para a transformação da escola: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo e Dicionário da Educação do Campo**, que com grande maestria em parceria com outros autores, destaca a importância dos movimentos sociais na luta pela educação àqueles que a décadas

tem travado lutas por direitos contrapondo ao julgo dos grandes latifúndios que tão pouco preocupa-se com o bem viver dos camponeses, povos ricos em bravura e gigantes em cultura e saberes. A autora enfatiza que o grande problema que aflige os povos do campo, implicando na prática de êxodo rural, perda de cultura, extinção de escolas, negação de direitos é de fato o “agronegócio”⁵ o qual obviamente tem como princípio a produtividade em larga escala, aniquilando os pequenos produtores no tange a sua economia familiar e qualidade de vida sustentável.

Os estudos dos autores Maria Vieira Silva e Astrogildo Fernandes Silva Júnior intitulado **Políticas Educacionais para a Educação do Campo: Dimensões Históricas e Perspectivas Curriculares** e o trabalho de Éden Santos de Castro intitulado **Educação do Campo: A Garantia do Direito Humano à Educação** apresentam relevantes discussões sobre as políticas públicas de atendimento as escolas camponesas tendo em vista que, estas devem atender as demandas das escolas de maneira adequada e significativa no contexto escolar, inerente à cada região. Através destes escritos, percebeu-se que nem sempre tais propostas curriculares estão de acordo com a proposta curricular camponesa.

A pesquisa intitulada **Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos** do autor e pesquisador em educação Miguel Gonzalez Arroyo, é apenas uma das grandes obras do autor na qual sua abordagem pedagógica é sempre em defesa de uma educação integral, que seja capaz de garantir a formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis. De modo que, o ensino seja ofertado em consonância “com a realidade dos sujeitos da educação, especialmente aqueles pertencentes às classes trabalhadoras”. Enfatizando que a educação vai além dos

⁵ O agronegócio compreende as atividades econômicas ligadas à agropecuária, ao manejo de florestas para comércio e serviços (silvicultura) e ao extrativismo vegetal. Esse termo foi cunhado na década de 1950, mas popularizou-se na década de 1970, no auge da Revolução Verde. Todas as empresas que fornecem insumos agrícolas aos agricultores, remédio ao gado e máquinas para a agricultura, bem como os bancos que fornecem empréstimos financeiros aos grandes empresários do campo, também estão relacionados com o agronegócio. Além desses segmentos, podemos citar como integrante no agronegócio o comércio, seja varejista ou atacadista, que lida com os produtos voltados para o meio rural. Armazenamento, logística, distribuição e até o marketing dessas atividades comerciais também estão agrupados no agronegócio. Como características do agronegócio, podemos citar as médias e grandes propriedades rurais que conseguem alta produtividade em seus respectivos ramos de produção, tanto na agricultura quanto na pecuária. Na agricultura, é frequente a prática da monocultura, ou seja, a produção de um tipo de plantio apenas. Em muitos casos, há propriedades que praticam as duas modalidades, criando gado e plantando algum tipo de vegetal. As médias e grandes propriedades rurais desempenham um papel importante para outra característica do agronegócio: a modernização do campo. Disponível em: https://portalyellow.com.br/o-que-e-o-agronegocio-no-brasil/#google_vignette. Acesso em: 06/08/2023.

muros da escola, portanto, há diversas maneiras de ensinar e aprender em diferentes contextos.

Nesta obra, o autor destaca a importância da contribuição dos movimentos sociais camponeses para a conquista do direito a educação destes povos, bem como, a importância da construção curricular que atente à real necessidade do homem do campo. Sua contribuição na Educação do Campo é destaque nas pesquisas e discussões acerca da Educação do Campo, de modo que o autor enfatiza que esta modalidade de ensino é de fato uma grande conquista de luta por direitos travadas ao longo dos anos no Brasil.

Os autores João Paulo Danieli e Marcia Viana nos seus respectivos trabalhos intitulados **A Luta dos Movimentos Sociais “Por uma Educação do Campo” e Educação do Campo: Um Olhar para o Contexto das Escolas do Campo** reforçam a importância da ação dos movimentos sociais do campo, tais como MST, Central Única dos Trabalhadores (CUT), dentre outros, ao passo que estes, foram fundamentais pela garantia efetiva dos direitos a então, sonhada educação do campo. Sendo está, palco da desvalorização social ocasionando até “vergonha” ao estudante camponês a se identificar como tal, tendo inclusive que “esconder” suas origens culturais.

Nas pesquisas realizadas pelos autores Vânia da Silva Araújo, Jéssica Gomes Lobo, Cidilene César de Andrade, Christiane Nogueira Donato Formiga e Rosilene Felix Mamedes; e, Lívia dos Reis Amorim e Flávio Xavier de Macedo, intituladas respectivamente **Educação do Campo: Políticas Públicas e Desafios Enfrentados pelos Professores em Salas Multisseriadas e Educação do Campo Aliada ao Desenvolvimento Sustentável Local**. Os autores, apresentam uma abordagem sobre o que acontece no ensino da educação básica nas comunidades camponesas, sugerindo uma proposta curricular sustentável, que esteja de acordo com a preservação ambiental.

A abordagem proposta no trabalho intitulado **Educação do campo: Estudo sobre a Base Nacional Comum Curricular a partir de Percepções de Professores/as da Área de Ciências Humanas**, dos autores Emerson Augusto de Medeiros e Maria Alcinete Gomes de Menezes, apresenta uma temática bastante relevante quanto a abordagem da BNCC, a qual está se tornou motivo de grandes debates quanto a ausência de uma proposta de atendimento a proposta curricular da escola do campo, deixando a margem da base, este público.

E, dessa maneira, se entende como excludente a tal importância da valorização do ensino, onde os autores apontam pontos divergentes, no que diz respeito ao que se fala da oferta de ensino, onde o sujeito deverá ser valorizado e que, infelizmente na prática a própria BNCC negligência, sendo entendida como uma negativa ao ensino significativo.

Portanto, as pesquisas apresentadas acima são algumas das fontes bibliográficas significativas, objetivos coerentes ao tema pesquisado, cada qual dentro de suas especificidades objetivadas. Porém, cada uma destas se resume numa proposta de educação camponesa justa, humanista e valorizável ao homem do campo, nas quais contemplam a educação básica de escolas camponesas, o respeito aos direitos de viver no campo, com todo o suporte das políticas públicas de direito, diligenciado em minimizar o crescente número de escolas fechadas no município, campo de pesquisa, bem como, em todo o Brasil.

Cabe esclarecer que a abordagem teórica está disposta em (3) três momentos. Inicialmente, apresentando a Política Pública Nacional concatenada com a Educação do Campo sob a base legal das Diretrizes Curriculares Nacionais, e, suas implicações no processo de ensino da Educação Básica no Município de Passira, Agreste do Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. Em seguida, o estudo apresenta as influências dos movimentos sociais na luta pela Educação do Campo e por consequente o não fechamento das escolas. Nesta etapa, se apresenta alguns fatores históricos que certamente influenciam a prática de desativamento de escolas nas comunidades camponesas.

2.1 Políticas Públicas na Educação do Campo

A conquista da Política Pública Nacional que âncora a Educação do Campo no Campo é fruto de muitas lutas de classe através dos Movimentos Sociais, perpassando por variadas épocas e significativos momentos na Educação Básica através da Educação camponesa. Conceituar a Educação do Campo, é dar significado de “identidade” ao homem do campo, fazendo com que sua cultura seja palco do processo de Ensino e Aprendizagem no contexto escolar (Caldart, 2012).

É necessário, compreender os conceitos de política e políticas públicas, na qual política retoma a ideia de condição, uma tomada de decisão pessoal que reflete em manifestos diários da condição de vida humana, e em contrapartida as políticas

públicas fazem referência as decisões coletivas “do povo e para o povo” se caracterizando como o bem comum pensado e planejado para o coletivo atendendo desde a elite social aos mais vulneráveis (Sebastião, 2018).

Neste contexto reflexivo, sobre a funcionalidade social correlacionada as Políticas Públicas educacionais, destaque-se a Política de atendimento à Educação do Campo, tendo em vista, este ser um público adverso, possuidor de uma série de marcos e lutas oriundas de conflitos e conquistas ao longo do seu processo evolutivo (Caldart, 2012; Arroyo, 2015).

Nessa pesquisa, são elencadas algumas ações das Políticas Públicas que ancoram a Educação do Campo, onde está, perpassa através do tempo, sempre na perspectiva de valorização do homem do campo, sendo este, o próprio objeto de estudo e produtor do conhecimento empírico. Pensar em Políticas de atendimento a Educação do Campo implica pensar também, na valorização da cultura do homem campestre, e, necessariamente na Educação Básica se faz necessário planejar e executar um ensino que impulse ao aprendiz o senso crítico e o despertar para resiliência diante de seu contexto social (Arroyo, 2015).

A Educação Básica no Campo, parte da premissa de resgate a cultura popular e através desta reduzir ao máximo o índice de analfabetismo nesta classe social que trava lutas diárias pela sobrevivência em suas Terras, cuidando e cultivando, desempenhando um trabalho brilhante que reflete na vida de muitos que nem sequer conhecem o valor do trabalho do homem do campo, que com seu trabalho abastece a mesa de milhares de pessoas em todas as classes sociais⁶.

Neste contexto, Santos e Silva, apontam que:

A produção de tal conhecimento pode **ressignificar** memórias, **identidades** e histórias vividas pelos sujeitos que se articulam para **superar a opressão** e as diversas cercas do analfabetismo e da fome que atingem milhares de homens e mulheres no campo. Acreditamos que a formação política contextualizada pode contribuir para a reconstrução do passado, escavando memórias e acontecimentos. (2016, p. 136) (grifos para essa pesquisa).

Desse modo, é que se apresentam os conceitos básicos da influência das Políticas Públicas na Educação Campesina e as implicações no contexto da

⁶ **Classe social** é um grupo dentro de uma sociedade que se diferencia de outros em decorrência de características econômicas, políticas ou culturais [...] disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/classe-social.htm> acesso em: 12/10/2023.

Educação Básica. Neste contexto, pode-se entender a Educação do Campo como a “educação emancipadora e libertadora” Freire (1974, p. 23), uma vez que existe troca de saberes, através da parceria entre comunidade e escola, na interação com Movimentos Sociais e culturais, oferta ao estudante um leque de possibilidades na **valorização dos saberes, identidades, reconhecimento** do próprio eu pessoal, diálogo entre a cultura, resgate das memórias e histórias de vida de determinada comunidade. Assim, acontece o fortalecimento e estreitamento da relação cultura popular e escola através da reciprocidade de conhecimentos.

A conquista da Políticas Pública Nacional, que atende as demandas da Educação do Campo foi, e é até hoje, palco de muitas lutas por direitos e respeito à cultura e diversidade de saberes. Cabe trazer clareza quanto ao espaço temporal correlacionado a Educação do Campo, antes vista como uma educação retrógrada a qual, não se havia tanta cobrança, de modo que está, era ofertada “de qualquer jeito”, pois não se apresentava nos contextos escolares, apesar de tantas cobranças diante da demanda de estudantes que representavam até então, a minoria em uma determinada comunidade (Caldart, 2012; Mazur, 2016).

A Educação do Campo, tem como síntese “romper com a dominação do urbano sobre o campo, a descaraterização do rural, a exploração da mão de obra dos camponeses e a expansão da produção capitalista” (Lima; Lima, 2018). De acordo com as autoras, no tange à Educação camponesa, outrora compreendida numa visão “preconceituosa” concatenada em estereótipos que nem sempre, preocupava-se como seria ofertado o ensino aos povos do campo, tendo em vista, uma mão de obra barata, diante de uma clientela despreparada criticamente em conhecimento científico.

A ideia de superação através da Educação do Campo contrapõe a ideia de Educação Rural, na visão da elite, classe burguesa visando lucros e enriquecimento próprio baseado na exploração do trabalho agrícola, mediante a mão de obra barata dos camponeses, assim explorados, sem qualquer Direito Trabalhista⁷ ou sociais. E, para tanto, um público que pouco tinha e quando lhes eram ofertados o ensino não apresentava os requisitos de preparo para um senso Crítico e Libertador (Lima; Lima, 2018).

⁷ DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943. Aprova a Consolidação das **Leis do Trabalho**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm acesso em: 20/02/2024.

Em contrapartida, Educação do Campo é um termo que apresenta uma roupagem nova, ampla, possuidora de critérios próprios, onde o homem do campo é o fator principal, o objeto de estudo, no tange a Educação, voltada para a realidade do homem do campo, “o campo antes entendido como lugar de atraso, sem cultura e sem saberes e dependente da cidade” (Lima; Lima, 2018, p. 100). Hoje, é palco de discussões, rodas de conversa, diálogos críticos e tomadas de decisões coletivas, visando o crescimento e valorização social e cultural, considerando (2), dois aspectos relevantes: sobre **o que ensinar? E para que ensinar?**

No palco de incertezas, surge nas comunidades camponesas o desejo de querer mais, da luta por direitos, do Direito a Educação⁸, e, claro uma educação de qualidade, onde está seja ofertada através de uma proposta curricular que atenda às necessidades particulares do homem camponês, que seja um ensino libertador através das vivências culturais. Reforçando, que nem sempre a Educação do Campo foi compreendida desta forma, com uma visão holística para o futuro e subsidiada por Políticas Educacionais favoráveis ao ensino qualificado. Dispondo então, de um contexto de muitos entraves, opressões e injustiças sociais, deixando o homem camponês vulnerável a oferta de Políticas Públicas dignas e sustentáveis.

Santos e Silva (2016, p. 137) parafraseando Caldart (2002), apontam que:

A expressão Educação do Campo identifica uma reflexão pedagógica que germina das inúmeras práticas educativas desenvolvidas pelos sujeitos que vivem no campo. Consiste numa reflexão que considera o campo como espaço onde se produz pedagogias. Trata-se, também, de um projeto que reafirma a finalidade mais expressiva das práticas educativas desenvolvidas no campo, contribuindo com o desenvolvimento mais pleno do ser humano e sua inserção consciente no contexto social do qual faz parte.

No que afirmam os autores a proposta curricular da Educação do Campo deve abranger a essência cultural do homem do campo. Portanto, cultura é considerada o palco principal do processo de ensino e aprendizagem.

Para adquirir direitos através das Políticas Públicas, sob o ponto de vista dos Movimentos Sociais o homem camponês perpassa por diversas batalhas ao longo do tempo. No Brasil, algumas ações advindas da Política Pública Nacional voltadas às comunidades camponesas ganharam ênfase, destaque no contexto social,

⁸ **Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família** [...] disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf> acesso em: 21/02/2024.

destaque-se: **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO)** (Santos; Silva, 2016).

Pode-se compreender essas Políticas como a sintetização do poder coletivo dos movimentos sociais que com muita garra, conquistaram o espaço digno a Educação do Campo no contexto educacional brasileiro. Estas, apontam para uma crescente perspectiva de um ensino qualificado ao contexto campestre, através de uma metodologia que tenha como aporte, o trabalho dos grupos sociais.

A Educação do Campo, precisa fortemente compreender a diversidade cultural apresentada pelo homem do campo. E, portanto, sua relação íntima com as paisagens, com a terra, lutas de classe, maneira de organizar, necessidades oriundas de vivências históricas, identidade de um povo que dispõe de um modo único de viver, em contato contante com a natureza. “As políticas públicas permitem reafirmar este espaço e legitimar as lutas que dali advém. São, portanto, necessárias para a consolidação de um projeto popular para todo o país” (Santos; Silva, 2016, p. 137).

Dessa maneira, destacam-se três (3) Políticas Públicas da Educação do Campo supramencionadas, ofertando a visibilidade de grandes batalhas travadas pela educação campestre, assim, essas Políticas Públicas podem ser compreendidas numa somatória de desafios constantes, discussões entre homem camponês e órgãos governamentais, para garantir direitos diante de uma sociedade muitas vezes não tão justa.

2.1.1 Políticas Públicas de Educação do Campo: PRONERA, PROCAMPO e PRONACAMPO

Essas Políticas Públicas são resultantes de apreços e tropeços por uma Educação do Campo efetiva e digna ao homem do campo. Como base fundante do Direito à Educação Básica, evidenciado por Brasil (2006), o Art. 205 da Constituição

Brasileira de 1988⁹, supramencionado nessa pesquisa, o qual define a obrigatoriedade do Estado e da Família em promover a garantia de uma Educação de qualidade para todos, independentemente de classe social, sem ser celetista, sem distinção de raça ou cultura de origem. “**A educação, direito de todos e dever do Estado e da família**, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 2006, p. 1).

Dessa maneira, pode-se compreender que a oferta do ensino na Educação Básica, advém também, do que se pode chamar de conhecimento empírico, que o discente traz consigo do contexto familiar. O que o sujeito aprendiz, traz na bagagem para consolidar na escola, junto a conhecimento científico. Então, se se torna claro a ponte de ligação para que aconteça a Educação do Campo, compreendendo a cultura do grupo social familiar do educando (Mazur, 2016).

No que tange à Educação do Campo, destaque-se a Política que impulsiona a Educação do Campo a obtenção de direitos sociais, para serem vivenciadas na educação camponesa, destaca-se entre suas ações: PRONERA, instituída no governo do até então Presidente Luíz Inácio Lula da Silva, através do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a **Política Pública Nacional de Educação do Campo** e o **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. Essa Política, é resultado de discussões prósperas à Educação do Campo, mediadas no 1º Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária (ENERA), evento ocorrido em 1997. “Naquele encontro identificou-se que muitas experiências genuínas para promoção da Educação do Campo estavam sendo desenvolvidas por várias organizações sociais e universidades” (Santos; Silva, 2016). O evento, elucidou a ideia de uma Educação do Campo, própria ao homem do campo, e, portanto, o **PONERA** foi um marco, sendo então uma das grandes conquistas desta modalidade de ensino, extremamente necessitada de âncora legal, que impulsionasse a **valorização dos saberes**.

Na conquista por direitos sociais, diante de uma sociedade pluralista, ao mesmo tempo segrega boa parte da população representada pela classe mais vulnerável da população geral, tais como: agricultores camponeses, quilombolas,

⁹ Reafirma-se nessa pesquisa: Constituição Federal, garantia a Educação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. acesso em: 21/02/2024.

ribeirinhos, negros, indígenas, moradores das periferias das grandes metrópoles, dentre outros. Destacam-se, fortemente a força da ação coletiva, da união dos povos que juntos batalham por um objetivo em comum, tendo em vista os desafios e anseios de um povo.

Para Arroyo (2015, p. 21):

Os movimentos da diversidade de coletivos sociais, raciais, de gênero, indígena, camponeses e trabalhadores vem reeducando esse olhar fechado dos direitos individuais. Ao se afirmarem coletivos em lutas por direitos coletivos pressionam para ir além dos direitos individuais. Coletivos que se sabem não iguais perante o direito, nem perante a lei, a justiça, nem perante a cidadania e o Estado. Se sabem **segregados como coletivos**, consequentemente vão além da **defesa da educação, da terra, do trabalho, da renda, da saúde e da justiça...** Como direito individual, de todo cidadão, e se proclamam sujeitos coletivos de **direitos coletivos** (grifos para essa pesquisa).

O autor, aponta a importância da união coletiva para a não segregação dos povos correlacionados a seus direitos sociais.

Como tantas outras, a Política do PRONERA advém de muitas lutas por direitos ministradas pelos Movimentos Sociais. Ao passo que, para esta política, destaca-se a ação muito forte do **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**, trabalhadores agrícolas, que além de contribuírem na estruturação da ementa, pressionaram o governo para colocar em vigor o projeto de Lei que garantia o direito orçamentário no Programa Nacional de Reforma Agrária.

Dessa maneira, fica definido o PRONERA, através do Decreto:

Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto. (Brasil, 2010, p.1).

Com a efetivação deste ato legal, fica então a obrigatoriedade de estados e municípios proporcionarem uma Educação do Campo que contemple desde a Educação Básica ao Ensino Superior, na qual as populações camponesas estejam inclusas efetivamente.

Nesta perspectiva, o próprio Decreto define: quem e **para quem** é destinada a Educação do Campo.

Os incisos do § 1º, do Art. 1º do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, entende-se por:

I - **Populações do campo**: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e

II - **Escola do campo**: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

Fica assim a definido que representa escolas do campo e seu público assistido, a quem se destina a Educação Campesina que, através do mesmo Decreto são elencados os subsídios necessários para a efetivação do ensino nas escolas. Tais como: **ambientação adequada** das escolas com **recursos pedagógicos** necessários; **formação continuada aos docentes** para ministrarem aulas que contemple a comunidade campesina, na qual, seja proposta uma **metodologia de ensino significativa** e que valorize a cultura e vivências do homem do campo; criação de um **Projeto Político Pedagógico (PPP)**, próprio a cada escola campesina, ao passo que, se entende que cada escola demanda uma necessidade e carência específica de cada comunidade do campo, ou seja, de cada realidade escolar; dentre outros.

Brasil (2010), destaca os objetivos gerais do PRONERA no Art.12º, sendo:

I - Oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, em todos os níveis de ensino;

II - Melhorar as condições do acesso à educação do público do PNRA; e

III - Proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos.

O PRONERA, tem por objetivo primordial a construção de uma Política Educacional Democrática que representa os trabalhadores/as da reforma agrária, através do respeito as diferenças dos sujeitos sociais, compreendendo cada qual em seu contexto de origem. E, simultaneamente, visando a permanência dos agricultores no campo, tendo o desenvolvimento sustentável como principal resultado desse processo educativo Brasil (2010).

Portanto, o documento compreende a todo público de estudantes

campe sinos desde a Educa ção Bási ca a todos os ní veis de ensino através de **projetos de incentivo**, a **forma ção docente**, **pesquisas**, **especializa ções** e **capacita ções em ní vel superior**. Por conseguinte, oportuniza recursos para os estudantes desenvolverem seu processo de ensino, dentro da proposta de Educa ção do Campo.

Assim, como qualquer outra Política Pública no Brasil, o PRONERA dispõe de uma série de fatores de pós e contras para ser efetivado na Educa ção Campesina brasileira, ao passo que, este Programa necessita comumente de recursos orçamentários governamentais para ser executado em todas as áreas de ensino, as quais o mesmo contempla e funciona como uma ponte entre o diálogo e a realidade, para a efetiva ção do processo educativo, reconhecendo os saberes acumulados, símbolos das comunidades e as histórias dos sujeitos sociais dos povos do campo.

Trata-se, de um projeto cujo o foco principal foi adquirido através do respeito aos Movimentos Sociais e a **valoriza ção** dos sujeitos camponeses, tudo isso fez do PRONERA uma importante referência para entender o debate acerca da Educa ção do Campo no Brasil, pautado na autonomia dos trabalhadores do campo, e na necessária articula ção entre universidades e Movimentos Sociais e Sindicais. Enfatiza-se dessa maneira, o PRONERA como uma Política Pública primordial na vida cultural e social da população campesina, de modo que, através desta, o estudante do campo teve a oportunidade de pensar novas possibilidades de ensino para construção de saberes, de preparo científico atrelado a seu contexto, tendo como palco principal a valoriza ção dos saberes locais. Através de uma metodologia de ensino que lhes possibilita autonomia para decidir sobre seus projetos e conquistas futuras dentre de seu próprio contexto social, aprendendo assim, técnicas corretas de manuseio da terra e seus produtos finais Santos; Silva (2016).

Para tanto, se pode afirmar que a Política do PRONERA é uma das mais importantes conquistas legais da Educa ção do Campo no Brasil, proferida através da luta coletiva dos Movimentos Sociais. Em suma, retrata com maestria a luta pela defesa do homem camponês, entendida, portanto, como o maior exemplo de Política Pública Nacional, de apoio e combate ao fechamento das escolas em comunidades campesinas Santos; Silva (2016).

Outra importante conquista das popula ções campesinas é de fato a Política desenhada sob o ponto de vista do **PROCAMPO** instituída através da

Resolução/CD/FNDE Nº 06 de 17 de março de 2009. Trata-se de uma Política social, que viabiliza recursos de apoio financeiro a professores representantes de classes carente, por exemplo, povos do campo, a terem **acesso ao ensino superior** através de **formações específicas, cursos de especialização, pesquisas e outros**. De modo que estes docentes, sejam aceitos e assessorados em universidades para adquirir o conhecimento necessário para ministrarem suas aulas ofertando cada vez mais conhecimento a seus discentes.

Como afirma o Projeto de Lei no Art.1º, define:

Art. 1º Autorizar a assistência financeira para instituições públicas de ensino superior com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de projetos educacionais para promover a ampliação do acesso e a permanência na universidade de estudantes de baixa renda e grupos étnicos diversificados, particularmente, profissionais da educação sem formação específica de nível superior. (Brasil, 2009, p. 1).

Com a proposta de oportunizar cada vez mais a acessibilidade de uma “**Educação Libertadora**” de direito à todas as classes sociais, **o PROCAMPO se destaca na Política de acessibilidade ao ensino superior** a docentes oriundos de comunidades de baixa renda, tendo em vista o crescimento educacional, consequentemente ofertado a estas comunidades. Representa também a luta por direitos de inserção da Educação do Campo em seleções e concursos públicos, de modo que o docente possa ter esse aparato legal para concorrer a vagas estatutárias, para o exercício da profissão dentro das comunidades camponesas Brasil (2009).

Tudo isso, foi possível com o **reconhecimento** da efetiva veracidade do **curso de específico a Educação do Campo**, impulsionando a aplicabilidade legal de estados, municípios e Estâncias Federais a organizarem os editais dos concursos de suas federações ofertando abrangência específica ao atendimento de escolas do campo abrindo vagas a cadeiras docentes, tendo em vista a necessidade de cada localidade respectivamente Guimarães (2017).

O Curso em Educação do Campo é voltado para as áreas de conhecimento legítimo ao público de comunidades camponesas. Desse modo, a metodologia de ensino é respaldada numa proposta curricular que viabilize o homem do campo e seu modo de trabalho no campo, numa perspectiva de cuidado com o social através de práticas ambientais sustentáveis de preservação da natureza e seus

componentes. À vista disso, rompe-se a barreira do capitalismo desenfreado que maltrata e destrói a natureza, visando apenas lucros financeiros e enriquecimento de poucos, onde muitos são prejudicados, perdendo muitas vezes sua essência e habitat natural, como comumente acontece com as comunidades indígenas, ribeirinhas e outros povos. Por conseguinte, geralmente são massacrados, até mesmo expulsos de seus territórios através de ações ilegais como extrativismo de madeira, caça e pesca de animais silvestres.

Neste sentido, Santos e Silva, (2016, 140-141) apontam que:

O PROCAMPO tem a intenção de fortalecer as Licenciaturas em Educação do Campo, integrando ensino, pesquisa e extensão, além de valorizar temáticas que sejam significativas para autonomia e reconhecimento das populações camponesas. Tem como princípio a formação de educadores/as através das áreas de conhecimento, rompendo com os saberes fragmentados e disciplinares, como ocorre na maioria das instituições de ensino superior brasileira.

Como Política de classe social, conquistada também na constante luta dos Movimentos Sociais, o PROCAMPO impulsiona esse acesso à Educação do Campo qualificada, no intuito de preparar o docente para desenvolver um trabalho social diferenciado dentro do contexto de Educação Básica em escolas camponesas, no sentido de efetivamente significar o ensino sustentável aos povos do campo.

E, o terceiro Exemplo de Política Pública Nacional, conquistada pelos Movimentos Sociais e voltada para a Educação do Campo, que merece destaque neste contexto educativo é o **PRONACAMPO**, tendo em vista que, está Política atenta para uma série de conquistas para as escolas de “pequeno porte” localizadas em comunidades camponesas, também motivando para o não fechamento destas escolas.

O Programa de Política Pública do PRONACAMPO foi instituído no Brasil através da Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013, em consonância, com o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Definido o mesmo como “**um conjunto articulado de ações de apoio aos Sistemas de Ensino para a implementação da Política de Educação do Campo**” (BRASIL, 2013, p. 1), previstas como pretensão a subsidiar a Educação do Campo em todas as etapas de ensino, compreendida da Educação Básica ao Ensino Superior.

A Política do PRONACAMPO está direcionada através das definições de população camponesa descritas na Lei do PRONERA, na qual, condiz ao respeito

as diversidades do campo e, valorizações dos saberes, dentre outros fatores fundamentais que elencam as características primordiais dos povos do campo. Embora, ainda em processo de construção, visto que, diferente do PRONERA, por exemplo, o PRONACAMPO não foi totalmente elaborado pelos Movimentos Sociais (Santos; Silva (2016).

A organização sistemática do PRONACAMPO, compreende (4), **quatro eixos** funcionais sendo eles: **I - Gestão e Práticas Pedagógicas; II - Formação de Professores; III - Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica;** e, o **IV - Infraestrutura Física e Tecnológica**. Esses eixos, estão dispostos com base na Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013, a qual regulamenta a Política do Programa Brasil (2013).

Eixo I - Gestão e Práticas Pedagógicas, aborda (3), três importantes fatores sendo o primeiro correlacionado a oferta de livros, materiais didáticos e pedagógicos aos quais, estejam voltados para o contexto do homem do campo. Sendo estes dispostos através do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, e de materiais complementares no âmbito do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE; o segundo ponto dispõe da oferta de ensino integral nas escolas do campo, apontando para a ampliação curricular de modo que, o ensino contemple tal contexto educativo; e, o terceiro ponto adentra nas questões de **turmas multisseriadas**, sob o intermédio do **Programa Escola da Terra**, destacando a importância do apoio pedagógico essencial para os mais variados níveis de escolaridades dispostos em uma turma mista de estudantes distintos ano/série, sendo está uma realidade, comumente vivenciada em escolas campesinas de “pequeno porte”.

Eixo II - Formação de Professores, contempla (2), dois pontos diretamente ligados aos professores da ativa, que desenvolvem o exercício da docência em escolas do campo sob a proposta fundamental da política do PROCAMPO inicialmente vivenciada, através da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da Rede Nacional de Formação de Profissionais da Educação (RENAFOR). A qual, atenta para a seguridade da **oferta de Ensino Superior** qualificado e, **condições de acesso aos cursos de licenciatura** destinados à atuação docente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio com a possibilidade de utilização da pedagogia da alternância; e, o segundo ponto, discorre para a necessidade de formação continuada à docente de escolas campesinas de modo que estas, levem

ao professor aperfeiçoamento contínuo em sua práxis pedagógica por áreas de conhecimento e projetos temáticos.

Eixo III - Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica, considera outras (2), duas questões primordiais no contexto de educação campesina, aos quais visam o **apoio às redes de ensino** para a **ampliação da oferta de Educação de Jovens e Adultos com qualificação profissional**, com a utilização da proposta pedagógica do saberes da terra; e o apoio à inclusão social dos jovens e trabalhadores do campo por meio da ampliação da rede federal de educação profissional e tecnológica, do fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores de acordo com os arranjos produtivos locais. E para tanto, considerando o significativo e essencial valor ao incentivo da ampliação dos saberes que corroboram com a educação sustentável nas comunidades camponesas.

E, por fim o eixo IV - Infraestrutura Física e Tecnológica, o qual atenta para (4), quatro importantes fatores ligados a Educação do Campo, sendo o primeiro dispondo do fundamental apoio a nível de gestão pública, no que diz respeito a **subsídios financeiros às redes de ensino para a construção de escolas** de Educação Básica e Educação Infantil; o segundo fator considera a importante **inclusão digital** por meio da ampliação do acesso a computadores e às tecnologias digitais, tendo em vista inclusive a crescente demanda efetivamente falando, sob a ideia de novas metodologias de ensino, muito necessária no contexto educacional atual; o terceiro fator aponta à **disponibilização de recursos** específicos para a melhoria das condições de funcionamento das escolas do campo e quilombola, da infraestrutura necessária para o acesso à água e saneamento e pequenas reformas; e por fim, o quarto ponto deste eixo, destaca a importância da **oferta de transporte escolar “intracampo”**, respeitando as especificidades geográficas, culturais e sociais, bem como o critério de idade dos estudantes.

Neste quarto momento já considerando a acessibilidade da continuidade do processo educativo em escolas maiores (urbanas) visto que, a Educação Básica representada pelas escolas de “pequeno porte”, contemplam geralmente as turmas de ensino da Educação Infantil e Fundamental I do 1º ao 5ºano. Contexto esse, que condiz com a realidade das escolas do campo as quais, representam a Educação Básica de escolas campesinas do Município de Passira, região Agreste de

Pernambuco, Nordeste do Brasil, lócus de pesquisa do presente estudo.

Vale destacar que, o PRONACAMPO é uma Política Pública recente no contexto de Educação do Campo, dessa maneira, encontra-se em constante aprimoramento visto que, seu processo de construção em alguns momentos limita as contribuições dos Movimentos Sociais, visando inclusive os aspectos financeiros do agronegócio quando impulsiona também na inserção dos jovens em atividades lucrativas as quais, foram descritas no eixo III do PRONACAMPO. “A restrição ao protagonismo dos movimentos sindicais e sociais na elaboração das ações desta Política está bem distante do cenário em que foram elaboradas as Políticas anteriores” Santos; Silva (2016, p. 142) supramencionadas: PRONERA e PROCAMPO.

E, desse modo, em momentos se pode inferir controvérsias na ideia principal de uma Educação Sustentável. No entanto, sua corroboração com a Educação do Campo é considerada um saldo positivo para esta modalidade de ensino e que, contempla grandes conquistas a educação em sua totalidade.

Assim, pode-se compreender as Políticas Públicas voltadas para a Educação do Campo, tomando, por exemplo, as supramencionadas nessa pesquisa, como ações corroborativas que se completam entre si, no intuito de proporcionar efetivamente uma oferta de ensino contextualizado em consonância ao contexto do homem camponês. Dessa maneira, impulsionado a conjuntura de ideias de uma educação que dissemina projetos sustentáveis que evidenciam a natureza como carro chefe da uma vida saudável. E para tanto, buscando caminhos para minimizar as ações capitalistas, financeiras, muitas vezes ilegais que acarretam numa série de danos nocivos a natureza.

E, além disso, ratificam-se como Políticas fundamentais na garantia de direitos sociais, de modo que, estas proporcionam o acesso a uma Educação digna, na qual, oferta acessibilidade a cursos específicos para o crescimento educacional do docente e conseqüentemente de seus discentes, considerando a perspectiva constante da troca de saberes, no processo de ensino e aprendizagem.

2.1.2 Tratativas da Política Pública Nacional em escolas campesinas do Município de Passira, agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil

Para entender o processo evolutivo da Educação do Campo, pode-se

verificar que lutas foram travadas e, uma série de nomenclatura foram adotadas através de programas ofertados pelo sistema governamental, se espelhando nas conquistas da então conhecida como “**Escola Nova**”¹⁰, onde se registram aspectos importantes na democracia de Políticas Educacionais. Nomes de acordo o MEC – Ministério da Educação como “**Escola Ativa**”¹¹ Brasil (2015, p. 1).

O **Programa Escola Ativa** busca melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo. Entre as principais estratégias estão: implantar nas escolas recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitar professores.

Os referidos, surgiram no intuito de superação, como marcos históricos da conquista pela Educação do Campo, que se aponta também o conceito de “**Ruralismo Pedagógico**”. Surgiu em meados da década de mil novecentos e trinta (1930), sendo compreendido como “uma proposta de educação do trabalhador rural que tinha como fundamento básico a ideia de **fixação** do homem no campo por meio da pedagogia” (Bezerra Neto, 2016, p. 15). Para o momento do seu desenvolvimento, era vista com excelência pelos os que o faziam, no entanto, seu conceito gradativamente perdeu o sentido, quando se compreende o que de fato é Educação do Campo.

Uma visão atual e contrária da verdadeira ideia de Educação do Campo, apresenta uma proposta de ensino “Libertador”, capaz de valorizar os saberes, contribuindo para o crescimento do cidadão camponês com propostas inovadoras dentro de seu contexto social, e visando novas oportunidades para conquistas adversas mediante a construção processual de ensino aprendizagem curricular. Com novas possibilidades educativas de valorização do homem do campo, o que até então era visto como um ensino limitado, agora visa contribuir, mostrando meios de crescimento profissional e sobrevivência do homem camponês em seu próprio

¹⁰No Brasil, as ideias da **Escola Nova** foram inseridas em 1882 por Rui Barbosa (1849-1923). O grande nome do movimento na América foi o filósofo e pedagogo John Dewey (1859-1952). John Dewey, filósofo norte americano influenciou a elite brasileira com o movimento da Escola Nova. Para John Dewey a escola não pode ser uma preparação para a vida, mas sim, a própria vida. Assim, a educação tem como eixo norteador a vida-experiência e aprendizagem, fazendo com que a função da escola seja a de propiciar uma reconstrução permanente da experiência e da aprendizagem dentro de sua vida. Então, para ele, a educação teria uma função democratizadora de igualar as oportunidades. De acordo com o ideário da escola nova, quando falamos de direitos iguais perante a lei, devemos estar aludindo a direitos de oportunidades iguais perante a lei. Por HAMZE, Amelia. Disponível em <https://educador.brasilecola.uol.com.br/gestao-educacional/escola-nova.htm>.

¹¹ Maiores informações disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/escola-ativa>. acesso em 12/10/2023.

contexto social RIBEIRO, (2013).

Como explica a autora, esta construção de escola do campo visa eliminar o conceito de escola rural, ela constrói, e, está pautada em um ensino de valorização, dando amplitude ao professor em sala de aula, atrelando a prática pedagógica ao contexto de homem do campo. Tudo isso, torna-se viável através de estratégias pedagógicas articulando a práxis docente com o tempo da comunidade, na perspectiva de resgate cultural, onde o estudante é o protagonista principal do contexto educativo.

Tais questões reflexivas que envolvem a ideia da verdadeira Educação do Campo onde se elenca a valorização dos saberes, são vias de regras para a superação da ideia de “Educação Rural”, onde outrora não se tinha tanta importância, e conseqüentemente os subsídios necessários à sua total efetivação; “uma dívida social do estado brasileiro – está associada à Educação do Campo, como negação da Educação Rural” (Ribeiro, 2013, p. 2).

Nesta mesma linha de pensamento Caldart (2010) citada por Alves e Nonato (2020) destaca que “esse modelo de educação nasceu vinculado aos trabalhadores pobres do campo, aos trabalhadores Sem Terra, sem trabalho, dispostos a reagir, a lutar e a se organizar contra situações em que se encontravam, ampliando o olhar para o conjunto dos trabalhadores do campo”. Por conseguinte, evidencia-se o contraponto entre a Educação Rural para a então, Educação do Campo. De acordo com a autora, pode-se inferir que, este tipo de educação proposto para aquela época, até então, compreendida como algo de melhor para o momento, mesmo que ofertada “de qualquer jeito” sem a devida cobrança de uma educação qualificada, se traduz em uma conquista para aquele contexto educacional.

Nesse contexto, realizando reflexão pessoal numa passagem de aproximadamente vinte anos, regressando ao início dos anos 2000, onde relativamente se concluí o Ensino Fundamental em uma escola campesina do município de Passira, em Pernambuco, é possível relatar enquanto docente, a discrepância das realidades vivenciadas há mais de duas décadas, no Ensino da Educação Básica.

Primeiramente é possível verificar tal afirmativa na exigência quanto a formação docente, de modo que o professor lecionava sem problema algum em uma escola do campo contendo inclusive o Ensino Fundamental II incompleto, realidade vivenciada pela presente autora dessa pesquisa. Uma realidade

totalmente oposta à Política pública Nacional, a saber: PRONERA e PROCAMPO, que impulsionam os docentes a se qualificarem cada vez mais, buscando crescimento profissional e efetivação permanente de ensino qualificado, que atualmente, são pontos bem defendidos pela Educação do Campo. Nesta perspectiva, Alves e Nonato apontam que a Educação do Campo,

Se apresenta como uma **garantia de ampliação das possibilidades dos camponeses a criarem e recriarem as condições de existência no campo**. Portanto, a educação é uma estratégia importante para a transformação da realidade dos sujeitos do campo em todas as suas dimensões: sociais, ambientais, culturais, econômicas, éticas, políticas (2020, p. 327) (grifos para essa pesquisa).

De modo pessoal, outro aspecto que ficou gravado a memória está diretamente ligado aos espaços físicos das escolas muito pouco assessorados, pouquíssima cobrança no ensino ofertado e a raridade no incentivo ao término do Ensino Básico. Essa afirmativa, considerada tanto na visão por parte dos professores, quanto principalmente pelos pais, que se limitavam a colocarem seus filhos na escola apenas para aprender a “**escrever o nome**” e leitura apenas de codificação de pequenas palavras.

Comumente, o trabalho agrícola era muito mais valorizado e incentivado a sua continuidade. Neste contexto, a criança frequentava a escola em períodos de poucas necessidades nas épocas não correspondentes as do plantio e colheitas das lavouras. Pois, nestes períodos, geralmente os então estudantes eram incentivados a auxiliarem seus pais na realização das atividades agrícolas. Assim, evidenciando as características de uma “Educação Rural”, na qual pouco importava o contexto social, ou saberes culturais. A ideia principal desta forma de vivência educativa é a continuidade de trabalho agrícola, visando apenas lucros financeiros.

No entanto, vale ressaltar que, a maioria das famílias passirenses nesta época, desenvolviam as atividades agrícolas através da agricultura de subsistência, ou seja, o trabalho desenvolvido apenas para manter o sustento pessoal de suas próprias famílias. E, para contribuir com a renda familiar, os pais, chefes de família, desenvolviam trabalhos agrícolas também, nas fazendas locais para garantir o sustento familiar (SEMED, 2023).

Através das ações da Política Pública Nacional e suas consequências significativas no município, obteve-se a conquista de uma parceria para formação

docente em Curso Específico a Educação do Campo, ofertado pelo Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) tendo sua 1ª edição no ano de 2013 e, com nova participação do Município de Passira no presente ano em curso (2024). É possível perceber então que essa formação é entendida como pertinente, porém ainda escassa considerando o espaço temporal desenhado na oferta do Curso. Além disso, a SEMED informa que há realização de alguns projetos de regastes culturais, vivências locais como os festejos juninos, saberes folclóricos e outros. Tais ações, são compreendidas como saldo positivo na Educação Básica ofertada nas escolas campesinas do município.

Em contrapartida, infelizmente ainda não se concretizou a efetiva construção dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), próprios de cada escola, que atenda às necessidades pessoais de cada instituição de ensino. Tendo em vista que estas escolas são regidas por um PPP único que fica disponível na SEMED, onde este é destinado a atender as demandas das escolas campesinas de pequeno porte, que estão na ativa no município.

Quanto à questão do fechamento das escolas do campo no município, partindo de uma visão ampla, considerando as ações da Política Pública Nacional no município, este processo se dar pelo fato do crescente e notável índice de diminuição no número de estudantes matriculados nestas escolas, levando a gestão a incumbência de nuclear as escolas, remanejando os discentes às escolas maiores, mais próximas as localidades de origem. Revela-se que assim, de acordo com a visão da gestão municipal é garantida o direito de permanência no contexto da Educação do Campo, mesmo que nas escolas maiores, muito embora contrapondo a ótica da Política Pública Nacional, na qual defende que somente será fechada uma escola em último recurso, no entanto, é importante considerar o impacto que o fechamento de escola terá na comunidade local e buscar alternativas viáveis sempre que possível.

2.2 Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCN's para educação de escolas campesinas

A partir da premissa a Lei nº 9.394/96 as Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que regulariza a organização da educação brasileira com base nos

princípios presentes na Constituição Brasil (2013)¹².

As **Diretrizes Curriculares Nacionais** (DCN's) representam um conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica que orientam as escolas na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas. Objetivando como princípio básico promover a equidade de aprendizagem, garantindo que conteúdos básicos sejam ensinados para todos os alunos, sem deixar de levar em consideração os diversos contextos nos quais eles estão inseridos. (Brasil, 2013, p. 9).

Assim definido, as (DCN's) representam uma série de pontuações normativas, reguladoras que devem ser cumpridas por todo contexto efetivo da Educação Básica brasileira. Estas importantes definições norteiam o trabalho docente na concretude do ensino de modo que, o contexto seja prevalecido na sua essência sociocultural de maneira autônoma desde que, não se desmembre da premissa de respeito e Direito à Educação garantindo constitucionalmente.

As DCN's, orientadas pela LDB, assim como também pela Constituição Federal de 1988, concebidas e fixadas pelo **Conselho Nacional de Educação** (CNE) direcionam o planejamento curricular da Educação Básica em todo país. Assim sendo, vale ressaltar que elas não substituem e, tão pouco, são menos importantes que a **Base Nacional Comum Curricular** (BNCC). De modo que, a Base é o documento mais recente efetivado em 2017. Mas, sua constituição está diretamente atrelada a DCN's, que se apresenta como documento normativo também oficial da Educação Básica Brasileira.

Sob a premissa de **garantia a equidade**, considerando os diversos contextos nos quais estejam sendo vivenciadas a Educação Básica brasileira numa perspectiva inclusiva e, de direitos a todos os povos, se pensa também na oferta do ensino nas escolas localizadas em territórios campestres. Desse modo, as DCN's à Educação do Campo definem o “presente Parecer Nº 36/2001, provocado pelo art. 28 da LDB, propõe medidas de adequação da escola à vida do campo” (Brasil, 2013, p. 269) e definem educação para os povos do campo

A Educação do Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e

¹² Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192

extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana.

Como bem pontuado pela DCN, a Educação do Campo, antes compreendida apenas numa visão territorial, limitava a uma proposta de ensino curricular “inferior” ao que se ofertava nas escolas urbanas. De fato, essa não é uma visão de um “Ensino Libertador” capaz de desenvolver a criticidade no educando. A Educação do Campo legitimamente reconhecida como modalidade de ensino na Educação Básica brasileira está ancorada e, registrada sua importância para os povos do campo também nas **Diretrizes Nacionais**.

Sua relevância garante a estes povos o Direito a Educação de qualidade e com equidade dando as condições necessárias para atender as diferenças na sua totalidade a todos os sujeitos de cada contexto específico. Desse modo, a própria DCN aponta que o reconhecimento de educação para os povos do campo foi possível pela força coletiva dos Movimentos Sociais que têm travado ao longo dos anos lutas por **direito a vida, a terra, a sustentabilidade** e, portanto, uma **educação significativa** em seu contexto local.

Desta feita, pensada e almejada pelos próprios interessados sua efetivação não poderia ser divergente da realidade camponesa em sua totalidade. E, vale destacar que a Educação do Campo assim como outras modalidades de ensino foi, e é, palco de discussões sucessivas entre docentes visando sua amplitude e melhorias significativas e, portanto, tal afirmação se faz presente nos próprios registros históricos constituintes da Constituição e Diretrizes para Educação Camponesa (Brasil, 2013).

Se enfatiza seu desenvolvimento através do princípio constitucional de valorização a cultura e contexto local de cada comunidade as DCN's destacam a importância da adaptação curricular também através de um calendário letivo a nível estadual de modo que sejam respeitados os direitos de dias letivos, mas também, os períodos de entressafra visto que, a Educação do Campo também considera o tempo comunidade como parte fundamental de um ensino significativo atrelado ao contexto camponesino.

Ao localizar o Município de Passira neste contexto tal qual pertencente a região agreste Estado de Pernambuco, Brasil, verifica-se que o mesmo é orientado

apenas a adaptação de atividades curriculares respeitando as características regionais não contando com implicações mais específicas em relação a outros estados brasileiros.

Alguns Estados apenas preveem, de forma genérica, o respeito às características regionais na organização e operacionalização de seu sistema educacional, sem incluir, em suas Cartas, normas e/ou princípios voltados especificamente para o ensino rural. É o caso do Acre, que no art. 194, II, estabelece que, na estruturação dos currículos, dever-se-ão incluir conteúdos voltados para a representação dos valores culturais, artísticos e ambientais da região. Com redações diferentes, o mesmo princípio é proclamado nas Constituições do Espírito Santo, Mato Grosso, Paraná e Pernambuco. (Brasil, 2013, p. 276).

É possível perceber o quanto a Educação do Campo precisa ser efetivada através de mecanismos inclusivos e de acessibilidade e relevância para os povos do campo, destacando também a importância do trabalho docente neste processo mediante orientação normativa das DCN's, que por diversos momentos representa papéis variados no palco de sala de aula na premissa de ofertar um ensino qualificado a seus estudantes, tendo que fazer as adaptações curriculares necessárias em consonância com as **vivências regionais** de cada estado (contexto campestre) brasileiro. Diante disso, sobre o princípio constitucional está definido na (LDB) Lei Nº9.394/96.

Quadro 2 - Sobre o Artigo 28 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

Art. 28 Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente.

~~I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; (Revogado)~~

I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras, da pedagogia da alternância; **(Redação dada pela Lei nº 14.767, de 2023)**

II — Organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;

III — adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014)

Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos dados de pesquisa em 06/11/2023.

De fato, constitucionalmente o Direito a Educação de qualidade e com equidade é legítima não importando o contexto no qual esteja sendo efetivada, campo ou cidade, o ensino deve proporcionar o crescimento profissional e crítico do estudante. Porém, a grande questão que há por traz do que está posto neste artigo da Lei é a rotulação do “rural” limitando o ensino apenas ao aspecto territorial, o que na verdade pesa e almeja a verdadeira proposta de Educação do Campo é um ensino através de **“um movimento social, cultural e identitário que afirma o direito à terra, ao trabalho, à dignidade, à cultura e à educação”** (Arroyo, 2015, p. 7).

Com a instituição das DCN's, através da RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002. Sobre a Educação do Campo fica assim definido:

Parágrafo único. A **identidade da escola do campo** é definida pela sua **vinculação às questões inerentes a sua realidade**, ancorando-se na temporalidade e **saberes próprios dos estudantes**, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (Brasil, 2013, p. 282) (grifos para essa pesquisa).

Ressalta-se assim, a importância de romper com as barreiras territoriais e “preconceituosas” que geram estereótipos, que limitam a Educação do Campo a estâncias isoladas. Oportunizando amplitude na conquista de direitos e conquistas de formação docente e oferta de ensino qualificado, visando um desenvolvimento tecnológico e sustentável.

As DCN's de fato, configuram uma conjuntura de artigos normativos, regras que norteiam a Educação Básica como já mencionado nesta pesquisa, desse modo a Educação do Campo se faz garantida através de lutas travadas efetivamente pelos povos do campo. Quanto a Resolução de 2002, o texto apresenta uma sequência de orientações plausíveis (necessárias) as quais, subsidiam a Educação do Campo em todo território brasileiro. Tendo em vista a participação da comunidade campesina, articulando as parcerias entre Movimentos Sociais e estâncias governamentais que viabilizam o estado democrático e de direito.

2.2.1 Política Pública Nacional para Educação do Campo na proposta curricular da BNCC

A Constituição Federal de 1988, destaca o processo de construção de planejamento educacional, visto que, o processo de descentralização abrange a todas as esferas sociais. E, depõem a Estados e Municípios a autonomia de manterem ou não sistema próprio de ensino¹³, podendo ambos se desmembrarem, desde que este disponha de uma gestão democrática e participativa.

Neste contexto, Meneses, Silva e Machado (2011, p. 5) acrescentam:

A Constituição Federal de 1988 que deu aos municípios a natureza e a posição de ente federativo, ao definir que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. E, ainda, estabeleceu que a organização político-administrativa da República compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição.

Desse modo, as Políticas Educacionais devem ser ofertadas de maneira adequada a cada contexto educativo, valorizando o sujeito, como se pode citar a proposta de ensino para as escolas campesinas. Ao passo que, nem sempre as ofertas de Políticas Públicas chegam a estas escolas, de maneira justa, deixando a desejar em alguns aspectos tais como: infraestrutura físicas adequadas, a questão de apoio pedagógico e subsídios para o professor desempenhar seu trabalho pedagógico em sala de aula (Santos; Silva, 2016).

A liberdade dada ao professor sobre o que ensinar e como ensinar, está legitimamente reconhecida pelo desmembramento das estâncias governamentais para dessa maneira, a conjuntura educacional local, construir seus próprios sistemas de ensino reconhecendo sua cultura local como fonte de inspiração e adequação contextual curricular. No entanto, tal liberdade, precisa atender a proposta curricular vigente na qual esteja inserida a instituição de ensino (Meneses; Silva; Machado, 2011).

Em 2017, foi concluído o projeto atualizado de um documento normativo, a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** onde, após entrar em vigor, passa a ser considerado um Documento Norteador Nacional da Educação Básica no Brasil.

¹³ Constituição Federal de 1988. § 4º Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino. Disponível em https://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao_educacao.pdf.

A Base foi concebida mediante os preceitos norteadores da Política do Plano Nacional de Educação (PNE), ao qual diz que, todos os estudantes devem desenvolver as aprendizagens essenciais ao longo de todas as etapas de ensino da Educação da Educação Básica (Brasil, 2017).

Trata-se, de um documento exclusivamente com fins educacionais previstos no § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996). Além disso, o mesmo é foi elaborado sob as orientações norteadoras das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN's) que apontam para os princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (Brasil, 2017).

Ao seguir a proposta de liberdade institucionais na formulação dos sistemas próprios de ensino, a BNCC se destaca sendo a maior referência na formulação dos currículos educacionais. O documento, em suma é uma somatória contextualizada dos documentos e projetos de Lei aos quais a antecede e lhe ancora na constituição das Políticas Educacionais. Assim, Brasil, (2017, p. 8) se destaca como:

Referência nacional à formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Como bem é destacada na proposta da base, suas implicações atentas para os objetivos desde as propostas curriculares até as condições de trabalho docente ligados inclusive a ambientação escolar, dentre outras. Portanto, fica evidente sua importância para a educação brasileira.

Este documento, está constituído sob a definição geral de dez competências gerais de modo que para a base, o termo “**competências**”, definem a mobilização dos conhecimentos, habilidades ligadas as práticas cognitivas e socioemocionais, as ações atitudinais e os valores sociais que apontam para a tomada de decisões na vida cotidiana enquanto cidadão e no mundo do trabalho (Brasil, 2017).

A BNCC, traz em uma de suas competências gerais a importância da valorização da diversidade de saberes, mas, infelizmente está, deixa a desejar no

que diz respeito ao ensino qualificado da educação camponesa, não apresentando nenhum capítulo específico para tal modalidade de ensino, a Educação do Campo.

Dessa maneira fica proposto em Brasil (2017, p. 9):

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (grifos para essa pesquisa).

Desse modo, é notável a discrepância que há entre o que defende a proposta do documento e sua relação direta com esta modalidade de ensino, a qual não dispõe de um aporte significativo de defesa a liberdade de ensino aos povos do campo, pois apresenta uma visão para o processo de ensino generalizador e unificado. E, portanto, essa “exclusão” da base sob uma proposta curricular a população camponesa tem sido alvo de grandes debates entre os docentes e populações que defendem a Educação do Campo, na busca incansável pelo reconhecimento da Educação do Campo e sua valorização social. O que é apontado pela sexta competência da base, abre um leque de possibilidades para cobranças sociais sob a sua efetivação na proposta de reconhecer os povos do campo como parte integrante do ensino brasileiro.

Neste contexto, sob a fragilidade governamental do reconhecimento dos povos do campo, como parte integrante dos sistemas educacionais no Brasil. Sendo essa, uma dívida histórica oriunda de uma série de lutas por direitos sociais, o que infelizmente se vem acontecendo é o crescente número de escolas em espaços camponeses sendo fechadas, além disso ainda se tem a problemática de que infelizmente a oferta de recursos destinados a estas escolas serem limitados ou em alguns casos insistentes (Medeiros; Meneses, 2020).

A negação de direitos aos povos do campo são fatores bastantes amplos correlacionados a esta problemática, visto que, o acesso dos camponeses a educação partindo das ações da Políticas Pública Nacional geralmente é limitado, e, isso infelizmente é um fato em boa parte dos contextos educacionais no Brasil. Em contrapartida, sob a perspectiva dos camponeses, agricultores, povos do campo, que normalmente sobrevivem do trabalho agrícola, para sobreviver. A escolarização nem sempre era posta em primeiro plano, já que o trabalho neste contexto, é compreendido como um ato de sobrevivência familiar. Desse modo, era

muito comum os filhos dos trabalhadores rurais deixarem os estudos para auxiliarem seus pais nos trabalhos agrícolas (Caldart, 2012; Arroyo, 2015).

A Constituição Federal de 1988, destaca o direito constitucional, legítimo de uma educação de qualidade e digna para todos os cidadãos brasileiros, de modo que seja garantido um ensino qualificado e que seja ofertada as respectivas condições de trabalho em todas as instituições de ensino.

De acordo com Brasil, (2006), é evidente na Constituição, que:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Uma verdade justa e garantida legitimamente, no entanto, nem sempre essa é uma “verdade” vivenciada nas escolas do campo, deixando os estudantes camponeses meio que a margem da regra geral da educação brasileira. Quando conseguem tal direito, geralmente se destaca um viés capitalista, considerando neste momento a Política do PRONACAMPO à qual como citada anteriormente, se trata de uma conquista significativa aos povos do campo, porém, ainda com ressalvas já que, a mesma retrata também a ideia de trabalho agrícola numa perspectiva capitalista apresentando aspectos financeiros do agronegócio, condição que diverge a Educação do Campo. “Assim, a escola e o próprio currículo escolar funcionam em uma lógica contrária em relação ao modo de vida das populações do campo, quando desenvolvem um ensino que não é contextualizado com a realidade vivida pelos/as estudantes do campo” (Medeiros; Meneses, 2020, p. 4).

Desse modo, advém o questionamento sobre a proposta da BNCC e, sua real implicação da Educação do Campo. Para o docente de escolas do campo fica a incumbência de direcionar a proposta curricular da base, ao contexto do homem do campo. No que tange o documento, Silva, afirma que:

[...] por si só não alterará o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, **influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações** e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da base. (2018, p. 5)

(grifos para essa pesquisa).

No tocante à Educação do Campo, a escola precisa realizar as adaptações necessárias do currículo proposto, para a oferta de um ensino significativo, onde seja evidenciado a cultura popular e os saberes do campo, trazendo a comunidade para o contexto escolar. E que, esse ensino seja capaz de impulsionar o estudante do campo a ser um cidadão transformador de sua própria história dentro do seu contexto social, através da prática docente motivadora, capaz de possibilitar as vivências e saberes populares no processo de aquisição da aprendizagem curricular.

Como mencionado nessa pesquisa, o Município de Passira ainda não possui Sistema de Ensino próprio. Portanto, o corpo docente segue as orientações da **Secretária de Educação do Estado de Pernambuco (SEE)**. Através da esfera estadual foi constituído o **Currículo de Pernambuco**, obviamente sua formulação, partindo da maior da estância federal, a BNCC.

Assim como a BNCC, o Currículo de Pernambuco é um documento articulado pela Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/PE). Sua concepção, está aportada sob os Parâmetros Curriculares de Pernambuco - PCPE (2012), que atendem ao Ensino Fundamental, ao Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos; as Diretrizes Curriculares Nacionais- DCN's (2013) bem como, a BNCC, para a Educação Infantil; Ensino Fundamental; e, Ensino Médio. O mesmo foi homologado já no ano seguinte à Base, (2018). Sendo até então, o norteammento curricular docente em todo Estado de Pernambuco Brasil (2018).

Brasil (2018, p. 18), aponta que:

O Currículo de Pernambuco não surgiu do vazio; ele é a consolidação das diferentes formas de pensar e fazer o processo educativo das diversas instâncias de construção curricular, assim como das indagações existentes nas escolas sobre a Educação, sobre a sociedade e sobre os conceitos que fundamentam o currículo enquanto definidor do que se deve ensinar e aprender, sempre tomando como ponto de partida a problematização das necessidades inerentes às práticas educativas.

Desse modo, se revela que o Currículo de Pernambuco foi constituído considerando as características locais e saberes populares estaduais e, portanto, uma nobre aproximação na proposta curricular aos saberes socioculturais do

Estado de Pernambuco, mesmo que ainda necessite de melhorias, partindo do princípio de processo educacional contínuo.

Porém, no contexto de educação campesina além de Passira não dispor de sistema de ensino próprio e ainda não apresentar uma proposta curricular própria de cada escola, é atribuída aos professores a tarefa de adequar sua proposta curricular aos saberes do campo. E, dessa maneira subentendesse que a demanda do trabalho docente se torna ainda maior e mais preciso, parafraseando a realidade comumente vivenciada em escolas do campo, formação de turmas “multisseriadas”, vale então trazer clareza para o fato de que a própria Base ser excludente a este público, não ofertando qualquer respaldo quanta a formações para o trabalho docente na concretude do ensino.

2.2.2 Direitos adquiridos sob a ótica dos Movimentos Sociais no tocante a Política Pública Nacional

A Educação do Campo no campo é fruto de muitas lutas e batalhas travadas através de Movimentos Sociais que uniram forças para reivindicar o direito por uma educação que possuísse um sentimento amplo quanto a sua implicação no contexto sócio cultural campesino. Fazendo com que os seus participantes pudessem dispor de um ensino motivador, tendo como base fundadora sua própria essência cultural. Um ensino que aponte para questões de seus próprios interesses “questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura” (Caldart, 2012, p. 257).

Desafios e anseios são o motor energético que ao longo da história propõe a luta pelo direito à educação com amplitude, alcançando a sociedade menos favorecida, de baixa renda, oportunizando posteriormente também, os estudantes de escolas do campo, que hoje dispõem do direito de estudar e conviver com seu contexto social e local.

A Educação do Campo veio para **resgatar uma dívida histórica** que nossa sociedade tem com as pessoas que trabalham nesses espaços, porém os mesmos devem buscar compreender as especificidades culturais, econômicas e sociais desses sujeitos para que a escolarização deles seja garantida sem a desvalorização de suas raízes. Como relata Arroyo (2016, p. 3), **“é preciso que as questões**

curriculares incorporem saberes do campo, que prepare o homem para a produção e o trabalho, para a emancipação, para a justiça, para a realização plena como ser humano.”.

Quanto aos requisitos legais a Política do PRONERA, define como princípios da educação campesina. Brasil, (2010, p.1-2) como apresenta o quadro a seguir:

Quadro 3 - Sobre os princípios da Educação do Campo

Art. 2º princípios educação campo:	São da do	I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
		II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
		III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
		IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
		V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos dados de pesquisa em 10/08/2023.

Estes princípios atribuídos a Educação do Campo no Brasil, foram, e ainda são palco de discussões constitucionais para a cada dia, os povos do campo desfrutarem de uma verdadeira educação de direitos através do reconhecimento social. Ressalta-se, a Política do PRONERA dentre outras, são significantes conquistas desta população que por muito tempo teve o Direito à Educação previsto pela Constituição, negado. E, quando ofertado, ministrado de maneira indesejada e insatisfatória.

No Brasil, os Movimentos Sociais em especial o **Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST)**, foram o motor energético que impulsionam para o reconhecimento nacional desta modalidade ensino, tendo como público alvo os filhos dos trabalhadores do campo. Reafirmando, antes compreendida como “Educação Rural”, a qual limitava o estudante ao sistema capitalismo, onde os trabalhadores rurais representavam a “mão de obra” de baixo custo aos grandes latifundiários. E, para tanto, nesta perspectiva o processo escolar deste público era pouco disponibilizado e quando era ofertado, sem muita cobrança pelos sistemas de ensino (Caldart, 2012).

A partir da luta por direitos dos povos do campo, o MST decide incluir em sua pasta de lutas sociais na década de 1990, a Educação do Campo, com uma nova roupagem, reconhecendo o homem do campo como parte fundante da educação campestina. E, portanto, visando novas possibilidades através de um ensino que alavancasse as vivências no campo. Tal ação movimento de luta sob a justificava da “necessidade de uma educação de qualidade ao meio rural num sentido de formação humana e aos interesses da vida do campo, e não mais como instrumento de manobra do modo de produção capitalista” (Danieli, 2017, p. 4).

Neste mesmo contexto, no Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC (2012, p. 3) afirma que:

A Educação do Campo surge das experiências de luta pelo direito à educação e por um projeto político pedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora do campo, na sua diversidade de povos indígenas, povos da floresta, comunidades tradicionais e camponesas, quilombolas, agricultores familiares, assentados, acampados à espera de assentamento, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e trabalhadores assalariados rurais.

Dessa maneira, o Fórum como ação social, reconhece a povos do campo, como parte fundante do Projeto Político Pedagógico voltado para este público, e, portanto, sua segregação é inaceitável na constituição curricular de Educação do Campo.

Assim, são enfatizados os direitos adquiridos pelos povos do campo na Política dos Movimentos Sociais, tais como as Políticas Públicas Básicas: PRONERA, PROCAMPO e PRONACAMPO que subsidiam a Educação do Campo no Brasil, como parte integrante do contexto educativo brasileiro.

E, a partir destas Políticas são dispostas ações como: acesso à escola em áreas

campesinas, inclusão de uma proposta pedagógica atendida ao contexto sócio cultural dos povos do campo, transporte para deslocamento dos estudantes quando há necessidade, formação docente correspondente a didática da Educação do Campo, cursos de especialização, incentivo ao ingresso de estudantes oriundos de comunidades campesinas a universidades públicas, projetos sociais que viabilizam a parceria entre escola e comunidade, incentivo a uma política educacional que preserve a natureza sob a responsabilidade de um trabalho ecológico e sustentável, dentre outras questões que corroboram para a efetivação da educação básica em escolas campesinas, limitando ao máximo o índice de escolas do campo fechadas ou desativadas nas comunidades campesinas. E, tudo isso, só foi possível pela luta incansável dos Movimentos Sociais que perpassam ao longo dos anos, na busca de melhorias a população do campo Danieli (2017).

2.3 Fechamento das Escolas Campesinas

2.3.1 O êxodo rural e a urbanização no Brasil: reflexos históricos da redução da população camponesa

As questões que levam ao ato de “fechamento” das escolas do campo também podem ser vistas numa perspectiva histórica, no que se refere ao êxodo rural. Uma tomada de decisão emergencial ministrada pelos povos do campo em busca de condições financeiras melhores de sobrevivência numa sociedade historicamente capitalista. A prática do êxodo rural perpassa em longo espaço temporal no Brasil, com registros de grande incidência na década de 70, quando ocorre no país, a inversão populacional oriunda do processo de industrialização nos campos brasileiros, levando as comunidades camponesas a abandonarem suas moradias de origem e, migrarem às áreas urbanas em busca de trabalho (Arroyo, 2012; Caldart, 2002, 2012; Mazur, 2016).

Para entender como ocorreu este processo que também, posteriormente vem a contribuir diretamente no fechamento das escolas, se faz necessário voltar um pouco na história no intuito de compreender a ocorrência da evasão da população campesina de suas terras, suas comunidades camponesas.

Segundo Jomaa (2017), de acordo com dados do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estáticas (IBGE), em meados das décadas de 1940 a 1970, o Brasil era considerado em quase sua totalidade populacional de povos que viviam no campo. De modo, que a cada 100 pessoas brasileiras, 69 viviam no campo. A partir da década de 1970 aconteceu no Brasil o que ficou conhecido como processo de urbanização, ocasionado pela expansão da mecanização, ou utilização de máquinas nos processos e trabalhos agrícolas.

Esta crescente introdução das máquinas nos trabalhos que até então, eram realizados pela mão de obra humana, deixou muitas famílias campesinas sem trabalho, e dessa maneira, expulsos das fazendas que as empregavam, as famílias se viam obrigadas a migrarem para as cidades em busca de emprego e sustentabilidade familiar (Jomaa, 2017).

Dados IBGE, (2015, p.64), revelam que:

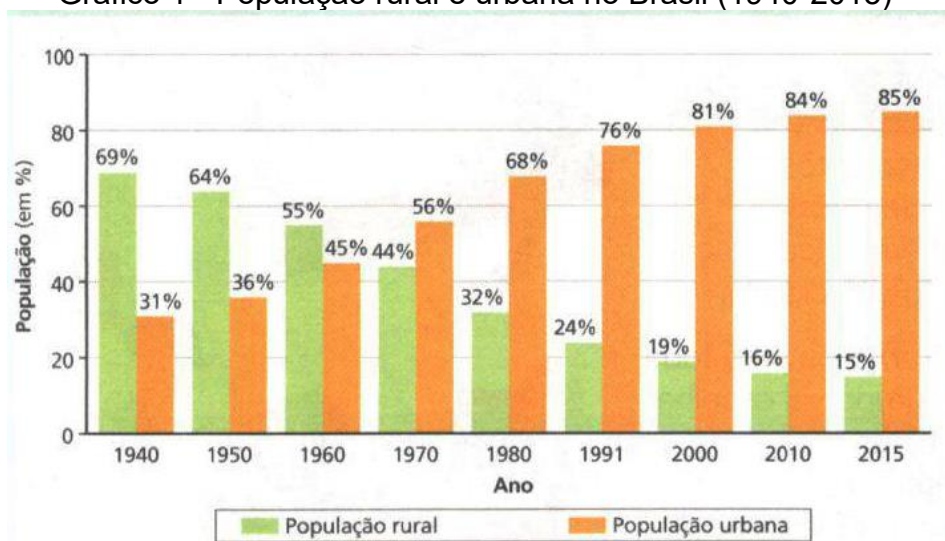
Nas décadas de 1970 e 1980 o Brasil sofreu um intenso processo de êxodo rural. A mecanização da produção agrícola expulsou trabalhadores do campo que se deslocaram para as cidades em busca de oportunidades de trabalho. Hoje, o deslocamento do campo para a cidade continua, porém, em percentuais menores.

No Município de Passira, região agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, foi adotado como livro didático de geografia, o exemplar da coleção de livros didáticos “Buriti Mais Geografia” a ser utilizado pelos estudantes do ensino fundamental dos anos iniciais. É válido destacar, que o mesmo não é exclusivamente voltado para a Educação do Campo. No entanto, aborda a questão da expansão industrial levando ao crescimento da prática do êxodo rural, nas décadas supramencionadas.

É possível compreender que nesta época, o Brasil adquire grandes problemas sociais: A perda das famílias campesinas, no que diz respeito aos seus empregos, lares, raízes culturais, e, o outro a “metropolização” (ocupação urbana que ultrapassa os limites das cidades). Consequentemente, ocorreu o desenvolvimento de grandes centros metropolitanos, trazendo consigo também, transtornos sociais, uma vez que, muitos desses possíveis trabalhadores advindos do campo não dispunham de um bom nível de escolarização para se inserir no mercado de trabalho IBGE, (2015); Jomaa, (2017).

O gráfico 01, apresenta como ocorreu a inversão no quantitativo populacional dos territórios campesinos e urbanos no Brasil entre as décadas de 1940 a 2015 Jomaa (2017).

Gráfico 1 - População rural e urbana no Brasil (1940-2015)



Fonte: Jomaa (2017, p. 66).

Para Mazur:

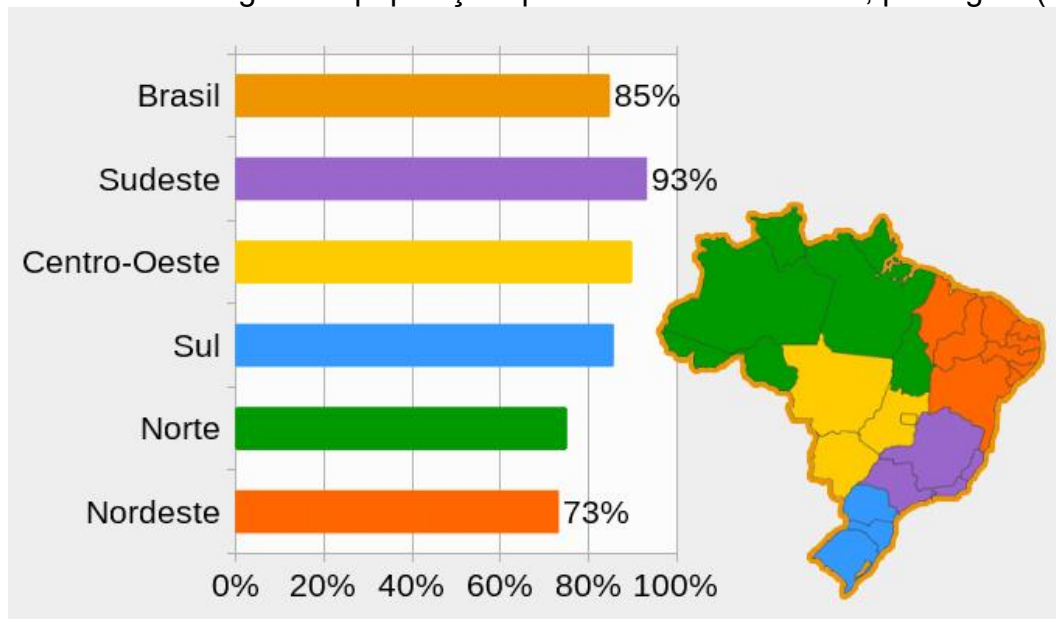
A redução da população camponesa e o aumento da população urbana tem sido um dos efeitos **decorrentes dessa expansão**, pois serviu para garantir e **intensificar as desigualdades sociais** no campo brasileiro, na medida em que ampliou os índices de concentração da terra e da renda, privilegiando os médios e grandes proprietários agrícolas enquanto que aos demais trabalhadores do campo **ocasionou exclusão, expropriação, exploração e desemprego**. (2016, p. 47) (grifos para essa pesquisa).

Como explica a autora, este processo de desigualdades aconteceu, porque o Brasil “comumente”, não estava preparado para essa nova demanda industrial, de modo que a expropriação das terras camponesas foi inevitável pelas classes menos favorecidas economicamente, por se tratar de um público muito pouco ou quase nada instruídos, ou seja, escolarizados. E, como o preparo para o manuseio do maquinário que em pouco tempo realizava o trabalho de muitos agricultores, não se havia no momento, os camponeses foram obrigados pelas circunstâncias excludentes, a buscar refúgio em outro contexto. Assim, “desempregados e sem condições de garantir o seu próprio sustento e o de suas famílias, muitos trabalhadores rurais deixaram o campo e migraram para as cidades” (Jomaa, 2017, p. 69).

A projeção demográfica, realizada pelo IBGE (2015), revela também a distribuição populacional por Regiões no Brasil, de modo que assim é possível verificar a inversão populacional regionalmente, demonstrando que atualmente a população que representa as comunidades campesinas são muito menores que as

urbanas.

Gráfico 2 - Porcentagem da população que vive em área urbana, por região (2015)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2015.

Verifica-se no **gráfico 2**, que a população total brasileira é representada pela população urbana **85%**, e, portanto, sendo **15%** representada pela população que vive no campo. O gráfico revela ainda que, nesta época o maior índice de população que vive no campo está presente na Região Nordeste. Destaque-se que, da população total da Região Nordeste em 2015, a saber: **73%** representa o território urbano e, desse modo **27%** da população a moradores de áreas campesinas.

Ao realizar um breve mapeamento das escolas campesinas do Município de Passira em Pernambuco, Estado do Nordeste brasileiro, é possível apreciar a distribuição populacional nos aspectos campo e urbano, por meio deste comprovar-se que o Município de Passira apresenta grande parte do índice populacional residentes em território camponês.

Mondardo (2011, p. 119) citado por Mazur, (2016) destaca que, a industrialização nos trabalhos agrícolas foi uma conquista de crescimento econômico de fato muito significativa no Brasil, no entanto, no que tange ao despreparo educacional mascarada numa educação antes pensada para construção de mão de obra barata, concatenada com o interesse do agronegócio, apresentando então caráter “excludente” e segregante de classe social, privilegiando apenas os grandes produtores e latifundiários. Dessa feita, não

permitindo a sobrevivência de inúmeros camponeses no campo, sua terra, seu contexto.

[...] a modernização da agricultura foi um processo seletivo e excludente na medida em que impossibilitou muitas pessoas de continuarem no campo, impondo um processo de. “Darwinismo social”, pois “só os mais fortes sobreviveram” no campo; diríamos, no entanto, que só os mais abastados e com condição de se modernizarem sobreviveram e/ou conseguiram se “adaptar” ao novo processo produtivo e/a um novo modo de vida no campo ligado à modernização.

Desse modo, a prática do êxodo rural foi inevitável pela população camponesa que ficou sem saída de sobrevivência no campo. E, portanto, com a migração dos pais, logicamente a evasão escolar nas escolas localizadas nas comunidades camponesas foi inevitável. E com isso, gerando um longo processo de fechamento de escolas do campo, a saber: com registros desta ação que gera negação de direitos aos povos do campo, desde a década de 1970.

Atualmente, os processos migratórios diminuíram, no entanto, ainda ocorrem mesmo que em pequena escala. Com a luta dos Movimentos Sociais os povos do campo, buscaram, e lutam constantemente, por novos conhecimentos e novas perspectivas de sobrevivência no campo. E, com isso também, a luta pela permanência das escolas no campo, considerando as condições necessárias da oferta do Ensino Básico emancipador (Mazur, 2016).

2.2.2 Fatores históricos que ocasionam o fechamento das campesinas

Diversos fatores são apontados como justificativas para o “fechamento” das escolas em comunidades campesinas. Para os sistemas governamentais o fator principal se dar pela crescente redução no índice de discentes matriculados nestas escolas, levando as gestões públicas a mediar essa tomada de decisão de desativar os prédios escolares nas comunidades camponesas (Guimarães, 2017).

No entanto, tal tomada de decisão precisa considerar seus impactos diante de uma população já tão massacrada ao longo da história. Sendo este público, uma pluralidade de saberes e lutas incansáveis pelo direito a vida, a conquistas sociais perante a uma sociedade governamental que em momentos se mostra excludente das classes menos favorecidas. No tocante à Educação do Campo, a luta dos

Movimentos Sociais sem sombras de dúvidas são os mais significativos ícones na conquista por direitos dos povos o campo.

Para Lima e Lima (2018, p. 99):

Os movimentos sociais do campo, construíram a matriz formadora da educação do campo. o debate acentuou-se no país e originou um movimento nacional em defesa das políticas de educação básica para as escolas do campo, de desenvolvimento territorial, de reforma agrária, do direito à saúde e moradia, ao trabalho e outras condições de vida dos camponeses.

Tendo em vista o princípio Constitucional de que Educação é um direito de todos, independentemente a qual classe social, econômica possa estar inserido o estudante, se pode inferir que há controvérsias quanto o que garante a legislação brasileira e o que de fato ocorre em algumas escolas campestres, sendo estas notavelmente as que mais sofrem com a ausência das ações assíduas da Política Pública Nacional. E, quando as têm geralmente chegam tardias aos ambientes escolares, dessa maneira se pode compreender que um dos fatos destes fenômenos ocorrerem é de que os prédios escolares quanto mais distantes das sedes municipais, menos são vistos pelas ações públicas, sendo este um grande entrave vivenciado pelas escolas de “pequeno porte” localizadas nas comunidades campestres.

As DCN's ressaltam que há dicotomias quanto a interpretação da Lei sobre o atendimento a Educação Básica ofertada aos povos do campo. Uma vez justificado pelos Órgãos Governamentais o baixo índice de estudantes em uma determinada escola, procede-se o direito legítimo da oferta de locomoção destes estudantes para outras comunidades escolares. Mas, a Resolução CNE/CEB nº 1/2002, ressalta a importância desta tomada de decisão acontecer apenas em última instância, que sobre o povo do campo, deve sempre prevalecer o direito de convivência em seu contexto cultural principalmente no que se refere a primeira infância.

art. 15, estabelecem que as especificidades do campo, observadas no atendimento de materiais didáticos, equipamentos, laboratórios e condições de deslocamento dos professores apenas quando o atendimento não puder ser assegurado diretamente nas comunidades rurais. (Brasil, 2002, p. 1).

Em 2014, no governo da então presidenta Dilma Rousseff, foi sancionada a

Lei que dispõe sobre o processo de fechamento de escolas em territórios camponeses, indígenas e quilombolas. Implicando em exigências as secretarias de educação sob as possíveis causas e justificativas que propunha o feito. A Lei 12.960, de 27 de março, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para fazer constar exigência de manifestação de órgão normativo - como os conselhos municipais de educação, do sistema de ensino para o fechamento desse tipo de escola, conservando a premissa em defesa do direito a Educação do Campo no Campo.

Assim, fica averbado sob o Art.28 da Lei, Brasil (2014, p. 1):

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a **análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar** (grifos para essa pesquisa).

A garantia do direito a permanência do estudante camponês desenvolver seu processo de ensino e aprendizagem em seu contexto social local é um direito legítimo reconhecido no Brasil. Todavia, nem sempre isso acontece, levando os discentes ao deslocamento de suas comunidades de origem a outras, ou até mesmo em escolas das sedes municipais para cursarem a Educação Básica, já que as escolas de origem foram “desativadas”, processo pelo qual, na visão das gestões públicas pode ser temporário, mediante crescente o índice de estudantes nas comunidades.

A Constituição Federal de 1988 “garante a educação como direito de todos e dever do Estado, independentemente do local que a pessoa reside, seja ele urbano, ou rural” Guimarães (2017, p. 8). Ressaltando desse modo, a legitimidade do que por direito deve ser efetivado na prática. Inclusive, vale destacar que a mesma, possibilita a participação dos sujeitos sociais, ou seja, que os povos de um contexto social ao qual façam parte de um interesse coletivo, participem da elaboração das Políticas Públicas que irão atender as suas necessidades comunitárias, e, como exemplo, têm a Política do PRONERA que foi constituída pela luta inerente do MST, evidenciando os anseios dos povos do campo quanto a conquista pelo direito a educação de qualidade e emancipadora.

Nesta perspectiva, de participação coletiva da comunidade camponesa sob as decisões propostas ao coletivo a própria Lei 12.960, atenta para averbação do

direito legal apontando que:

Além de exigir que o órgão normativo opine sobre o fechamento da unidade de ensino nessas áreas, a lei também estabelece que a comunidade escolar deverá ser ouvida e a Secretaria de Educação do estado deverá justificar a necessidade de encerramento das atividades da escola. (Brasil, 2014, p. 1).

É notável, que mesmo com o aparato legal e legítimo que depõe do direito à educação de qualidade para todo cidadão brasileiro; a prática de alguns contextos sociais é inconcebível, visto que, nem sempre esses direitos são cumpridos às comunidades campesinas onde a sociedade apresenta uma dívida história, expandindo essa temática a constantes desafios e anseios de dias melhores, pela efetivação dos direitos implicando no não fechamento das escolas (Arroyo, 2015).

Diante disso, Guimarães (2017), aponta alguns entraves vivenciados pelas escolas campesinas, inclusive o “fechamento”, onde são evidenciadas as perdas incalculáveis dos povos do campo, quando esse fato ocorre.

Apesar de um conjunto de legislações, o descaso com as escolas do campo ainda é muito forte em nosso país. Presenciamos ausências de políticas públicas, fechamento de escolas, em especial, do campo, falta infraestrutura física e pedagógica, professores com formação insuficiente, além do deslocamento intenso dos estudantes das escolas do campo para as cidades. É negado o direito dos sujeitos, individuais e coletivos, desenvolverem-se. As histórias de vida, identidades e memórias desses sujeitos são negligenciadas. (Guimarães, 2017, p. 8).

São vidas, são saberes, é de fato a cultura de um povo. Direitos negados, realidade que não pode ser considerada legítima diante de uma população riquíssima em cultura popular. Sabe-se que, grandes são os desafios da permanência de uma escola em funcionamento, no entanto, é preciso considerar o coletivo, pensar em soluções plausíveis para ambas as partes e entendendo que o “povo” tem o direito soberano de escolha e este, precisa ser respeitado constitucionalmente. **As Políticas e ações públicas, precisam garantir o direito de permanência destas escolas em funcionamento**, reduzindo ao máximo o ato de fechamento de escolas em território campesino (Arroyo, 2015).

2.3.3 Reflexão do fechamento de escolas do campo comprometidas com a Política Pública Nacional para Educação do Campo - Educação Básica de Passira, em Pernambuco, Nordeste do Brasil

A Educação Básica é um direito de todos e dever do estado, parafraseando a Constituição Federal de 1988, sua oferta deve considerar desde os aspectos de um ensino qualificado, até o espaço físico das escolas. É sabido, que esses direitos designados também as escolas do campo, advêm de fortes lutas dos Movimentos Sociais (Caldart, 2012). Neste sentido, tentar entender o porquê de tantas escolas estarem sendo “fechadas ou desativadas” no Brasil, é uma discussão constante entre os componentes deste público campesino. São docentes, discentes, gestores, enfim a comunidade camponesa, interessados na permanência ou não destas escolas em funcionamento.

Como rege a Lei 12.960, supracitada nesta pesquisa, é preciso ouvir, e considerar todas “vozes” e opiniões das partes envolvidas, para se chegar a uma concessão de fechamento, ou não, de qualquer escola. Sendo assim, o não cumprimento da mesma se implica dizer que se trata de um ato ilegítimo ou ilegal perante a normativa de uma sociedade democrática de direito.

Verifica-se que, o êxodo rural foi um fator determinante para o “fechamento” de muitas escolas do campo, claro com isso implicando na elevada baixa no índice de estudantes matriculados nestas escolas (Guimarães, 2017). Nesta perspectiva, se pode inferir que as taxas elevadas de escolas fechadas no campo estão diretamente ligadas a má distribuição/oferta de Políticas Públicas que viabilizam a permanência do homem camponês em seu contexto de origem. E, portanto, estes são obrigados a abandonarem seus habitats naturais em busca de condições de vida melhores. Neste contexto, contrapondo o agronegócio que visa mais terras, mais produtividade e menos moradores nas comunidades campesinas (Mazur, 2016).

Para enfatizar essa questão Peripolli e Zoia (2011), revelam que as causas do fechamento das escolas do campo advêm das questões sociais vivenciadas fora do contexto escolar. O “X” da questão, está na falta de planejamento orçamentário nas esferas governamentais para possibilitar a permanência das famílias campesinas nas comunidades de origem. Os problemas que ocasionam o fechamento das escolas estão especificamente ligados “a falta de Políticas Públicas voltadas a atender os interesses da classe trabalhadora, que vive e trabalha na

terra, os camponeses” (Peripolli; Zoia, 2011, p. 194).

Desse modo, se compreende que o elo de ligação que há entre “fechamento das escolas” e “Políticas Públicas”, ou melhor a falta/ausência delas, prejudicam ou limitam a permanência das escolas do campo em funcionamento.

Nesta perspectiva Luther, afirma que:

As escolas fecham porque não há interesse em desenvolver as pequenas comunidades locais, a educação e profissionalização dos jovens do campo ocorrem nos centros urbanos e formam mão de obra assalariada para grandes empresas e agroindústrias. Criando um deslocamento diário de dois milhões de estudantes que moram nos aglomerados rurais e estudam na cidade. (Luther. 2018, p. 26) (grifos para essa pesquisa).

O “fechamento” ou “desativamento” das escolas camponesas, se deriva efetivamente de uma tomada de decisões públicas, que podem modificar vidas em uma determinada comunidade. Pois, as transformações ocorrem tanto no que diz respeito a vivências de uma determinada comunidade do campo, quanto a oferta de ensino dentro e fora do contexto escolar.

Como fundamentos **determinantes apontados pelas gestões públicas** para o desativamento de uma escola do campo. **O mais evidente, é o baixo índice de discentes presentes em uma determinada comunidade escolar**. Na qual, justifica-se gastos orçamentários excedente e desnecessário na visão governamental, como já mencionado anteriormente nesta pesquisa (Peripolli; Zoia, 2011).

No município de Passira, região agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, esta realidade não é tão discrepante, ao passo que, verifica-se com base nos dados e informações obtidas pelo presente estudo que o acarretamento do desativamento das escolas se dá justamente pelo baixíssimo índice de estudantes matriculados nas escolas localizadas nas comunidades, distribuídas em todo território camponês municipal (SEMED, 2023).

Diante da redução no número de estudantes matriculados nas escolas de pequeno porte surge outra problemática que verdadeiramente dificulta o trabalho docente nestas escolas, que é justamente a **formação de turmas multisseriadas**, turmas de estudantes formadas por discentes de variados níveis de escolaridade da Educação Básica, no fundamental I, propondo ao professor lecionar em turmas mistas e evidentemente, diante de um trabalho ainda mais desafiador, tendo que

adaptar e ministrar uma proposta curricular diversificada para cada nível de aprendizagem numa mesma turma de estudantes.

Para Araújo, V. da S. *et al.* (2020, p. 3):

[...] salas multisseriadas agregam crianças que se encontram em diferentes níveis e apenas um professor para atender tal demanda. É fato que ao longo do tempo tem-se constatado que o ensino proporcionado está muito distante do ideal, pois tanto são prejudicados por estarem inseridos em uma sala com tantas diferenças, quanto para o professor que além de enfrentar essa realidade ainda tem que se desdobrar para fazer um trabalho sem ter sequer recursos pedagógicos adequados e suficientes.

Nesta perspectiva, cabe trazer clareza para o fato de que o ensino do campo ofertado no Município de Passira, ainda não desfruta de uma proposta curricular própria para o ensino de Educação do Campo, de modo que o mesmo, é proveniente da proposta curricular do Currículo de Pernambuco atrelado diretamente a (BNCC) que por sua vez, está ancorada nas (DCN's). Para tanto, se verifica que, a incumbência docente de elaboração de um planejamento significativo a proposta de ensino do campo é ainda mais árdua e, portanto, complexo.

Além do que, sobre o ensino em turmas multisseriadas é importante mencionar também a insatisfação dos discentes em estudarem em turmas com tão grande divergência em ano/serie, provocando um certo desconforto ou descontentamento motivacional no aprendizado. O estudante pode apresentar baixo estima e falta de interesse no processo de ensino aprendizagem. Levando as turmas multisseriadas a apresentarem resultados insatisfatórios nos índices de aprendizagem, quando comparadas as turmas seriadas (SEMED, 2023).

Cabe esclarecer que essa é uma realidade comumente evidenciada em escolas do campo, destaque-se diante disso, a importância da formação específica para docentes que lecionam em turmas “multisseries”, garantindo o direito de educação e permanência dos estudantes nas escolas do campo. “Essa realidade só vem mostrar que uma das principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais que lecionam em classes multisseriadas é organizar o tempo didaticamente de forma a buscar atender a todos os alunos” (Araújo *et al.*, 2020, p. 9).

Desse modo, essa é uma das justificativas apresentadas pela gestão municipal para o “desativamento temporário” destas escolas. No intuito de “facilitar o trabalho docente” migrando os estudantes para escolas maiores para constituírem turmas seriadas de primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental I da Educação

Básica. E, diante disso, quando desativadas, os estudantes, são relocados para escolas maiores algumas na área urbana, outras localizadas em comunidades vizinhas, também dentro do contexto de território camponês, de modo que seja então garantido o direito de permanência do homem do campo no convívio com a natureza, com a vida no campo (SEMED, 2023).

No entanto, nem sempre, essa tomada de decisão agrada a todos os componentes de das comunidades camponesas, ao passo que, os professores apontam relatos de alguns pais destas comunidades os manifestos de insatisfação correlacionados ao “fechamento” das escolas. Para eles, aderir os serviços de transportes públicos para o deslocamento dos estudantes para outros prédios escolares gera despesa orçamentário que poderia ser revestida na escola presente na própria comunidade de origem.

Levando a reflexão de que, para os povos do campo evidentemente é satisfatória a permanência em suas comunidades, tendo diariamente a liberdade de conviver com sua cultura local (Arroyo, 2012). Em contraponto a essa questão, também se apresenta a relevância de despesas orçamentárias para as gestões públicas que dessa maneira precisam garantir a locomoção dos estudantes para as comunidades vizinhas, bem como também, para a sede do município evidentemente. Ao passo que, esse direito também está previsto na política pública legítima do PRONERA, no seu Art. 4º parágrafo IX – “oferta de transporte escolar, respeitando as especificidades geográficas, culturais e sociais, bem como os limites de idade e etapas escolares” (Brasil, 2010, p. 3). À qual garante a acessibilidade do estudante a escola e conseqüentemente ao processo educativo contínuo e satisfatório.

Diante disso, são apontadas algumas situações relevantes mediante o fechamento das escolas no campo, onde de um lado se tem a comunidade, as famílias, a cultura de um povo, suas raízes e saberes, que merecem serem valorizados e evidenciados na proposta curricular camponesa e do outro os fatores econômicos apontados pelo poder executivo.

Assim sendo, o intuito dessa pesquisa não é de fazer juízo de valor no que diz respeito a ação pública de “fechar” escolas, mas sim, compreender como se dá esse processo em Passira, sob o ponto de vista da Política Pública Nacional, concatenada com a **valorização dos saberes**, no que se refere a intervenções que viabilizem o funcionamento, e, o não fechamento de escolas, firmando parcerias

com a comunidade local, acrescentando o processo de ensino aprendizagem na Educação Básica referente ao Programa de Educação do Campo, em Passira.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Em conformidade as discussões elencadas mediante a pesquisa intitulada: “IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPESINAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, AGRESTE DE PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL: Um estudo frente à Política Pública Nacional”, tendo por objetivo geral: Identificar o impacto do fechamento de escolas campesinas da Educação Básica, do município de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente ao compromisso nacional para essa Política Pública Nacional.

Esse propósito está vinculado à realização de uma pesquisa, comprometida com os parâmetros do enfoque, que em Língua Portuguesa assume a categorização mais comum de “abordagem”. E a eleita para as etapas de desenvolvimento da investigação supramencionada atrela-se ao ponto de vista do “**quantitativo**”.

Isso posto a utilização de meios para a realização de etapas de investigação que são suscetíveis à quantificação, que, por sua vez, serão ordenados e tabulados sob o cuidado de respeitar os preceitos estatísticos empreendidos de modo balizado pela revisão de estatistas, bem como, por parte do responsável da orientação dessa pesquisa.

Ressalte-se que o respeito aos aspectos metodológicos desenvolvidos ao longo das etapas de planejamento, aplicação, descrição e análise dos dados coletados garantem o conceito de “verdade¹⁴” à pesquisa científica.

É importante evidenciar que se pretende dar visibilidade à caracterização de violações à Política Pública, que respalda a Educação do Campo como sendo um compromisso do Estado brasileiro para todas as Regiões do Brasil, em especial aquelas com uma identidade notadamente campesina, mas também, com aquelas em que o trabalho frente à agropecuária, à pecuária ou outros níveis de produção comum ao campo, venha estar associado com o maior ou menor nível de urbanização, como tem sido comum em diferentes Regiões do Brasil.

¹⁴ Com base na obra de Dr. Carlos Koche – UFRSul. “a **verdade** não é uma equivalência estática, mas uma aproximação produzida por uma busca constante” (p.19) para o autor “a ciência exige o confronto da teoria com os dados empíricos” de que a “**visão de mundo**” deverá “**buscar explicações**”. “Para minimizar os possíveis erros decorrentes de uma expectativa subjetiva, é que a ciência exige a **intersubjetividade**, isto é, a possibilidade de a comunidade científica ajuizar consensualmente sobre a investigação, seus resultados e métodos utilizados” (2011, p. 33).

3.1 Tipo de Pesquisa: pesquisa de campo com abordagem quantitativa de natureza descritiva

Metodologicamente, a pesquisa científica precisa estar interligada em todas as etapas de construção, concatenada ao objetivo geral e ao problema de pesquisa, que garantem a pesquisadora elaborar constatações fruto de reflexões que são o fruto dos conhecimentos adquiridos ao longo de construção das etapas do Marco Teórico, como também, do momento em que foi constituído o percurso para a delimitação de um problema de pesquisa cuja legitimidade acadêmica fora constatada.

Por vezes, essa postura de emprego da **objetividade científica**¹⁵, apregoa a possibilidade para que haja a eclosão de uma sensibilidade epistemológica. Afinal, a episteme é deverás um elemento que confere consistência às formulações, as alusões, correlações e inquietações sob o fenômeno ou, fato estudado. Há que se ter em mente, a perspectiva de que vários são os estudos em que se têm a necessidade de estabelecer confronto com paradigmas¹⁶ teóricos, que tem sua percepção e conceituação com base em princípios e fundamentos comprometidos com a congregação de uma escola de pensadores.

Com efeito, enriquecer toda comunidade acadêmica e, ao mesmo tempo ofertar visibilidade aos seus achados, e, estudos a partir de reflexões ancoradas em sólido conceito de verdade. É mister salientar que, sobre esse aspecto e a identidade singular à pesquisa aqui realizada o “**Materialismo Histórico Dialético**”¹⁷ figura como preceito epistêmico condizente.

Desse ponto de vista, o presente estudo foi desenvolvido com base em uma **pesquisa de campo**, sob a **abordagem quantitativa** com o intuito de ser

¹⁵ Köche (2011, p. 28) fazendo referência ao pensamento de (POPPER, 1978, p. 23) afirma que **objetividade científica** é baseada unicamente sobre uma tradição crítica que, a despeito da resistência, frequentemente torna possível criticar um dogmatismo dominante. A fim de colocá-lo sob outro prisma, a objetividade da ciência não é uma matéria dos cientistas individuais, porém, mais propriamente, o resultado social de sua crítica recíproca, da divisão hostil-amistosa de trabalho entre cientistas, ou sua cooperação e também sua competição.

¹⁶ Thomas Kuhn (1978, p. 43-55) citado Köche, (2011, p. 77) destaca a historicidade das descobertas científicas. Para ele, nos períodos de normalidade da ciência, desenvolvem-se linhas de pesquisa, com a colaboração da comunidade científica que trabalha de forma coletiva e convergente, dentro e sob a orientação do mesmo **paradigma**, aperfeiçoando e articulando suas teorias.

¹⁷ **Louis Althusser 1970**, afirma que o materialismo histórico e dialético é uma abordagem que combina a análise das relações sociais concretas com a compreensão das contradições e mudanças na sociedade. Ele nos ajuda a entender o mundo em sua complexidade e a buscar formas de superar os desafios enfrentados pelas sociedades humanas. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v11i1.27808>. Acesso em 22/03/2024.

constituído um panorama de cunho descritivo, ou seja, “**levantamento descritivo**”. Esse compromisso permite a compreensão de informações e conhecimentos significativos, selecionados com ênfase na temática abordada, no que tange **aos princípios legais e de direito à Educação do Campo**, cuja oferta está subordinada à Educação Básica, e, de modo específico a uma de suas etapas, a saber: o Ensino Fundamental I. No que se refere **ao lócus geográfico**, ele corresponde à realidade vigente, **no município de Passira**, área do Agreste Setentrional do Estado de Pernambuco - PE, Nordeste – NE, do Brasil.

Quadro 4 - Mapa Agreste Setentrional: Passira – PE (Nordestes do Brasil)



Fonte: SIGAS¹⁸ PE.

Saliente-se de que serão registradas informações acerca das características rurais que dizem respeito à identidade campesina do município lócus quando forem elencados aspectos do lócus de pesquisa.

Antes desse momento, se deve registrar que a pesquisa de campo tem por finalidade coletar informações baseadas em um determinado problema com intuito de encontrar possíveis respostas, também, é possível formular hipóteses. Há também, a possibilidade de que se deseje em tempo haver a determinação quanto à existência de comprovação (ões), no que se refere à existência de variáveis. Visto que essas podem auxiliar na determinação, caracterização e, por sua vez, de

¹⁸Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social de Pernambuco, disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/pagina/curso-04--participao-por-regio--agreste>, acesso em: 25/01/2024.

condicionantes que incidem acerca da natureza da realidade ou fenômeno pesquisado. Essa postura investigativa suscetível à obediência de etapas reguladas e controladas em âmbito metodológico possibilitarão novas descobertas acerca a respeito do problema. E isso promove um conjunto de conhecimentos que se associarão a outros já consolidados. Estas perspectivas são resultantes da seleção criteriosa do lócus de pesquisa selecionado pelo pesquisador, parafraseando (Marconi¹⁹; Lakatos²⁰, 2003, 2017).

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, 2017), esse tipo de pesquisa se consolida por meio da observação dos fenômenos ocorridos e seus registros comprobatórios são concebidos sob a luz da **coleta de dados**, mas, pontuando que esta seja efetivada como a segunda etapa do trabalho, tendo como princípio a observação, para estabelecer o que de fato deva ser coletado, suporte fundamental para a consolidação do trabalho de pesquisa.

Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los. A pesquisa de campo propriamente dita "não deve ser confundida com a simples coleta de dados (este último corresponde à segunda fase de qualquer pesquisa); **é algo mais que isso, pois exige contar com controles adequados e com objetivos preestabelecidos que discriminam suficientemente o que deve ser coletado**". (Trujillo²¹, 1982, p. 229 *apud* Marconi; Lakatos, 2003, p. 186) (grifos para esse estudo).

Assim, é pertinente esclarecer que o contato direto do pesquisador se dá como ponto de partida pelas leituras em fontes secundárias, selecionadas pelas **palavras-chave** que norteiam o pesquisador. Para este estudo, tendo como enfoque a Educação do Campo no que se refere a Política Pública, proposta nas Diretrizes Curriculares Nacionais, que tornam legítimo o direito à garantia de acesso à essa modalidade de ensino. Por essa razão, a permanência da população do campo nas escolas e comunidades campesinas, (público deste estudo) as palavras

¹⁹ Doutora em Antropologia e graduada em Pedagogia; História; Estudos Sociais; Educação Artística [...] "deu aula na UNESP-Franca e PUC-Minas e foi professora de Sociologia e Metodologia Científica". [...] disponível em: marconi lakatos - COMPLETO (ufsc.br) acesso em: 15/03/2024.

²⁰ Eva Maria Lakatos é graduada [...] pós-graduada em Ciências Sociais. Mestre e Doutora em Ciências da Educação, Doutora em Filosofia (Metodologia Científica) e livre-docente em Sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), onde foi vice-diretora. Professora de Sociologia e Metodologia Científica em graduação e pós-graduação dessa mesma instituição. disponível em: marconi lakatos - COMPLETO (ufsc.br) acesso em: 15/03/2024.

²¹ Trujillo Ferrari, Afonso. Metodologia da ciência. 3ª ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974. Capítulo 8.

empregadas para os estudos prévios corresponderam a: **políticas públicas; fechamento das escolas do campo; valorização do homem campestre; comunidade escolar.**

Neste contexto, foi construído então, o estudo da arte, com intuito de determinar outros estudos já consolidados, no âmbito acadêmico, para que em razão disso, o entendimento figurasse como subsídios. Isso com foco no emprego de teóricos explicitados, nas fontes consultadas. Quanto ao critério de seleção empregado, além das palavras índices de pesquisa, também, foi relevante determinar um lapso temporal para as produções eleitas, que correspondeu ao período de 2010 a 2020, visando que uma década de produções fossem consideradas como pano de fundo admissível à busca por compreender a profundidade do objeto a ser estudado, bem como estabelecer as imersões necessárias à natureza do problema a que a pesquisa está atrelada.

Dentre as fontes eleitas cabe sequenciar as seguintes: Caldart (2002, 2010, 2012); Vieira Silva e Silva Júnior, (2012); Arroyo, (2015); Mazur, (2016); Guimarães, (2017); Danieli, (2017); Luther, (2018); Viana, (2019); Medeiros e Menezes, (2020); Amorim e Macedo, (2020); Araújo *et al.* (2020). Destaque-se a determinação de um clássico sobre o tema (Freire, 1974).

Essa postura se refere ao respeito e a humildade acadêmica no que se refere a dar validade aos pontos de vista e resultados de estudos construídos a partir da tradição acadêmica. Também, figuraram outras fontes a saber: livros, dissertações e trabalhos de conclusão de curso (TCC), abordando a temática, objeto desse estudo.

Por obviedade, a posição assumida tem em vista a identificação de pontos de vista significativo acerca do tema a serem apreciados. Sendo assim, considerou-se pertinente a construção de processos para a organização de um “inventário” organizado e apresentado no (Quadro 1²²), que pode ser acessado na etapa reservada ao Marco Teórico em que as perspectivas acerca do conceito de verdade, que tem norteado as pesquisas sobre a Educação do Campo são evidências manifestas em nível acadêmico, o que confere legitimidade às opções registradas nessa pesquisa sob o ponto de vista atrelado à argumentação, que estabelece diálogos com pesquisas pretéritas. Isso para que seja possível respeitar os pontos

²² É possível acessá-lo no item Marco Teórico, especificamente (Reis, p. 26).

de vista e percepções em âmbito acadêmico, posto que essa é uma necessidade vigente à humildade em pesquisa científica: o respeito aos pares, membros do ambiente comum à ciência.

Vale trazer clareza que como é comum às pesquisas em âmbito científico, qualquer uma tomar como estratégia de estudo e solidez as escolhas, no que se refere ao plano do marco teórico e, claro metodológico, em associar ao contexto decorrente da pesquisa bibliográfica:

[...] que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres. Na pesquisa bibliográfica o investigador irá levantar o conhecimento disponível na área, **identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para auxiliar a compreender ou explicar o problema objeto da investigação**. O objetivo, portanto, é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado **tema** ou **problema**, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa. (Köche, 2011, p. 122) (grifos para esse estudo).

Evidentemente, essa imersão investigativa oportuniza a aproximação necessária do pesquisador com o problema de pesquisa, com apontado por Köche (2011), o levantamento bibliográfico é uma etapa primordial na construção da pesquisa científica o que lhe confere um equilíbrio a fim de poder aproximar-se de um conceito de verdade, com isso ser alcançada a cientificidade, desejada a qualquer produção acadêmica. E, nesta etapa é fundamental o comprometimento ético do pesquisador na busca em sites oficiais em nível acadêmico respeitando as contribuições de escritos feitos por pesquisadores que contemplam o problema de pesquisa, no que se refere a este estudo **a educação do campo** e suas facetas no que contempla **a dicotomia** entre o agronegócio, interesse dos grandes latifundiários e **a luta de resistência dos povos camponeses**, que perpetua há décadas por seu direito legítimo de permanência e a garantia de acesso à educação de qualidade, como um direito incontestável, já que ao longo do percurso histórico, sequer fora um direito o direito à educação formal em seus territórios, sob a responsabilidade do Estado, assim como chama atenção Castilho, Borges e Pereira destacando que:

[...] É baseada na consulta de todas as fontes secundárias relativas ao tema que foi escolhido para realização do trabalho. Abrange todas as bibliografias encontradas em domínio público como: livros, revistas, monografias, teses, artigos de internet, etc. É válido ressaltar, que o que é pesquisado para o levantamento do referencial teórico não fará parte da pesquisa propriamente dita, pois, **o mesmo é a forma de comprovação que seu problema**

tem fundamento científico. [...] (Castilho; Borges; Pereira, 2014, p. 19) (grifos para esse estudo)

Assim, se entende que um trabalho de pesquisa necessita ser fomentado sob os escritos de autores relevantes, cujas ideias mantêm relação comprovável com o objeto pesquisado, evidenciando a singularidade e legitimidade da pesquisa científica. Os autores apontam a importância de uma pesquisa fomentada pela aproximação do pesquisador com seu campo de pesquisa, o que agrega à pesquisa precisão e maior clareza, haja vista a definição dos resultados a que se chegou, frente **aos esforços analíticos face ao marco teórico**, que confere base à pesquisa como explica Köche, sobre as finalidades da pesquisa bibliográfica:

a) **ampliar o grau de conhecimentos** em uma determinada área, capacitando o investigador a compreender ou delimitar melhor um problema de pesquisa; b) para dominar o conhecimento disponível e utilizá-lo como base ou fundamentação na construção de um modelo teórico explicativo de um problema, isto é, como instrumento auxiliar para a **construção e fundamentação das hipóteses**; c) para **descrever** ou **sistematizar o estado da arte**, daquele momento, pertinente a um determinado tema ou problema (Köche, 2011, p. 122) (grifos para esta pesquisa).

Nesta perspectiva Castilho, Borges e Pereira corroboram esclarecendo que, à modalidade de pesquisa, inerente ao tipo de pesquisa já dimensionado anteriormente e ao ponto de vista dimensionado, ressaltam que a pesquisa de campo busca gerar conhecimentos de acordo com o problema. Têm como base projetos de pesquisa para determinar as hipóteses, os “objetivos e a metodologia utilizada para efetuar as observações controladas, as variáveis a serem observadas e analisadas, a amostragem, a técnica de coleta de dados, a preparação das informações e a análise estatística” (2014, p. 20).

Quanto ao enfoque “**quantitativo-descritivos**” é uma abordagem que estuda os aspectos mensuráveis considerando uma amostra de pesquisa seja por **grupo de pessoas** (sujeitos pesquisados) ou por **programas** e afins. É caracterizado pela **coleta de dados** com o objetivo de testar hipóteses baseadas em medições numéricas e análises estatísticas. Trata-se de um mecanismo eficaz em diversos estudos científicos inclusive no campo educacional, haja vista que, a mensuração dos dados coletados permite ao pesquisador exatidão nos seus achados em campo de pesquisa. Podendo o mesmo, analisar e comparar com outras descobertas que o antecedem e, portanto, dispor de respaldo científico que irá corroborar nas

respostas das hipóteses de pesquisa.

São características da pesquisa científica com enfoque quantitativo: **objetiva**: apoia-se no positivismo e considera que só é possível compreender a realidade por meio da análise de **dados exatos**, coletados com instrumentos padronizados e neutros como por exemplo entrevista e questionário; **mensurável**: utiliza a linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, dentre outros; e, **avaliação numérica**: após o investigador ter coletado o máximo de dados possíveis, os resultados são representados por números exatos, sem margem para subjetividades.

Desta feita, a abordagem **quantitativa** busca respostas **precisas e objetivas** por meio da medição e análise numérica. É uma ferramenta valiosa para compreender fenômenos e relações científicas na pesquisa de campo e afins, como esclarece Marconi e Lakatos:

A) **Quantitativo-Descritivos** - consistem em **investigações de pesquisa** empírica cuja principal **finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas**, ou o isolamento de variáveis principais ou chave. Qualquer um desses estudos pode utilizar métodos formais, que se aproximam dos projetos experimentais, caracterizados pela precisão e controle estatísticos, com a finalidade de fornecer dados para a verificação de hipóteses. Todos eles empregam **artifícios quantitativos** tendo por objetivo a **coleta sistemática de dados sobre populações, programas, ou amostras de populações e programas**. Utilizam várias técnicas como **entrevistas, questionários**, formulários etc. e empregam procedimentos de amostragem. (2003, p. 187) (grifos para essa pesquisa).

Nesta pesquisa, o enfoque quantitativo é fundamental pois, garante a pesquisadora o respaldo científico na análise dos dados coletados, considerando sem subjetividade as respostas dos representantes por amostragem que determinam as inferências da população campesina, analisada sobre as tratativas da Política Pública garantida nas DCN's e sua aplicabilidade no Ensino Fundamental I do município de Passira, no intuito de analisar os fenômenos sociais que ocorrem em determinado tempo, local e cultura. Ela se concentrará, neste trabalho, mensurando aos dados compilados utilizando de entrevistas com gestores e professores, oportunizando aos participantes visão sobre o tema de maneira particular e objetiva.

Desta feita Marconi e Lakatos, esclarecem ainda que a pesquisa quantitativa sobre o ponto de vista descritivo apresenta ainda subdivisões e que, uma delas se

referem justamente a análise de **estudos de avaliação de programa** sendo bastante pertinente o destaque para este estudo que trata da educação na perspectiva da garantia de direitos no que se refere a oferta da educação de qualidade e permanência das escolas do campo em seu pleno funcionamento garantindo a população o que rege os programas e sistema de educação nacional, contrapondo a visão majoritária da elite, pensamento do agronegócio cujo este, se detém apenas a lucratividade e portanto, ocasionado uma gigante dicotomia no que se refere a perspectiva da pedagogia freiriana, que tem como princípio, a libertação do povo através da educação. Desse modo, está posto no item **b)** de acordo com as autoras:

b) **estudos de avaliação de programa** - consistem nos estudos quantitativo-descritivos que dizem respeito à procura dos efeitos e resultados de todo um programa ou método específico de atividades de serviços ou auxílio, que podem dizer respeito à grande variedade de objetivos, **relativos à educação**, saúde e outros. **As hipóteses** podem ou não estar explicitamente declaradas e com frequência **derivam dos objetivos do programa ou método que está sendo avaliado** e não da teoria. Empregam larga gama de procedimentos que podem aproximar-se do projeto experimental; grifos para esta pesquisa, (Marconi; Lakatos, 2003, p. 187) (grifos para essa pesquisa).

Além do aspecto correspondente ao enfoque quantitativo, é importante esclarecer que a pesquisa está ancorada também em caráter **descritivo, não experimental**, conceito muito bem definido por Köche (2011, p. 124), para ele a referida abordagem “estuda as relações entre duas ou mais variáveis de um dado fenômeno sem manipulá-las”. Aspecto essencial para este estudo que toma como base para análise a opinião objetiva dos respondentes, sem apontar “erros os acertos”, mas, evidentemente levantando a reflexão na luta pelo direito à educação de qualidade. **“Na pesquisa descritiva não há a manipulação** a priori das variáveis. É feita a constatação de sua manifestação a posteriori”. Ponto bastante pertinente elencado pelo autor que traz a este estudo a cientificidade sem subjetividade sobre os dados coletados, considerando o respeito entre os pares, cabendo destacar que o interesse maior da pesquisa, é revelar, ou possivelmente perceber que a realidade da educação campesina de Passira, não difere na sua totalidade das demais regiões no Brasil, no que se refere a luta permanente pelo não fechamento de escolas ao longo dos anos sob a ótica da negação de direitos aos povos do campo.

Vale trazer clareza que a escolha da abordagem descritiva se faz pertinente considerando a objetividade da pesquisa garantindo a **espontaneidade, naturalidade e grau de generalização** dos apontamentos elencados pelos participantes. No qual, Köche explica ser esta uma característica peculiar da referida abordagem que difere da **abordagem experimental** na qual a apresentação dos “seus resultados devem permanecer restritos às condições experimentais” (Köche, 2011, p. 125).

Para o autor:

Não há maior valor de um ou outro tipo de pesquisa. Os méritos de uma pesquisa experimental ou de uma descritiva são os mesmos, desde que haja em ambas mostra de cientificidade e desde que o tipo de pesquisa seja o mais adequado à natureza do problema analisado. Se, por um lado, como já foi visto anteriormente, a experimental oferece maior rigor no controle tornando mais precisos os seus resultados, por outro, perde a **espontaneidade, naturalidade e grau de generalização**, que é bem maior na pesquisa não-experimental. (Koche, 2011, p. 125) (grifos para esta pesquisa).

Faz necessário enfatizar também que a escolha pelo caráter de **pesquisa de campo** ancorado ao enfoque **quantitativo descritivo**, foi necessário justamente porque o mesmo “está voltado para o estudo de **indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros campos**, visando à compreensão de vários aspectos da sociedade” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 189) (grifos para este estudo), haja vista a objetividade do problema de pesquisa no que se refere a Educação do Campo, se faz pertinente pensar no porquê e para quê “fechar escolas” quais as justificativas que poderiam levar a este feito ilícito, considerando a garantia legítima da Política Pública? Assim, a supracitada abordagem garante a pesquisadora a quantificação dos dados a serem analisados na tentativa de comprovar a hipótese de pesquisa ou pelo menos comparar com os achados já existentes. No entanto, cabe esclarecer que a presente abordagem pode apresentar assim como qualquer outra, **vantagens e desvantagens**, como explica as autoras, no quadro a seguir:

Quadro 5 - Vantagens e desvantagens da pesquisa de campo com enfoque quantitativo

Vantagens	a) Acúmulo de informações sobre determinado fenômeno, que também podem ser analisadas por outros pesquisadores, com objetivos diferentes.
	b) Facilidade na obtenção de uma amostragem de indivíduos, sobre determinada população ou classe de

	fenômenos.
Desvantagens	a) Pequeno grau de controle sobre a situação de coleta de dados e a possibilidade de que fatores, desconhecidos para o investigador, possam interferir nos resultados.
	b) O comportamento verbal ser relativamente de pouca confiança, pelo fato de os indivíduos poderem falsear suas respostas

Fonte: Elaborado pela própria autora com base em (Marconi; Lakatos, 2003, p. 189).

Desse modo, as vantagens destacadas pelas autoras são congruentes ao objetivo desta pesquisa, na tentativa de explicar os motivos que ocasionam a negação de direitos a educação do campo. E, no que se refere as desvantagens apontadas pelas autoras, as próprias, são eficazes em explicar que se faz pertinente a realização de “**pré-testes**” na aplicabilidade dos instrumentos (entrevistas) para minimizar as chances de desvantagens.

Esse posicionamento remete aos compromissos da investigação desenvolvida, haja vista que eleger estudar os contextos que incidem acerca do fato social em que “escolas do campo”, comprometidas com as Diretrizes federais para a Educação do Campo, especialmente quando essa Política pretende construir processos de reparação frente às históricas negações de direitos de “acesso e permanência na escola”, com vistas à educação de qualidade. Muito embora, essa tomada de decisão para o Estado brasileiro é relativamente recente. Sobretudo, se for considerado a oficialidade dessa Política Pública no Brasil, e por sua vez, que deve ser levada à sério. Porque a existência de desigualdades de acesso à educação formal, bem como sua interrelação com as especificidades e necessidades do campo.

Esse panorama revela um desafio a realização de novas pesquisas, que não deveriam se manter alheias à identificação e caracterização das “vozes” de sujeitos implicados com os contextos diversos existentes em um país com uma diversidade de atividades agrícolas e ligados à pecuária, por exemplo. Como também, perceber que o campo não pode ser percebido apenas pelo ponto de vista do latifúndio e de seus grandes representantes. Visto que eles detêm um domínio historicamente situado desde o período colonial em que as relações de trabalho servil foram instituídas, vitimando a dignidade humana sobremaneira. Por outro lado, há que ser dimensionado a realidade dos minifúndios em que o exercício de plantio, colheita e/ou criação está envolvido com práticas comuns à subsistência.

3.2 Instrumentos de coleta de dados: entrevista, questionário estruturado

Para consolidar o presente estudo a pesquisa foi realizada no período de agosto a dezembro de 2023, fazendo uso de **entrevistas**, possibilitada pela obtenção de dados coletados com base na aplicação do instrumento **questionário estruturado**, composto por questões **fechadas** e de **múltipla escolha**, considerando o aspecto de **perguntas de mostruário**. Seguindo o ponto de vista elaborado por Marconi e Lakatos, a entrevista é uma ação comunicativa estabelecida entre duas ou mais pessoas, que conta com uma estrutura particular organizada através da formulação de perguntas e respostas. A entrevista é uma das formas mais comuns e pode ser apresentada em diferentes situações ou áreas da vida cotidiana, se trata de instrumento de coleta de dados bastante eficaz na construção de uma pesquisa científica “para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 195).

A esse respeito cabe registrar nas palavras das autoras parafraseando Goode e Hatt (1969, p. 237), que **a entrevista "consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo ato social como a conversação"**. Concerne, pois, em um diálogo desenvolvido entre as partes que permite de maneira “metódica” a coleta de dados necessária para que pesquisador em meio a construção de pesquisa possa responder ou justificar a sua hipótese pesquisada.

A entrevista é importante instrumento de trabalho nos vários campos das ciências sociais ou de outros setores de atividades, como da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia Social, **da Política**, do Serviço Social, do Jornalismo, das **Relações Públicas**, da Pesquisa de Mercado e outras. (Marconi; Lakatos, 2003, p. 196) (grifos para esta pesquisa).

De acordo com o ponto de vista das autoras, tal instrumento apresenta congruência a referente pesquisa, sendo esta faceta necessária na coleta de dados, na perspectiva de mensurar os apontamentos dos participantes quanto relações Políticas, sociais e culturais do homem do campo. E, para garantir a subjetividade proposta no que se refere as características de pesquisa de caráter descritivo a coleta se deu por meio de questionário estruturado garantindo o sigilo identitário dos entrevistados. Em respeito à essa definição se deve perceber que a escolha deste instrumento é pertinente isso porquê os compromissos dessa investigação estão de acordo com o tipo de **pesquisa de campo de corte transversal** compreendendo

ao marco temporal de julho a dezembro de 2023, a partir de uma **abordagem quantitativa de natureza descritiva**.

A escolha do tipo de entrevista a ser utilizado deve ser definida em consonância com a necessidade objetivada inicialmente na pesquisa. Seguindo o ponto de vista de Marconi e Lakatos, (2003, p. 197; 2017, p. 213) foi selecionada a proposta de entrevista:

a) **Padronizada ou Estruturada**. É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano. O motivo da padronização é obter, dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas, permitindo "que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas". (Lodi, 1974, p. 16).

Isso porque tomou-se a preocupação de obter uma amostragem significativa considerando a opinião particular de cada participante de maneira objetiva para a análise dos dados. Assim, a entrevista padronizada garante aos entrevistados apontarem suas afirmativas sem qualquer subjetividade, visto que "o pesquisador não é livre para adaptar suas perguntas a determinada situação, de alterar a ordem dos tópicos ou de fazer outras perguntas" (Marconi; Lakatos, 2003, p. 197; 2017, 213) ou seja, possibilidade de o grupo pesquisado responder sobre um mesmo questionamento, facilitando a análise sem interferência. É importante ressaltar que diante de uma temática bastante ampla, no que se refere a garantia de direitos à Educação do Campo, a sua plenitude carece está ancorada em dados que proporcione ao pesquisador a mensuração precisa, no intuito de comparar com outras realidades e garantir a contribuição social a saber até que ponto a ação da Política Pública está sendo bem aplicada aos munícipes, ou no que precisa melhorar?

Desta feita, foi considerado a preocupação de entrevistar gestores e professores, que se dispuseram a assumir o lugar de voluntários para responder às questões formuladas de acordo com sua congruência com a hierarquia dos objetivos e questões norteadoras.

No que se refere à construção do instrumento questionário, que foi elaborado com o total de 13 perguntas, dessas sendo: (3), três visando à caracterização dos participantes e, (10), dez "de opinião", fechadas, ou seja, de **múltipla escolha**

seguindo o propósito perguntas com mostruário, seguindo o ponto de vista de Marconi e Lakatos (2003, p. 201) “Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Cabe esclarecer que, esse método defendido pelas autoras também apresenta vantagens e desvantagens como se verifica no quadro a seguir:

Quadro 6 - Vantagens e desvantagens da entrevista padronizada ou estruturada

Vantagens	a) Economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados.
	b) Atinge maior número de pessoas simultaneamente.
	c) Abrange uma área geográfica mais ampla.
	d) Economiza pessoal, tanto em adestramento quanto em trabalho de campo.
	e) Obtém respostas mais rápidas e mais precisas.
	f) Há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato.
	g) Há mais segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas.
	h) Há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador.
	i) Há mais tempo para responder e em hora mais favorável.
	j) Há mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento.
	k) Obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis.
Desvantagens	a) Percentagem pequena dos questionários que voltam.
	b) Grande número de perguntas sem respostas.
	c) Não pode ser aplicado a pessoas analfabetas.
	d) Impossibilidade de ajudar o informante em questões mal compreendidas.
	e) A dificuldade de compreensão, por parte dos informantes, leva a uma uniformidade aparente.
	f) Na leitura de todas as perguntas, antes de respondê-las, pode uma questão influenciar a outra.
	g) A devolução tardia prejudica o calendário ou sua utilização.
	h) O desconhecimento das circunstâncias em que foram preenchidos torna difícil o controle e a verificação.
	i) Nem sempre é o escolhido quem responde ao questionário, invalidando, portanto, as questões.
	j) Exige um universo mais homogêneo.

Fonte: Elaborado pela própria autora com base em (Marconi; Lakatos, 2003, p. 201-202; 2017, 213-214).

Dentre os itens de desvantagens supracitados, os que apresentam grifos para esta pesquisa remetem aos contratempos enfrentados pela pesquisadora na consolidação dos dados. Vale ressaltar que houve algumas dúvidas na compreensão de alguns participantes, e, no que se refere ao método adotado fica o pesquisador impossibilitado de facilitar a compreensão dos pesquisados obedecendo tal requisito; e, certamente pela carga horária extensiva dos participantes houve a devolutiva tardia dos consolidados implicando no comprometimento do calendário de construção da pesquisa. Cabe esclarecer que a utilização do “pré-teste” também defendido pelas autoras facilitou execução do questionário minimizando as chances e erros “o questionário precisa ser testado antes de sua utilização definitiva, aplicando-se alguns exemplares em uma pequena população escolhida” para que o mesmo possa garantir os conceitos de **fidedignidade, validade e operatividade** para que os resultados garantam clareza e confiabilidade (Marconi; Lakatos, 2003, p. 203).

Desta feita o pesquisador precisa considerar o lugar de pesquisa e, no que se refere a natureza selecionada “deve-se **determinar as técnicas** que serão empregadas na coleta de dados e na determinação da amostra, que deverá ser representativa e suficiente para apoiar as conclusões” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 186). Desse modo, foram estabelecidas as técnicas de

- **Entrevista;**
- subordinado ao emprego do **instrumento questionário estruturado;**
- constituído de questões unicamente fechadas;
- totalizando um total **de 13 questões** ressaltando que **(3), três** são de caracterização dos participantes e, **(10), dez** de cafeterias (Marconi; Lakatos, 2003; 2017).

É essencial registrar que as questões foram formuladas em relação aos conhecimentos adquiridos ao longo do estudo da arte e, dessa maneira da construção do Marco Teórico.

Além disso, se deve esclarecer também, que as questões foram ordenadas com base na relação de convergência e correspondência com a seguinte lógica:

Quadro 7 - Projeção para a Construção do Instrumento Questionário Estruturado

PROBLEMA DE PESQUISA A existência do fechamento de escolas campesinas da Educação Básica do município de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente ao compromisso nacional para essa Política Pública nacional. OBJETIVO GERAL Identificar²³ o impacto do fechamento de escolas campesinas da Educação Básica, do município de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente ao compromisso nacional para essa Política Pública nacional. QUESTÃO CENTRAL Qual o impacto do fechamento de escolas campesinas da Educação Básica, do município de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, no que se refere ao compromisso nacional para essa Política Pública nacional.?		
Seção 1	Objetivo Específico nº 1 IDENTIFICAR²⁴ como acontece as tratativas do governo municipal em detrimento do fechamento das escolas campesinas, considerando a realidade de formação de turmas multisseriadas. Questão Norteadora nº 1 Como acontece as tratativas do governo municipal em detrimento do fechamento das escolas campesinas, considerando a realidade de formação de turmas multisseriadas Questão 4 Quantas escolas, no município de Passira, em Pernambuco, teriam sido fechadas, nos últimos (10), dez anos?	Questão 5 No município de Passira, em Pernambuco, quantas escolas campesinas estão em funcionamento, atualmente? Questão 6 No município de Passira, em Pernambuco, quantas escolas antes voltadas para a Política nacional de Educação do Campo, passaram a funcionar como escolas nucleadas? Questão 7 Dentre as opções a seguir, como você definiria o ensino em turmas multisseriadas? Eleja (1) uma alternativa.

²³ Nível 1 IDENTIFICAR: Bloom, (1957) para Objetivos Gerais – Nível do **Conhecimento**, de acordo com a designação taxonômica, que diz respeito ao estabelecimento do primeiro contacto com uma determinada área de estudo, conseguindo lembrar/citar definições e outros conceitos de base adequados a essa área, sem, no entanto, serem capazes de os explicar em detalhe.

²⁴ Nível 1 – IDENTIFICAR: Bloom, (1957) Nível do **Conhecimento**, de acordo com a designação taxonômica, que diz respeito ao estabelecimento do primeiro contacto com uma determinada área de estudo, conseguindo lembrar/citar definições e outros conceitos de base adequados a essa área, sem, no entanto, serem capazes de os explicar em detalhe.

Seção 2	Objetivo Específico nº 2 ANALISAR²⁵ o Programa de Educação do Campo da cidade de Passira, Agreste, de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente ao fechamento de escolas do campo, sob o ponto de vista do Estado brasileiro voltada à Política nacional de Educação do Campo. Quais as características do Programa de Educação do Campo da cidade de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente ao fechamento de escolas do campo, sob o ponto de vista do Estado brasileiro, voltada à Política Nacional de Educação do Campo? Questão 8 Os principais motivos que ocasionariam o fechamento de escolas campesinas de “pequeno porte”, do município de Passira, em Pernambuco, Nordeste do Brasil, podem ser relacionados com que motivos? Eleja (3) três alternativas no máximo. Questão 9 De acordo com as opções listadas abaixo, quais os programas ou órgãos sociais, que disponibilizam recursos por meio de ações advindas de Políticas Públicas para a educação campesina no município? Eleja (3) três alternativas no máximo.	Questão 10 No que refere à política do governo municipal em Passira: PE, voltadas às Escolas do Campo quais dentre as alternativas a seguir, correspondem a ações desse governo para o fortalecimento, que o Estado brasileiro tem como compromisso nacional? Eleger (3), três alternativas no máximo. Questão 11 Dentre as opções abaixo, especifique qual mantém relação com o destino atribuído às escolas campesinas, desativadas no município de Passira, em Pernambuco? Eleger (1) uma alternativa.
Seção 3	Objetivo Específico nº 3 CATEGORIZAR²⁶ o panorama do	Questão 12 A Educação do Campo resulta de lutas por direitos, em razão

²⁵ Nível 4 – ANALISAR: Bloom, (1957). Nível de **análise**. as competências adquiridas começam a estender-se para além dos conceitos de base, iniciando-se a abordagem a conceitos/sistemas avançados. Desse modo o aluno (pesquisador) consegue explicar, interpretar e prever o comportamento de um sistema.

²⁶ Nível 3 – CATEGORIZAR: Bloom, (1957). Nível de **aplicação**. as competências adquiridas começam a estender-se para além dos conceitos de base, iniciando-se a abordagem a

	Programa de Educação do Campo na cidade de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente a registros documentais do Movimento Sem-Terra: MST, em relação à realidade dessa política pública em Educação do Campo, nesse município. Questão Norteadora nº 3 Qual o panorama do Programa de Educação do Campo na cidade de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente a registros documentais do Movimento Sem-Terra: MST, em relação à realidade dessa política pública em Educação do Campo, nesse município?	da ação de movimentos sociais. É sensato considerar esse processo para a construção do documento Projeto Político Pedagógico (PPP), de modo que ele pudesse viabilizar a identidade da Escola do Campo do município de Passira-PE. Tendo em vista singularidades sociais e culturais necessárias à Educação do campo, que ressignificam o contexto escolar, referente a disponibilidade do (PPP) na escola. Eleja (1) uma alternativa. Questão 13 No que se refere ao repasse de recursos dos órgãos responsáveis pelo compromisso com a Educação Básica, no que tange às Escolas do Campo que é uma Política Pública Nacional, acredita estarem adequadas para manutenção dessas escolas em Passira: PE? Escolha (1) uma alternativa dentre as opções a seguir:
--	---	---

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

Cabe também, especificar que as perguntas elaboradas no **questionário** de acordo com a sucessão em cada sessão corresponderam ao tipo: **questões fechadas de múltipla escolha** “que apresentam uma série de possíveis respostas, abrangendo várias facetas do mesmo assunto” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 206; 2017, p. 221).

Cabe explicar que foi empregado a proposta de: **Pergunta com mostruário**. A qual, de acordo com Marconi e Lakatos, também conhecidas como “(**perguntas leque ou cafeterias**). As respostas possíveis estão estruturadas junto à pergunta, devendo o informante assinalar uma ou várias delas”. É pertinente esclarecer que esse tipo de instrumento “têm a desvantagem de sugerir respostas. (Explicitar,

conceitos/sistemas avançados. Desse modo o aluno (pesquisador) consegue explicar, interpretar e prever o comportamento de um sistema.

quando se deseja uma só resposta” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 206; 2017, p. 221). No entanto, como apontado pelas autoras “a técnica da escolha múltipla é facilmente tabulável e proporciona uma exploração em profundidade quase tão boa quanto a de perguntas abertas” (2003, p. 207; 2017, p. 222). Desta feita, uma opção perfeita na concretude do enfoque quantitativo adotado nesta investigação, comprometida em compreender o engajamento do Governo Municipal de Passira frente a Educação do Campo, sob a ótica da Política Federativa Nacional.

Quanto ao **objetivo** do presente instrumento em consonância com os compromissos éticos desta investigação se configuram: **Perguntas de fato**; as quais de acordo com as autoras “dizem respeito a questões concretas, tangíveis, fáceis de precisar; portanto, referem-se a dados objetivos: idade, sexo, **profissão**, domicílio, estado civil ou conjugal, religião etc.” Logo, uma abordagem necessária para identificar a função laboral dos participantes (amostragem) da investigação. E, **Perguntas com mostruário** (perguntas leque ou **cafeterias**) podendo os respondentes apontarem mediante as opções elencadas com base na imersão em estudos precedentes desenvolvidos no Marco Teórico, as possíveis respostas correlacionadas ao fechamento ou não das escolas campesinas no município de Passira, Pernambuco, Brasil. (Marconi; Lakatos, 2003, p. 208-209; 2017, p. 223-224).

Quanto aos participantes da pesquisa:

No que se refere aos participantes da pesquisa, que atuam como respondentes, frente à aplicação dos questionários, que corresponde ao instrumento utilizado para a recolha de dados: respostas às questões formuladas, com base na etapa de projeção da pesquisa. Fato que viabiliza à entrevista estruturada.

Saiba-se que os respondentes – participantes voluntários – que atuaram como respondentes das questões presentes no questionário estruturado, sendo uma mesma espécie de questionário, tendo as questões (4; 5; 6 e 7) para gestores e professores (respectivamente), todas antenadas com a proposta do **Objetivo Específico nº1** e, **Questão Norteadora nº1**, o qual está comprometido em compreender como acontece as tratativas do governo municipal em detrimento do fechamento das escolas campesinas, considerando a realidade de formação de turmas multisseriadas; e, as demais também formuladas para todos os respondentes: sujeitos da pesquisa, sendo as questões: (8; 9; 10 e 11) alinhadas

com o **Objetivo Específico nº2** e **Questão Norteadora nº2**, , que discute as características do Programa de Educação do Campo da cidade de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente ao fechamento de escolas do campo, sob o ponto de vista do Estado brasileiro, voltada à Política Nacional de Educação do Campo. E, as questões (12 e 13) alinhadas ao **Objetivo Específico nº3** e **Questão Norteadora nº3**, que tem como enfoque o panorama do Programa de Educação do Campo na cidade de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente a **registros documentais** do Movimento Sem Terra: MST, em relação à realidade dessa Política Pública em Educação do Campo, nesse município.

Desta feita se fez pertinente também fazer uso da **técnica²⁷ de pesquisa** com enfoque também em **Análise Documental**, tendo em vista a necessidade de dar “voz” ao MST, que figura nesse contexto, como os pais dos estudantes das escolas do campo.

Cabe esclarecer a pertinência da coleta de dados documental na construção dessa pesquisa de campo visto que, há congruência com o compromisso descritivo dessa pesquisa científica, o “fator descritivo já mencionado, esclarece-se que ele está relacionado às respostas dos questionários que foram aplicados, assim como também a análise documental” (Pereira, 2022, p. 173-174) pois, oportuniza correlacionar as duas facetas do contexto pesquisado no que se refere ao ponto de vista da Gestão Municipal de Passira, em Pernambuco, Nordeste do Brasil, a citar como exemplo de administração pública do Poder Executivo brasileiro; e, por outro lado se tem o ponto de vista dos professores (personagens que figuram na linha de frente no contexto escolar), assim como, a contribuição documental de um dos mais atuantes Movimentos Sociais na construção da Política Pública para Educação do Campo no Brasil, o MST. A saber: é “**característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias**” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 174; 2017, p. 192).

Em respeito à relação ao **Objetivo Específico: 3** a adoção da **Análise Documental** está concatenada com os preceitos de Bardin (2011) que atenta para a representatividade e a pertinência da contribuição do MST como **fontes primárias**

²⁷ Marconi e Lakatos afirmam que “**técnica** é um **conjunto de preceitos** ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos” (2003, p. 174; 2017, p. 192).

relevantes para análise das discussões nesta pesquisa. De acordo com a autora, depois de definir o tipo de documentos que será analisado, (as Atas registradas pelo MST) muitas vezes é preciso formar um corpus, que nada mais é do que o conjunto de textos escolhidos para serem submetidos pela análise. Montar esse corpus exige algumas escolhas e seleções, além de seguir determinadas normas. Desta feita para esse estudo foram selecionadas dentre as principais regras para essa formação: **Regra da Representatividade** e a **Regra de Pertinência**.

Na visão de Bardin:

Regra da representatividade. A análise pode efetuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial. Neste caso, os resultados obtidos para a amostra serão generalizados ao todo (2011, p. 127) (grifos para esse estudo).

A autora destaca a importância de selecionar uma amostra que efetivamente represente o universo total que se deseja estudar. Isso significa que, para que a análise seja válida, o material escolhido deve ter características que refletem as qualidades e variações do conjunto maior (a população camponesa). Quando essa amostragem é feita de maneira rigorosa, a amostra se torna um reflexo fiel do todo, permitindo que os resultados obtidos possam ser aplicados de forma generalizada a todo o universo de análise. Essa regra é essencial para garantir a confiabilidade e a aplicabilidade dos resultados, fazendo congruência para essa pesquisa.

E, no que se refere a “**Regra de pertinência**: os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise” (Bardin, 2011, p. 128). Em outras palavras, esses documentos devem fornecer informações que realmente contribuam para responder às questões que motivaram a análise. Esse cuidado garante que o material analisado esteja alinhado com o foco da pesquisa no que refere para esse estudo ao Objetivo Específico: 3 ao contar com o ponto de vista do MST, evitando dados desnecessários e aumentando a precisão dos resultados obtidos.

Nesta premissa, foram compilados os dados de (4), quatro documentos registrados em Livro Ata, garantindo a legitimidade da expressão popular dos camponeses locais, sob o ponto de vista dos trabalhadores rurais municipais, atrelado a ação perseverante dos povos do campo, na proposta de luta dos Movimento Sociais, ressalta-se sua força em todo país, o Movimento dos

Trabalhadores Rurais (MST), Movimento esse, atuante em Passira, discorre nessa pesquisa seu ponto de vista no que tange ao Programa de Educação do Campo ofertado em Passira, agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil.

Reafirma-se sobre os participantes, além do copilado documental, desempenharam esse papel (03) três **gestores** e, (06) seis **professores**.

Esse número diz respeito ao universo de (9) nove respondentes, comprometidos com o princípio de verdade a pesquisa científica, concatenados com seus pontos de vista mediante o propósito de cada Objetivo Específico e Questões Norteadora, referente ao total de 13 questões, sendo (3), três de contextualização e (10), dez de cafeteria, princípios supramencionados nessa pesquisa. Então figurou como população para a constituição da amostra, que foi submetida à descrição em **nível de inventário**, organizado por seção do questionário, sendo posteriormente, submetido à tabulação e apresentado no formato de **gráficos e quadros**. No sentido de permitir as considerações **analíticas** e, por fim, **conclusivas**.

No total, foram elaborados o número de **16** gráficos, sendo (2), dois no Marco Teórico dessa pesquisa, mais precisamente os gráficos **1 e 2**. E, no Marco Analítico consta (3), três de contextualização dos sujeitos da pesquisa, respectivamente os gráficos **3, 4 e 5**; ainda no Marco Analítico (5), cinco gráficos (**6, 7, 8, 9 e 10**) para a 1ª sessão; também (4), quatro gráficos (**11, 12, 13, 14**) para a 2ª seção; e, (2), dois para a 3ª sessão, os gráficos: **15 e 16**.

Deles percebeu-se a necessidade de uma condensação dos dados, que foi submetido à apresentação em (5), cinco quadros, sendo a (3), três correspondente à etapa que se refere ao objetivo específico nº 2, respectivamente os quadros **8, 9 e 10**; e, (2), dois voltados ao 3º objetivo específico, os quadros: **12 e 13**.

Com base nisso, se deu a construção dos processos de análise tendo em vista o compromisso descritivo assumido por essa pesquisa. O que permite a consolidação da análise com base e autores cujo destaque é sensato ser evocado, haja vista a natureza do problema de pesquisa.

Os participantes responderam livremente aos questionamentos que possibilitaram as respostas da pesquisa sobre as ações e implementações das Políticas Públicas nas escolas do campo no município de Passira-PE. Os dados obtidos revelam o crescente índice de escolas fechadas e por consequente, os motivos que ocasionaram o fechamento das instituições de ensino nas

comunidades camponesas.

Para confrontar os dados dos entrevistados a pesquisa considerou a opinião individual de cada público pesquisado sobre indagações em comum a todos os participantes no intuito de identificar a opinião privada diante do tema abordado. Os questionários consolidam-se na fonte de coleta das informações a serem analisadas posteriormente, pois subsidiaram a referida pesquisa.

3.3 Sujeitos da pesquisa: gestores, professores e o MST

A pesquisa considerou como amostra significativa, representantes que compõem a Educação do Campo no Município de Passira, em Pernambuco, Nordeste do Brasil, foram eleitos para figurar como sujeitos da pesquisa, atuando como respondentes das treze questões que compuseram o instrumento para a coleta de dados, a saber o questionário com questões **fechadas** de **múltiplas escolhas**. Frente a esses esclarecimentos, determina-se os respondentes da pesquisa – voluntários – respondentes, que foram: três (3) gestores, sendo dois (2) das escolas de “grande ou médio porte²⁸” e um (1) da “escola de pequeno porte²⁹”.

Cabe registrar que o número total de escolas que figuraram como escolas lócus para a realização da pesquisa de campo, correspondem à “Escolas do Campo³⁰”.

É importante esclarecer também, que o total de escolas que pertencem ao campo educacional gerido pela Prefeitura Municipal de Passira, região do Agreste Pernambucano, no Nordeste do Brasil, em sua totalidade representam 20 escolas.

²⁸ De acordo com o Ministério da Educação -MEC, no Brasil são consideradas escolas de ensino fundamental de **grande porte** ou escolas de ensino médio de pequeno ou grande porte, podendo ter de médios a muito elevados níveis de qualificação docente. Vale ressaltar que a legislação oficial do executivo municipal Passira não dispõe de um conceito próprio para adoção da terminologia adotada (Brasil, p. 51) disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/PNE/co_tipol.pdf.

²⁹ No que se refere as escolas de **pequeno porte**, seguindo a mesma definição apontada pelo MEC, são instituições de ensino que apresentam uma estrutura física pequena e com baixo índice de discentes e docentes presentes na instituição. Realidade que faz congruência a estrutura da maioria das escolas campesinas do município de Passira, interior do Estado de Pernambuco, Brasil.

³⁰ Art. 1º A **Educação do Campo** compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros (Brasil, 2008, p. 01) disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf.

E, 18 dezoito delas, estão comprometidas com a perspectiva da Política Pública Nacional, denominado como Programa de Educação para as Escolas do Campo, em conformidade com a determinação expressa na Diretriz Curricular das Escolas do Campo, publicadas em 2008, republicadas em 2013 e, reeditadas na íntegra, em 2017, sendo esta última a vigente a nível nacional.

No que se refere à localização nos territórios campesinos em regime solidário ao papel a ser desempenhado por cada uma das escolas do campo, sob o contexto e realidade da cidade de Passira. E, visando ser determinado razões a ser relacionados com o fato de haver um recorrente fechamento das unidades escolares oficiais, atreladas à Educação Básica em sua faceta maior o Ensino Fundamental I, denominado pela Base Nacional Comum Curricular -BNCC, publicada em dezembro de 2017, como sendo “anos iniciais”, que diz respeito ao 1º, 2º e 3º ano e, por conseguinte, o 4º e 5º ano do Ensino Fundamental supramencionado.

Em respeito à delimitação da pesquisa, optou-se por eleger os sujeitos - participantes respondentes - exclusivamente, **gestores e professores** das unidades escolares em que há gestores “para” e “na” unidade escolar. Haja vista que das 18, escolas que foram o universo da pesquisa, apenas, (2), duas figuraram para a definição da população a ser investigada. Porque, 16 das instituições escolares de Educação Básica, são geridas pela equipe de ensino, que opera essas e outras ações na Secretaria de Educação do Município de Passira, no Agreste de Pernambuco, como já mencionado.

Em razão dessa realidade, essa pesquisa entende que o contexto de gestão centralizado na Secretaria de Educação Municipal carece de sistematizar um modelo de gestão desse número de unidades educacionais, que refletem o fechamento manifesto de unidades existentes para a oferta de um modelo de Educação Formal que se filia ao propósito de Educação do Campo. Por uma questão de obviedade, não seria plausível frente aos compromissos dessa pesquisa, considerar essa ampliação tão grande de ações frente à necessidade de gerenciar comunidades escolares tão diversas e, ao mesmo tempo singulares sem que fosse considerado esse panorama local e regional, sob o caráter geográfico e contextos socio econômicos em que interatuam latifúndios e minifúndios. Haja vista sua natureza e identidade singulares ao lugar a ser ocupado pelos que trabalham e vivem do campo ou, de outra maneira, vivem nele.

Então, considerando imersões comuns à pesquisa e que, por extensão

relacionadas às etapas de método empregado para a construção do instrumento de pesquisa, assim como para a sua aplicação e, necessidade de esclarecimentos quanto ao alcance das questões formuladas, definiu-se uma amostra compatível com aspectos específicos ao caráter de inclusão e exclusão dos sujeitos de pesquisa, que figuraram como participantes da Entrevista, por meio do registro de respostas às questões componentes do instrumento questionário.

Com esse raciocínio, (6), seis professores que lecionavam nas respectivas escolas, sendo dois de cada instituição de ensino; destes (2), dois das escolas de grande porte respectivamente, totalizando (4), quatro professores. E, (2), dois com atuação docente no 4º e 5º ano. Muito embora, há que ser também, especificado que o tamanho da amostra, considerou também, o fato de que nessas escolas, as etapas acima especificadas são ofertadas em regime “multisseriado”. O que torna a experiência a que os respondentes elaboram as suas respostas, têm relação direta com o fato dela estar associada de modo indissociável a todos os anos definidos para “os anos iniciais” do Ensino Fundamental, a saber: 1º; 2º e 3º anos e, ainda relacionar à atuação docente a que simultaneamente, no mesmo ambiente – sala de aula, a programação aulas para o 4º e 5º ano.

Nesse sentido, um mesmo professor em um único horário, sendo manhã ou tarde, deverá realizar sua responsabilidade tendo em vista, objetivos complementares a programação federal para a Política em Educação, de modo paralelo a diferentes “competências” e habilidades, inerentes à base definida pelo Estado para nortear a programação de cada docente. Que incide diretamente, sob o papel de administração a ser também, definida por cada gestor.

Considerando o anonimato dos participantes os mesmos foram assim intitulados: **Gestor: 1, 2, e 3; Professor: 1, 2, 3, 4, 5 e 6.** Em relação à escolha dos sujeitos de pesquisa, considerou-se a partir dos seguintes critérios:

Crítérios de Inclusão:

- 1 - Haver representatividade de gestores e professores em todas instituições observadas;
- 2 - Conhecimento da realidade local;
- 3 – Ter atuado no mínimo uma década na educação do campo;
- 4 – Apenas inclusos na pesquisa, professores estatutários no município (lôcus de pesquisa);

Crítérios de Exclusão:

- 1 - Não haver representatividade de gerência na instituição de ensino;
- 2 - Não atuar na Educação do Campo;
- 3 - Educadores com menos de (10), dez anos de atuação na Educação do campo;
- 4 - Educadores em contrato temporário;

Os referidos critérios de inclusão e exclusão estão subordinados aos compromissos inerentes da pesquisa, considerando os requisitos éticos em razão da representatividade dos voluntários, sendo estes a amostragem significativa da Educação do Campo de Passira para este estudo. É importante ressaltar que, tomou-se a preocupação da escolha assim disposta, para garantir que houvesse a representação da gerência escolar corroborando com a ancora científica, conceito de verdade defendido por diversos autores supracitados nesta pesquisa a exemplo disso Arroyo, (2015) e Caldart, (2002, 2010) que defendem a efetivação da educação para os povos do campo em suas localidades sendo está, uma reparação de anos de negação de direitos legítimos, isso porque é pertinente também comparar os dados obtidos com o que defende os autores para responder ou justificar a hipótese de pesquisa.

Haja vista que, pensar na Educação Básica para o público em questão é necessário conhecer de perto e conviver no espaço enquanto sujeitos atuantes, para isso se preferiu selecionar profissionais estatutários do município com marco temporal significativo que garanta ao participante melhor clareza da realidade pesquisada.

3.4 Campo de pesquisa: escolas camponesas do Município de Passira, região do Agreste do estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil

A pesquisa realizada com vistas à descrição, organização e análise dos dados coletados ocorreu no Município de Passira, região do Agreste do Estado de Pernambuco, que é uma unidade federativa, localizada no Nordeste do Brasil.

Com intuito de contextualizar a localização geográfica desse município, incluindo breves esclarecimentos acerca de sua identidade social e econômica.

Mediante à importância dessas informações para ser compreendido a legitimidade do problema de pesquisa e a definição do objeto dessa pesquisa,

registre que a cidade de Passira fica a 106,8 quilômetros do Recife, capital do Estado de Pernambuco.

O município apresenta, uma população estimada em 28.340 habitantes. E, mediante a análise, maior parte dela reside no campo. Desse modo, se pode inferir que Passira é representada por um grandioso número de camponeses. Os dados apresentados, estão de acordo com o último levantamento realizado pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022). Vale ressaltar que, o mapeamento do IBGE é realizado a cada 10 anos no país. Porém, houve prolongamento no feito, que deveria ocorrer no ano de 2020 ocasionado pelo afastamento social que ocorreu em função da pandemia da COVID-19.

Além de ser conhecida como terra do Bordado Manual, por se destacar como símbolo Nacional de um município produtor de artes manuais, tendo seu reconhecimento inclusive internacionalmente, elevando a grandiosidade da arte “passirense” ao mundo, sendo essa também, mais um exemplo de empregabilidade informal gerando fonte de renda no campo.

O município destaca-se também na produção agrícola, reconhecido desde 2012 como a “**Terra do Milho**”, por ser um dos maiores e mais importantes produtores de milho da região. Tais fatos, se fazem necessários serem mencionados no presente estudo, no intuito de refletir sobre as condições da agricultura local, no sentido de cada vez mais se buscar incentivos para uma educação campesina que seja motivadora e emancipadora, oportunizando novas técnicas sustentáveis de desenvolvimento do trabalho agrícola nas comunidades campesinas (Amorim; Macedo, 2020).

Em síntese em relação à sua população, supracitada sob o total de 28.340 habitantes representando o percentual de 284,4% da população. E, que dentre essa proporção percentual a maior parte ocupa as regiões denominadas como “campo”, com atuação econômica principalmente ligada à agricultura. A renda per capita corresponde ao Produto Interno Bruto - PIB estimado em 2021 no valor de R\$ 9.167,82. Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano - IDH representa 0,592 da expectativa de vida, educação e indicadores de renda municipal. A taxa de ocupação é de 1829 pessoas, totalizando o percentual de 6,34% da população com ocupação formal.

Desse modo se pode inferir que, a taxa de desocupação e desemprego ou de possíveis ocupações informais diz respeito a 265,11% da população. No que se

refere aos dados da pobreza, em estudo realizado por busca no site oficial do IBGE³¹ assim como também no site oficial da Prefeitura Municipal de Passira³², apresentado em relatório detalhado sobre dados pertinentes para esta pesquisa, publicado em 2022 sob análise ainda do ano de 2003 último recorte publicado no site oficial após recenseamento do IBGE, a taxa da Incidência de Pobreza é de 55,42% em contrapartida a Incidência de Pobreza subjetiva aponta para 64,36% da população sobre condições de vulnerabilidade implicando afirmar que, quando considerada a própria percepção das pessoas sobre suas condições de vida da população esse índice é bastante preocupante no que se refere as condições de vida saudável e bom desenvolvimento da educação no município. Vale destacar que esses números apresentam índice crescente quando considerados os limites inferiores e superiores no que se refere aos dados pesquisados como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1 - Incidência da Pobreza no Município de Passira-PE (2003)

Incidência da Pobreza no Município	Em 2003
INCIDÊNCIA DA POBREZA	55,42%
limite inferior	50,77%
limite superior	60,06%
CIDÊNCIA DA POBREZA SUBJETIVA	64,36%
limite inferior	60,86%
limite superior	67,86%

Organização: A própria autora em 09/01/2024.

Fonte: IBGE (2003, 2022) – Censos Demográficos e site oficial Prefeitura Municipal de Passira.

No que se refere aos dados dos Censos Demográficos do IBGE, (2000, 2010, 2022), a **tabela 2**, apresenta um comparativo da distribuição populacional com o quantitativo de pessoas que moram no território campo/urbano do município.

³¹ **Panorama do Município de Passira** localizado no Estado de Pernambuco-BR. IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/passira/panorama> acesso em 09/01/2024.

³² População e fontes de renda do município de Passira. No item PASSIRA, é possível acessar dentre outros, os **Aspectos Fisiográficos e Culturais**. Prefeitura Municipal de Passira - PMP. Disponível em <http://passira.pe.gov.br/> acesso em 09/01/2024.

Tabela 2 - Distribuição populacional campo/urbano, do município de Passira-PE (2000-2010-2022)

Área e densidade demográfica	Em 2000	Em 2010	Em 2022
Área do Município (km ²)	363,27 km ²	326,758 km ²	327,210 km ²
Densidade Demográfica (hab/km ²)	80,20 hab/km ²	87,61 hab/km ²	88,61 hab/km ²
População Total	29.132	28.628	28.340
População Urbana	12.326	13.945	-
População Rural	16.806	14.683	-

Organização: A própria autora em 09/01/2024.

Fonte: IBGE (2000, 2010, 2022) – Censos Demográficos.

De acordo com dados dos Censos Demográficos do IBGE, em 2000 e 2010, a análise apresenta um acréscimo significativo na densidade demográfica da população municipal, e, se verifica um fator curioso no quantitativo populacional dos anos analisados pois com relação ano 2000, há uma diminuição significativa na população total do município com uma redução de aproximadamente 1,73% em 2010. O mesmo fato se reproduz com o novo censo realizado em 2022, pois, o município apresenta uma queda na sua totalidade de munícipes de -1,01% em comparação com o censo de 2010.

No entanto, o que se percebe é que mesmo com a redução total da população, ainda assim, se mantém o maior índice da população de Passira nas comunidades campesinas do município nos dois últimos censos demográficos. Diante disso, é importante ressaltar que o município em extensão territorial se apresenta em sua totalidade a maior parte da região em território camponês, daí ganhou o título de “**município camponês**” de acordo com o Censo Demográfico do IBGE em (2010).

Ainda não se divulgou a totalidade populacional de habitantes em esfera campo/cidade com base no mapeamento do IBGE concluído em 2022. Porém, percebe-se que o número total de munícipes é crescente. E, de acordo com dados municipais ainda se prevalece o maior quantitativo populacional nas áreas campesinas (SEMED, 2023).

Dados da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEMAG (2023), evidenciam que Passira é um dos maiores produtores agrícolas da região, na produção de milho, sua produção se dá na maior parte através da agricultura familiar e de subsistência. E, desde de 2012, o município tem

se destacado na produção dos grãos, abastecendo os munícipes, localidades vizinhas e inclusive o Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco (CEASA).

Se faz pertinente, o levantamento destas questões para tentar responder a indagação: Se o campo de Passira, produz tanto, por que acontece no mesmo, também o êxodo rural? Destaque-se sobre essa questão, Passira está localizada geograficamente no semiárido brasileiro, “a uma latitude 07°59'42" sul e a uma longitude 35°34'50" oeste, estando a uma altitude de 176 metros, e com período chuvoso os meses de abril - julho” SEMAG (2023). E, portanto, considerando estes aspectos físicos e climáticos da região, e sobretudo considerando os recursos hídricos escassos, devido aos extensos períodos de estiagem na região, ocasionados historicamente também devido ao desmatamento ao longo do tempo, boa parte da população do campo sentiram-se na incumbência de migrar às cidades vizinhas; à Capital do Estado, (Recife) e, alguns casos, outros estados em busca de trabalho.

As características climáticas do município implicam diretamente na redução familiar, moradores de uma determinada comunidade do campo, concomitante também a redução de estudantes matriculados nas escolas presentes nestas determinadas comunidades (SEMED, 2023).

Sobre a falta de recursos hídricos, o município se organiza no abastecimento d'água, através de “caminhões pipa³³” com o apoio do exército e também, na perfuração de poços artesianos nas comunidades (SEAMG, 2023). Com essa medida, geralmente as famílias de agricultores permanecem nas suas localidades e, dessa maneira apenas o pai, considerado “chefe de família”, movimenta-se para buscar trabalho em cidades circunvizinhas, retornando apenas nos finais de semana ou quinzenalmente para suas comunidades de origem.

Mediante essas reflexões, destaca-se a importância cada vez mais, de investimentos na educação do campo, ancorada numa metodologia e proposta curricular sustentável, garantido o direito de quem reside no campo e poder a cada dia desenvolver seus trabalhos agrícolas e culturais dentro de seu contexto campesino. Considerando estas questões, Amorim e Macedo, apontam que:

[...] a educação do campo como processo educativo necessita estar

³³ A saber: **transporte de líquidos** que existe um tipo muito específico e importante de caminhão: o **caminhão pipa**. Disponível em: <https://www.cobli.co/blog/caminhao-pipa/> acesso em: 12/03/2024.

vinculado à sustentabilidade, contribuindo na construção de um projeto educacional como perspectiva para uma organização transformadora da sociedade. A escola do campo deve ser responsável pela aplicabilidade de ações que sensibilize o ser humano a ter uma postura para preservação da natureza. Para tanto o reconhecimento do ambiente em que estão inseridos é primordial para o desenvolvimento das pessoas e do meio. (Amorim; Macedo, 2020, p. 2).

Como afirmam os autores, a Educação do Campo, verdadeiramente acontece no contato direto do homem do campo com a natureza, com o cuidado e o cultivo da terra. Desta feita, é preciso ofertar um ensino contextualizado dentro e fora da sala de aula, de modo que o estudante possa estar diretamente vivenciando técnicas de cultivo e manuseio com a terra, através de projetos orgânicos e outros. Assim, é de fato oportunizada uma proposta curricular emancipadora que eleva o ensino a um patamar de visão ampla, abrindo portas para um futuro emprego e sobrevivência no campo, dando amplitude ao ensino, através de uma pedagogia sustentável, que visa a preservação da natureza.

Esse quadro em que figuram tais dados permite contrastar com o papel da educação não apenas formal em nível de Educação Básica, no âmbito do ensino fundamental, haja vista a alteração dada pela Lei Federal que entrou em vigor em janeiro de 2007, quando o Brasil oficializou a mudança prevista pela LDB 9394/96, que **descentralizou o Ensino Fundamental progressivamente, em um lapso temporal de (10), dez anos, que correspondeu a dezembro de 1996 a dezembro de 2006**³⁴, sob o fundamento do financiamento da Política de Educação Pública

³⁴ A constituição de 1988 introduziu os princípios da descentralização e municipalização na gestão e implementação das políticas sociais públicas. A Constituição Federal Brasileira de 1988, reconheceu o Município como instância administrativa. No campo da educação (artigo 211) oportunizou a possibilidade de organização de seus sistemas de ensino em colaboração com a União, os Estados, O Distrito Federal. Os Municípios devem manter cooperação técnica e financeira com a União e com os Estados, através dos programas de educação infantil e de ensino fundamental. (Art. 30. VI). O município, através dessa colaboração e através de seu órgão administrativo, pode administrar seu sistema de ensino, definindo normas e metodologias pedagógicas que se adaptem melhor às suas peculiaridades. As articulações entre as esferas existem, e as leis seguidas pelo município são estaduais e federais. As leis, na esfera municipal, se articulam entre os sistemas de ensino. Tanto na zona urbana, como na zona rural, é garantido pela Constituição Federal de 1988, a educação das crianças até 6 anos, como dever do Estado e responsabilidade do Município, tanto nas creches como na pré-escola, estendendo-se para o Ensino Fundamental. Em se tratando da zona rural, o dever do Município compreende também, a responsabilidade pelo transporte de alunos e de professores, atendendo as demandas em busca ao acesso do ensino gratuito e obrigatório (ensino fundamental), preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (Lei Darci Ribeiro), no seu artigo 4º - I- Título III- Do direito à Educação e do Dever de Educar. Nos artigos 11 e 18 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, há a constatação de que os municípios podem baixar normas complementares para seu sistema de ensino. A

Federal denominada como FUNDEF³⁵.

Com a conquista da alteração do sistema de financiamento, passou a ser vigente o FUNDEB³⁶ que, implementou a Educação Infantil ao sistema de gestão do Executivo Municipal para que viesse a criar Políticas de governo, em plena harmonia com as ações de manutenção da Educação Pública, atrelada ao preceito

Constituição Federal estabelece que a União deve usar 18% e os estados e municípios 25%, no mínimo, da receita resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino. Disponível em <https://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/descentralizacao.htm> acesso em 09/01/2024.

³⁵ O **FUNDEF** – Implantado em janeiro de 1998, o Fundef é constituído de 15% do Fundo de Participação dos Estados (FPE), do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Imposto sobre Produtos Industrializados sobre Exportações (IPIexp) e da desoneração das exportações prevista na Lei Complementar nº 87 (Lei Kandir). Cada estado tem um valor por aluno/ano, baseado na sua arrecadação; a União fixa um valor mínimo e complementa o fundo dos estados que não atingem esse mínimo. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/3928-sp-2016953867> acesso em 09/01/2024.

³⁶ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (**FUNDEB**) é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um total de vinte e sete Fundos), composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação, conforme disposto nos Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal.

O **FUNDEB** foi instituído como instrumento permanente de financiamento da educação pública por meio da Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, e encontra-se regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/fundeb#:~:text=O%20Fundeb%20foi%20institu%C3%ADdo%20como,25%20de%20dezembro%20de%202020>. Acesso em 09/01/2024.

de “**qualidade**³⁷” e “**garantia do acesso e permanência**³⁸” nas escolas, também, registrada em documentos oficiais **como instituições** oficiais de ensino do Brasil.

Em vista dessa e outras questões que serão manifestas na etapa analítica em diálogo com o caráter epistemológico da pesquisa, que também, se alonga nas escolhas realizadas para a construção do Marco Teórico. Por sua vez, sendo completado pelas escolhas em âmbito acadêmico do marco metodológico aqui concatenado e, manifesto no marco analítico, possibilitando por fim, credibilidade aos resultados da pesquisa.

Nesse sentido, não poderia ser relacionado a legitimidade das escolas lócus para a pesquisa em que a entrevista, realizada na pesquisa de campo de pesquisa,

³⁷ Ponto de vista da **Comissão de Educação do Congresso Federal** e do **MEC**.

Especialistas em financiamento da educação apontaram providências para garantir um maior equilíbrio na oferta de ensino público de qualidade em todo o país. A regulamentação propõe que a complementação da União aos recursos que já são destinados pelos estados a partir de impostos siga novas regras. Além da parcela já existente, que leva em conta o número de alunos matriculados (Valor Aluno/Ano Final – VAAF), haverá outras duas, que consideram as receitas para a educação que não passam pelo Fundeb (Valor Aluno/Ano Total- VAAT) e a melhoria da aprendizagem (Valor Aluno/Ano por Resultado – VAAR). “O Custo Aluno Qualidade precisa ser contemplado na lei de modo mais objetivo, tanto em relação ao que deve ser definido sobre o CAC na Lei Complementar do Sistema Nacional de Educação quanto à inserção do CAC nos critérios que presidem a complementação da União ao Fundeb” - Tabata Amaral.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/704378-novas-regras-do-fundeb-podem-equilibrar-oferta-de-educacao-de-qualidade-dizem-especialistas/> acesso em 09/01/2024.

E, no que se refere ao ponto de vista do MEC a **Qualidade no Ensino** deve considerar as questões de planejamento considerando dentre outros os valores e aspectos culturais dos estudantes.

O secretário de educação básica do MEC, César Callegari, afirmou, na abertura do IV Seminário Nacional de Educação Integral, que a educação de qualidade requer um projeto político pedagógico de cada escola em que haja compromisso de professores e educadores com resultados. “É preciso planejamento, ações racionais e metas objetivas a serem cumpridas, de comum acordo dentro de um processo democrático e participativo em que toda a escola participe, assim como os dirigentes da rede de ensino”, destacou.

Segundo Callegari, a ampliação do período das crianças e adolescentes na escola precisa significar articulação das diferentes dimensões educacionais contemporâneas. “É preciso um projeto político pedagógico capaz de embarcar questões ambientais e de valores humanos, práticas esportivas e culturais, o mundo do trabalho”, exemplificou. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/17818-educacao-de-qualidade-exige-cumprimento-de-metas-objetivas> acesso em 09/01/2024.

³⁸ Câmara dos Deputados no que se refere a LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; [...] VII - valorização do profissional da educação escolar; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html> acesso em 09/01/2024.

escolas campesinas, ou seja, vinculada à Política Pública Nacional, consoante às perspectivas comuns às escolas do campo, tendo em vista neste caso de pesquisa a realidade no Município de Passira, em Pernambuco, Brasil.

Desse modo foi realizado um mapeamento das unidades educacionais concatenadas com a Educação do Campo, sob a faceta da Educação Fundamental anos iniciais, da Educação Básica que atuaram como lócus de pesquisa. Com o levantamento dos dados municipais sobre o índice de escolas fechadas no município foi possível constatar que existem (3), três questões singulares provenientes ao fechamento das escolas, onde o município dispõe de escolas “**desativadas**”³⁹; escolas “**extintas sem portaria de extinção**” e, escolas “**extintas com portaria de extinção**”⁴⁰ SEMED, (2023). De modo que, atribuem-se as consideradas extintas não mais serem reativadas, pois, já tiveram sua portaria de extinção, publicadas no Diário Oficial da União⁴¹ (DOU).

De acordo com a SEMED, as escolas desativadas nos últimos (10), dez anos, em algum momento podem ser reativadas para fins educativos ou criação de Postos de Saúde Comunitária (PSF), dentre outros. As listas completas com cerca de pouco mais de cinquenta escolas, extintas no município ao longo dos anos, estão disponíveis no **Anexo 2** (escolas extintas com portarias de autorização e sem portaria de extinção) e **Anexo 3** (escolas extintas com portarias de autorização e com portaria de extinção), da presente pesquisa (SEMED, 2023).

Atualmente, Passira conta com a totalidade de vinte instituições de ensino em funcionamento na Educação Básica, no que se refere aos Anos Iniciais e Finais considerando da Educação Infantil ao 9º ano. Sendo (2), duas localizadas na área urbana do município, com atendimento a todos os anos/série supracitados. Destas, 18 representam as escolas ativas nas comunidades campesinas. É possível visualizar as escolas que foram “fechadas e/ou desativadas” e, as nucleadas por localidades do campo de origem e receptoras dos estudantes, no município de Passira-PE, nos últimos (10), dez anos (SEMED, 2023) no quadro a seguir:

³⁹ São conceituadas como **escolas desativadas** àquelas instituições de ensino que não mais está em funcionamento GUIMARÃES, (2017).

⁴⁰ A lista completa das escolas “**extintas sem portaria de extinção**” e, escolas “**extintas com portaria de extinção**” constam nos anexos I e II desta pesquisa. Dados disponibilizados pela SEMED, (2023).

⁴¹ Maiores sobre as informações **Diário Oficial da União** disponíveis em: <https://www.cepe.com.br/> acesso em 25/11/2023.

Quadro 8 - “Escolas fechadas e/ou desativadas” e as nucleadas por localidades, no município de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil

Escola Fechada ou Desativada	Escola Nucleada	Comunidade de Origem do Estudante	Comunidade Receptora do Estudante	Nucleada
Escola Municipal Severino Gabriel Bezerra	Escola Municipal João Heráclio Duarte	Comunidade: Barbosa	Comunidade: Varjadas	2013
Escola Municipal José Pereira dos Passos		Comunidade: Tanque do Vieira		
Escola Municipal José Antônio do Paraíso		Comunidade: Tanque do Vieira		
Escola Municipal Aldagiza Florentino de Medeiros		Comunidade: Paulinas		
Escola Municipal Paulina Francisco da Conceição	Escola Municipal Dr. Luiz Heráclio do Rego	Comunidade: Rosilia	Comunidade: Cacimbinha	2013
Escola Municipal José Felisberto da Silva		Comunidade: Cacimbinha		
Escola Municipal João Adelino Ramos	Escola Municipal Maria José de Medeiros	Comunidade: Cafumba	Comunidade: Tamaduá	2013
Escola Municipal Silvina Marcolino de Souza	Escola Municipal Cícero Ferreira	Comunidade: Ampara	Comunidade: Ribeiro do Mel	2019
Escola Municipal Jorge Alves da Silva	Escola Municipal João Paulo Izídio	Comunidade: Taquari	Comunidade: Chã dos Cocos	2019
Escola Municipal Alexandrino Francisco da Silva	Escola Municipal Otaviano Básilio	Comunidade: Araras	Comunidade: Pedra Tapada	2019

Organização: A própria autora em 24/09/2023.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – (SEMED, 2023)

De acordo com os dados apresentados no **quadro 8**, verifica-se que em meados de **uma década**, foram desativadas um total de **(10)**, **dez escolas** do campo no município de Passira, das quais se destaca o “nucleamento” da **Escola João Heráclio Duarte**, localizada na Comunidade “Varjadas”, haja vista que esse fato emergiu a partir da junção de estudantes oriundos de **(4)**, **quatro escolas**, antes comprometidas com a Política Nacional de Educação do Campo. Quanto ao “nucleamento” da Escola Dr. Luiz Heráclio do Rego localizada na Comunidade Cacimbinha, se fez possível através da junção de estudantes advindos de **(2)**, duas outras comunidades campesinas municipais. Desse modo, tais fatores comprovam o baixo índice de estudantes presentes nestes contextos escolares. E, de acordo com a gestão municipal justificando o “desativamento” das escolas (SEMED, 2023).

Para LUTHER, (2018) é preciso pensar cuidadosamente sobre o processo de nucleação de escolar uma vez que, há uma aplicabilidade de percas no âmbito cultural bem como de qualidade de vida dos estudantes que em muitos contextos passam mais tempo nos transportes do que mesmo em sala de aula.

Com a nucleação das escolas rurais, as alternativas de educação formal para quem vive distante das cidades depende do transporte diário para escolas (na cidade ou sede de distrito municipal) com o deslocamento pendular dos estudantes para a escola central ou nucleada. **Essa nova rotina muda os valores, o tempo e se caracteriza por novos condicionantes da educação.** (Luther, 2018, p. 24) (grifos para essa pesquisa).

Não se pode negar que o aparato legal é legítimo, porém, é também legítima a necessidade de sua aplicabilidade na garantia de direitos aos povos do campo. De acordo com as informações coletadas junto a gestão municipal, foi repassado que quando é efetuada a decisão de “fechar/desativar” alguma escola do campo no município, essa ação é feita em comum acordo com as comunidades em questões, ponderando as opiniões coletivas. Diante disso, os estudantes são relocados nas escolas maiores em comunidades vizinhas, garantindo assim o direito de permanência no contexto campesino.

E que, as escolas não são de fato “fechadas” mais sim, “desativadas” momentaneamente, pois estas a qualquer momento, podem ser reabertas mediante necessidade dos munícipes da comunidade campesina. Além disso, foi pontuado que as escolas, desativadas, são reaproveitadas para outras atividades na comunidade, como: atividades extraclasse, reuniões da comunidade, vivências culturais e/ou outros. E, portanto, desse modo não deixando a escola sem utilidade SEMED, (2023).

É pertinente explicar que as referidas informações são confrontadas na análise dos dados obtidos mediante a realização da entrevista/questionário entre os participantes, obviamente numa perspectiva reflexiva na luta constante e necessária da garantia de direitos quanta oferta de ensino qualificado na Educação Básica especificamente aos povos do campo, não cabendo julgamentos entre os pares, tão pouco de ordem institucional.

Para atender aos objetivos desta pesquisa sob a proposta metodológica adotada vale destacar que foram selecionadas (3), três escolas intituladas: Escola 1; Escola 2 e Escola 3, para coleta de dados considerando que as escolas de pequeno porte (supramencionadas) não possuem direção de ensino própria, sendo regidas por uma direção de ensino geral que fica a disposição das escolas na sede da SEMED, desta feita, tendo em vista a disponibilidade dos sujeitos pesquisados (membros da gestão municipal) foram escolhidas as escolas campesinas com representação de gestão escolar própria delimitadas como amostras que atuaram como lócus de pesquisa com a finalidade de cominar na análise de dados mais consistente, de modo que seja considerada as afirmativas de todos os participantes.

Registra-se a seguir as unidades educacionais de Educação Básica, sob a faceta da Educação Fundamental anos iniciais, que atuaram como lócus de pesquisa:

- 1- **Escola 1: Escola Municipal João Heráclio Duarte**, localizada na comunidade campesina - Varjadas. A instituição conta com um corpo docente no total de **15** professores e **245** discentes, e, cabe esclarecer que todas as turmas são seriadas atendendo ao público da Educação Básica do ensino fundamental I e II e que, não há formação de turmas multisseriadas justamente por se tratar de um exemplo de escola que foi nucleada, com estudantes oriundos de outras (4), quatro escolas, antes voltadas para a Política Nacional de Educação do Campo, como mostra o **Quadro 8** dessa pesquisa. No que se refere a estrutura física, a escola possui (8), oito salas de aula; (10), dez banheiros; (1), uma cozinha; (1), um refeitório; (1), uma sala da direção; (1), uma biblioteca; (1), uma secretaria; (1), uma sala para professores; (1), uma sala de recursos multifuncionais; e, (1), uma quadra coberta com banheiros acessíveis.
- 2- **Escola 2: Escola Municipal Maria José de Medeiros**, localizada na comunidade campesina - Tamanduá. A instituição conta com um corpo docente no total de **24** professores e **412** discentes. Não há formação de turmas multisseriadas na escola e a mesma atende os estudantes da Educação Básica

do Ensino Fundamental I e II. Sua estrutura física se representa por 11 salas de aula; (6), seis banheiros, (1), uma cozinha; (1), um refeitório; (1), uma sala da direção; (1), uma biblioteca; (1), uma secretaria; (1), uma sala para os professores; (1), uma sala de recursos multifuncionais; (1), uma quadra para prática de esportes; (1), uma sala de coordenação pedagógica; (1), um almoxarifado; e (1), um laboratório de informática.

- 3- **Escola 3: Escola Municipal João Paulo Izídio**, localizada na comunidade campesina - Chã dos Cocos. A instituição conta com um corpo docente no total de (3), três professoras e 51 discentes. Destes, 20 representam a Educação Infantil; 15 constituem uma turma multisseriada de 1º ao 3º ano. E, 16 formam a turma multisseriada de 4º e 5ºano. Quanto ao espaço físico, a escola conta com (2), duas salas de aula; (2), dois banheiros; (1), uma cozinha; e, (1), uma dispensa.

As escolas foram selecionadas para garantir a representatividade da gerência escolar como já dito anteriormente. Observa-se que a realidade da Escola 3, difere das demais (Escola 1 e 2), no que se refere ao quantitativo de estudantes e professores e, obviamente também, na estrutura física ao passo que, para comportar um maior quantitativo de discentes carece ter maior espaço físico. Na Escola 3, também é possível perceber que os professores atuam em turmas multisseriadas, o que garante a representação de uma faceta comum na Educação do Campo, formação de turmas neste modelo é comum nas escolas campesinas, as formações das turmas variam de acordo com o quantitativo de estudantes matriculados. Cabe esclarecer também, que essa representatividade passa a ser ainda maior, visto que, os professores de turmas “multisseries” atendem a um público misto no que se refere a ano/serie, ou seja, diferentes níveis de aprendizagem, assim como também, os professores das escolas maiores por se tratar de um público veterano no município, já atuaram em turmas “multisseries” e, alguns deles atuam em mais de um expediente no município, ampliando ainda mais o embasamento dos respondentes por amostragem para esse estudo.

3.5 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa foi dividida em (4), quatro etapas: a Primeira compondo o **Marco Teórico** inicialmente, apresentando um quadro com as principais fontes de

referências que fomentam esta pesquisa. Em seguida ainda nessa etapa correspondente ao **Marco Teórico**, se apresenta reflexões pertinentes fazendo congruência as fontes pesquisadas, enfatizando os marcos importantes das Políticas Públicas que regulamentam a Educação do Campo; as ações governamentais da Educação do Campo na proposta das DCN's implicando na constituição da BNCC; as lutas travadas através dos Movimentos Sociais e os desafios que o homem camponês enfrentou e enfrenta até os dias atuais pelo direito de estudar em seu local de origem, numa perspectiva de ensino significativo. Além disso, a pesquisa apresenta também uma abordagem sobre fechamento das escolas camponesas e os fatores históricos que ocasionam o fechamento das escolas na Educação Básica.

A segunda etapa está reservada ao **Marco metodológico** onde é apresentado o tipo de pesquisa (**de campo**); de **corte transversal**, referente ao espaço temporal adotado para o desenvolvimento da referida; sua abordagem (**quantitativa**) e natureza (**descritiva**); assim como também, os métodos utilizados na coleta de dados (**questionário estruturado**) com **perguntas fechadas de múltipla escolha** considerando a faceta de **perguntas com mostruário**; para obter uma amostra significativa considerando as respostas dos participantes da pesquisa: (3), três gestores e, (6), seis professores do Ensino fundamental I de Escolas do Campo do município de Passira, em Pernambuco, Nordeste do Brasil.

Além disso, a pesquisa conta com o método de **Análise Documental**, proposto também por Marconi e Lakatos, (2003; 2017), para garantir o lugar de fala aos povos do campo, sob a faceta de luta do Movimento Social (MST), atuante neste município, lócus dessa pesquisa. Nesta etapa, é possível verificar conjuntamente, a presença pertinente de um mapeamento através de quadro ilustrativo com a listagem das escolas “fechadas/desativadas” e as nucleadas ao longo dos anos no município de Passira-PE, trazendo desafios e anseios da educação pela permanência das escolas do campo.

Em seguida a pesquisa apresenta a etapa reservada ao **Marco Analítico**, dispondo da análise de dados, a qual se fizera possível pela imersão metodológica mensurando os dados obtidos, fazendo conexão direta com o problema de pesquisa, mediante a coleta de informações oriundas dos respondentes que se configuram como amostra para essa pesquisa. As discussões dos resultados foram possíveis com base nas interpretações de gráficos, quadros e tabelas correlacionadas aos dados coletados no lócus da pesquisa. Vale ressaltar que, os colaboradores da pesquisa

foram identificados através de códigos para a preservação da identificação dos entrevistados, considerando seus respectivos pontos de vista sobre o tema em questão para assegurar a eficácia necessária na apreciação dos resultados obtidos.

E, por fim, as **Considerações Finais**, com as inferências baseadas nas respostas coletadas, no intuito de esclarecer, junto as contribuições dos autores em confronto aos dados obtidos no presente estudo considerando as contribuições dos respondentes, indicando que não existe um fim para as discussões apresentadas na referida pesquisa, considerando que não existe uma verdade científica que seja absoluta e incontestável.

4 ANÁLISES DOS DADOS E RESULTADOS - MARCO ANALÍTICO

4.1 Dados correspondentes à pesquisa de campo entrevista: Objetivo

Específico Nº 1

Essa etapa está comprometida com a organização dos dados coletados em pesquisa de campo que teve como lócus de pesquisa (3), três escolas, respectivamente: **Escola 1:** Escola Municipal João Heráclio Duarte, localizada na comunidade campesina – “Varjadas”; **Escola 2:** Escola Municipal Maria José de Medeiros, localizada na comunidade campesina – Tamanduá e, **Escola 3:** Escola Municipal João Paulo Izídio, localizada na comunidade campesina - Chã dos Cocos. É importante ressaltar que as instituições supracitadas pertencem ao Município de Passira, Pernambuco, Brasil.

Nessas instituições foi feita a apresentação da proposta da pesquisa, das finalidades em âmbito geral, pela apresentação do problema e do objetivo geral da pesquisa:

PROBLEMA DE PESQUISA

- A existência do fechamento de escolas campesinas da Educação Básica do município de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente ao compromisso nacional para essa Política Pública nacional.

OBJETIVO GERAL

- **Identificar**⁴² o impacto do fechamento de escolas campesinas da Educação Básica, do município de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente ao compromisso nacional para essa Política Pública nacional.

Assim como, o **título** a ela atribuído: IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPESINAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, AGRESTE DE PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL: Um estudo frente à Política Pública Nacional. Isso foi possível por meio de um instrumento de apresentação da pesquisa para que os participantes, compreendessem sua finalidade, momento em que eles foram convidados após a leitura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), que como já foi registrado na etapa reservada a metodologia garantiu-se (2), dois originais, sendo (1), um para a responsável da pesquisa e (1), um

⁴² Correspondente ao nível 1 da Taxonomia de Norman Bloom, voltada ao estudo sobre a **abrangência e aplicação do conhecimento**. (Bloom, 1956).

para cada participante da pesquisa, de acordo com a Resolução 466/12⁴³ e, 510⁴⁴ de 2016, Resolução de Pesquisas direta ou indireta com seres humanos de autoria do Ministério da Saúde do Brasil.

Além desses aspectos é necessário também tornar evidente, que o instrumento da pesquisa está relacionado a realização de uma entrevista estruturada com base na observação direta extensiva e que por essa razão utilizou-se um instrumento com questões fechadas de múltipla escolha, seguindo as categorizações formuladas por Marconi e Lakatos (2003; 2017).

A esse respeito cabe também especificar que o instrumento questionário foi construído por (3), três questões do tipo (**questão de fato**) visando a contextualização, indicando a profissão, vinculação profissional e, tempo de atuação de cada participante (gestores ou professores) e, na sequência o questionário foi organizado por (3), três seções totalizando (10), dez (**questões cafeterias**) ancoradas ao Objetivo Específico nº1; o Objetivo Específico nº2 e, Objetivo Específico nº3. E, isso também relacionado de forma indissociável com a questões norteadoras. É fundamental que seja também registrado, que essa etapa considerou os estudos realizados da etapa reservada ao Marco Teórico, em que pesquisas de referência no âmbito acadêmico permitiram a essa pesquisa, basear o seu ponto de vista, por resultados já consolidados no espaço temporal de (10), dez anos anteriores a realização da pesquisa.

Com base nos esclarecimentos já registrados se pode afirmar que organização se obedeceu para esse capítulo: 1ª etapa – organização dos dados atendendo o **caráter descritivo**; 2ª etapa – análise dos dados com base nos **polos de análise** que

43

RESOLUÇÃO

Nº

466/2012.

O Plenário do **Conselho Nacional de Saúde** em sua 240ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 11 e 12 de dezembro de 2012, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Considerando o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos [...];

IV – DO PROCESSO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe com consentimento livre e esclarecido dos participantes, indivíduos ou grupos que, por si e/ou por seus representantes legais, manifestem a sua anuência à participação na pesquisa. Entende-se por Processo de Consentimento Livre e Esclarecido todas as etapas a serem necessariamente observadas para que o convidado a participar de uma pesquisa possa se manifestar, de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida.

⁴⁴ A **Resolução CNS nº 510/2016** dispõe normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes, de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. (texto completo disponível em Conselho Nacional de Saúde - Instância CHS (saude.gov.br)).

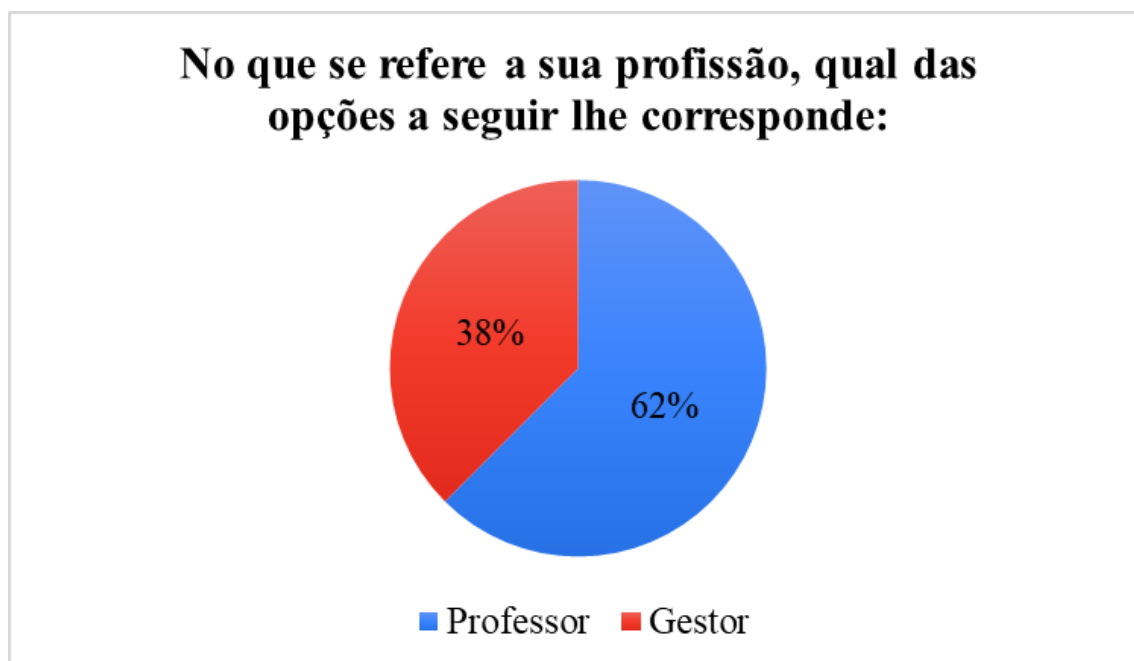
foram constituídos com relação ao objetivo específico nº1 e a questão norteadora nº1. Então, foram empregados: quadro descritivo e gráficos da etapa reservada a análise, e a etapa reservada a análise também considera o mesmo critério de está organizado por cada objetivo e por cada questão norteadora, todos esses quadros, tabelas e gráficos estarão numerados com números de ordem cardinal, em ordem crescente, todos elaborados pela autora da pesquisa.

No que se refere a organização dos dados, das tabelas e gráficos, cabe registrar que todos esses procedimentos técnicos voltados a análise, passaram por uma supervisão de um especialista em estatística que balizou, assim como, pela aprovação do responsável pela pesquisa, o orientador, que deferiram a condução do plano empregado nesse processo analítico.

Então, esse processo foi desenvolvido com relação aos autores de maior relevância cuja seleção se deu, pela pertinência apresentada por suas obras, com o problema dessa pesquisa. E, dessa maneira a parte de análise chega a sua conclusão, com as considerações conclusivas de maneira abrangente, sucedida pela etapa de conclusão que será organizada também a partir do objetivo geral, do problema de pesquisa e da questão central. Subsequentemente sistematizada por cada par de objetivos específicos em que se afirma, plenamente, parcialmente ou totalmente a constatação dos objetivos estabelecidos ou, sua negação parcial ou total, tendo em vista que o conceito de verdade em pesquisa científica segundo Carlos Köche, (2011), compreende que a verdade na pesquisa científica parte de uma compreensão objetiva, ancorada em fundamentos comprobatórios de âmbito argumentativo em pesquisa científica.

Então, caracterizando os sujeitos, participantes nessa pesquisa indicando a profissão, tempo de atuação e, vinculação profissional se propôs as (3), três questões de fato seguindo o ponto de vista de Marconi e Lakatos (2003; 2017) dispostas a seguir:

Gráfico 3 - Referente a profissão de cada participante



Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos dados de pesquisa.

A saber: Os referidos gráficos da etapa reservada a análise dos dados foram balizados pela professora Dra. Rita Santana dos Reis. – Doutora em Ciências Biológicas, inscrita na citada plataforma: CV: <https://lattes.cnpq.br/2040104541418101>.

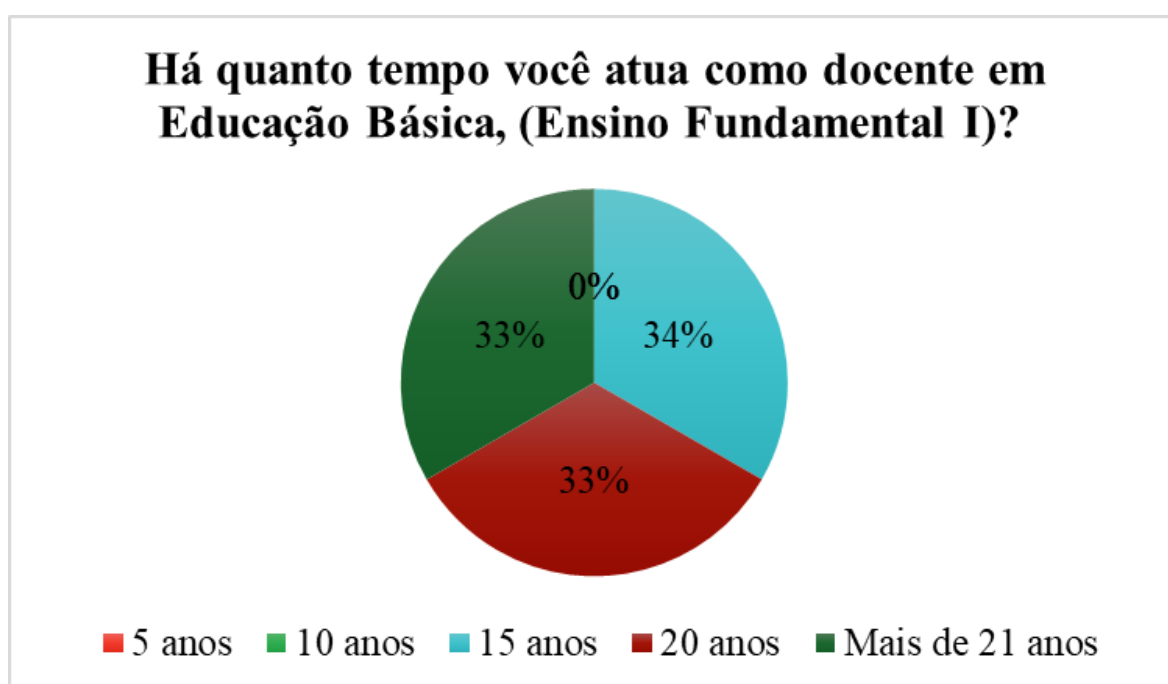
Em atenção ao registro de informações que correspondem **a contextualização dos sujeitos participantes da pesquisa**, que atuaram como respondentes ao instrumento questionário, a pesquisa carece de dimensionar a experiência no campo, da educação. Isso porque o lugar de fala, precisa estar relacionado a previsão de um conhecimento legítimo. Porque é evidente que uma entrevista não se limita apenas, a perguntar o que se deseja como fruto do arbítrio do pesquisador, para evitar essa postura marcada por erro, se considera os objetivos da pesquisa que são compromissos previstos por verbos ancorados em taxonomia e ao tipo de pesquisa, no caso dessa a “pesquisa descritiva”.

Outrossim, deve-se incluir o fato de que os participantes/respondentes são em sua maioria gestores, fato que aponta para uma convivência com as exigências no mundo da administração dos interesses do Estado, no que se refere ao cumprimento do papel institucional, a escola, em atender a oferta de educação não apenas, de qualidade, mas sobretudo, comprometida com sua universalidade. Visto que em face disso, a garantia de seu acesso a todos, rejeita o lugar de pronome indefinido e, adota a definição dos sujeitos instituídos por personalidade física, aliado a todos eles serem detentores de certidão de nascimento e carteira de identidade. O que envolve poderem ser matriculados em instituições de ensino oficiais.

Então, figurar em uma pesquisa gestores, que correspondem ao percentual de **62%** ao número de professores respectivamente à cifra de **38%**, significa que essa pesquisa procurou abranger os atores públicos que atuam de modo cooperativo para a garantia de que a educação pública equânime; de qualidade e universal esteja ao alcance de um público historicamente carente desse direito: o povo campestino.

No campo da contextualização, inerente aos participantes da pesquisa, mantenha-se essa postura com os gráficos a seguir:

Gráfico 4 - Tempo de atuação de cada participante



Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos dados de pesquisa.

Em construção ao lugar de fala dos respondentes elegeu-se como segundo elemento de contextualização, o percentual que se liga à experiência deles, e percebeu-se um equilíbrio porque todos os sujeitos detêm larga experiência, visto que a vivência de cada um deles no âmbito profissional se refere **10; 15 e 20 anos**. Em razão dessa experiência, se pode perspectivar que as posições a serem categorizadas nessa pesquisa requerem que haja, experiência dos respondentes (10), dez ou mais anos de experiência em educação. Cabe salientar que essa preocupação se deve ao fato, de que não sejam ventiladas posições com base em visões superficiais ou, estritamente, preconcebidas, como também, fruto de senso comum. Afinal, há fragilidades em qualquer tipo de pesquisa e cabe, por essa razão, ao pesquisador adotar medidas que considerem o controle dessas hipotéticas

implicações. Haja vista que elas não venham a comprometer a credibilidade dos resultados pretendidos, com a análise e discussão dos dados coletados.

Gráfico 5 - Referente a vinculação profissional de cada participante



Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos dados de pesquisa.

Outro aspecto que compõe a contextualização diz respeito à vinculação de cada respondente, ela está atrelada a vínculo efetivo. Ou seja, todos os participantes da pesquisa são servidores públicos membros do quadro permanente de trabalhadores da educação municipal. Essa determinação está relacionada às imprevisões comuns aos cargos temporários comuns ao trabalho comissionado e ao contrato temporário, que via de regra podem durar de (1), um; (2), dois; (3), três e/ ou (4), quatro anos. No entanto essa temporalidade está presa aos interesses do agente público municipal e o seu arbítrio administrativo converge para elementos de cunho político partidário, promovendo certo comprometimento de respostas menos isentas com o ponto de vista político partidário vigente ao governo municipal, no período em que uma pesquisa possa ser realizada. E, no caso do objeto dessa pesquisa é imprescindível que os respondentes não tenham quaisquer receios para configurar posições consistentes, frente aos interesses previstos pela pesquisa que foi realizado.

Portanto, há um grau de objetividade maior dos respondentes, tendo em vista que não tenham a manutenção de seu trabalho formal sob risco, caso fossem principalmente, agentes públicos com tempo determinado para estarem sob a

investidura do cargo, mesmo no caso da atuação docente ou, de gestão em Educação Básica, subjacente ao Programa de Educação do Campo.

Além dos aspectos já elencados, cabe registrar também, que de acordo com o ponto de vista de Marconi e Lakatos, (2003; 2017) é preciso categorizar os participantes da pesquisa mediante questionamentos de fato específico a necessidade do objeto de estudo, respeitando sua integridade social também garantidos pela Resolução Nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde retratando a importância do respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos.

Desse modo, seguindo respectivamente as apresentações, é conveniente reafirmar em caráter de retomada que dos gráficos, **3; 4 e 5** é possível constatar a amostra significativa para essa pesquisa contando com a participação do público por amostragem representado no **gráfico 3** por **38%** de gestores e, **62%** de professores de escolas campesinas do Município de Passira, em Pernambuco. Cabe ressaltar que o quantitativo apresentado se fez oportuno por contar com a representação de gestores de todas (3), três escolas campesinas municipais, (2), duas de grande porte e, (1), uma de pequeno porte, haja vista que, as escolas de “pequeno porte” não possuem gerência própria. Assim, se considerou (1), um representante (gestor) para cada escola (lôcus de pesquisa), considerando que a direção de ensino representa todas instituições menores das comunidades campesinas, assim como, se reafirma a contribuição por amostragem de (6), seis docentes, sendo (2), dois de cada escola supracitada.

Outro critério para seleção do público pesquisado, se deu pela temporalidade da docência na Rede de Ensino Municipal em Passira, já que se consegue obter opiniões mais consistentes por subtender se conhecer de perto o contexto pesquisado. No **gráfico 4**, se verifica que **34%** dos pesquisados possui cerca de 15 anos de docência e **33%** respectivamente, informaram que possuem entre 20, 21 ou mais anos de trabalho docente exercido no município.

Se considerou também o caráter de vínculo empregatício dos participantes representados no **gráfico 5** por 100% identificados como efetivos mediante a realização de Concurso Público.

Logo, o panorama até aqui reafirmado é critério de Inclusão já definido no Marco Metodológico desta pesquisa, garante mais precisão nos dados obtidos,

reafirmando a importância do espaço temporal e, segurança empregatícia que se pode inferir a garantia maior de liberdade de expressão entre os participantes, muito embora, suas identidades estejam seguramente preservadas em todos os aspectos nesta pesquisa. Diante disso, cabe reforçar que os participantes responderam livremente sem haver qualquer tipo de interferência por parte da pesquisadora, preceito muito bem esclarecido sob o ponto de vista de Marconi e Lakatos (2003; 2017) para a efetivação de **uma pesquisa de campo**, de **caráter quantitativo** e, de **natureza descritiva**.

A seguir, inicia-se a 1ª etapa assim como já foi apresentado a ordem do capítulo reservado a análise dos dados:

- **Análise descritiva dos dados, Objetivo Específico nº1 e Questão Norteadora nº1:**

Objetivo Específico nº 1

- IDENTIFICAR como acontece as tratativas do governo municipal em detrimento do fechamento das escolas campesinas, considerando a realidade de formação de turmas multisseriadas.

Questão Norteadora nº 1

- Como acontece as tratativas do governo municipal em detrimento do fechamento das escolas campesinas, considerando a realidade de formação de turmas multisseriadas?

Para atender o propósito do Objetivo e Questão Norteadora nº1 de maneira parcial ou total, foram realizadas as indagações subsequentes (questões 4; 5; 6 e 7) de modo a considerar as opiniões de todos participantes da pesquisa. Para tanto, os dados obtidos foram totalmente mensurados seguindo a lógica de Marconi e Lakatos, para pesquisa com enfoque quantitativo descritivo visando dentre várias das possibilidades previstas pelas autoras, na opção feita para essa pesquisa a hipótese, ou a confirmação de um conjunto delas, não faz parte da previsão quando da formulação do instrumento de pesquisa, tampouco isso diz respeito às etapas analíticas, destaque-se que segundo as autoras já mencionadas, [...] tendo por objetivo a coleta de dados sistemática sobre programas, ou amostras de populações e programas” (2003, p. 187; 2017, p. 203). Há que ser esclarecido que isso se relaciona ao emprego de técnica variadas para a coleta de dados.

E com uma ponderação acerca dessa orientação a entrevista, atrelada à pesquisa de campo, por meio do emprego do instrumento questionário com questões

de múltipla escolha em um total de (13). Obviamente, (3), três estão voltadas à contextualização, cujas etapas fazem parte da abertura dessa etapa reservada à descrição e análise dos dados.

Como mostra os gráficos a seguir:

Gráfico 6 - Sobre o quantitativo de escolas fechadas no município de Passira, Estado de Pernambuco, Brasil, nos últimos 10 anos



Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos dados de pesquisa.

É possível observar entre os participantes ao responder à questão prevista no instrumento questionário, configurou que **56%** deles, informaram que não sabiam responder a indagação quanto a terem conhecimento acerca da existência do fechamento de escolas do campo, em zonas rurais da cidade de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil.

É digno de nota também que por outro lado **46%** dos **gestores e professores** informaram que seriam cerca de **(10), dez escolas do campo foram fechadas**, nos últimos 10 anos.

Um fato interessante esse dado, corresponde aos dados oficiais apresentados pela SEMED, (2023) como mostra o **Quadro 8** presentes no Marco Metodológico dessa pesquisa.

Além disso, ressalte-se que consta nos **anexos 2 e 3**, uma listagem com mais de **(50), cinquenta escolas campesinas fechadas**, no município de Passira, em

Pernambuco nos últimos anos.

É importante, ser registrado de que essa postura do órgão municipal consta de formalização de **Portaria⁴⁵ de Extinção**, no Diário Oficial da União⁴⁶. Apesar disso, há escolas cuja oficialidade do ato, não fora registrado sob Portaria, representando fato curioso, posto que a inexistência de uma instituição, envolve não haver qualquer direcionamento de recurso federais; estaduais e, tampouco, municipais para a sua manutenção. Logo, se não há mais a existência de uma modalidade de ensino, quer regular, quer seja do campo, então há que ser oficiado aos órgãos competentes para que não exista a previsão dos recursos convencionados à sua existência. Se há, por sua vez, a oficialidade da inexistência de uma, duas, três ou mais unidades escolares, há também, uma redução de recursos e da utilização da mão de obra profissional a que anteriormente, havia que ser comprometido.

É fato que, sendo esse dado um fato para a busca por explicações, essa pesquisa não irá ser levada por essa seara, visto que não compete a uma pesquisa de caráter descritivo apontar causas, sequer dimensioná-las. Mas sim, dar a um determinado fato, a possível extinção de escolas do campo, um lugar de cunho “substantivo”, que é decorrente do papel descritivo, que se vincula à busca pelo conjunto de elementos que possam dar-lhe identidade.

Destaque-se de modo significativo que o número de respondentes indica uma instabilidade no que se refere ao conhecimento de extinções de escolas do campo, ou seja, o seu fechamento, que é o termo presente no objeto dessa pesquisa desde à formulação do problema da pesquisa. Razão pela qual esse termo derivado do verbo “fechar”, em sua forma substantivada: “fechamento”, se fez presente no título da pesquisa e, logicamente, em várias questões que compuseram a elaboração do instrumento questionário.

Então, o reconhecimento de que tem havido uma redução da oferta ao acesso à educação em âmbito universal, respeitando-se as singularidades locais e regionais tem se mostrado até o momento como não sendo do conhecimento amplo dos

⁴⁵ **Portaria de Extinção** considerando a base legal concerne em: Disponibilizar para a população informações sobre o encerramento das atividades de uma Unidade Escolar, conforme Resoluções 051/2002 e 48/2002, bem como, a emissão de documentos das **escolas extintas**, por meio das Gerências Regionais de Educação (GERES). Maiores informações disponíveis em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos-estaduais/emissao-de-documentos-de-escolas-desativadas-extintas-1> acesso em 25/02/2024.

⁴⁶ Maiores informações disponíveis em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-diario-oficial-da-uniao>

respondentes.

Além disso, foram atribuídos alguns polos com "alternativas distratoras"⁴⁷ às possíveis respostas a esta indagação, no entanto, os pesquisados optaram por informar que não sabiam responder no que se refere ao quantitativo de escolas fechadas no município. Isso quer dizer que boa parte dos **docentes do campo**⁴⁸, no município de Passira, lócus da pesquisa, ainda desconhecem a realidade referente as tratativas do governo municipal, tendo em vista seu papel institucional, definido em Constituição Federal do Brasil quando versa a respeito das atribuições do executivo municipal com a pasta da Educação em nível **solidário**⁴⁹ com o estado de Pernambuco e com Brasília. Por sua vez, essa responsabilização está também, previsível na Política Pública Nacional para com a Educação do Campo, faz parte dela as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a **Educação do Campo**"⁵⁰.

Essa prerrogativa federal para todas as unidades federativas garante o direito ao funcionamento das escolas. Para estabelecer uma conexão com o entendimento da importância dessa Política Pública Nacional, direciona-se o entendimento, que norteia essa análise o já dito por Mazur, (2016); Guimarães, (2017), Luther, (2018), ao chamarem atenção para o fato de que cada vez mais as comunidades do campo sofrem com o fechamento das escolas.

Em extensão aos processos de análise com base em respostas atribuídas às questões presentes no instrumento questionário, o gráfico a seguir permite a continuidade do quadro decorrente da pesquisa, visando uma caracterização de cunho descritivo.

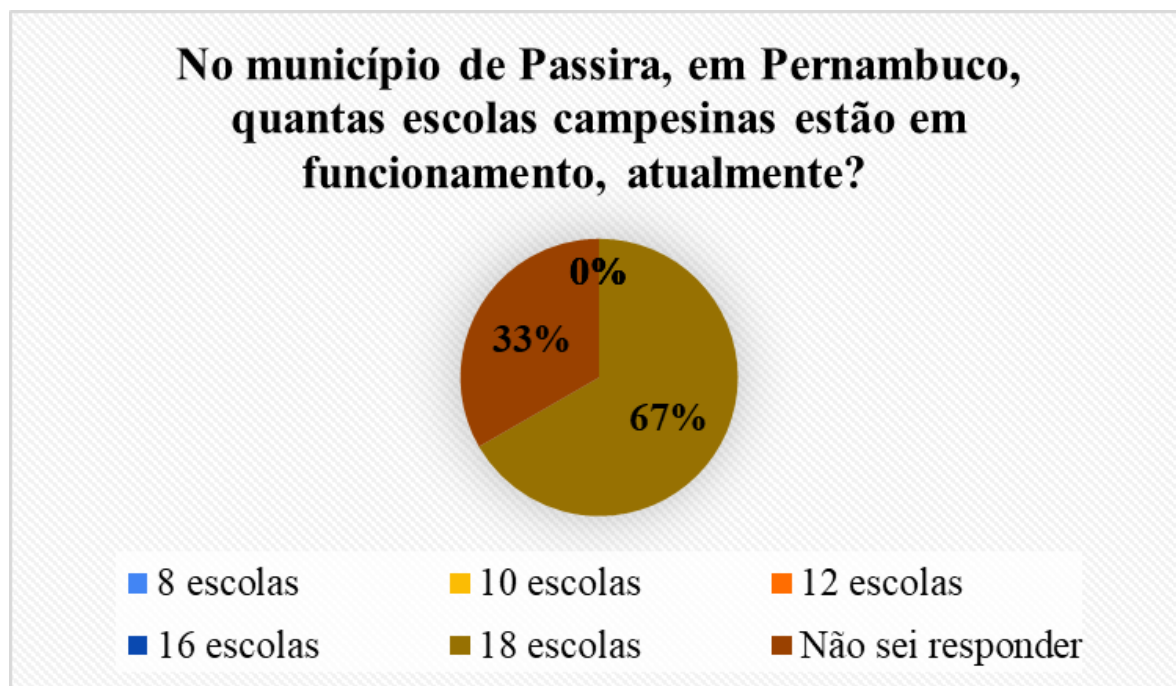
⁴⁷ Marconi e Lakatos, (2003; 2017). No contexto de uma questão de **múltipla escolha**, o distrator refere-se a uma alternativa que é elaborada para parecer plausível, mas que, na realidade, não é a resposta correta. O objetivo dos distratores é testar o conhecimento e a capacidade de raciocínio do participante, levando-o a discernir entre as opções e identificar a resposta correta.

⁴⁸ Há que ser considerado que os gestores também são docentes estatutários municipais, e que estão momentaneamente assumindo cargos comissionados.

⁴⁹ **Direito solidário**. O artigo 264 do Código Civil de 2002 dispõe sobre a existência desta: "**Há solidariedade, quando na mesma obrigação, concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado à dívida toda.**" Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/os-efeitos-das-obrigacoes-solidarias/835004810> acesso em 28/03/2024.

⁵⁰ Disponível em: **Educação do Campo - Ministério da Educação** (mec.gov.br), acesso em 28/03/2024.

Gráfico 7 - Sobre o quantitativo de escolas do campo, em funcionamento no município de Passira, na atualidade



Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos dados de pesquisa.

Com base no **gráfico 7**, é possível verificar que **67%** dos entrevistados informaram que há **18 escolas em funcionamento**, no município de Passira, em Pernambuco, no Nordeste do Brasil, na atualidade. Esse dado corresponde à informação repassada pela **SEMED**, (2023), que destaca: dessas 18 escolas –

* (2), duas, são de “pequeno porte⁵¹” e,

* 16 de “grande porte⁵²”.

No que se refere as de grande porte, contam com Gestão Escolar específica no prédio em que a unidade escolar realiza as atividades educacionais, voltadas aos estudantes. Ao passo que as unidades escolares classificadas como de pequeno porte, não contam com Gestão Escolar específica, isso porque essa atividade ocorre em unidades nucleadas. O que envolve que o trabalho de administração é realizado sob um ponto de vista, que possa atender a demandas de mais de uma comunidade campesina. Fato que aponta para a necessidade de que haja um entendimento quanto ao comprometimento de que possam ser adotadas medidas eficazes e adequadas frente às necessidades de cada uma dessas realidades.

⁵¹ Essa categorização se encontra no Marco Metodológico, condizente com a previsão do Ministério da Educação do Brasil. (Reis, 2024, p. 90).

⁵² Idem.

Especifique-se que, essa pesquisa também, não irá enveredar nesse percurso porque essa postura suplantaria o compromisso descritivo, subjacente à previsão investigativa já registrada na etapa de planejamento dela.

Entre os pesquisados apenas **33%** informaram “não saber responder” isso pode ser entendido pelo fato de que a cidade de Passira conta com diversas comunidades campesinas⁵³, porém com um pequeno número de escolas em funcionamento decorrente do crescente índice de escolas fechadas ao longo dos anos como revela os dados apresentados nos anexos 2 e 3⁵⁴ da presente pesquisa.

Quanto às alternativas (polos distratores), nenhum dos entrevistados optou por escolhê-las implicando dizer que, a maioria dos pesquisados conhecem o quantitativo de escolas do campo em funcionamento, em Passira. Essa postura se harmoniza com o ponto de vista de Mazur, (2016); Guimarães, (2017), Luther, (2018) momento em que afirmam ser necessário valorizar o homem e a cultura campesina e lutar pela defesa da Escola do Campo. Em função disso, a ciência de que há descontinuidade da oferta de escolas campesinas, há que ser reunido ações daqueles que têm conhecimento em relação a isso, e atuar em defesa da garantia de direitos sob previsão legal. Especialmente aqueles apoiados por legislações e programas federais, cuja incidência é imprescritível sob a gestão de estados e municípios.

Tendo em vista, o que respalda a Política Pública Nacional reafirmando o compromisso que vem sendo mencionado no **Art. 1 do Decreto Nº 7.352**, de 4 de novembro de 2010⁵⁵, acrescente-se ainda o **Art. 2**⁵⁶ o compromisso dos princípios básicos para o funcionamento das escolas como garantia de direitos aos povos do campo.

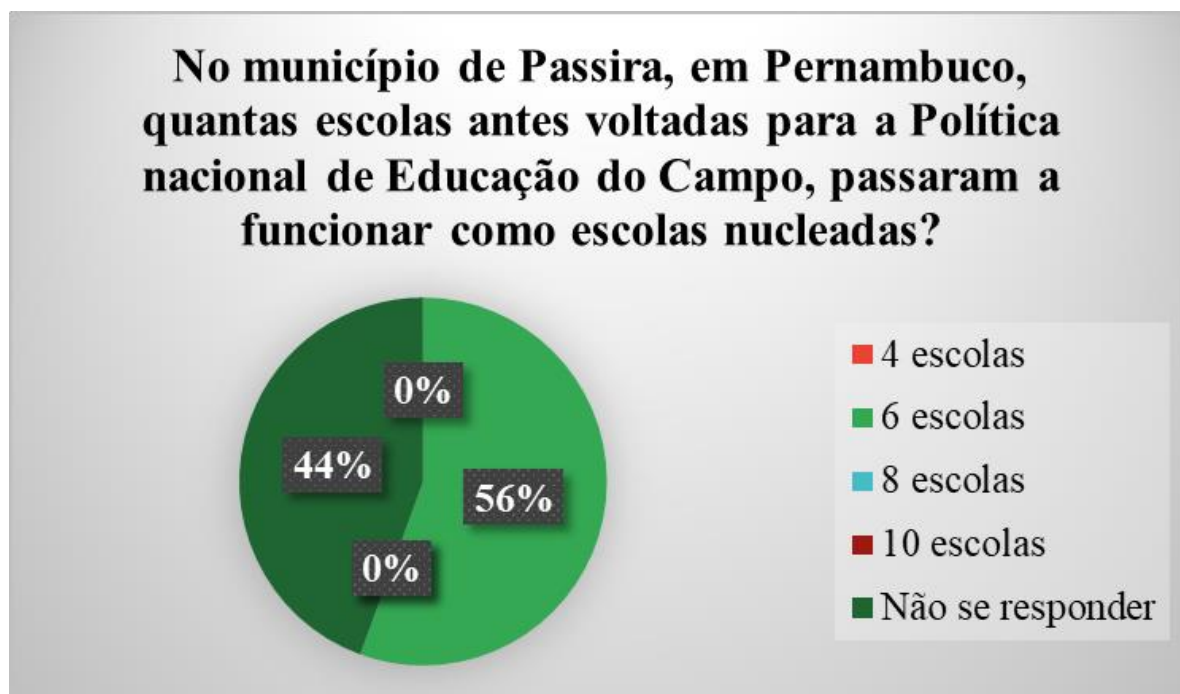
⁵³ É possível verificar o mapeamento completo das comunidades campesinas do Município de Passira, em Pernambuco, Brasil, a partir dos dados oficiais do Instituto de Geografia e Estatísticas (IBGE) disponíveis no link: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_municipais/colecao_de_mapas_municipais/2022/PE/passira/A0_2610509_MM.pdf

⁵⁴ Dados disponíveis nos **anexos 2 e 3**, mais precisamente nas pág:196 e 197 dessa pesquisa.

⁵⁵ Decreto Nº 7.352/2010 no link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm

⁵⁶ É possível conferir os referidos princípios oficiais no Decreto Nº 7.352/2010 no link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm

Gráfico 8 - Sobre o quantitativo de escolas do campo, que passaram a funcionar como escolas nucleadas no município de Passira, considerando o espaço temporal dos últimos 10 anos



Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos dados de pesquisa.

As informações apresentadas pelos entrevistados, no **gráfico 8**, possibilita ser verificado que **56%** dos participantes informaram que em Passira, cidade lócus da pesquisa, situada no Agreste pernambucano, na região Nordeste do Brasil, atualmente conta o total de **(6)**, **seis** escolas, que passaram a funcionar como “**nucleadas**⁵⁷”, considerando o marco temporal dos **últimos 10 anos**. É pertinente esclarecer que esse dado é congruente com a informação repassada pela SEMED, (2023) como mostra o **Quadro 8** dessa pesquisa. Nesse quadro se verifica, também, que houve a nucleação de **(6)**, **seis** escolas, com o ajuntamento de estudantes oriundos de outras **(10)**, **dez** que foram desativadas, antes comprometidas com Política Pública de Educação do campo no município de Passira, em Pernambuco, Nordeste do Brasil.

⁵⁷ **Nucleação de escolas** é o “processo que tem por objetivo a organização do ensino no meio rural, em escolas-núcleo, contrapondo-se a organização em escolas multisseriadas – orientação esta que implica em maior apoio técnico e financiamento a escolas de menor tamanho, mas localizadas no seio de cada comunidade, ainda que recebendo um pequeno número de alunos”. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/nucleacao-das-escolas-rurais/#:~:text=Processo%20que%20tem%20por%20objetivo%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20do,ainda%20que%20recebendo%20um%20pequeno%20n%C3%BAmero%20de%20alunos.> Acesso em 12/02/2024.

Cabe esclarecer que as escolas que foram nucleadas já existiam antes de sofrerem o processo de “nucleação”, ou seja, quando figuram como receptoras de estudantes, fica então evidente o grande índice de escolas fechadas no espaço temporal de apenas (1), uma década. Em razão disso, **(10), escolas** foram desativadas do total de Escolas que atuavam na Educação do Campo. Isso quer dizer que do total de (16) escolas face à extinção de (10), dez, o executivo municipal, então adotou a nucleação de (6), seis. Esse processo carece de mais investigação no âmbito de outras pesquisas. Isso porque se deve mensurar o número total de estudantes assistidos pelas Escolas que ofertavam a Educação do Campo, em áreas campesinas de acordo com a necessidade de garantir às crianças em idade escolar acesso aos anos iniciais: 1º, 2º, 3º e 4º e 5º ano.

Essas etapas se relacionam com a maior parte da Educação Básica denominada no Brasil como Ensino Fundamental, que somente a partir de 2007, passou a figurar como nova modalidade temporal e curricular para a Educação brasileira. Além dessa etapa denominada ao longo das décadas de 1960 a 1996, ano de formalização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, em dezembro desse ano, essa etapa consistia em apenas, (4), quatro anos: 1º série a 4º série. E era complementada pela 5º série; 6º, 7º e 8º série quadro que somente foi redimensionado para (9), ano de ensino fundamental em janeiro de 2007, em razão do fim do FUNDEF, e sua substituição pelo FUNDEB, que instituiu um ensino fundamental de (9), nove anos sendo, (5), cinco para os anos iniciais e (4), quatro anos finais.

Por que esse dado é importante frente ao quadro de nucleação, comum à cidade de Passira, que figura como lócus dessa pesquisa, porque o Ensino Fundamental é segundo definição de Lei Federal de responsabilidade inegociável de municípios e para que cumpra esse papel do Estado brasileiro, confiado ao municípios, se faz necessário a expansão da garantia de acesso e permanência à escola formal e, diante desse preceito constitucional e, vigente na LDB 9394/96 é curioso o fato de haver redução da oferta de instituições de formação em Educação Básica com vistas à oferta dos anos iniciais ou finais, quando se constata o fechamento de escolas do campo. Mesmo em razão da notícia da nucleação de escolas.

Cabe registrar que, a Política Nacional tem sido impulsionada a ampliação da oferta e cobertura de sua rede nacional para atender às necessidades do povo

brasileiro, sobretudo, o de crianças, de jovens, sem de modo algum ignorar as necessidades de adultos e idosos. E isso não é diferente quando se trata da população campesina.

Vale chamar atenção que desde a redemocratização prevista pela eleição do presidente Tancredo Neves em 1985, por um colégio eleitoral, seguindo da 1ª eleição democrática para o executivo federal – presidência da República com a eleição direta do maior número da história do Brasil de eleitores, a saber jovens com 16 anos de idade; mulheres e homens analfabetos; indígenas; quilombolas, dentre as demais **populações de áreas rurais**, vítimas da pobreza⁵⁸ e/ou miséria não participavam de tais processos eletivos, vinculados ao signo da democracia, visto serem em sua maioria além de pobres analfabetos⁵⁹. Portanto, as populações situadas em áreas urbanas de pequeno, médio ou, grande porte é que detinham o poder de participação nos rumos da democracia, que instituíam a construção do país.

Enfatize-se que o fato de não serem alfabetizados serviu ao argumento de estarem excluídos do direito de exercício da cidadania. Se tratava, pois, de uma população invisível aos direitos sociais, que no caso desses nos anos de 1960 ao fim dos anos **1980**, não tinham direitos de acesso à escola e sequer, permanência nessas instituições oficiais. Com efeito considerar esse pormenor nessa pesquisa, com vistas ao movimento correspondente ao fechamento de escolas, no município de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, que fora ao longo de décadas a região com a maior desigualdade da história secular de criação do país.

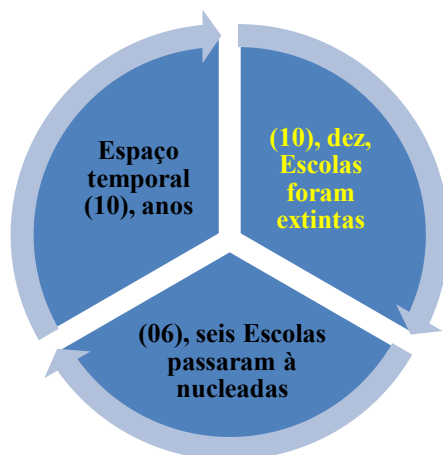
Com essa ponderação em vista, não seria possível considerar preocupante o fato de que não se tenha números exatos sobre o quantitativo de crianças em idade escolar; jovens também, adultos e idosos, que em seu conjunto deixaram de ter garantido o acesso a instituições oficiais de ensino, assim como apregoa a Constituição Federal do Brasil?

Frente a isso, o fator explicativo emerge como sendo uma necessidade, em função do quadro descritivo que a presente pesquisa está em vista de construir.

⁵⁸ Relatório IPEA – Instituto de Peso e Medidas do Brasil, disponível em: Microsoft Word - td0567.doc (ipea.gov.br), acesso em: 19/04/2024.

⁵⁹ Quadro Geral quanto ao número de analfabetos no Brasil, 1970; 1980; 1990, disponível em: Analfabetismo (ibge.gov.br), acesso em 20/04/2024.

Gráfico 9 - Trânsito temporal frente ao Fechamento de Escolas do Campo, passando à nucleação



Fonte: Elaborado com base nos dados obtidos pela pesquisa.

Observe-se então, que (10), dez instituições de ensino nas variadas comunidades campesinas do município de Passira, sofreram redução no acesso a instituições de ensino oficial, muito embora isso necessite ser melhor dimensionado para um entendimento em relação aos determinantes desse fenômeno. Que, evidentemente, essa investigação não investirá para a tomada dessa empreitada. Porque convém a uma pesquisa explicativa e não descritiva.

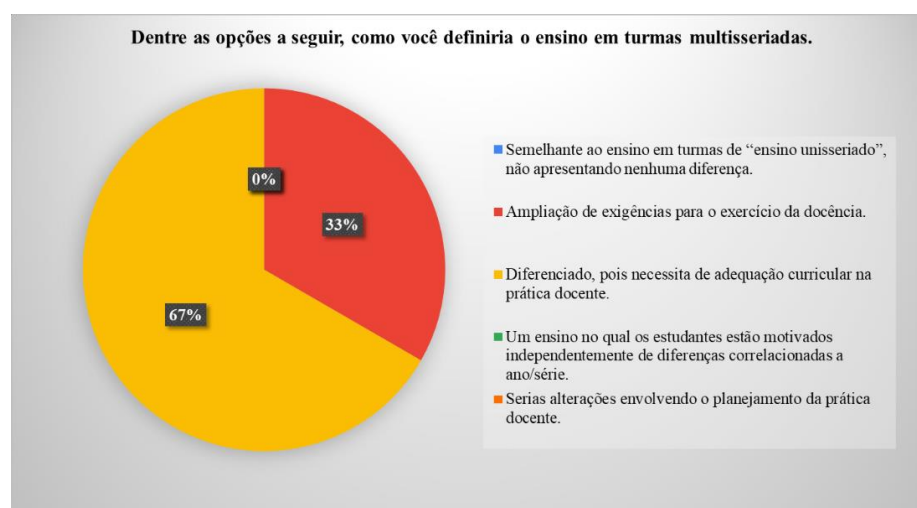
Para Luther, “**fechar as escolas em vez de solucionar os problemas de ordem local é uma ação criminosa que o Estado mantém**” (2018, p.22). Desse modo, é importante pensar nas grandes perdas culturais para esses povos, ao terem que sair de suas comunidades de origem para outros contextos sociais, muito embora também territórios campesinos, como revela o referido mapeamento das **escolas fechadas e nucleadas** na última década, disposto no Quadro 8.

Se evidencia ainda nesse questionamento que **44%** dos pesquisados informaram não saber responder o quantitativo de nucleadas, no referido período. E, entre os entrevistados nenhum deles optou por escolher as alternativas consideradas (polos distratores) então, é possível compreender que a maioria dos participantes conhecem a realidade vivenciada na educação campesina de Passira. Muito embora, **no gráfico 6**, revelarem não conhecer o total de escolas fechadas nesse marco temporal, fato que contrapõe a lógica da Política Pública Nacional, que afirma: uma

escola somente será fechada sob “último recurso”⁶⁰ e, que, esse feito somente poderá se concretizar em concordância com a vontade soberana das comunidades campesinas.

Cabe esclarecer que essa prática de deslocamento “intracampo” é o mais aceitável no que se refere a Política Pública de direito aos povos do campo, uma vez que, a locomoção é feita dentro do próprio contexto campesino. A saber: “Art. 5º § 1º Sempre que possível, o deslocamento dos alunos, como previsto no caput, deverá ser feito do campo para o campo, evitando-se, ao máximo, o deslocamento do campo para a cidade” (BRASIL, 2008, p.2) mas, como já mencionado anteriormente somente quando não se puder evitar o fechamento das escolas **de origem do estudante** como aponta a **Resolução Nº 2**, de 28 de abril de 2008⁶¹.

Gráfico 10 - Sobre o ponto de vista dos pesquisados referente a oferta do ensino em turmas multisseriadas



Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos dados de pesquisa.

⁶⁰ Comumente se justifica por parte do poder executivo, o fechamento de escola pela configuração do baixo índice de estudantes em uma determinada comunidade escolar. Nesta premissa, cabe ressaltar que a **Resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008**. Aponta como situação excepcional a formação de multisseriadas com estudantes de Educação Infantil e Ensino Fundamental a saber: “**§ 2º Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental**”. Nesses casos se recomenda pensar outra alternativa, o nucleamento, no entanto, há de se considerar: “A **Lei 12.960**, publicada no Diário Oficial da União, estabelece que **antes de fechar escola** da educação básica pública que atenda estudantes residentes no campo, indígenas e quilombolas, **o prefeito ou secretário de educação precisa ouvir o conselho municipal de educação**, que é o órgão normativo e tem na sua composição representantes dos gestores e de toda a comunidade escolar. O conselho deverá receber uma **justificativa apresentada** pela secretaria de educação, **com a análise do impacto sobre o fechamento**”. DOC. completo disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/208-noticias/591061196/20339-prefeitura-dever-ouvir-comunidade-antes-de-fechar-escolas-rurais-indigenas-e-quilombolas?Itemid=164> acesso em: 28/03/2024.

⁶¹ Doc. completo disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf

Essa lógica de fechamento das escolas de pequeno porte localizadas nas comunidades campesinas é comumente justificada a nível nacional (informação que pode ser comprovada pelos estudos realizados para a construção do Marco Teórico dessa pesquisa) pelos representantes do Poder Executivo, pela “melhoria na oferta de ensino, evitando com isso a formação de turmas multisseriadas”. Cabe esclarecer que são compreendidas como turmas multisseriadas, aquelas constituídas com a junção de (2), dois ou mais ano/serie em uma mesma sala de aula.

No entanto, para contemplar o compromisso dos princípios da Educação do Campo (Decreto Nº 7.352/2010) supracitados nessa pesquisa, é pertinente compreender que o problema de a oferta de ensino nas escolas do campo não estar somente na formação das turmas “multisséries”, mas também, no formato de oferta da Política Pública nas escolas. Nessa perspectiva a formação multisseriada pode ser uma estratégia pedagógica eficaz para atender às demandas específicas das comunidades campesinas, promovendo um ensino mais inclusivo, contextualizado e adaptado à realidade dos estudantes, uma vez que mediante à colaboração entre os pares, ambos aprendem juntos trocando e somando saberes que sob o ponto de vista da Educação do Campo.

Esse formato de ensino/aprendizagem é o reflexo da diversidade presente no campo, valorizando as diferentes experiências, saberes e ritmos de aprendizagem, cabe esclarecer que esse é um ponto de vista carece ser pensado sobre a ótica da defesa do direito a Educação previsto pela Constituição Federal, adiante pela LDB e reafirmada na BNCC, no entanto, não se pode romantizar a realidade de formação de turmas multisséries haja vista, que ainda não há na Política Pública Nacional, respaldo para formação docente para o atendimento do ensino nesse formato, sendo a exemplo disso, a própria Base Nacional excludente no que se refere a Educação do Campo .

Evidentemente não se pode negar que como qualquer outra proposta educativa, essa requer formação pedagógica capaz de proporcionar um ensino qualificado, e, vale ressaltar que esse direito está claramente previsto na Política Pública da Educação do Campo sob a luz do Decreto Nº 7.352⁶² a saber:

§ 2º As escolas multisseriadas, para atingirem o padrão de qualidade definido em nível nacional, **necessitam de professores com formação pedagógica, inicial e continuada, instalações físicas e**

⁶² Doc. completo disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf.

equipamentos adequados, materiais didáticos apropriados e supervisão pedagógica permanente. (2010, p. 2) (grifos para essa pesquisa).

No que tange as contribuições atribuídas pelos respondentes no **gráfico 10**, é possível perceber que o ponto de vista apontado pela maioria dos gestores e professores faz congruência com a proposta de ensino em turmas multisseriadas sob a luz da Política Pública nacional, ao passo que **67%** dos entrevistados afirmaram se tratar de uma forma de ensino que necessita ser “diferenciado, pois necessita de adequação curricular na prática docente” implicando dizer que o professor precisa estar preparado para trabalhar com este público, necessita de formação específica que lhe possibilite ofertar um ensino adequado ao contexto de “turmas multisseriadas”.

Outros **33%** dos entrevistados revelaram ser um ensino caracterizado pela “ampliação de exigências para o exercício da docência”, polo de discussão também conectado com a carência de formação docente à concretude do ensino, que enobrece o sentido de valores e saberes enaltecidos pela Educação do Campo. Se verifica também que, nenhum dos pesquisados optou por escolher os demais “polos” que apontam sugestões (possibilidades) de conceitos que poderiam ser atribuídos pelos pesquisados, mas que, se confirma entre suas respostas o consolidado para o formato de ensino proposto em turmas multisseriadas se configurando a necessidade de investimentos por parte do Poder Público para garantia de direitos aos povos do campo.

4.2 Dados correspondentes à pesquisa de campo entrevista: Objetivo

Específico Nº 2

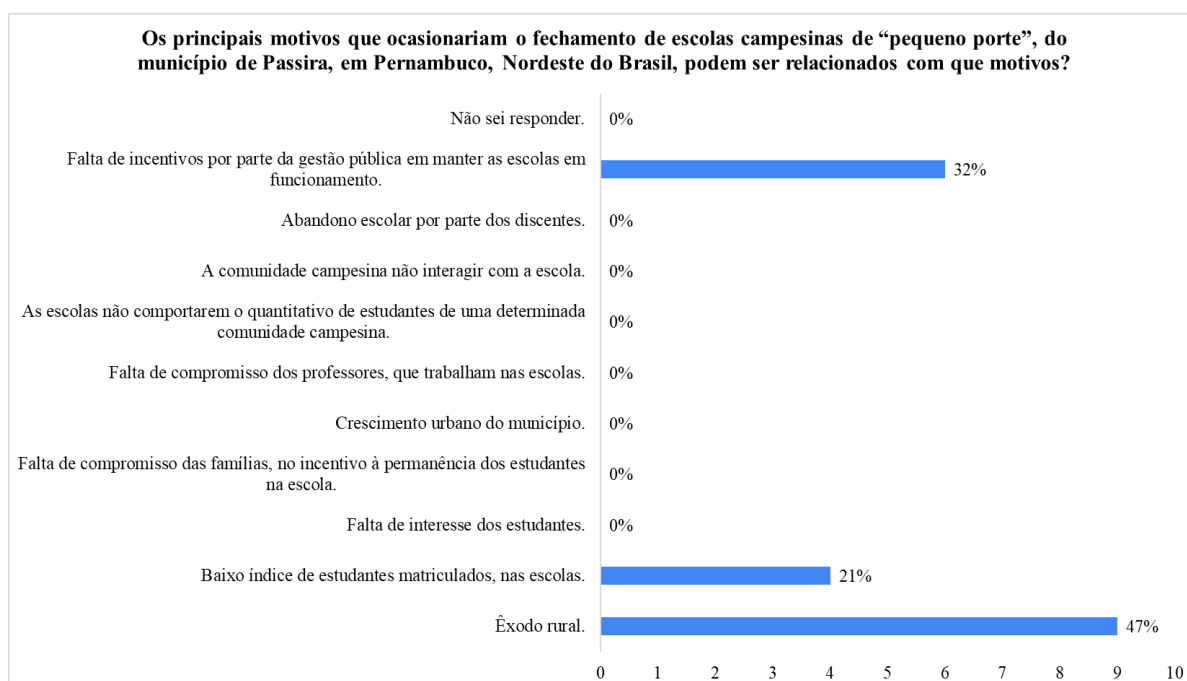
Nessa etapa, serão ordenados os dados coletados visando à Análise descritiva dos dados, concernentes às questões presente no instrumento questionário, tendo em vista ao propósito da Entrevista, atrelada ao Objetivo Específico nº2⁶³ e Questão Norteadora nº2⁶⁴:

⁶³ **Objetivo Específico nº 2** - ANALISAR o Programa de Educação do Campo da cidade de Passira, Agreste, de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente ao fechamento de escolas do campo, sob o ponto de vista do Estado brasileiro voltada à Política nacional de Educação do Campo.

⁶⁴ **Questão Norteadora nº 2** - Quais as características do Programa de Educação do Campo da cidade de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente ao fechamento de escolas do campo, sob o ponto de vista do Estado brasileiro, voltada à Política Nacional de Educação do Campo?

Foram realizadas as indagações subsequentes (questões 8, 9, 10 e 11) de modo a considerar as opiniões de todos os participantes da pesquisa, no que tange ao desígnio do Objetivo e Questão Norteadora nº2 (**parcial** ou, **total**). Os dados obtidos foram totalmente tabulados seguindo a lógica de Marconi e Lakatos, já descrita nessa pesquisa (2003, p. 187; 2017, p. 203). Como revela os gráficos a seguir:

Gráfico 11 - Sobre os principais motivos que ocasionariam o fechamento de escolas campesinas de “pequeno porte”, do município de Passira, em Pernambuco, Nordeste do Brasil



Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos dados de pesquisa.

Com base nos dados apresentados pelos respondentes, copilados no **gráfico 11**, é possível verificar que os principais motivos, dentre as elencadas com base no entendimento comum aos autores de referência ao longo da revisão de literatura ou seja, na etapa reservada ao Marco Teórico, que ocasionariam o fechamento de escolas sob o ponto de vista dos participantes (gestores e professores) apresentam possibilidades, tendo em vista a lógica que compreendeu polos de análise, as possíveis respostas a questão, que regulamenta o gráfico já mencionado, diz respeito à questão número (8), oito no instrumento questionário.

Cabe esclarecer: os participantes poderiam indicar entre os polos (sugestões de respostas) até (3), três possíveis razões para o fato de fechamento de escolas

campesinas, ou escolas do campo. Isso posto, se percebe que, entre os respondentes, **47%** deles, apontaram ser o “**êxodo rural**” o fator principal para o fechamento ou, a descontinuidade de escolas comprometidas com a Educação do Campo.

Inicialmente, se refirma que essa realidade evidenciada no Brasil, com base nos estudos realizados, inclusive presentes ao longo da construção do Marco Teórico dessa pesquisa. Diante disso, é pertinente refletir sobre o ponto de vista da Política Nacional, o que o Município de Passira tem feito para garantir a oferta de ensino na Educação Básica, anos iniciais, aos estudantes campesinos. Já que, historicamente se compreende a prática do êxodo rural como fuga frente à necessidade de sobrevivência das populações afetadas pelas mudanças no mundo do trabalho rural, bem como as lutas pela Reforma Agrária desde ao anos de 1940 e 1950, com as ações de **Francisco Julião**⁶⁵.

Entre os demais “polos” de possíveis respostas, apenas (2), dois foram citados. E, merecerem destaque na opinião dos respondentes ao passo que **32%** deles, apontaram como segunda opção mais evidenciada no gráfico ser “**falta de incentivos por parte da gestão pública em manter as escolas em funcionamento**” e outros **21%** dos entrevistados apontam como terceiro polo, por eles destacado que seria o “**baixo índice de estudantes matriculados nas escolas**”. Proporcionalmente o que se percebe nas afirmações, é que o fator: quantitativo de estudantes matriculados, ser compreendido como motivo que acarreta o fechamento de escolas pode estar muito mais configurado na opinião dos gestores já que essa porcentagem (**21%**), efetivamente representa (**4**), quatro entre os participantes da pesquisa.

E, sobre o segundo motivo mais evidenciado, configurando os **32%** dos pesquisados, o qual, corresponde respectivamente a (**6**), seis entre os participantes, que justamente representa o quantitativo por amostragem de professores nessa pesquisa. O que implica subtender que, fica sobre o apontamento dos docentes o fator: **carência de incentivos por parte da gestão pública**, para que as escolas

⁶⁵ As **Ligas Camponesas** foram um movimento de **luta pela reforma agrária no Brasil** iniciado na década de 1950, que teve como principal figura incentivadora o advogado e deputado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) **Francisco Julião (1915-1999)**. As Ligas Camponesas organizaram milhares de trabalhadores rurais que viviam como parceiros ou arrendatários, principalmente no Nordeste brasileiro, utilizando o lema “**Reforma Agrária na lei ou na marra**” contra a secular estrutura latifundiária no Brasil. Disponível em: (Microsoft Word - 10 FRANCISCO JULIÃO E AS LIGAS CAMPONESAS.doc) (centrovictormeyer.org.br), acesso em: 17/03/2024.

continuem funcionando e ofertando um ensino de qualidade.

Desse modo, se pode compreender que assim como afirmado por Guimarães, 2017:

Esse é o significado do **agronegócio** mecanizado das transnacionais. Visam os commodities agrícolas para exportação e envio de recursos ao exterior, obviamente, sem privilegiar os trabalhadores e **estudantes da educação do campo**, constantemente prejudicados com o **fechamento das escolas do campo** (p.33 grifos para essa pesquisa).

O grande carro chefe para o fechamento dessas escolas do campo são as questões econômicas, diretamente ligadas aos interesses dos grandes latifundiários, do agronegócio, que provocam o êxodo rural, fazendo com que o homem campestre deixe seu local de origem em busca de melhores condições (sobrevivência) nas cidades. Mas que, a prática do êxodo rural se dá justamente pela falta de incentivos por parte do Poder Público para permanência do homem do campo em seu contexto e que, obviamente isso implica no baixo índice de estudantes matriculados nas escolas. Ou seja, o quantitativo de estudantes matriculados não pode ser compreendido no que se refere a proposta da Política Pública Nacional como o “problema” que ocasiona o fechamento de escolas, mas sim, “o que faz o governo para manter as escolas em funcionamento” na perspectiva de direitos a garantia da Educação Básica.

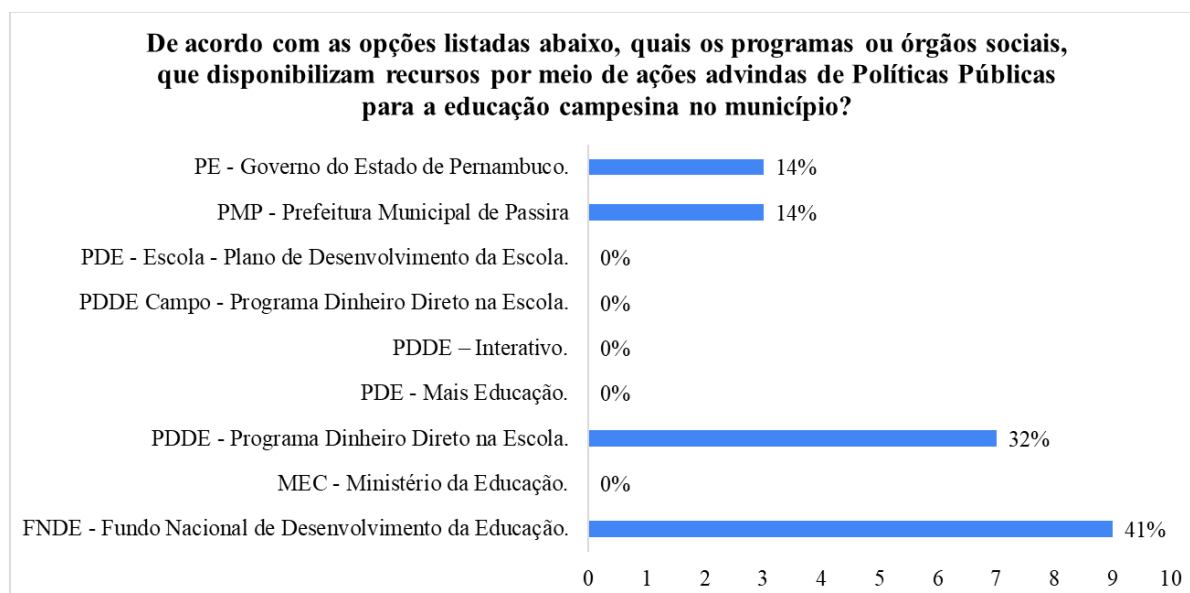
Ressalta-se que essas necessidades estão relacionadas ao direito à educação de qualidade e à equidade. Portanto, o ensino nessa abordagem deve promover o crescimento pessoal, algo intrínseco à legitimidade dos processos educativos. Nesse sentido, a posição dialógica do estudante necessita de mediação. No entanto, existem contradições ligadas a concepções incompletas sobre esse desenvolvimento em relação aos atendidos em ações comuns à Educação do Campo.

A esse respeito, é importante mencionar a Constituição Federal⁶⁶ sob os direitos de todos a educação, e refletir que ao se definir "rural" com base apenas em percepções territoriais, gera estereótipos. E, esses estereótipos precisam ser questionados para com isso, reposicionar a Educação do Campo, exigindo um ensino como "um movimento social, cultural e identitário que afirma o direito à terra, ao trabalho, **à dignidade, à cultura e à educação**" (ARROYO, 2015, p.7, grifos para

⁶⁶ Art. 205. Constituição Federal de 1988. Disponível Constituição (planalto.gov.br) em acesso em: 23/03/2024.

essa pesquisa).

Gráfico 12 - Sobre quais os programas ou órgãos sociais, que disponibilizam recursos por meio de ações advindas de Políticas Públicas para a educação campesina no município



Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos dados de pesquisa.

Como dito por Arroyo, (2015); Danieli (2017⁶⁷) e Viana (2019), hoje entendida como uma espécie de compensação emergente de anos de reclusão e negação de direitos, aos povos do campo. Atualmente, essa modalidade de ensino conta com algumas ações da Política Pública Nacional tais como: PRONERA, PRONACAMPO e PROCAMPO, porém a luta é contínua no que se refere aos direitos à Educação do Campo. Desse modo, cada conquista alcançada por meio das diversas lutas travadas inicialmente pela força dos movimentos sociais, é evidenciada no **gráfico 12** como exemplos de entraves, que perpassam por décadas no Brasil. Portanto, é motivo de alegria para essa comunidade vítima de estereótipos, que precisam ser questionados, considerando a importância social e econômica os quais refletem na vida de todo cidadão independente de seu contexto de origem.

Nessa perspectiva, o referido gráfico apresenta o apontamento dos participantes referente aos programas ou órgãos sociais, que disponibilizam recursos

⁶⁷ Danieli, destaca: “essa proposta nasceu de pressões, conflitos, choques e embates ideológicos contra **políticas compensatórias**, a fim de efetivar a Educação do Campo. Foi o “campo”, com suas contradições, sua dimensão histórica, que originou a luta por uma Educação que seja pensada para o “sujeito” do Campo (2017, p. 2).

por meio de ações advindas de Políticas Públicas para Educação do Campo em Passira. Cabe esclarecer que os referidos poderiam indicar até (3), três, dentre as opções de respostas para essa questão.

Desta feita, se verifica entre os polos de possíveis respostas, que **41%** dos respondentes indicaram que o **FNDE**, é majoritário no repasse de recursos para o município de Passira. Em segundo lugar, **32%** dos participantes indicaram que o **PDDE** é uma das ações das Políticas Públicas, que assistem a população como sendo a mais presente, no município à educação básica. Outros **14%** dos pesquisados respectivamente, apontaram para oferta de subsídios municipais PMP e estaduais PE, considerando ambos com repasse de recursos complementares à educação no município.

Os demais polos de possíveis respostas para essa indagação não foram mencionados. No entanto, cabe esclarecer que eles foram sugeridos a partir das leituras que antecedem a construção dessa pesquisa como garantia de coerência ao objeto de estudo.

Ao contar com essas ações, que como já foi dito, emergem de fortes lutas por direitos sob a perspectiva de um ensino capaz de propiciar condições ao longo do tempo que possam libertar o povo da opressão dos grandes latifúndios, que pouco se preocupam com o bem estar dos privados, há décadas de um direito, que se tornou legítimo para a sua sobrevivência no campo, após o período de redemocratização, que culminou com o registro do Brasil, nos fundamentos da Constituição Federal em outubro de 1988.

Com base nessa conquista, é que não se pode negar as contribuições de Paulo Freire sobre uma educação, que considera os legados do povo do campo, porque o seu legado advém da história de construção das riquezas ao longo de todo o período colonial de abril de 1500 a 7 de setembro de 1822; fato que se estendeu a 15 de novembro de 1889, quando da emergência dos Estados Unidos do Brasil, sob a atmosfera da República Velha ou, República dos Generais, até a sua instabilidade e derrocada nos anos de 1930, até o surgimento do Estado Novo em 1939.

A construção de um novo país sob o signo positivista de “ordem e progresso”, previa a interdição e exclusão histórica de pobres e miseráveis fossem ex escravizados ou, não. Uma verdadeira nação de analfabetos no campo da educação formal a eles nunca ofertada como Política de Estado e, por sua vez, de uma voltada a burilar seu conhecimento e entendimento profundo quanto à sua condição de

oprimidos.

Os séculos que permitiram a construção da desigualdade e injustiça com os excluídos do direito de receber a atenção do Estado, sobretudo, as populações submetidas à exploração do trabalho em ambientes rurais, que os colocou alheios ao direito de ser gente: pessoa humana⁶⁸, cujos direitos sociais estivessem em condições de ser equiparados aos ditos civilizados pela via da educação formal, que era a poucos garantia e privilégio. Sobre esse ponto de vista Paulo Freire destaca:

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a **libertação dos homens**, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica na **ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo**. (1974, p. 43) (grifos para essa pesquisa).

Com efeito o pensamento freiriano instituiu uma educação aos moldes populares, mas numa tônica radicada sob a cuidadosa e sensível busca por devolver aos vitimados pela interdição histórica e cultural, a substituir a invisibilidade pela visibilidade que o direito à leitura do mundo, fosse elemento indispensável para as condições de leitura da palavra.

Com esse desafio de despertar o Brasil do futuro é que o combate às desigualdades sociais, se tornam elemento inadiável para a adoção de políticas de educação formal, por parte de instituições do Estado como as que desde 1950, está sendo urdidas para combater a infeliz realidade que tem perpassado uma sociedade diversa, mas que por interesses lucrativos e preconceituosos tentam negar direitos às populações camponesas. E essa preocupação que norteia uma pesquisa que se preocupa com a lógica inversa de redução da infraestrutura pertinente a mais escolas que atuem “na” e “para” a garantia da educação do campo, Fato que visa, portanto, refutar a redução dessas instituições escolares, sobretudo, as que deveriam atender mais crianças e não se mostrarem inerte frente ao atendimento de menos crianças assistidas.

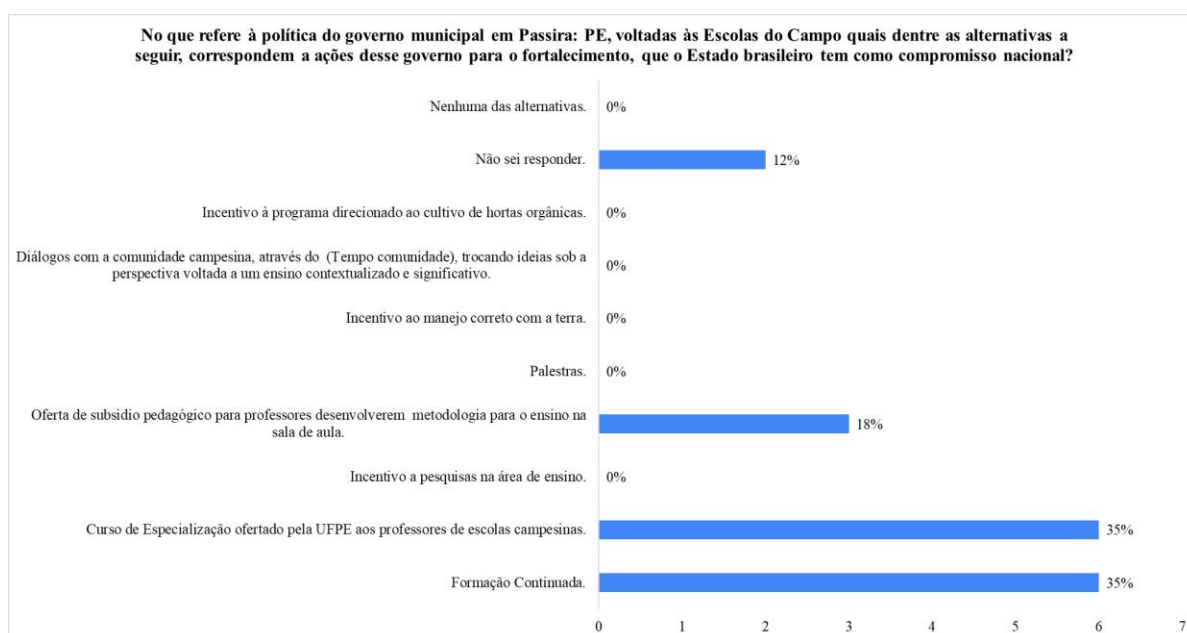
Com isso em vista a nucleação, bem como a inserção de turmas multisseriadas carece de mais investigações, que possam dimensionar não apenas, a efetividade do número de crianças que estão sendo atendidas. Mas também, colocar em xeque as

⁶⁸ A ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, “**ação cultural**” para a liberdade, por isto mesmo, ação com eles (FREIRE, 1974, p.34 grifos para essa pesquisa).

possíveis implicações advindas da nucleação de escolas antes do campo, radicadas em assentamentos. E a substituição de sua oferta dentro das comunidades e assentamentos onde essas crianças estão. O que promove uma mudança cujo universo carece de ser entendido com profundidade haja vista às distâncias a ser percorridas por essas crianças de onde moram até a sede dessas instituições nucleadas. Ainda, a garantia do transporte; mas frente a ele, as condições em que é ofertado. Além disso, o tempo envolvido e o desgaste psicológico e físico para essas crianças o que muitas vezes contribui para um baixo rendimento.

Ainda há que ser considerado a presença de professores cuja metodologia carece de ser ajustada às necessidades singulares desses contextos, que em um país com disparidades tão diversas, não conta com processos de formação continuada ou inicial em nível de universidade. Como mesmo se poderia ignorar o quadro descritivo decorrente de uma pesquisa comprometida em atribuir uma identidade a um lócus de pesquisa: a cidade de Passira em Pernambuco, no Nordeste em um país como o Brasil, que se arvora em se tornar o “florão da América” (?). Note-se que o contexto a que se insere essa pesquisa é muito mais sério se visto sob os registros de relatos oficiais do Estado brasileiro, daí porque nenhuma explicação e caráter generalista tem lugar na ponderação e equilíbrio que deve ser buscado em uma pesquisa científica.

Gráfico 13 - Referente à política do governo municipal em Passira: PE, voltadas às Escolas do Campo e quais, correspondem a ações desse governo para o fortalecimento, que o Estado brasileiro tem como compromisso nacional



Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos dados de pesquisa.

Os entrevistados foram questionados também, acerca da política do governo municipal, voltadas às Escolas do Campo, que correspondem a ações desse governo para o fortalecimento, que o Estado brasileiro fundamentou enquanto compromisso nacional, como revela o **gráfico 13**, as respostas atribuídas pelos participantes às questões da entrevista, com base no instrumento utilizado, resultou em uma seleção de alternativas, que compreenderam ao polo⁶⁹ a que as questões estiveram vinculadas.

Sendo assim, constatou-se que **35%** dos entrevistados informaram que as principais ações culminam em **“formação continuada”**. No entanto, cabe esclarecer que essas formações não são realizadas com foco em aspectos específicos da realidade docente ou discente, tendo em vista à diversidade e especificidade de contextos. As formações são ofertadas, de acordo com o já explicitado a todos professores do município, **sejam eles atuantes em escolas urbanas ou, campesinas**. Essa informação foi repassada pela SEMED (2023) em resultado de visita da pesquisadora, na etapa de busca por informações para a contextualização do lócus da pesquisa, frente ao panorama institucional com base no ponto de vista da gestão do órgão responsável pela educação municipal.

De posse desse cuidado em obter em relação à realidade a que o propósito da pesquisa está vinculado, também, a SEMED fez referência a “curso de especialização ofertado pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE”. É pertinente esclarecer que, essa conquista se deu em uma parceria firmada entre a instituição supracitada e o município de Passira, tendo sua primeira edição ocorrida no ano de 2013.

Agora, no ano de 2024, o município de Passira, em Pernambuco, aderiu a parceira para participar da terceira edição do curso. Nesse sentido, é digno de destaque a previsão do governo municipal em promover um conjunto de saberes aos docentes da prefeitura de Passira, um conjunto de conhecimentos comuns à realidade da Educação do Campo. Obviamente, que essa iniciativa tenha em vista a ampliação de conhecimentos adequados à melhoria da atuação docente em promover uma educação cuja qualidade esteja comprometida com os interesses do desenvolvimento

⁶⁹ (opções de possíveis respostas).

de uma educação, favorável à mobilidade social, em respeito às Diretrizes Curriculares da Educação do Campo e às atreladas aos Direitos Humanos, ambas de autoria do Governo Federal, que faz do Programa Nacional de fortalecimento da Educação Básica.

Isso posto, cabe pontuar que **18%** dos pesquisados apontaram haver “**oferta de subsídio pedagógico para os professores**”. Nesse caso, eles podem desenvolver sua prática docente em atenção a um modelo de ensino, preocupado com a aprendizagem sob uma ótica radicada, no entendimento da realidade campesina. E isso segundo a tônica de um curso da natureza vivenciada pelo município em 2013 e agora, em 2024, preocupa-se em aproximar o educador para que compreenda a realidade da educação do campo, a partir de sua singularidade no Agreste de Permabuco e, assim, de outras realidades do Nordeste e do Brasil.

É importante perceber que, foi explicitado que esse entendimento por parte dos respondentes se refere à opção cuja referencia é pequena. Esse panorama admite que seja entendido ser insuficiente a oferta de cursos condizentes com necessidades e expectativas de professores e gestores, que atuam na realidade de escolas campensinas. Isso mesmo diante do fator de redução da oferta de escolas com atuação nesse âmbito. Haja vista que já foi dimensionado, o espaço tempo de (10), dez anos uma redução de escolas, frente ao fechamento de (10), dez delas, e, por sua vez, a nucleação de (6), seis.

É fato que se houve uma redução no número de escolas, deveria ser esperado a aceitação e aprovação por parte de grande parte dos professores e gestores frente à oferta de cursos de formação mais eficazes, tendo em vista o número menor de profissionais da educação atuando nessa **Política Nacional**⁷⁰, cujas implementações do Brasil têm estado em **franco crescimento**⁷¹. Logo, é razão para indagações razões que venham esclarecer a não indicação por parte dos respondentes gestores ou professores, quanto ao reconhecimento da existência de cursos eficazes para a melhor formação dos profissionais da educação municipal em Passira.

Convém chamar atenção para o fato de que **há recursos para efetivação do trabalho docente**, como exemplo de uma ação prevista pelo **compromisso nacional**

⁷⁰ Acesse maiores informações disponíveis em: **Instalada Comissão Nacional da Educação do Campo** — Ministério da Educação (www.gov.br), acesso em 02/03/2024.

⁷¹ **PNE: Plano Nacional de Educação do Brasil 2025 a 2035**, prevê fortalecimento da Educação do Campo. Disponível em: Fortalecimento da Educação do Campo deve ser meta do novo | Política (brasildefatopr.com.br), acesso em 29/02/2024.

para Educação Básica⁷².

Além disso, **12%** dos entrevistados informaram, que não sabiam responder quais seriam as ações do governo municipal, frente ao compromisso da Política Pública nacional para o fortalecimento da educação no município. Se verifica com base no **gráfico 13**, que não houve nenhuma outra opção entre os polos de possíveis respostas, seguindo o ponto de vista de Marconi e Lakatos, (2003; 2017), isso no que diz respeito ao delineamento de uma realidade investigada sob a realização de investigação a uma determinada população e, ainda relacionar a isso, um programa, que no caso, se refere à Política nacional de Educação do Campo.

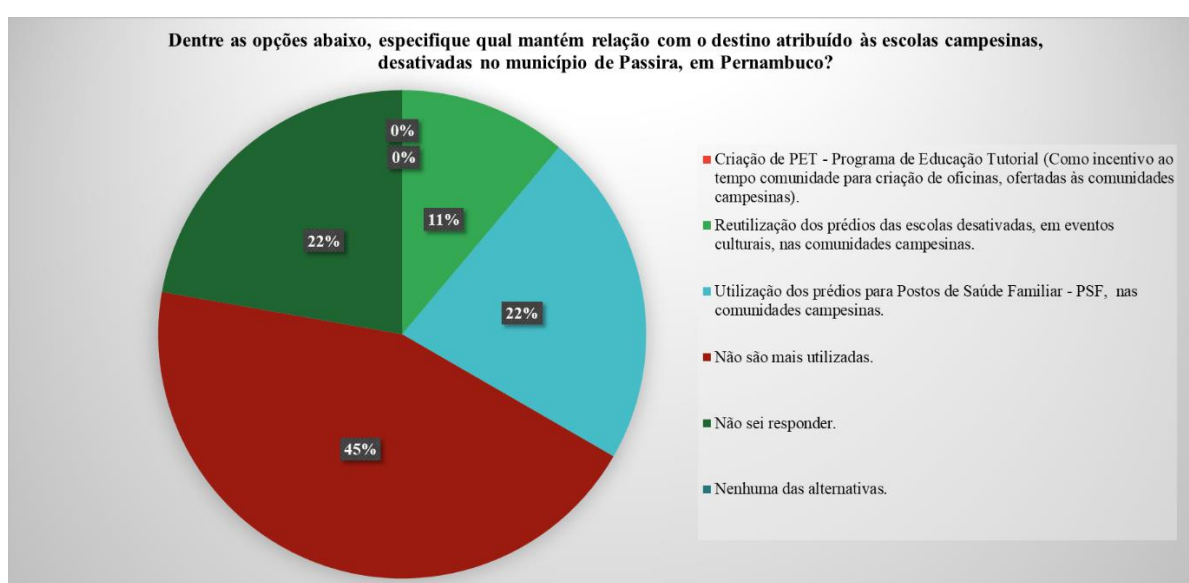
Com base nessa compreensão, é possível inferir que Passira ainda está galgando para chegar ao que compreende “por ideal” sob a oferta de um modelo de ensino, que considere de modo adequado necessidade dos povos do campo. Ainda que haja uma Política Pública Nacional, seu ponto de vista não é nem em parte tampouco no todo de amplo conhecimento dos docentes e demais profissionais da educação em sua totalidade. É fato que alguns conheçam e a entendam, contudo, esse número não se refere à totalidade deles. Fato que contribui para que a atuação desses docentes e profissionais da educação estejam de acordo com a previsão federativa para cada unidade federativa do país, no que se refere ao quadro de cada cidade brasileira. Logo, as respostas atribuídas ao instrumento questionário indicam a necessidade de ser ampliadas iniciativas do governo federal para implementar em agenda eficiente de disseminação da tônica inerente ao compromisso do Estado, para a democratização dessa **Política Pública Nacional: A Educação do Campo**.

Por essa razão, o Brasil homologou **As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação do Campo**, que deixam claro que esse público deve ser atendido mediante um **ensino social, cultural e identitário** capaz de promover aos assistidos a criticidade necessária para garantir o direito de escolha sobre sua permanência ou não, nas comunidades de origem, como se pode perceber nas palavras a seguir: “A garantia a que se refere, sempre que necessário e adequado à melhoria da qualidade do ensino, deverá ser feita em regime de colaboração entre os Estados e seus **Municípios** ou mediante consórcios municipais” BRASIL, (2008, p. 295, grifos para essa pesquisa).

⁷² Mais informações no site do **Ministério da Educação do Brasil**, disponível em: Programas do MEC voltados à formação de professores - Ministério da Educação, acesso em 10/02/2024.

Se percebe então que, Passira não pode manifestar **uma forma de poder isolado da Política Nacional**. Por essa razão, é importante que seja feita uma análise minuciosa capaz de firmar parcerias com todas as instâncias governamentais para a efetivação da educação de qualidade no município, evitando a prática comum ao fechamento de escolas voltadas à Educação do Campo. Haja vista ser uma posição controversa, frente ao entendimento da Política Nacional brasileira.

Gráfico 14 - Sobre a relação com o destino atribuído às escolas campesinas, desativadas no município de Passira, em Pernambuco



Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos dados de pesquisa.

E, fechando o ciclo de questões para atender a proposta do Objetivo e Questão Norteadora Nº2, os participantes foram questionados sobre a relação com o destino atribuído às escolas campesinas desativadas, **no município de Passira**. Com base nisso, o **gráfico 14** revela o posicionamento dos referidos a tratar pela seguinte tabulação: **45%** informaram que as escolas “**não seriam mais utilizadas**”. Quanto ao percentual mais significativo em segundo plano, **22%** dos pesquisados informaram que “**seriam reutilizadas para eventos culturais**” e, respectivamente, houve também, por outro grupo de respondentes que indicaram haver a criação de “**Posto de Saúde Familiar - PSF**” nas comunidades. Ao passo que há outros **11%** dos entrevistados informaram que “**não sabiam responder**”. Esses dados precisam ser pensados sob o ponto de vista da Política Nacional, voltada à ampliação e fortalecimento da Educação do Campo. Pois, como tem sido delineado ao longo das etapas analíticas, o intuito desse estudo não é de fazer juízo de valor sobre a opinião

dos pesquisados. Tampouco julgar “**erros** ou, **acertos**” do executivo municipal, o objetivo proposto reside em situar a compreensão dos profissionais da Educação Básica do município de Passira, na região do Agreste pernambucano, no Nordeste do Brasil, se tem conseguido atentar para o fato que tem havido o fechamento de escolas, que atuam na Educação do Campo. Isso porque os estudos em relação à definição do Problema que norteou a definição dessa pesquisa, apontou não apenas, para a necessidade de fortalecer essa Política Pública Nacional do Brasil, mas também, para que possam se aperceber para a adoção do governo municipal que ao longo de pelo menos (1), uma década, em que se deu a redução da atuação de Escolas ligadas à Educação do Campo. E frente à sua substituição, o que se deu foi a nucleação e a adoção de turmas multisseriadas para os anos iniciais do Ensino Fundamental: **1º, 2º 3º anos** e também, **4º e 5º anos**, em regime que altera sobremaneira, o planejamento da atuação docente, e por sua vez, dos **Direitos de Aprendizagem** conforme as delimitações previstas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, homologada em dezembro de 2017.

A exemplo disso, a pesquisa apresenta um recorte do texto descrito na Base, com as Competências específicas para (3), **três** Componentes Curriculares do Ensino Fundamental, Educação Básica, a saber: **LINGUAGENS; LÍNGUA PORTUGUESA, e MATEMÁTICA.**

Quadro 9 - Sobre as Competências Específicas de **Linguagens** para o Ensino Fundamental

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LINGUAGENS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.
2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.
3. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.
4. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que

respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.

5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, **com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.**

6. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

Elaborado pela autora com base em dados de pesquisa.

Fonte: **Base Nacional Comum Curricular- BNCC**. Disponível em: [anexo_texto_bncc \(mec.gov.br\)](#) acesso em: 15/03/2024.

É curioso o recurso pedagógico evidenciado pela BNCC no que se refere a importância do uso de “**tecnologias digitais de informação e comunicação**” haja vista que na atualidade essa, é uma ferramenta compreendida como facilitadora da aprendizagem muito embora, cabendo a ressalva quanto a sua utilização de maneira equivocada nas escolas e afins. Mas, o fato é que as tecnologias oportunizam a **inclusão de acesso digital** que possibilita ao estudante **acesso a pesquisas e comunicação** na concretude do ensino. Se configura, portanto, um processo antagônico no que tange a realidade concreta da realidade majoritária das escolas comprometidas com a Educação Básica ofertadas sobre a Política Pública Nacional voltada para Educação do Campo, ao passo que esse recurso se mostra quase sempre escasso, e, muitas vezes inexistente para o contexto de escolas camponesas.

Quadro 10 - Sobre as Competências Específicas de **Língua Portuguesa** para o Ensino Fundamental

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.

3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulem em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo.
4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.
5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual.
6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.
7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.
8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.).
9. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura.
10. Mobilizar práticas da cultura digital , diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.

Elaborado pela autora com base em dados de pesquisa.

Fonte: **Base Nacional Comum Curricular- BNCC**. Disponível em: anexo_texto_bncc (mec.gov.br) acesso em: 15/03/2024.

Em vários momentos a Base faz alusão ao “protagonismo na vida social” provocando inferência para valorização da cultura dos povos. Aponta que é necessário “compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, [...] reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem”. E mais, além de outras questões, revela a viabilidade do desenvolvimento da leitura com base em “textos e livros para leitura integral”. Nessa premissa, há que se pensar como pode a Educação do Campo está contemplada por uma Base que se diz reconhecer a diversidade cultural do Brasil em sua totalidade, expressar essas questões em suas competências, e, de fato essas competências não ganharem destaque no próprio com legitimidade Nacional? Um processo que contradiz o que se tem de fato na realidade das escolas campesinas, que não dispõem em sua grande maioria de livros e leituras condizentes a proposta curricular da Educação do Campo. É verdade que essa modalidade de ensino ainda

carece ser vista em sua essência, com direitos legítimos e defendidos na concretude do ensino, ao passo que quase sempre recebem das escolas urbanas as “sobras de recursos”, ou, desconexos no que se refere ao contexto do campo.

Quadro 11 - Sobre as Competências Específicas de **Matemática** para o Ensino Fundamental

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE MATEMÁTICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
1. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva , que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho.
2. Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo.
3. Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções.
4. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.
5. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis , para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados.
6. Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados).
7. Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.
8. Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

Elaborado pela autora com base em dados de pesquisa.

Fonte: **Base Nacional Comum Curricular- BNCC**. Disponível em: anexo_texto_bncc (mec.gov.br) acesso em: 15/03/2024.

Essa postura também, está expressa nas competências reservadas ao componente curricular de matemática que “reconhece que a Matemática é uma ciência humana” comprometida com os diversos aspectos mensuráveis da existência humana, responsável pelos registros históricos e sociais dos povos. Fato que carece ser pensado sobre a maneira que o ensino da matemática se concretiza nas escolas do campo, ao passo que a Educação do Campo defende o ensino qualificado e contextualizado com a realidade do estudante. Ao fazer alusão a Educação do Campo ofertada em Passira, é pertinente evidenciar com expressões numéricas a riqueza das produções agrícolas e artesanais desenvolvidas no Município. Se proporciona assim, significância e amplitude no ensino que transcende o espaço da sala de aula além dos muros da escola.

Destaque-se que no DOC. completo disponível no link de acesso supramencionado é possível verificar que a BNCC segue a mesma lógica da exposição de propostas para os demais Componentes de Curriculares: **Arte; Educação Física; Ciências da Natureza; Geografia; História; e, Ensino Religioso.** Comumente apresentando a importância do ensino com enfoque mediado pelas **interações sociais**, no entanto, a própria Base se mostra dicotômica quando não reserva um capítulo específico para o público da Educação do Campo, tão pouco apresenta um currículo que der conta do atendimento em turmas multisseriadas, realidade habitualmente vivenciada nas escolas do campo. “A lógica do currículo projetado na BNCC está mais uma vez, tal como ocorreu em toda a história da Educação no País” (Arroyo, 2007; 2015, p. 10) seguindo a logística de repasse da educação urbana às escolas do campo.

Enfatize-se, neste documento não há uma única sessão reservada a Direitos de Aprendizagem com vistas a **turmas multisseriadas**. O que quer dizer: “se crianças são submetidas a modelos de formação nesse regime, não há, portanto, correspondência com os Direitos de Aprendizagem definidos como inegociáveis para a **Política Nacional da Educação Básica** em respeito ao que determina desde outubro de 1988, o **artigo 210**⁷³, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Frente a esse quadro, se deve pensar em melhorias para Educação do Campo

⁷³ Registra-se: **Art. 210.** Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10649501/artigo-210-da-constituicao-federal-de-1988> acesso em: 28/03/2024.

em Passira, e em muitas outras regiões e municípios do Brasil, no que se refere ao respaldo que a Política Pública Nacional deve receber pela gestão municipal e estadual do país.

Quando os pesquisados em sua maioria informam que as instituições não são mais utilizadas, se pode inferir que muitos estudantes tiveram que sair de seus contextos, implicando na promoção da desvinculação com o seu ambiente: o assentamento. Além disso, pertinente reafirmar o prejuízo às crianças, em razão de deslocamento delas, cabe esclarecer que, quando isso ocorre, o ponto de vista da Resolução CNE/CEB nº 2, 04/2008, que retrata o “deslocamento intracampo” não é o ideal, mas, é a ação mais aceitável já que os estudantes permanecem ainda em contexto campestre, **embora que** em comunidades vizinhas, que estão sob a identificação singular a essas outras comunidades. E não aquelas que fazem parte da origem das crianças de outras comunidades agora, **alienígenas**⁷⁴, em novas comunidade. Em verdade, elas dependem demais do seu contexto cultural, que é essencial para a sua identidade em construção.

Em razão disso, não se pode negar que a prática de fechamento de escolas, costuma ser tratado como uma negação de direitos. Pois, infelizmente muitos governantes aproveitando a recomendação de **“quando for inevitável, é justificada a prática de nucleação de escolas”**, explicitado na Resolução CNE/CEB nº 2, 04/2008. Com essa previsão, se respaldada os interesses lucrativos, que acaba representando que muitas instituições sejam comumente fechadas, implicando em grandes e irreparáveis perdas, no que tange a cultura popular das comunidades. Conforme o apregoado por Arroyo (2015) e Caldart (2010; 2012).

Muitas dessas ações são frequentemente justificadas pelos governantes por “melhores condições assistenciais nas escolas nucleadas”. No que se refere à Política de Educação do Campo, toda e qualquer tomada de decisão quanto ao atendimento a essa modalidade ensino precisa ser pensada em comum acordo com a referida comunidade cuja a escola esteja inserida, visto que, se trata de um direito conquistado inicialmente pela força coletiva dos movimentos sociais, como tem sido comum ao MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, e, excepcionalmente, esta será

⁷⁴ **Alienígena.** Substantivo masculino e feminino.

- Estrangeiro; diz-se da pessoa que nasceu num outro país.

- O ser que tem sua origem em outro planeta.

Disponível em: <https://www.dicio.com.br/alienigena/> acesso em: 28/03/2024.

fechada.

4.3 Dados correspondentes à pesquisa de campo entrevista:

Específico Nº 3

Em continuidade ao processo que foi empreendido às etapas anteriores, para essa a Análise descritiva dos dados, com base no compromisso delineado pelo Objetivo Específico nº3 e Questão Norteadora nº3, serão também, inseridos aspectos correspondentes à análise de documentos obtidos pelo MST, com relação a (4), quatro Atas em que foram motivo de discussão e, encaminhamento de solicitações no campo de educação por essa instituição no que se refere à Educação Formal em assentamentos, ligados às ações de militância por direitos de trabalhadores Sem Terra, tendo em vista suas necessidades de educação formal. Mas sobretudo, os direitos de suas crianças de serem assistidas por um Programa municipal, na cidade de Passira, no Agreste de Pernambuco, no Nordeste do Brasil, para ser garantido o Direito de acesso à Educação formal nos moldes instituídos pela Política Nacional de Educação do Campo.

A importância do marco temporal a que esses documentos se referem respectivamente ao ano de **2008; 2012; 2015 e 2021**. A necessidade de ser implementado o olhar atento em relação a esses documentos, se refere ao fato de ser atribuído lugar não apenas, às eleições dos sujeitos de pesquisa, com base nas respostas definidas pelos mesmos no instrumento questionário. Apesar da notoriedade de suas escolhas, partindo de sua experiência profissional que corresponde a (10); (15) e (20) anos de convivência com a Educação Básica e todos serem efetivos, se entendeu a necessidade de incluir o registro formal do órgão mais representativo do município de Passira, que figurou como lócus de pesquisa, para delinear evidências subjacentes às insatisfações dos camponeses. E os incômodos se destinam especialmente a não garantia de um Programa claro, de educação para as crianças em Anos Iniciais da Educação Básica. O que inclui é claro, outras etapas e modalidades da Educação Básica. Mas, em respeito aos compromissos dessa pesquisa, apenas, os registros ligados à defesa de Educação Formal para os Anos Iniciais receberão atenção especial, nos processos de análise documental.

É em face disso, que se dará a última etapa de discussão e construção dos resultados abrangentes dessa pesquisa em nível de dissertação, com vistas à

construção de uma investigação sob o signo descritivo, sob uma abordagem quantitativa.

Em atenção ao já registrado em para permitir aos leitores um melhor aproveitamento dos aspectos dissertativos que aqui serão elaborados, considera-se indispensável a explicitude do **Objetivo Específico nº 3**:

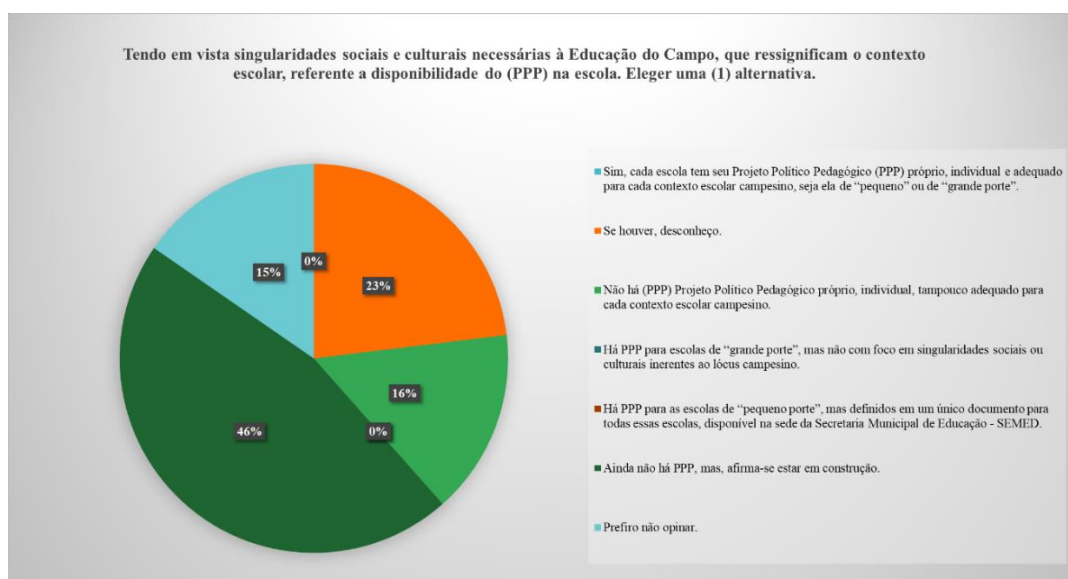
- CATEGORIZAR o panorama do Programa de Educação do Campo na cidade de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente a registros documentais do Movimento Sem-Terra: MST, em relação à realidade dessa política pública em Educação do Campo, nesse município.

Em correlação a esse compromisso, convém a articulação com a questão norteadora correspondente: **Questão Norteadora nº 3**

- Qual o panorama do Programa de Educação do Campo na cidade de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente a registros documentais do Movimento Sem-Terra: MST, em relação à realidade dessa política pública em Educação do Campo, nesse município?

E, para atender o propósito do referido Objetivo e Questão Norteadora Nº3 fez parte do instrumento questionário as (2), **duas**, últimas questões de número **12** e **13** de modo a considerar as eleições dos participantes da pesquisa. Cabe ressaltar que esses dados foram tabuados em obediência às demais etapas analíticas já construídas. Em consonância aos preceitos definidos por Marconi e Lakatos (2003, p. 187; 2017, p. 203), mencionada nessa pesquisa em outras oportunidades no intuito de responder de maneira (parcial ou total) como se configura o Programa de Educação no Município de Passira. Como revela os gráficos a seguir:

Gráfico 15 - Sobre a Educação do Campo resultar de lutas por direitos, em razão da ação de movimentos sociais



Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos dados de pesquisa.

E a sensatez de se considerar esse processo para a construção do documento **Projeto Político Pedagógico (PPP)**, de modo que ele pudesse viabilizar a identidade da Escola do Campo do município de Passira-PE. Haja vista a existência de singularidades sociais e culturais, que são necessárias à Educação do Campo, que ressignificam o contexto escolar, referente a disponibilidade do (PPP) na escola.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais -DCN's instituídas a partir da Resolução CNE/CEB 1, de 4/2002, a presença de um Projeto Político Pedagógico na escola por si só, já se confira na concretude de uma instituição que preza por uma gestão democrática e comprometida com o sucesso do processo educativo. Visto que, a constituição desse documento jamais deveria ocorrer de maneira isolada. Com efeito esse documento, precisa obrigatoriamente de participação coletiva de todos envolvidos, com o contexto escolar. Desse modo, a ausência deste "norte" no processo educativo se configura em um processo dicotômico que sugere falhas no percurso sistemático, já que o PPP tende a expor as necessidades particulares de cada escola. Em função disso, caminhos podem ser direcionados para a construção do conhecimento em relação às demandas da comunidade educacional, bem como do redirecionamento dessas demandas.

Com base nos estudos realizados na construção dessa pesquisa, nas sessões do Marco Teórico, se tem percebido que Passira não difere das inúmeras facetas de municípios que ainda apresentam carência na construção desse documento, nas

escolas do campo, já que muitas delas não possuem o documento. Por outro lado, quando há, muitas vezes, não apresenta comprometimento específico para tal instituição. É o que se pode verificar com base no **gráfico 15**, revela que **46%** dos respondentes elegeram a opção que versa o seguinte: **“ainda não há PPP, mas, afirma-se estar em construção”**,

A esse respeito cabe a ressalva de que entre os respondentes há (gestores e Professores) e que, considerando o parâmetro de possíveis respostas, elegeu-se alternativas que convergem para uma categorização predominante, como anteriormente, destacado. Essa porcentagem apresenta Passira como um município ainda carente de melhorias no que se refere à construção de um documento que, segundo a sua previsão, deve contar com a participação coletiva dos diferentes setores que compõem a comunidade escolar. E isso se amplia em importância quando essa comunidade corresponde à uma campestre. Posto que a história dela foi marcada por invisibilidade social, em relação aos interesses dessa classe trabalhadora: os que atuaram no trabalho rural. Não obstante a oferta de um Programa de Educação do Campo, deveria contar com o crivo da comunidade para que o documento PPP fosse elaborado por meio de amplo processo dialógico a ser instaurado pela gestão escolar, em parceria com ações do órgão do executivo municipal, que deveria atuar para fortalecer esse dispositivo.

A respeito da **legitimidade do PPP**⁷⁵ frente ao seu processo democrático de construção Medeiros e Menezes, reafirmam que ainda há divergência na concretude do ensino em escolas do campo, no que se refere a ausência do Projeto Pedagógico na escola, dicotomia elucidada pela própria BNCC, para os autores:

Seguindo o enfoque de uma educação urbana. Assim, a Educação do Campo é entendida como um anexo da proposta educacional para as populações que vivem na cidade. **O Projeto Político Pedagógico da escola**, as estratégias de ensino, os recursos materiais, entre outros, **são importados da cidade como um pacote pronto para aplicação** (2020, p. 10) (grifos para essa pesquisa).

⁷⁵ Em uma definição formal, o **projeto político-pedagógico (PPP)** é um documento produzido pela **comunidade escolar**, cujo objetivo é descrever os planos de ação pedagógica para alcançar as metas e objetivos que a escola se propõe, além de registros sobre o perfil dos alunos e suas famílias, os recursos materiais disponíveis, entre outras informações.

A construção desse documento é uma exigência prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Todas as instituições de ensino do país, sejam elas públicas ou privadas, **devem ter o seu próprio PPP** e apresentar uma cópia às secretarias de ensino. Disponível em: Nova Escola Box | Como encerrar o projeto político-pedagógico (PPP) da escola durante a pandemia acesso em: 22/02/2024.

Desse modo, se reafirma na fala dos autores que o Programa de Educação do Campo ofertado em Passira, carece rever a necessidade do Projeto próprio para cada escola, já que é sabido que cada contexto apresenta demandas particulares.

Nesse gráfico se verifica ainda que, **23%** dos entrevistados informaram que “**se houver, desconheço**”, aludindo o desconhecimento da existência do documento Projeto Político Pedagógico – PPP. Com isso, se pode compreender que a construção desse documento não faz parte do cotidiano dos docentes. E se não faz, se pode então inferir que, tampouco ele faça parte de um debate sobre a importância do PPP como documento que registre a formalidade de ações de cunho democrático, que têm em vista o registro de uma previsão das pautas de interesses dos diferentes atores da comunidade, como sendo resultado da escrita de uma constituição comunitária em nível educacional, tendo por sua vez, a escola com porta-voz da comunidade.

Se tem então, uma discrepância em relação a garantias, previstas pela Política Pública Nacional de Educação do Campo, que defende o ensino contextualizado e identitário para o estudante do campo. E para tanto, o PPP da escola do campo precisa propiciar condições ao docente para que ele trabalhe a perspectiva de Educação do Campo, no campo, mas sob o ponto de vista alinhado com a Política Nacional para essa população.

Com base nesse ponto de vista outros **16%** dos entrevistados, afirmaram que “**não há (PPP) Projeto Político Pedagógico próprio, individual, tampouco, adequado para cada contexto escolar campesino**”, confirmando que Passira ainda, não se coaduna com uma postura de gestão democrática que esteja em consonância com as previsões estabelecidas na Escola Nacional de Gestores. Nela o lugar ocupado pela construção do PPP, bem como as indicações para a sua construção se destinam a uma ampla e irrestrita participação de todos os setores da sociedade civil organizada, que forma a comunidade escolar, sobretudo, no que se refere àquelas atreladas à Educação do Campo.

Por sua vez, a construção de uma política de ensino e de aprendizagem, vinculado ao ponto de vista vigente ao Estado brasileiro ou, aos autores de referência quando versam a respeito da qualidade da educação para os povos do campo, não será situado, frente a ausência de que dispositivos e mecanismos inerentes à participação democráticos, se não instituídos, também, não permitirão a sua consolidação. Fato que coloca em nível de insegurança a promoção do Programa

Nacional de Educação voltado à população campesina.

No município lócus da pesquisa, Passira, ainda não se cumpre o definido pela Política Nacional em sua totalidade. Em ampliação aos aspectos que já foram elencados, merece ser discutido a representação de **15%** dos entrevistados, que revelou “**preferem não opinar**”, a respeito do lugar ocupado pelo PPP, ou mesmo de sua existência. Cabe pensar, então que é possível inferir que há entre os docentes, o descontentamento com a ausência do documento nas escolas, que tem por finalidade nortear o trabalho docente, bem como os diferentes temas comuns aos rumos das diversas pautas da instituição escolar. Imagine-se o lugar de relevância assumido pelo PPP frente às necessidades específicas de cada escola do campo, em cidades com especificidades como a cidade de Passira em Pernambuco, região agreste, Nordeste do Brasil.

Assim como já foi dito as DCN's para Educação do Campo são claras, sob as tratativas do governo quanto a efetivação e obrigatoriedade legítima de direitos aos povos do campo, com base nos registros da própria Política Nacional desde a década de **70**, no Brasil, se tenta maquiagem a Educação do Campo, implicando na nucleação de escolas⁷⁶, sem qualquer preocupação com a opinião das comunidades no tange essa ação.

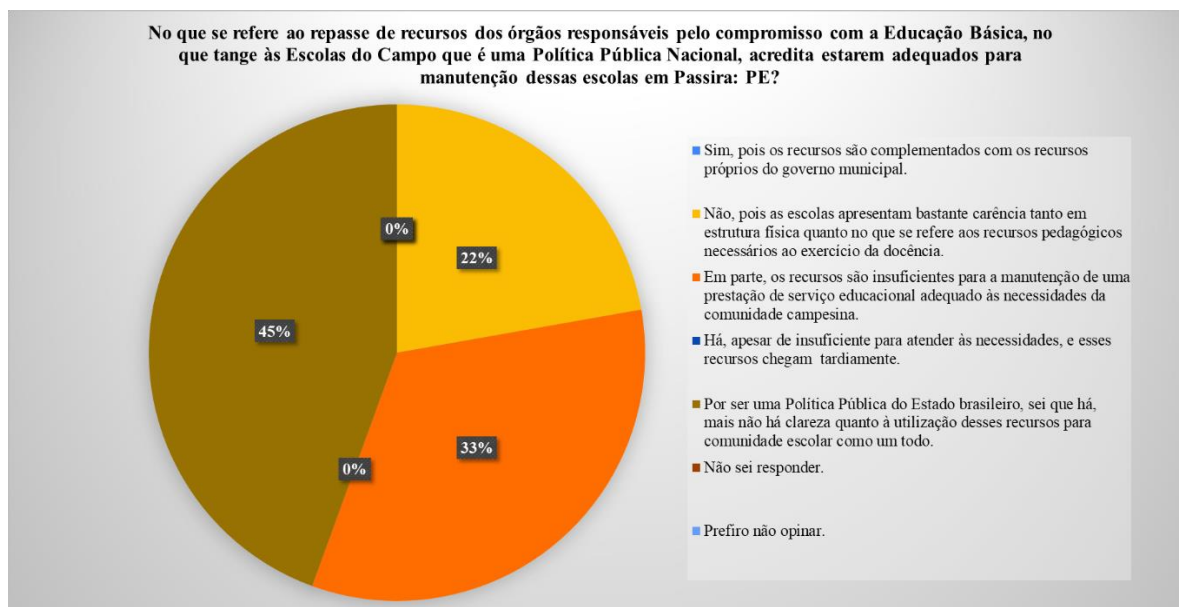
Desse modo, reafirmando o compromisso Nacional à Educação do Campo, leia-se a percepção do Estado brasileiro:

Art. 10 O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no art. 14 da LDB, garantirá **a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais**, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade. (Brasil, 2022, p. 285) (grifos para essa pesquisa).

Se é um compromisso nacional, não se pode pensar um formato de educação dicotômico do rege a Política de direitos. É preciso assumir esse compromisso na concretude do contexto escolar, garantindo a participação dos movimentos sociais neste feito, visto que foram eles, os pioneiros nessa luta para conquista da Política de ordem Nacional.

⁷⁶ No Brasil, as primeiras experiências situam-se nas décadas de 70 e 80 e foram ampliadas em decorrência da atual LDBEN e da criação do FUNDEF, de que resultaram uma acentuada municipalização no Ensino Fundamental. (Brasil, 2002, p. 292).

Gráfico 16 - Referente ao repasse de recursos dos órgãos responsáveis pelo compromisso com a Educação Básica, no que tange às Escolas do Campo que é uma Política Pública Nacional, estarem ou não, adequadas para manutenção dessas escolas em Passira: PE



Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos dados de pesquisa.

Sob o ponto de vista da Política Nacional, os participantes foram questionados também sobre o repasse de recursos dos órgãos responsáveis pelo compromisso com a Educação Básica, no que tange às Escolas do Campo, reafirmando a saber: “**Art. 14** O financiamento da educação nas escolas do campo [...]” e, “**Art. 15** no cumprimento do disposto no § 2º do art. 2º, da Lei nº 9.424/96 [...]” (Brasil, 2002, p. 3)⁷⁷ esclarecendo sob esse ponto de vista, o compromisso Nacional com a Educação Básica.

Para refletir sobre essa questão considerando a realidade de Passira no que tange os apontamentos dos referidos entrevistados, frente ao parâmetro de possíveis respostas apresentadas no **gráfico 16**, **45%** dos pesquisados informaram que “**por ser uma Política Pública do Estado brasileiro, sei que há, mais não há clareza quanto à utilização desses recursos para comunidade escolar como um todo**”. Cabe a esse apontamento uma significativa reflexão sob o que se configura como realidade dicotômica entre o que está posto pelas DCN’s (Política Pública Nacional)

⁷⁷ É possível acessar o DOC. completo em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/documentos/resolucao-cne-ceb-1-de-3-de-abril-de-2002.pdf/view>. acesso em 11/12/2023.

e, o que se concretiza referente ao ponto de vista dos entrevistados, visto que, a oferta de recursos para Educação Básica, envolve uma Política de reconhecimento, necessária à concretude do ensino, com vistas aos compromissos da Educação do Campo nacional.

Além disso, comungando desse mesmo ponto de vista outros **22%** dos entrevistados afirmaram que **“não, pois as escolas apresentam bastante carência tanto em estrutura física quanto no que se refere aos recursos pedagógicos necessários ao exercício da docência”**. Essa posição se refere à pertinência da eleição dos sujeitos da pesquisa de que deva haver mais clareza por parte da gestão municipal, quanto à aplicabilidade desses recursos para o Programa de Educação do Campo, no município de Passira. Destaca-se também que, entre os pesquisados **33%** informaram que **“não sabiam responder”** sobre as **tratativas do governo**, no que se refere ao repasse de recursos às escolas campesinas.

Tudo isso cabe pensar se o que se propõe como Programa de ensino para as escolas campesinas, realmente, atendem a grande demanda da Educação do Campo, garantindo um ensino baseado na cultural; identitário; conexo com o amor pela terra; a sustentabilidade ambiental e afins.

Essa linha de Educação precisa ser posta em evidência, porque garante espaço de destaque para as “vozes” impulsionadas pelo silêncio, ao longo de décadas. Sendo, portanto, necessário haver o reestabelecimento do direito à reivindicação de direitos sociais, e, especialmente, os educacionais.

Para atender a demanda proposta pelo Objetivo e Questão Norteadora Nº3 comprometido em categorizar o Programa de Educação do Campo no Município de Passira, se fez pertinente pesquisar também no intuito de “dá voz” aos povos do campo em suas angústias que perpassam por décadas no Brasil.

Com isso em mente, além da pesquisa de campo, o registro em Livro de Ata⁷⁸ (documento) em que se registrou a defesa da Educação do Campo para o povo campesino, de acordo com o compromisso nacional voltado à Educação Básica. considerando o ponto de vista de Marconi e Lakatos (2003; 2017). Com vistas a adotar uma postura investigativa em relação a análise de programas, por essa razão o

⁷⁸ A ata é um texto que registra os acontecimentos e decisões tomadas em uma reunião ou assembleia. Quando assinada e aprovada pelos participantes, ela serve como um documento oficial. Disponível em: [https://www.dicio.com.br/ Ata: o que é, para que serve e como fazer \(com exemplos\) - Dicio, Dicionário Online de Português. Acesso em 15/01/2024.](https://www.dicio.com.br/Ata: o que é, para que serve e como fazer (com exemplos) - Dicio, Dicionário Online de Português. Acesso em 15/01/2024.)

documento Ata de autoria do Movimento de Trabalhadores Sem Terra, adquiriu lugar nesse estudo porque seria então possível a aproximação da pesquisadora com seu objeto de pesquisa, por mais de uma fonte de coleta de dados.

A respeito da importância da análise documental em pesquisa científica e atenção à utilização de documentos oficiais do Estado brasileiros. Gil (2008, p. 51) define:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, **a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.** (grifos para essa pesquisa)

Para Gil, a pesquisa documental é semelhante a pesquisa bibliográfica, porém enquanto a pesquisa bibliográfica se muni da coleta de dados em fontes secundárias ponto de vista também disposto por Marconi e Lakatos, (2003; 2017) e apresentado no Marco Metodológico dessa pesquisa. A pesquisa documental traz consigo a análise de documentos para obtenção de dados à pesquisa científica.

O autor revela também que:

Há que se considerar que o **primeiro passo** consiste na **exploração das fontes documentais**, que são em grande número. Existem, de um lado, os **documentos de primeira mão**, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: **documentos oficiais**, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os **documentos de segunda mão**, que de alguma forma já foram analisados, tais como: **relatórios de pesquisa**, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (Gil, 2008, p. 51) (grifos para essa pesquisa).

Destaque-se sob o ponto de vista do autor os parâmetros da construção da pesquisa científica na proposta de análise documental. Cabe trazer clareza para a pertinência a essa pesquisa a adoção do Método de Análise Documental visto que, a pesquisa revela a análise de documentos de primeira mão (ATAS) registros oficiais do Movimento Sem Terra, no que tange aos registros de luta paulatina dos povos do campo em Passira. E, também se registra no **anexo 4** dessa pesquisa um relatório elaborado pelo presidente do MST, Movimento atuante neste município, destacando as principais lutas em defesa a Educação do Campo sob a ótica da Política Pública Nacional.

Assim, o quadro a seguir apresenta recortes dos registros de **(4)**, **quatro**

solicitações do Movimento Social, que atua em Passira, a saber o (MST). Os registros visam reunir esforços para a garantia de direitos, que viabilizem à Educação do Campo, em Passira. Cabe esclarecer que os referidos textos foram selecionados, considerando o parâmetro do marco temporal registrado nos documentos e, sua pertinência a esse objeto de estudo. O debate para situar a importância de ações governamentais, para que fosse evitado o fechamento de escolas do Campo. Em face disso, o processo de nucleação fosse adotado, implicando em perdas culturais de muitos povos que vivem, no campo.

Quadro 12 - Sobre os registros em **Livro Ata** coletados junto ao **Movimento dos Trabalhadores Rurais - MST** atuante no município de Passira, agreste do Estado de Pernambuco, Brasil

Recortes dos textos registrados em Livro Ata do ASSENTAMENTO P.A. INDEPENDÊNCIA “PATATIVA DO ASSARÉ” localizado no Sítio Borba, zona rural, Passira, agreste do Estado de Pernambuco, Brasil. Seguindo o parâmetro de marco temporal do documento mais antigo ao mais recente (2008-2021).	
DOC. 1 (09 abr. 2008, p.19)	“[...] foi discutido sobre a educação e estamos pensando em trazer um Projeto de Ensino Fundamental para o Assentamento [...]”
DOC. 2 (20 dez. 2012, p.65)	“[...] a continuidade do Programa Escola Ativa nas escolas do campo do município de Passira, garantindo a permanência opcional de direito a educação ao povo do campo em suas localidades . E, o não nucleamento de escolas, luta e resistência do povo com a força do movimento (MST). Se discuti também, a possibilidade da construção de uma escola para atender as crianças do assentamento, considerando a importância da educação de seus filhos e que as eles precisam se deslocar a outras comunidades para estudar [...]”
DOC. 3 (18 jan. 2015, p.76)	“[...] o compromisso do Governo do Estado para se ter aulas na sede da fazenda para os adultos da comunidade sobre a Educação de Jovens e adultos – EJA [...]”
DOC. 4 (08 fev. 2021, p.90)	“[...] pensando na importância da educação para crianças, se discuti também, a disponibilidade de transporte por parte do governo municipal para o deslocamento <u>das crianças</u> , para que possam estudar na cidade, considerando que ainda não há escola no assentamento [...]”

Fonte: Dados compilados do ASSENTAMENTO P.A. INDEPENDÊNCIA “PATATIVA DO ASSARÉ” Movimento dos Trabalhadores Rurais - MST⁷⁹ em 15/01/2024.

⁷⁹ A Saber: os DOCs completos dos textos redigidos em Livro Ata do ASSENTAMENTO P.A. INDEPENDÊNCIA “PATATIVA DO ASSARÉ” Movimento dos Trabalhadores Rurais – MST, constam, suas respectivas cópias nos **anexos: 5, 6, 7 e 8** dessa pesquisa.

Cabe esclarecer que os referidos Documentos registrados no **Livro Ata do Movimento Social (MST)**, foram selecionados com base na pertinência ao conteúdo abordado pela presente investigação científica, comprometida em analisar o impacto do fechamento de escolas campesinas da Educação Básica, do município de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, no que se refere ao compromisso nacional para essa Política Pública nacional. Desta feita, se considerou pertinente investigar como acontece as tratativas do Governo Municipal quanto à aplicabilidade do Programa de Educação do Campo no município de Passira, tendo em vista as ações realizadas pelo referido Movimento Social no que tange à cobranças junto à Gestão do município.

É mister esclarecer que a pesquisa considerou os documentos que apresentam maior clareza nas informações conexas a investigação delimitada em um espaço temporal bastante interessante, haja vista que, se percebe no **Quadro 12** uma temporalidade na qual se configura registros de mais de uma década no município. Subtende-se com isso que, o campo de Passira, assim como em outras regiões brasileiras apresenta fragilidades dicotômicas em relação ao que propõe a Política Nacional para Educação do Campo.

Se esclarece também que o **Quadro 12** está organizado com os recortes documentais seguindo a ordem crescente dos anos de registros no Livro, e que foram identificados a saber: **DOC. 1; DOC. 2; DOC. 3 e, DOC. 4**. Destaque-se ainda que esses recortes feitos nestes documentos compreendem dados primários, fruto do tratamento das fontes primárias.

Cada um dos supracitados documentos apresenta características, que podem ser assinaladas como entraves junto ao Sistema Governamental. Esse por sua vez, deverá conceber a definição de metas, visando a melhorias da população do campo, no que se refere à conquista de uma Política Específica para a educação da População Campesina, em específico desse assentamento, localizado na cidade de Passira.

Também é importante esclarecer que no quadro são mencionadas as questões relacionadas ao processo educacional, no entanto, os textos também abordam outras questões fundantes a esses povos a saber: agricultura; pecuária; abastecimento de água; dentro outras.

Observa-se com base no **Quadro 12** (DOC. 1) que desde o ano de 2008, o MST tem galgado por melhorias para Educação do Campo em Passira. Naquele

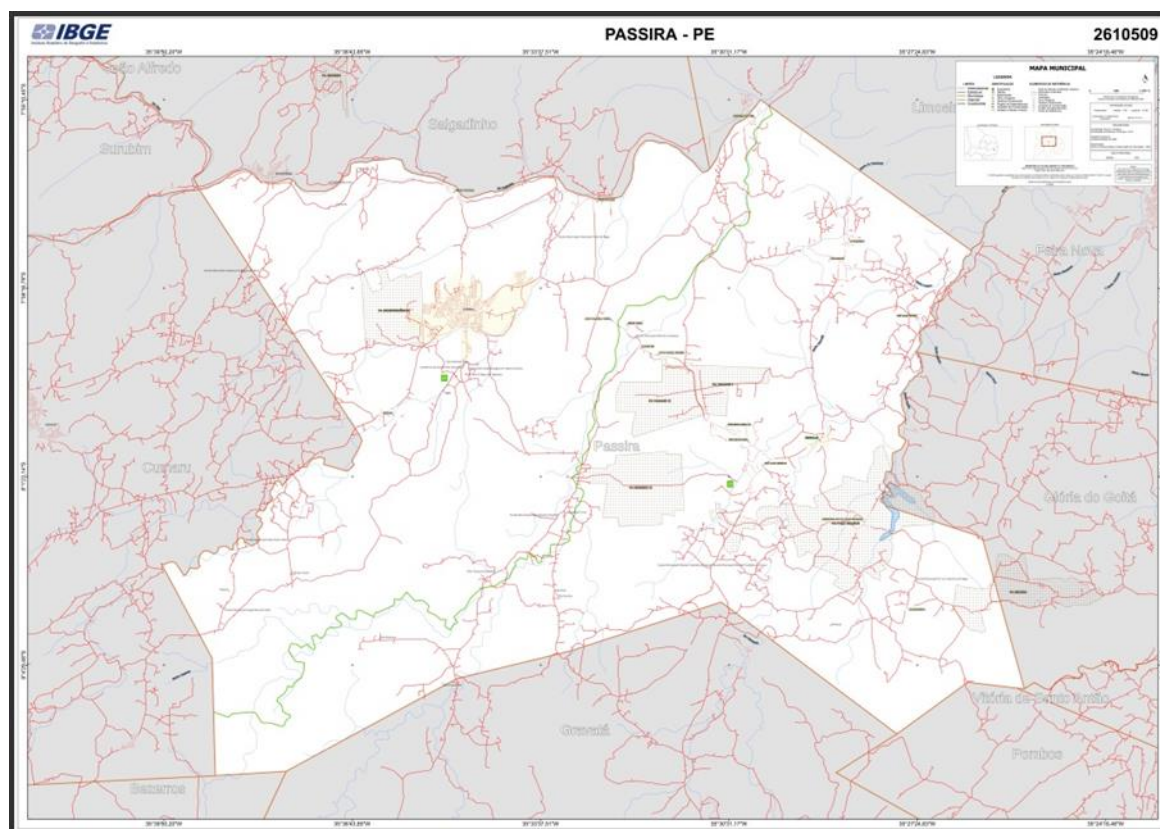
momento se colocou em pauta de discussão no dia nove (9) de abril daquele ano, a discussão em reunião coletiva a fazer colóquios referente “**a educação**” com objetivo para aquele momento de “trazer um **Projeto de Ensino Fundamental** para o Assentamento”. A partir disso, é possível inferir que até então, não havia atendimento no tange ao direito a Educação Básica na referida comunidade (Sitio Borba - comunidade campestre de Passira) previsto a toda nação brasileira, parafraseando a Constituição Federal, e posteriormente a própria LDB, e de fato, muito menos sob o ponto das DCN's para Educação do Campo (Brasil, 2002; 2013).

Todavia, é importante esclarecer que a força do MST é sem dúvida uma ação muito forte em defesa dos direitos dos povos do campo, isso obviamente é um fato, conquista do povo. Porém, talvez o fato de não haver uma escola na comunidade que sedia o assentamento “Patativa do Assaré” (Sitio Borba) é que está, se localiza em uma área próxima à área urbana, considerando que o espaço geográfico fica cerca de **2km⁸⁰ do centro da cidade**. Muito embora, não exista registro legal que justifique a distância limite para existência de uma escola em uma determinada comunidade, há que se considerar, portanto, a necessidade da comunidade, em comum acordo com o povo do contexto.

O quadro a seguir mostra a logística dos limites geográficos do Assentamento “Patativa do Assaré” em Passira, agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil.

⁸⁰ Localização geográfica do Assentamento PA Independência “Patativa do Assaré” disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_municipais/colecao_de_mapas_municipais/2022/PE/passira/A0_2610509_MM.pdf.

Quadro 13 - Localização geográfica do Assentamento “Patativa do Assaré” em Passira



Fonte: IBGE⁸¹. Localização geográfica do Assentamento PA Independência **“Patativa do Assaré”**

Reafirme-se que essa pesquisa está apenas comprometida com o aspecto descritivo mediante os dados coletados em pesquisa de campo, e desta feita sem fazer juízo de valor. E sim, compreender como se dá o Processo de manutenção de escolas vinculadas à Educação do Campo, ou ao fechamento delas, no município de Passira, em Pernambuco, no Agreste desse estado, no Nordeste do Brasil. É pertinente ressaltar que a pesquisa considerou importante ouvir as “vozes” de todos nesse processo educacional (SEMED, gestores, professores e evidentemente o MST). Visto que, historicamente foi e é, na luta, dos movimentos sociais, que se concretiza uma Política Pública para Educação do Campo no Brasil, como é o caso da vigente cuja historicidade diz respeito aos anos de 2008; 2013; e 2017.

Desta feita, foi preciso dar “voz” ao ponto de vista dos gestores e professores, assim como, ao referido Movimento Social, haja vista que, estes cidadãos representam a interface do papel da escola, considerando os pais de estudantes, bem como os demais integrantes da comunidade educacional. Tudo isso configura a

⁸¹Disponívelem:https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_municipais/colecao_de_mapas_municipais/2022/PE/passira/A0_2610509_MM.pdf.

pertinência do ponto de vista do MST sobre o contexto de educação formal.

Face exposto, o registro documental apresentado pelo MST em Passira, revela que os povos do campo neste município têm buscado melhorias, frente ao Marco Temporal a que os documentos estão subordinados a saber: **2008; 2012; 2015 e 2021**, visando tornar legítimo pautas de interesse à comunidade de trabalhadores rurais junto ao governo municipal. Cabe destacar o lugar ocupado para reivindicar direitos para as crianças em idade escolar; também, a totalidade delas e de jovens, haja vista a explicitude do Ensino Fundamental dentre os preceitos de solicitação. Ainda se percebeu a presença da busca por direitos de educação formal, com vistas à Educação de Jovens e Adultos, o que aponta para um olhar completo para processos de reparação ao direito de aprendizagem, consoante a sua previsão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96.

O ponto de vista secular, se comparando ao contexto nacional, apregoa que nem sempre “as vozes” dos que vivem na vulnerabilidade em variadas comunidades camponesas, de um país gigante como o Brasil, são reconhecidas pelas elites agrárias desses países. Uma vez que em grande medida elas têm estado preocupadas apenas, com a lucratividade do agronegócio, conforme registra em seus estudos (Guimarães, 2017).

No DOC. 2, o MST apresenta a pauta de discussão que mais contempla essa investigação científica visto que, nesse momento se aborda questões congruentes a luta contínua dos povos do campo no que se refere ao direito a educação. Em ato constitucional de movimento social se reúnem em Assembleia para discutir “a continuidade do **Programa Escola Ativa**⁸² nas escolas do campo do município de Passira”, “o **não nucleamento** de escolas”; e, “a possibilidade da **construção de uma escola** na comunidade”. É mister esclarecer que o Movimento dos Trabalhadores Rurais – MST é atuante em todo município, ponto muito bem esclarecido na fala do atual presidente em visita realizada pela pesquisadora no presente Assentamento “PATATIVA DO ASSARÉ” sede do MST no Município, localizado no Sítio Borba, comunidade campesina de Passira, interior do agreste Pernambucano, Brasil. No ensejo o presidente explicou que o Movimento organiza suas ações frente à

⁸² É importante esclarecer que o programa **Escola Ativa** busca melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo. Entre as principais estratégias estão: implantar nas escolas recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitar professores. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-ativa> acesso em 02/02/2024.

necessidade coletiva da população camponesa. Se percebe neste documento datado no dia 20 de dezembro de 2012 que, o MST tem sido persistente na luta pelo direito a Educação do Campo no município, haja a vista a configuração de registros documentais de lutas representado no espaço temporal desenhado no **Quadro 12**.

Outro documento presente neste Livro que merece ser analisado é o **DOC. 3** o qual traz à pauta de discussão a pertinência de “**aulas** para os adultos da comunidade” mediante a modalidade de ensino: “**Educação de Jovens e adultos – EJA**”⁸³ sendo pertinente ressaltar que essa modalidade também é reconhecida pelas DCN’s (Política Pública), que busca assistir os camponeses jovens e adultos em todo Brasil (BRASIL, 2002). Se trata de uma Modalidade de Ensino comprometida em assegurar o direito à educação a jovens e adultos brasileiros, que por fatores adversos no tange aos menos afortunados, vulneráveis a margem de uma sociedade por vezes excludente, que comumente impõe determinados públicos a terem que trabalhar em funções autônomas para garantir sua sobrevivência, assim como de seus familiares. E, portanto, não tendo o direito à educação na idade correspondente aos anos iniciais da Educação Básica. Refere-se a uma oportunidade digna de conquistar a formação educacional básica em turmas de ensino para jovens e adultos que são assistidos tanto em escolas da área urbana quanto em territórios camponeses, sob a proposta “Projovem Campo - Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Saberes da terra”⁸⁴ sendo um compromisso do Governo Federal em parceria com Estados e Municípios a garantir o ensino também a este público, cujo também corresponde à Educação Básica.

E, por fim o **Quadro 12** apresenta o recorte do **DOC. 4**, que revela outro momento de luta do MST em defesa da Educação do Campo no Município de Passira, ao passo que a está reivindicação cabe a ressalva do respaldo descrito na Resolução da CNE/CEB nº 2 (2008) supramencionada nessa investigação, que dispõe em seu Art. 5 - § 1º sobre o direito de transporte aos estudantes dos territórios camponeses

⁸³ "Art. 8º A EJA com ênfase na Educação e Aprendizagem § 7º dispõe sobre a avaliação e certificação dos estudantes da EJA" BRASIL, (2021, p.3-4) disponível em: https://www.gov.br/mec/ptbr/media/acesso_informacao/pdf/DiretrizesEJA.pdf acesso em 02/02/2024.

⁸⁴ A saber: **Projovem Campo** é um programa educacional destinado a jovens agricultores familiares com 18 a 29 anos que, por diversos motivos, foram excluídos da escolarização, a fim de reintegrá-los ao processo educacional, elevar sua escolaridade e promover sua formação social e qualificação profissional (BRASIL, 2018). Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas_suplementares/eja/ps-projovem-campo acesso em 02/02/2024.

em todo Brasil a terem seu deslocamento garantido e com segurança e de preferência em percursos “intracampo”. Ou seja, entre comunidades campestinas, garantindo ao máximo o direito, que atende um dos princípios da Educação do Campo: **a garantia de permanência opcional e de direito no contexto campestino.**

Cabe ressaltar também que, essa resolução também deixa evidente o direito de nucleação de escolas por parte dos governos municipais, no entanto, desde que haja comum acordo com a comunidade, considerando que esse feito somente poderá ser efetivado em último recurso.

Diante disso o MST destaca no **DOC. 4** uma solicitação bem recente junto ao Governo Municipal que dispõe sobre “**a disponibilidade de transporte para o deslocamento das crianças, para que possam estudar na cidade, considerando que ainda não há escola no assentamento**”. Um ponto muito importante que precisa ser analisado no que tange à garantia de direitos sob a ordem de Política Pública Nacional. Pois, evidentemente **o espaço temporal apresentado nas atas**, somado a lógica de reivindicações da população camponesa de Passira, registrada em textos comprobatórios, que ainda há dicotomias no que se refere ao Programa de Educação do Campo ofertado no município.

Esse panorama concatenado ao Objetivo e Questão Norteadora N°3 revela carência no sistema de ensino evidenciado nas reivindicações do Movimento Social – MST. É mister esclarecer também que, de acordo com relato do presidente do Movimento em Passira, como ainda não foi atendida **a solicitação de construção de uma escola, na comunidade**, o que se ofertou a comunidade pelo Governo Municipal, foi o deslocamento (apenas no período matutino) para escolas da sede municipal, contrapondo o que rege a Resolução da CNE/CEB N°2 de 2008.

Logo, para os estudantes que precisam estudar no **período vespertino** ou, **noturno, não há disponibilidade de transporte por parte da gestão municipal**, ou seja, para quem não possuem meios de locomoção própria, não pode frequentar a escola nesses respectivos expedientes. Se configura nesse panorama educacional, falha na concretude do Programa de Ensino que inflige a Política Pública Nacional, se pode inferir com base nisso, negação do direito à educação aos povos do campo, correspondente à obstrução do acesso às instituições oficiais de ensino, conforme assinala o texto da Carta Magna federal do Brasil, **no Artigo 205** de outubro de 1988.

É pertinente ressaltar que o intuito da investigação não se configura na perspectiva de fazer juízo de valor sobre o trabalho da gerência municipal, mais sim,

refletir, pensar melhorias para Educação do Campo, em Passira, assim como no Brasil. Para que seja garantido aos povos do campo, haja vista o seu legado de contribuições históricas à economia do Brasil. O trabalho campesino contribui muito para subsidiar recursos com altos níveis de lucro.

Também, o trabalho do homem e da mulher do campo tem contribuído com a alimentação do povo brasileiro e aquecido o agronegócio em escala nacional e internacional. O amor à terra e às suas raízes culturais faz parte desse legado do povo campesino. Portanto, ofertar-lhes minimamente o que está posto sob a ótica da Política Pública Nacional de fato, é uma singela maneira de ressarcimento àqueles que historicamente têm sido vítimas de muita negação, em uma sociedade, que tem configurado de modo reiterado estereótipos: preconceituosos e exclusões (Caldart, 2002; 2010; Arroyo, 2015).

4.4 Dados abrangentes

Em se tratando do processo empregado para organização e análise dos dados, já é possível perceber que, no que se refere às contribuições apontadas pelos respondentes sob a proposta de pesquisa referente ao Objetivo e Questão Norteadora nº1 comprometidos em identificar como acontece as tratativas do governo municipal em detrimento do fechamento das escolas campesinas, considerando a realidade de formação de turmas multisseriadas, foi possível verificar que a realidade do município de Passira, em Pernambuco, não difere da realidade apontada no contexto nacional, considerando os estudos realizados pela pesquisadora que fomentam a construção do Marco Teórico dessa pesquisa.

A pesquisa apresenta um preocupante índice de escolas fechadas no município ao longo dos anos, uma proporção mensurável que implica nas grandes perdas culturais das variadas comunidades campesinas de Passira. Se revela também que, o problema do fechamento de escolas do campo é comumente justificado por se evitar a formação de turmas multisseriadas. Implicando afirmar que, é preciso refletir sobre a aplicabilidade das Políticas Públicas municipais para Educação do Campo em Passira, ao passo que se poder afirmar mediante o respaldo das Diretrizes Curriculares Nacionais a oferta de ensino qualificado, de direito aos povos do campo em seu contexto por opção. Se pontua também, o regimento da Constituição Federal a qual garante a autonomia entre os governos, mas que, também aponta a parceria

entre as instâncias governamentais à concretude da Educação Básica Nacional.

É possível verificar que, entre os respondentes, apenas uma pequena porcentagem representada por **44%** dos pesquisados souberam informar o quantitativo de escolas que teriam sido fechadas na última década, isso pode ser explicado pelo fato de esta informação não ser muito divulgada entre os docentes, fato que precisa ser revisto, repensado, até que ponto o governo tem garantido o direito das escolas em funcionamento, haja vista os princípios básicos que regem a Educação do Campo no Município de Passira, em Pernambuco, assim como, no Brasil.

Cabe ressaltar que o problema da Educação do Campo em Passira, assim como a nível de Brasil não está somente na formação das turmas multisseriadas, mas sim, em como se dá a oferta de ensino nessas turmas, então, subentende-se que fechar escolas com essa justificativa transcreve nitidamente as falhas de uma administração pública equivocada quanto ao cumprimento dos compromissos nacionais com a Educação Básica. Vale refletir sobre o que está sendo posto para esses povos estar mesmo congruente com a Política Nacional? É mister esclarecer também que, esse ponto de vista não é no sentido de imposição a se fazer algo impossível ou surreal, mas sim, fazer o melhor pela Educação do Campo no campo, haja vista que, a exemplo de sucesso na educação no próprio município lócus dessa pesquisa (Passira) dispõe de relevante resultados nas avaliações externas⁸⁵ em algumas turmas multisseriadas de escolas campesinas, informação repassada pela SEMED, (2023).

Vale salientar que o trabalho docente em turmas no formato é muito mais árduo, ponto de vista já definido nessa pesquisa, no entanto, essa é uma realidade comum em escolas campesinas. Nesta perspectiva o Poder Público pode desempenhar um papel fundamental e necessário na promoção e valorização do ensino já que a formação turmas multisseriadas, é uma realidade comum nas escolas do campo, considerando dos saberes do campo, mediante as seguintes ações:

⁸⁵ **Avaliações externas**, são aquelas elaboradas e propostas pelos órgãos externos estaduais (Governo de Pernambuco) ou federais (Ministério da Educação – MEC). São exemplos dessas avaliações, respectivamente:

SAEPE - Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco. Disponível em: <https://institucional.caeddigital.net/projetos/saepe-pe.html>

SAEBE - Sistema de Avaliação da Educação Básica. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>

Evitar a formação das turmas multisseriadas é o que se espera por ideal, mas quando for inevitável que ao menos se respeite os níveis de ciclo de aprendizagem a saber: 1º; 2º e 3º e/ou 4º e 5º ano, dos Anos Iniciais, assim aproxima mais os conteúdos e realidade contextual do estudante que, quando exposto a uma divergência muito extensa em ano/série apresenta desmotivação em seu processo de ensino; Formação de professores, e apoio pedagógico especializado visto que, a exemplo disso no **gráfico 13** (discutido com base no Objetivo e Questão Norteadora Nº2) se percebe que Passira ainda demonstra carência no que tange a esse aspecto primordial para o sucesso do processo educativo, independente do contexto de regência; elaboração de materiais didáticos contextualizados (aspecto também discutido com base no Objetivo e Questão Norteadora Nº3 dessa pesquisa); investimento em infraestrutura escolar, esclarecendo que esse ponto também é uma fragilidade apontada pelos pesquisados discutida no **gráfico 16** desse questionário; parceria com a comunidade local.

Haja vista que essa é a proposta identitária da Educação do Campo, na qual seja o homem do campo, o protagonista de seu processo educacional curricular, somando saberes e construindo a aprendizagem conexa com o meio (lócus) escolar; políticas de incentivo à permanência dos professores no campo e, programas de intercâmbio de experiências, pois, são ações primordiais para a construção de um trabalho firmado em parcerias e troca de experiências que possibilitam tanto o crescimento profissional docente, quanto a amplitude nos rendimentos da aprendizagem dos estudantes.

É preciso pensar na educação de valores para todos, sem “segregação” entre os povos, como aponta Arroyo (2015). Pensar uma educação qualificada, que ultrapasse os muros da escola, que possibilite ao aprendiz **um crescimento pessoal, profissional** e, sobretudo social. A Educação do Campo necessita ser pensada e executada para garantia de direitos aos povos do campo evidenciando a beleza cultural dos minifúndios, que por décadas viveram sob o julgo das elites, especialmente, as agrárias, preocupadas apenas com a lucratividade em grande escala. E com isso, impulsionando a população do campo a sair de suas comunidades em busca de outras opções para sobreviverem, fazendo referência a exemplo, da produção industrial no Brasil.

A partir dessa premissa, parafraseando Freire, a Educação do Campo, é compreendida como pertinente à "**educação emancipadora e libertadora**"(1974, p.

22). Ela se manifesta na reciprocidade de saberes, na interação com movimentos sociais e culturais, nas relações com identidades singulares e no resgate de memórias, o que promove o estreitamento das relações subjetivas e seu fortalecimento. Freire acreditava que a desigualdade entre as classes sociais resultava na opressão das mais abastadas sobre as populares. Portanto, a defesa da prática favorável à promoção da liberdade é capaz de promover a autonomia dos estudantes, resultando da criticidade em relação à compreensão do mundo, em conformidade com o apregoado por Moura (2021).

Diante disso, o Objetivo e Questão Norteadora Nº2 comprometida em analisar as características do Programa de Educação do Campo da cidade de Passira, põe em evidência a conexão pertinente desse questionário com o compromisso maior dessa investigação, comprometida em tentar compreender os impactos do fechamento de escolas no município de Passira, em Pernambuco, Estado do Nordeste brasileiro. Em razão de que, os pontos discutidos nos polos de pesquisa por amostragem dialogam com a Política Nacional, evidenciando que Passira é um município ainda em construção na concretude da Educação do Campo. Se verifica que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, é majoritário no que se refere a política assistencialista para esta modalidade de ensino no município, implicando na reflexão de existência e aplicabilidade dos recursos públicos seguindo a lógica das ações necessárias e já supracitas nessa pesquisa.

Pois, essa é uma realidade para dar assistência, que precisa ser analisada, haja vista que se há recursos, embora insuficientes, mas existem, e se existem é necessário que haja clareza em sua aplicabilidade tendo em vista que o fechamento de escolas culmina no nucleamento de outras instituições e, como dito por Luther (2018) é pertinente mensurar todos os pontos de vista correlacionados a essa ação, pois evidentemente ocorre uma temporalidade imposta no processo de deslocamento e, sem contar nos perigos aos quais esses estudantes são submetidos.

Tudo isso converge nas tomadas de decisões por parte da gestão pública para que seja posto em prática a Política de direitos à Educação Básica. Ações coerentes, assertivas que viabilizem melhorias na educação, ressaltando a exemplo o lócus dessa pesquisa (Passira).

Quando se elege o êxodo rural como a grande causa do fechamento de escolas, nos gera uma outra indagação ainda maior: quais as causas do êxodo rural? Enquanto município (Governo), o que Passira tem feito para assegurar a seus

munícipes (camponeses) a permanência em seus territórios? Para esses questionamentos cabe destacar com base nos dados de pesquisa para construção do Marco Metodológico dessa pesquisa no qual apresenta as características do lócus desse estudo, apontando que Passira é carinhosamente conhecida como “Município Camponês” haja vista que grande parte de seu território geográfico é representado pelas comunidades campesinas já citadas nessa pesquisa. E que, parte de sua população ainda vive no campo. Fato que precisa ser pensado sob o ponto de vista da Política Nacional, investir mais, atender mais, impulsionar mais as produções locais haja vista que, o campo de Passira também representa a economia do município com a produção agrícola e artesanal (Bordado Manual).

Diante disso, se há parceria entre escola e comunidade, certamente há condições dos menos afortunados sobreviver, e sobretudo viver dignamente no campo, pois ao passo que aprende o conhecimento curricular de maneira contextualizada intrínseca em sua realidade cultural, gera a criticidade que “Liberta” o povo do julgo daqueles que por décadas, pensam minimamente no bem estar dos que vivem em situação de carência e negação de direitos. A Política para Educação do Campo acontece quando garante ao homem do campo o direito a educação e de viver bem no seu espaço e, tendo a saída de sua comunidade, opcional. E, nessa perceptiva fica evidente que, como posto pelos entrevistados no **gráfico 13**, a importância da formação docente como parte essencial para oferta de um ensino qualificado a este público.

Ao seguir a lógica desse questionário sob a proposta do Objetivo e Questão Norteadora Nº3 foi possível perceber reafirmando o compromisso dessa pesquisa no tange ao impacto do fechamento de escolas campesinas da Educação Básica em Passira, sob a luz desse instrumento de pesquisa referente aos **gráficos 15 e 16** respectivamente, assim como, as contribuições adquiridas em pesquisa de campo junto ao Movimento Social dos Trabalhadores Rurais de Passira (MST) no qual tem por atuação sede, o ASSENTAMENTO P.A. INDEPENDÊNCIA “PATATIVA DO ASSARÉ” localizado no Sítio Borba, zona rural, Passira, agreste do Estado de Pernambuco, Brasil. Foi possível constatar que ainda há dicotomia no que se refere a aplicabilidade do Programa de Educação do Campo Municipal, haja vista que, os dados obtidos comprovam a insatisfação dos assistidos por essa Política Pública Nacional legítima e de direitos reconhecidos constitucionalmente aos povos do campo. Sendo pertinente repensar sua aplicabilidade considerando o ponto de vista

das DCN's para concretude do Programa de Educação do Campo, em Passira.

É pertinente ressaltar que mediante negação de direitos, e descaso contra as classes menos afortunadas, de muitas lutas do homem do campo para conquistar seu espaço por uma educação de direito no seu contexto local (Mazur, 2016) por diversos momentos na história do Brasil, esse público quase não teve acesso a uma educação digna e quando se tinha não era adequada a realidade campestre. Muitas vezes entendida até como “Atrasada” oferecida de “qualquer jeito”.

Se percebe também, relevante desdém ofertado as comunidades do campo no que se refere ao fechamento/desativamento das escolas, a saber: reconhecimento identitário; suas raízes e saberes populares; cuidados com a terra na perspectiva do desenvolvimento sustentável; dentre outros fatores, assim como os estudantes, ainda terem que lidar com nova adaptação em outras comunidades para quais forem deslocados, ao passo que se percebeu com base nos dados coletados em entrevista/diálogos com este público-alvo, o desconforto diante da situação imposta.

A pesquisa revela que muitas escolas foram desativadas, e outras extintas ao longo dos anos no município, dispondo então de situações particulares tais como: escolas desativadas, que de acordo com a gestão municipal podem ser reativadas para fins educativos ou outros se houver necessidades futuras. E, escolas extintas com, e, sem portaria de extinção no Diário Oficial. Reafirmando com base nessa abordagem, que atualmente, o Município conta com apenas 18 escolas localizadas em áreas campestres em funcionamento, e que destas, (6), seis foram nucleadas “receptoras” dos estudantes oriundos de outras (10), dez escolas as quais foram desativadas nos últimos 10 anos, como confirma o **Quadro 8** dessa pesquisa.

Se revela, portanto, sob as contribuições dos participantes, de acordo com as questões abordadas nesse estudo. Interligando o problema central desta pesquisa que discute as possíveis causas do fechamento de muitas escolas no município de Passira, a culminar na percepção de que está, não é uma realidade que difere do contexto Nacional. Sendo importante refletir essas questões compreendida e pensada sobre a lógica de ensino “Libertador” partindo da visão de Paulo Freire, no qual homens e mulheres do campo possam desfrutar de seus direitos de vivência e permanência mediante a oferta da política pública para Educação do Campo. Nesta mesma premissa, Arroyo (2015) e Caldart (2010) enfatizam que a educação de direito aos povos do campo é entendida como um ressarcimento a estes povos que por mediação da força dos movimentos sociais travaram e travam lutas contínuas para

manterem sua cultura viva, contrapondo os interesses das elites, que na maioria das vezes apenas visam a lucratividade sob a ótica capitalista, e, portanto, ignorando os direitos dos minis fundiários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa etapa, se reservou para se dar a confirmação total, parcial, assim como de negação, total ou parcial, em relação aos compromissos da pesquisa, considerando que também é ciência negar o propósito que havia sido estabelecido como razão para os esforços de uma pesquisa científica. Sendo assim, essa seção estará ordenada de acordo com os compromissos da pesquisa a saber:

Objetivo Geral: Identificar o impacto do fechamento de escolas campesinas da Educação Básica, do município de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente ao compromisso nacional para essa Política Pública nacional.

E, **Questão Central:** Qual o impacto do fechamento de escolas campesinas da Educação Básica, do município de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, no que se refere ao compromisso nacional para essa Política Pública nacional.?

Com base nos dados de pesquisa foi possível constatar que o Município de Passira, localizado do Agreste do Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil, assim como se evidencia em outras realidades deste vasto país (Brasil), apresenta um crescente índice de escolas fechadas ou desativadas ao longo dos anos, e consequentemente o processo de nucleação de escolas. Ação efetivada e, também, justificada pela gestão municipal, pelo baixo índice de estudantes presentes nas comunidades campesinas de Passira. O município destaca o êxodo rural como problemática, implicando na redução de discentes matriculados nas escolas.

Se configura então, congruência aos escritos que fomentam essa pesquisa como apontado por Guimarães (2017) cada vez mais é preocupante tal fato, visto que, a prática de fechamento de escolas apresenta um processo antagônico no que refere a Política Pública Nacional. Sobre **os impactos do fechamento de escolas** assim como a nível Nacional, o índice de escolas fechadas é preocupante. Hoje, Passira conta com apenas 18 escolas que atendem a logística de Educação do Campo, e, destas apenas duas (2) contam com direção própria, ou seja, as demais são regidas por uma direção geral disponível na sede da Secretaria Municipal de Passira – SEMED.

Observou-se também que Passira possui **uma grande listagem de escolas extintas e outras desativadas**. Um dado preocupante é constatado. Pois, ao passo que uma escola é fechada, tomando como princípio fundante os direitos inerentes dos povos do campo, em Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, está vinculada à ótica da Política Pública Nacional. Especialmente, no que se refere à

garantia de direitos: educação identitária, respeito aos saberes populares, respaldo da soberania constitucional do Brasil. No entanto, o que se tem concretizado, no lócus pesquisado, são perdas irreparáveis. E muitas delas por décadas, acarretadas nas interfaces das tomadas em decisões governamentais.

É pertinente registrar quanto à relevância de ser considerado o impacto das constações a que se chega nessa etapa de desfecho da investigação que vantagens institucionais vêm se sobrepondo à opinião de quem mais importa nesse contexto: o povo. Esse que sob o ponto de vista secular, enredado, e naturalizando ser submisso ao julgo governamental.

Em que se pese esse ponto de vista, foi possível constatar, com base nos estudos realizados, que os campos brasileiros ainda carecem de serem vistos como fontes de riquezas primordiais a manutenção da vida, haja vista que, sob as mãos de quem trabalha por amor à “terra”, estão a produção de um universo de alimentos, que mantém este vasto país: o Brasil.

Em virtude dessa compreensão, em face da investigação, entender que a cidade de Passira – lócus geográfico - não difere desse compromisso, tendo em vista que foi possível evidenciar a produção de milho e hortaliças o que na região, é notável sua produção local. Além disso, há a produção artística manifesta pela confecção do Bordado Manual, reconhecida internacionalmente.

Há que ser colocado em destaque: a pesquisa realizada não se destina apontar falhas por parte da gestão municipal. Mais sim, pensar caminhos que possam viabilizar melhorias às populações do campo, na cidade de Passira (lócus investigativo). Com efeito as evidências a que se chegou, permitem inspirar outras pesquisas, visando fortalecer a Educação do Campo, no Brasil. E porque não, essas experiências indicarem percursos de estudo a outras nações.

No que tange à Política Pública Nacional, supracitada não se pode negar os fatos, fechar escolas, reflete a negação de direitos. Muito embora, a própria Lei reconheça que há situações adversas, advindas de razões justificáveis. No entanto, se percebe também que há certas ações, que violentam os povos camponeses, respaldadas - em interesses lucrativos - por parte do governo local. Esse fenômeno promove a exclusão da população em seu contexto local. Ainda mais grave é constatar o quanto o panorama de fechamento de escolas do campo expõe os estudantes aos perigos, ocasionados no deslocamento para outras realidades, contrapondo a Política de Educação para os Povos do Campo, no Campo.

Com base nas ponderações elaboradas anteriormente, como contexto aos resultados, a seguir se tem as considerações finais, organizadas em face de cada um dos compromissos de pesquisa, a saber: Objetivo Específico e Questão Norteadora Nº1 que se comprometeram em:

Objetivo Específico 1: IDENTIFICAR como acontece as tratativas do governo municipal em detrimento do fechamento das escolas campesinas, considerando a realidade de formação de turmas multisseriadas.

E, **Questão Norteadora 1:** Como acontece as tratativas do governo municipal em detrimento do fechamento das escolas campesinas, considerando a realidade de formação de turmas multisseriadas?

Em relação ao primeiro objetivo específico e a questão norteadora é possível afirmar que o poder executivo municipal – governo municipal -, não apresenta uma linha de atuação que torne claro, o fato do fechamento de escolas campesinas, estar atrelado alterações substanciais no que se refere ao propósito do Estado brasileiro em garantir o acesso à escola gratuita e de qualidade. Isso porque o fechamento de escolas como fato social concreto está vinculado, no município de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, a ser formalizado em alguns casos; ao passo que em outros, se dá o fechamento e não há a formalização da razão ou mesmo das implicações.

Além disso, ocorrem as implicações de ordem curricular e pedagógica, que se refere à existência de adequações em conformidade com a predominância absoluta das respostas atribuídas pelos sujeitos de pesquisa, às questões correspondentes a esse fato, notabiliza elementos claros de prejuízos à prática docente; ao acesso aos conhecimentos a que a escola deveria garantir apropriação. Logo, o fechamento e a decorrente oferta de “aulas” multisseriadas, envolve restrição de direitos. Apesar disso, não há clareza do órgão municipal responsável para dirimir tratativas consistentes.

Nesta mesma premissa, quanto ao **Objetivo Específico 2:** comprometido em ANALISAR o Programa de Educação do Campo da cidade de Passira, Agreste, de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente ao fechamento de escolas do campo, sob o ponto de vista do Estado brasileiro voltada à Política nacional de Educação do Campo.

E, **Questão Norteadora 2:** Quais as características do Programa de Educação do Campo da cidade de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente ao fechamento de escolas do campo, sob o ponto de vista do Estado brasileiro,

voltada à Política Nacional de Educação do Campo?

Se percebeu que, o Programa de Educação do Campo que resulta do fechamento de escolas do campo, passa a ocorrer a partir do “nucleamento” de escolas. Outro fato comum ao Programa é que esse “nucleamento”, bem como adoção de turmas multisseriadas, acaba por ser caracterizado por desafios que comprometem a obrigatoriedade da instituição escolar, que atua no Ensino Fundamental, sobretudo, com crianças a atender um número cada vez menor de crianças, jovens e adolescentes.

Também, foi constatado que o êxodo rural é apontado como causa para o fechamento das escolas do campo, e que, claro repercute para novos fechamentos. Ainda se constatou que as escolas fechadas se tornam Postos de Saúde da família. E, um número ainda maior sequer passa a ser reutilizado. Em verdade se tornam prédios abandonados. E, agregue-se ao panorama do Programa de Educação do Campo na cidade lócus Passira, que os sujeitos de pesquisa atuam em escolas camponesas se tem a redução então, da oferta de acesso à escola. Mas, por sua vez, esse acesso se dá por uma permanência na escola, marcado pelo abandono de alunos, decorrentes de vários fatores que inclusive os sujeitos não sabem explicar. Mesmo eles sendo parte direta do Programa: são professores e gestores de escolas camponesas.

Por fim, quanto ao **Objetivo Específico 3: CATEGORIZAR** o panorama do Programa de Educação do Campo na cidade de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente a registros documentais do Movimento Sem-Terra: MST, em relação à realidade dessa política pública em Educação do Campo, nesse município.

E, **Questão Norteadora 3:** Qual o panorama do Programa de Educação do Campo na cidade de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente a registros documentais do Movimento Sem-Terra: MST, em relação à realidade dessa política pública em Educação do Campo, nesse município?

Ao tecer os resultados para essa investigação com relação ao compromisso assumido pelo Objetivo e Questão Norteadora Nº 3 é possível constatar que foi possível constatar a respeito do Programa de Educação do Campo que compreendeu uma relação entre a compreensão de professores e gestores dessas escolas que não se tem clareza quanto à utilização dos recursos federais destinados à manutenção dessa política pública. Há também, informação de que há os recursos, mas, não se

tem clareza quanto à sua utilização. Muito embora, grande parte dos sujeitos de pesquisa aponte para o fato de ser insuficiente tais recursos para a manutenção de escolas do campo, e, em função disso, se dê o fechamento.

É digno de nota que neste caso, os documentos – fontes primárias – fruto da atuação do MST radicada na cidade de Passira, registra o fato do fechamento de escolas em espaço de (10), dez, anos, no documento ATA dessa instituição civil organizada e, que apesar da ação engajada em defesa das escolas do campo, o que envolve pleitear não apenas, pela permanência do Programa de Educação do Campo. Mas sério foi constatar que os documentos evidenciam que o MST manifesta ação em defesa do Programa, mas sem obter êxito. Em razão desse paralelo entre os sujeitos de pesquisa e a análise documental se pôde constatar uma atuação do órgão executivo municipal incoerente com o propósito dessa política pública nacional. Também, que o panorama vivido por professores, gestores e o MST corresponde à incoerência frente ao respeito ao preceito de democracia e sua manifestação com o ponto de vista sobre a Educação Nacional. O que não exclui o Programa de Educação do Campo de ser signatário do mesmo direito de ser atrelada à universalização e a atuação de políticas públicas para fortalecer o direito de acesso à educação. Fato amplamente presente no corpus documental ATA.

Então, se tem uma equivalência entre a compreensão das dicotomias frente à manifestação do Programa de Educação do Campo, categorizadas em documentos e pelos sujeitos de pesquisa.

É mister esclarecer que o referido Movimento, revela que o Poder Executivo em Passira, ainda carece melhorar a aplicabilidade das ações municipais frente a garantia de direitos mediante a Política Pública Nacional. Já que o referido Movimento Social, apresenta em registros documentais, sua trajetória de lutas frente a necessidade de Educação Formal para o povo camponês, em Passira, assemelhando-se assim aos direitos que sobre o ponto de vista secular lhes foram negados, em registros históricos, no Brasil. Destaque para suas principais reivindicações a **ausência de escola comprometida com a Educação Básica no Assentamento**, fato que pode ser justificado pelo Poder Executivo Municipal pela localização geográfica do Assentamento, está a cerca de 2km da sede do município. Muito embora, não exista nenhum respaldo na legislação brasileira que justifique a ausência de uma escola em uma determinada comunidade correlacionada a sua localização territorial. Há de se considerar, portanto, a necessidade à Educação

Formal, soberana do povo, conceito apregoado pela Constituição Federal e, reafirmado pela LDB.

E, considerando a ausência da escola, outro fato dicotômico que se destaca nessa análise documental é a **configuração da oferta de transporte escolar** a comunidade supracita. Pois, sua conjuntura, difere da proposta da Política de Educação do Campo a saber: oferta de **transporte apenas no turno matutino; deslocamento para escolas, na sede do município**. Quando o mais sensato seria ter transportes em todos os expedientes escolares, haja vista que, o presidente do Assentamento deixa evidente essa necessidade em relatório apresentado no **anexo 4** dessa pesquisa. E, claro que esse deslocamento de estudantes fosse feito de campo para campo, como revela a Resolução Nº2 de 2008 que trata sobre as questões correlacionadas ao fechamento de escolas no Brasil.

Representado no descaso contra as classes menos afortunadas, vítimas de estereótipos, emergente de uma sociedade preconceituosa e, de elites do agronegócio comprometidas apenas com a lucratividade em grande escala, fazendo alusão ao processo da Revolução Industrial na década de 70 no Brasil. E, desta feita, forçando os povos do campo a saírem de suas comunidades e buscarem meios de sobrevivência em outros contextos.

Desta feita é pertinente como sugestões viáveis para o Programa de Educação do Campo ofertada aos povos do campo em Passira: aprofundamento, nas discussões e na pesquisa científica em razão do problema, onde se percebeu a necessidade de maiores investigações no campo de pesquisa, que transcendem os compromissos concatenados com a natureza dessa pesquisa, **“abordagem descritiva”**; linha de atuação decorrentes do Programa de Educação do campo em Passira, que torne claro, o fato do fechamento de escolas campesinas e as implicações de ordem curricular e pedagógica, que se refere à existência de formação de turmas multisseriadas; melhorias em investimentos que viabilizem recursos, ao Programa de Educação do Campo em Passira, como garantia ao acesso e permanência na escola a se evitar o Êxodo rural apontado também nessa pesquisa como o “carro chefe” para o fechamento de escolas; clareza no repasse dos recursos identificados pelos participantes e o MST, em equivalência entre a compreensão das dicotomias frente à manifestação do Programa de Educação do Campo, categorizadas em documentos, insuficientes para a manutenção de escolas.

E, dessa maneira eliminar sempre que possível o ato de “fechamento” de

escolas, visto que, se evidenciou através deste estudo a insatisfação das comunidades quanto a esta problemática.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. A. A.; NONATO, E. M. N. A política pública do procampo: a experiência de um grupo de mulheres na formação na licenciatura em educação do campo ReDiPE: **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação**, Marabá-PA, v. 2, n. 2, p. 324-338, jul. dez. 2020.
- AMORIM, L. R.; MACEDO, F. X. de. Educação do campo aliada ao desenvolvimento sustentável local. In: Congresso Nacional de Educação (CONEDU), 7, 2020. Maceió. **Anais...** Alagoas: Realize Eventos Científicos e Editora Ltda, 2020. p. 1-12.
- ARAÚJO, V. da S.; LOBO, J. G.; ANDRADE, C. C. de; FORMIGA, C. N. D.; MAMEDES, R. F. Educação do campo: políticas públicas e desafios enfrentados pelos professores em salas multisseriadas. In: Congresso Nacional de Educação (CONEDU), 7, 2020. Maceió. **Anais...** Alagoas: Realize Eventos Científicos e Editora Ltda, 2020. p. 1-12.
- ARROYO, M. G. O direito à educação e a nova segregação social e racial – tempos insatisfatórios? **Educação em Revista Belo Horizonte**, v. 31, n. 3, p. 15- 47 jul./set. 2015.
- ARROYO, M. G. Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos. DOI: 10.1590/0104-4060.39832 **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 47-68, jan./mar. 2015. Editora UFPR
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (**ABNT NBR 14724**). Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro - RJ: PETROBRAS, v. s.v., 2011. 11 p. ISBN 978-85-07-02680-8.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. Título original: L'analyse de contenu. ISBN 978-85-62938-04-7.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. Título original: L'analyse de contenu. ISBN 978-85-62938-04-7
- BEZERRA, N. L. **Educação rural no brasil do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo**. ISBN: 85-92592-09-7 1.
- BLOOM, B. S.; Krathwohl, D. R. **Taxonomy of Educational Objectives: The classification of educational goals by a committee of college and university examiners**. New York, Addison-Wesley. 1956.
- BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Dispõe sobre os direitos do cidadão. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 Ago. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006.** Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211-212 da Constituição Federal de 1988. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm#art1>. Acesso em: 19 ago. 2023.

BRASIL. **Currículo de Pernambuco.** Recife, 2018. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/porta1/upload/galeria/17691/CURRICULO%20DE%20PERNAMBUCO%20-%20ENSINO%20FUNDAMENTAL.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.** Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's)** Brasília - DF 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.** Informações gerais sobre população e espaço territorial do Brasil. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.** Histórico das cidades e estados brasileiros. Brasília, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/historico/>. Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.** Distribuição populacional do município de Passira/PE. Brasília, 2010. Disponível em <http://www.bde.pe.gov.br/ArquivosPerfilMunicipal/PASSIRA.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.** Porcentagem da população urbana e rural por região do Brasil. Brasília, 2015. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>>. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.** Formação territorial do município de Passira/PE. Brasília, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Passira>>. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.** Panorama populacional de Passira/PE. Brasília 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/passira/panorama>>. Acesso em: 9 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <L9394 (planalto.gov.br)>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12960.htm>. Acesso em: 26 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Documento normativo. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_s ite.pdf>. Acesso em: 7 set. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013.** Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13218-portaria-86-de-1-de-fevereiro-de-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 28 ago. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 28 de abril de 2008.** (*) Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: <ministério da educação (mec.gov.br)>. Acesso em: 22 out. 2023.

BRASIL. **Resolução/cd/fnde nº 06 de 17 de março de 2009.** Estabelece as orientações e diretrizes para a operacionalização da assistência financeira suplementar aos projetos educacionais que promovam o acesso e a permanência na universidade de estudantes de baixa renda e grupos socialmente discriminados Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/res06_17032009.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Dispõe sobre o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf#:~:text=A%20presente%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20incorpora%2C%20sob%20a%20%C3%B3tica%20do,da%20pesquisa%2C%20%C3%A0%20comunidade%20cient%C3%ADfica%20e%20ao%20Estado>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. **Resolução nº. 01/2021 de 25 de maio de 2021.** (*) Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. (2021, p.3-4) disponível em:

https://www.gov.br/mec/ptbr/media/acesso_informacao/pdf/DiretrizesEJA.pdf. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde (CNS). **Ministério da Saúde**. Disponível em: <Conselho Nacional de Saúde - Instância CHS (saude.gov.br)>. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. **Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social de Pernambuco**, disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/pagina/curso-04--participao-por-regio--agreste>. Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação -MEC**. Dispõe sobre o conceito de escolas de pequeno e grande porte. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/PNE/co_tipol.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). Educação do Campo: identidade e políticas públicas. **Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, Coleção Por Uma Educação do Campo**, Brasília, DF., n. 4, p. 25-36, 2002.

CALDART, R. S. Caminhos para a transformação da escola: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. Expressão Popular, São Paulo,. v. 1, p. 241, 2010. ISBN 9788577431649.

CALDART, R. S. *et al.* (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Editora: Expressão Popular, 2012. p. 359-365.

CASTILHO, A. P.; BORGES, N. R. M.; PEREIRA, V. T. (Org.). **Manual de metodologia científica do ILES**. 3. ed. 153 f. Itumbiara: Iles/Ulbra, 2017.

CASTRO, É. S. de Educação do campo: a garantia do direito humano à educação. In: Congresso Nacional de Educação (CONEDU), 7, 2020. Maceió. **Anais...** Alagoas: Realize Eventos Científicos e Editora Ltda, 2020. p. 1-12.

DANIELI, J. P. A luta dos movimentos sociais “por uma educação do campo”. In: Congresso Nacional de Educação (CONEDU), 4, 2017. João Pessoa. **Anais...** Paraíba: Realize Eventos Científicos e Editora Ltda, 2017. p. 1-12.

FERREIRA JUNIOR, Amarilio; BITTAR, Marisa. A concepção materialista da história: divergências entre Thompson e Althusser *Germinal*. **Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 222-235, abr. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v11i1.27808>. ISSN: 2175-5604.

FONEC - Fórum Nacional de Educação do Campo. **Manifesto à sociedade brasileira**. Brasília, 21 de agosto de 2012. Disponível em: <<https://educacaodocampo.furg.br/images/pdf/historia-das-ledocs-fonec.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido** 17. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1974. Disponível em: <<https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5.

GUIMARÃES, F. de O. **Políticas públicas e fechamento das escolas do campo no Brasil**. UFRRJ Instituto de Agronomia Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola Dissertação. 2017. 59 f.

HAMZE, Amelia. **Educadora**. Profª UNIFEB/CETEC e FISO – Barretos. disponível em: <<https://educador.brasilecola.uol.com.br/gestao-educacional/escola-nova.htm>>. Acesso em: 12 out. 2022.

JOMAA, Lina Youssef Buriti. **Mais Geografia. Ensino fundamental. Anos iniciais. Componente Curricular: Geografia**. Editora: Moderna. 1. ed. São Paulo, 2017.

JULIÃO, Francisco. **Ligas Camponesas, um movimento de luta pela reforma agrária**. Disponível em: <Microsoft Word - 10 FRANCISCO JULIÃO E AS LIGAS CAMPONESAS.doc (centrovictormeyer.org.br)>. Acesso em: 17 mar. 2024.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2017.

LIMA, A. S. de; LIMA, I. O ensino da matemática relacionado a educação do campo: Um enfoque na perspectiva da educação emancipadora. In: **Diálogos da Educação do Campo**. 1. ed. Editora UFPE, 2018. ISBN: 918-85.415-1012-7 CDD (25.ed.).

LUTHER, Alessandra. Educação Obrigatória, Êxodo Rural e Fechamento das Escolas do Campo no Brasil. **Saberes da Amazônia**, Porto Velho, v. 3, n. 7, jul/dez. p. 281-310, 2018. ISSN: 2448-0576.

MAZUR, I. P. **O processo de fechamento das escolas no campo em Itapejara D'Oeste/PR: o caso da Escola Estadual de Lageado Bonito e do Colégio Estadual do campo Carlos Gomes**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão. Dissertação. 2016.

MEDEIROS, E. A. de; MENEZES, M. A. G. de. Educação do campo: estudo sobre a base nacional comum curricular a partir de percepções de professores/as da área de

ciências humanas. **Revista Cocar**, v. 14, n. 28, jan./ abr., p. 17-32, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3104>>.

MENESES, J. G. de C.; SILVA, J. M.; MACHADO, E. V. **Política Educacional e Gestão Escolar - do Planejamento, Financiamento e Avaliação da Educação Básica**. Universidade Cidade de São Paulo - UNICID Ano: 2011. P. 1 - 12. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0254.pdf>.

MONDARDO, M. L. A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região sudeste ao longo do século XX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 103-131, jan./jun. 2011.

MOURA, Dayvison Bandeira de. Diálogos com sujeitos assujeitados na história e sujeitos da história recortes da pedagogia do oprimido. **Paulo Freire: diálogos pertinentes e mergulhos em suas obras**. Recife: Sesc Pernambuco, 2021. p. 50 – 63. ISBN: 978-65-89531-03-6 F866.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

PERIPOLLI, O. J.; ZOIA, A. **O fechamento das escolas do campo: o anúncio do fim das comunidades rurais/camponesas**. **ECS**, Sinop/MT, v. 1, n. 2, p. 188-202, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/educacao/article/view/435/273>.

SILVA, Joelma Santana Reis da. **Políticas Públicas na Educação Básica: reflexão do fechamento das escolas do campo, no município de Passira, PE**. Gravatá, 2022. 109 p. Dissertação. Orientação: Profa. Dra. Sandra Roberta Vaz Lira Maranhão.

PEREIRA, Benedito José. **Formação de Professores e Ensino de Teatro: em busca de uma Pedagogia Axiológica**. Tese de doutorado Universidad Del Sol - Asunción, Paraguay- PY. 436 p. 2022.

RIBEIRO, M. Política educacional para populações camponesas: da aparência à essência. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 18, p. 54, jul./set. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000300009>.

SANTOS, R. B. dos; SILVA, M. A. da. Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Seropédica-RJ, Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 135-144, 2016. ISSN 1982-7199. DOI: <<http://dx.doi.org/10.14244/198271991549>>.

SEBASTIAO, S. S. **Política Pública de Educação: Mais Educação**. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Cajazeiras, v. 3, n. 2, p. 78-93, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Joelma%20Reis/Downloads/492-3347-1-PB.pdf>.

SILVA, M. V.; JÚNIOR, A. F. S. Políticas educacionais para a educação do campo: dimensões históricas e perspectivas curriculares. **Revista HISTEDBR On-line**,

Campinas, n. 47, p. 314-332, set. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640054/7613>>

STAKE, R. E. Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam. **Penso**, Porto Alegre, p. 1 – 25. 2011. Disponível em: http://livraria1.tempsite.ws/config/imagens_conteudo/pdf/_legado_S_STAKE_Robert_E_Pesquisa_Qualitativa_Como_Coisas_Funcionam_Liberado_Cap_01.pdf.

VIANA, M. **Educação do campo**: um olhar para o contexto das escolas do campo. Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Laranjeiras do Sul Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas TCC. 2019.

APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA A SEMEC



UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES, criada pela lei 4263
Programa de Mestrado en Ciencias de la Educación
Resolución 633/2017
 Consejo Nacional de Educación Superior – CONES, PY
Lei 4995/2013
Expediente CONES 3.510/2017

CARTA 07/23 - APRESENTAÇÃO PARA PESQUISA

Apresentamos a senhora **JOELMA SANTANA REIS DA SILVA**, brasileira, casada, detentora da cédula de identidade nº **8040275** SDS-PE e CPF nº **08070506440**, funcionária pública do município de Passira - PE, vinculada ao curso de **Mestrado em Ciências da Educação** em caráter *Strictu-Senso*, sob a **Matrícula MCE-BR Nº 263**, filiada ao Programa Brasil¹ da *Universidad Del Sol UNADES*, realizado integralmente em Assunção, capital da *República do Paraguay*.

A pesquisadora supramencionada necessita realizar pesquisa de campo, nas seguintes Instituições de Ensino do Fundamental I – Educação Básica: **Escola 1:** Escola Municipal João Heráclio Duarte; **Escola 2:** Escola Municipal Maria José de Medeiros; e, **Escola 3:** Escola Municipal João Paulo Izídio, as quais configuram como exemplos do Programa de Educação do Campo no Município de Passira, agreste do Estado de Pernambuco, Brasil. No intuito de obter informações, que possam esclarecer no âmbito do **ensino**, voltado a **Educação do Campo**, cuja relação é intrínseca ao preceito definido como “garantia de direitos”, vinculado à Cultura Popular. Conforme sua previsão das Diretrizes Curriculares Nacionais DCNs no Ordenamento da Política Pública Nacional.

Nesse sentido, espera-se que com a busca de informações voltadas à contextualização relacionada ao panorama do Programa de Educação do Campo na cidade de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente aos registros de coleta de dados, mediante entrevista, (questionário) a ser realizada com gestores e docentes das referidas escolas, em relação à realidade dessa Política Pública em Educação do Campo, nesse município.

Sendo assim, as informações adquiridas nesse primeiro momento, será favorável para subsidiar a contextualização e discussão em nível acadêmico, no intuito de contribuir com reflexões sem fazer juízo de valor, para que possam contribuir com a educação no município, evitando sempre que possível o fechamento de escolas.

Com base nesse panorama, requeremos a autorização dessa Instituição (SEMED), para que a já citada professora possa obter informações junto as referidas Instituições de Ensino, no objetivo de identificar as possíveis ações, já desenvolvidas no Município de Passira, em Pernambuco, no que se refere a luta legítima e de direito aos povos do campo, tendo em vista a importância da supracitada modalidade de ensino em Passira, assim como no Brasil, bem como para os fundamentos presentes no título da pesquisa a seguir destacada:

“IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPESINAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, AGRESTE DE

¹ Disponível em: <https://www.unades.edu.py/o-programa-brasil/> acesso em: 28/11/2023.

PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL: Um estudo frente à Política Pública Nacional.”

Também, é indispensável registrar que são responsáveis pela pesquisa: a autora: **Joelma Santana Reis da Silva**, inscrita na Plataforma Lattes - CV: <http://lattes.cnpq.br/9964469693221710>, como orientador figura o Prof. Dr. **Dayvison Bandeira de Moura** – Doutor em Ciências da Educação, inscrito na citada plataforma: CV: <http://lattes.cnpq.br/0662218330901650>.

Em respeito aos preceitos da pesquisa envolvendo direta ou, indiretamente seres humanos esclareça-se também a preservação do sigilo das fontes pesquisadas; preservação da imagem; do nome; sob nenhum pretexto ser feito juízo de valor, como também, expor a instituição ou, pessoas, cuja participação é voluntária a situações de constrangimento e violações à honra e dignidade humana. Com isso explicitado, protocolos de procedimentos de pesquisa científica serão seguidos rigorosamente e, com esse compromisso a pesquisa está registrada na **Plataforma Brasil**², vinculada ao CNPQ, E, portanto, a pesquisa está sob comitê de ética em pesquisa científica em atenção à Resolução 466/12³ e a **Resolução 510/2016**⁴.

Além de todos esses cuidados nacionais, a pesquisa também, foi submetida à Banca de Qualificação em janeiro de 2023, junto ao colegiado do comitê de ética da UNADES PY, que requereu adequações ao longo do referido ano.

Diante dos esclarecimentos firmados nesse instrumento, se requer a Carta de Anuência Institucional a ser anexada nos documentos que compõem o cumprimento das condições jurídicas vigentes no Brasil, assim como a presunção da **Lei 12.527/2011**, que dispõe sobre o Direito à Informação, na República Federativa do Brasil.

Assunção, 29 de novembro de 2023 - PY.

Secretaria de Educação Municipal de Passira – (SEMEC).

Secretária: Silvana Celerino da Silva.



Prof. Dr. Dayvison Bandeira de Moura

<http://lattes.cnpq.br/0662218330901650>

Diretor Acadêmico do PPGE CIA⁵ Programa Brasil

Stricto-Sensu em Ciências da Educação

² Disponível em: <https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>, acesso em 28/11/2023.

³ Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html, acesso em 28/11/2023.

⁴ Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html, acesso em 28/11/2023.

⁵ Programa de Pós-graduação *Stricto-Sensu* Acadêmico Programa Brasil da Universidad Del Sol: UNADES PY, sede central de Assunção, “e-mail”: secretariaacademica@mestradomercoul.com.br

APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA AO MST



UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES, criada pela lei 4263
Programa de Mestrado en Ciencias de la Educación
Resolución 633/2017
 Conselho Nacional de Educação Superior – CONES, PY
Lei 4995/2013
Expediente CONES 3.510/2017

CARTA 07/23 - APRESENTAÇÃO PARA PESQUISA

Apresentamos a senhora **JOELMA SANTANA REIS DA SILVA**, brasileira, casada, detentora da cédula de identidade nº **8040275** SDS-PE e CPF nº **08070506440**, funcionária pública do município de Passira - PE, vinculada ao curso de **Mestrado em Ciências da Educação** em caráter *Strictu-Senso*, sob a **Matrícula MCE-BR Nº 263**, filiada ao Programa Brasil¹ da *Universidad Del Sol* UNADES, realizado integralmente em Assunção, capital da *República do Paraguay*.

A pesquisadora supramencionada necessita realizar pesquisa de campo, no ASSENTAMENTO P.A. INDEPENDÊNCIA “PATATIVA DO ASSARÉ” localizado no Sítio Borba, zona rural, Passira Agreste do Estado de Pernambuco, Brasil, como também obter informações, que possam esclarecer no âmbito do **ensino**, voltado a **Educação do Campo**, cuja relação é intrínseca ao preceito definido como “garantia de direitos”, vinculado à Cultura Popular. Conforme sua previsão das Diretrizes Curriculares Nacionais DCNs no Ordenamento da Política Pública Nacional.

Nesse sentido, espera-se que com a busca de informações voltadas à contextualização relacionada ao panorama do Programa de Educação do Campo na cidade de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente a registros documentais do Movimento Sem-Terra: MST, em relação à realidade dessa Política Pública em Educação do Campo, nesse município, no que se refere as tratativas do Governo Municipal tendo em vista, a oferta do ensino frente a Política Nacional para Educação do Campo.

Sendo assim, as informações adquiridas nesse primeiro momento, será favorável para subsidiar a contextualização e discussão em nível acadêmico, no intuito de contribuir com reflexões que possam sugerir melhorias no ensino, evitando sempre que possível o fechamento de escolas.

Com base nesse panorama, requeremos a autorização dessa Instituição (MST), para que a já citada professora possa obter informações junto a referido Movimento Social, no intuito de identificar as possíveis ações, ou requerimentos já desenvolvidos no Município de Passira, em Pernambuco, no que se refere a luta legítima e de direito aos povos do campo, tendo em vista a importância da ação do Movimento frente a luta pela Educação do Campo no Brasil, bem como para os fundamentos presentes no título da pesquisa a seguir destacada:

“IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPESINAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, AGRESTE DE

¹ Disponível em: <https://www.unades.edu.py/o-programa-brasil/> acesso em: 17/10/2023.

PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL: Um estudo frente à Política Pública Nacional.”

Também, é indispensável registrar que são responsáveis pela pesquisa: a autora: **Joelma Santana Reis da Silva**, inscrita na Plataforma Lattes - CV: <http://lattes.cnpq.br/9964469693221710>, como orientador figura o Prof. Dr. **Dayvison Bandeira de Moura** – Doutor em Ciências da Educação, inscrito na citada plataforma: CV: <http://lattes.cnpq.br/0662218330901650>.

Em respeito aos preceitos da pesquisa envolvendo direta ou, indiretamente seres humanos esclareça-se também a preservação do sigilo das fontes pesquisadas; preservação da imagem; do nome; sob nenhum pretexto ser feito juízo de valor, como também, expor a instituição ou, pessoas, cuja participação é voluntária a situações de constrangimento e violações à honra e dignidade humana. Com isso explicitado, protocolos de procedimentos de pesquisa científica serão seguidos rigorosamente e, com esse compromisso a pesquisa está registrada na **Plataforma Brasil**², vinculada ao CNPQ, E, portanto, a pesquisa está sob comitê de ética em pesquisa científica em atenção à Resolução 466/12³ e a Resolução 510/2016⁴.

Além de todos esses cuidados nacionais, a pesquisa também, foi submetida à Banca de Qualificação em janeiro de 2023, junto ao colegiado do comitê de ética da UNADES PY, que requereu adequações ao longo do referido ano.

Diante dos esclarecimentos firmados nesse instrumento, se requer a Carta de Anuência Institucional a ser anexada nos documentos que compõem o cumprimento das condições jurídicas vigentes no Brasil, assim como a presunção da **Lei 12.527/2011**, que dispõe sobre o Direito à Informação, na República Federativa do Brasil.

Assunção, 18 de outubro de 2023 - PY.

**ASSENTAMENTO P.A. INDEPENDÊNCIA “PATATIVA DO ASSARÉ.
Senhor Raimundo Carneiro de Matos.**



Prof. Dr. Dayvison Bandeira de Moura

<http://lattes.cnpq.br/0662218330901650>

Diretor Acadêmico do PPGE CIA⁵ Programa Brasil
Stricto-Sensu em Ciências da Educação

² Disponível em: <https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>, acesso em 17/10/2023.

³ Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html, acesso em 17/10/2023.

⁴ Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html acesso em 17/10/2023.

⁵ Programa de Pós-graduação *Stricto-Sensu* Acadêmico Programa Brasil da Universidad Del Sol: UNADES PY, sede central de Assunção, “e-mail”: secretariaacademica@mestradomercoul.com.br

APÊNDICE C – CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA



UNIVERSIDAD DEL SOL

PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

PROTOCOLO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A PESQUISA

A título de garantir o acesso a informações correspondentes à pesquisa, serão elencados elementos indispensáveis à sua contextualização, segue o título da pesquisa: “IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPESINAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, AGRESTE DE PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL: Um estudo frente à Política Pública Nacional.

Registre-se que essa pesquisa está sob a responsabilidade do autor Prof. JOELMA SANTANA REIS DA SILVA, detentora da cédula de identidade Nº 8040275 SDS/PE, que tem como endereço inscrito na Plataforma Lattes - CV: <http://lattes.cnpq.br/9964469693221710>. Além disso, figura como orientador o Prof. Dr. **Dayvison Bandeira de Moura** – Doutor em Ciências da Educação, inscrito na citada plataforma: CV: <http://lattes.cnpq.br/0662218330901650>.

Os respectivos contatos de ambos são: telefone: 081 999 618 936, endereço de “e-mail”: joelma.1981@outlook.com, e, quanto ao orientador da pesquisa: 081 991 450 636, “e-mail”: analistadodiscurso.bandeira.pe@gmail.com.

É necessário tornar conhecido o problema de pesquisa e o objetivo geral a que a pesquisa está atrelada, visando condições para mediar elementos favoráveis à contextualização da investigação a ser realizada:

Quadro: Compromissos de Pesquisa

Problema de pesquisa	“Qual o impacto do fechamento de escolas campesinas da Educação Básica, do município de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, no que se refere ao compromisso nacional para essa Política Pública nacional?”
Objetivo geral	Identificar ¹ o impacto do fechamento de escolas campesinas da Educação Básica, do município de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente ao compromisso nacional para essa Política Pública nacional.

Elaborado pela autora da pesquisa.

¹ Nível 1 IDENTIFICAR: Bloom, (1957) para Objetivos Gerais – Nível do **Conhecimento**, de acordo com a designação taxonômica, que diz respeito ao estabelecimento do primeiro contacto com uma determinada área de estudo, conseguindo relembrar/citar definições e outros conceitos de base adeptos a essa área, sem, no entanto, serem capazes de os explicar em detalhe.

No que se refere à realização da **pesquisa de campo**, em escolas da rede municipal de Passira, Região Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil. Registre-se que a pesquisa compreende “entrevistas”, que serão realizadas com o instrumento questionário com questões fechadas de múltipla escolha, seguindo às orientações a esse respeito segundo a formulação de Marconi e Lakatos (2003 e 2017).

Quanto às unidades escolares que farão parte da pesquisa, essas correspondem àquelas com atuação na **Educação do Campo**, e que respectivamente, garantem o acesso aos **anos iniciais: 1º; 2º; 3º; 4º e 5º ano regulares**. Quanto àqueles ou, àquelas que participarão da pesquisa como respondentes, se refere a professores da Educação Básica com atuação na Educação do Campo há no mínimo 10 anos de regência. Cabe esclarecer que essa participação ocorrerá de modo voluntário, mas para essa participação, será garantido o prévio conhecimento desse protocolo de pesquisa, em um momento agendado, tendo em vista a visita à escolas, que atuarão como lócus de pesquisa. Isso em conformidade com as orientações definidas pela Secretaria de Educação Municipal de Passira, que emitiu Carta de Anuência, autorizando a realização da pesquisa, previamente.

Saiba-se também, que as todas os aspectos éticos envolvidos na pesquisa com seres humanos direta ou indiretamente, foram considerados, conforme a Resolução 466/12² e 510/2016³, todas emitidas pelo órgão responsável federal. Além disso, essa pesquisa está sob registro na Plataforma Brasil⁴ e, na Plataforma Lattes, bem como vinculado à instituição universitária *Universidad Del Sol*⁵ UNADES, sede de Assunção, capital da República do Paraguai.

Com efeito a segurança e o sigilo das fontes consultadas serão preservadas, como também, a preservação da imagem; do nome, e, claro, sob nenhum pretexto será feito juízo de valor, como também, expor a instituição ou, pessoas a situações de constrangimento e violações à honra e dignidade humana. Ressalte-se que a participação será voluntária.

Como registro dos compromissos aos protocolos de pesquisa, será lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, seguindo o modelo do comitê de ética em Pesquisa responsável pela investigação. Assim, feitos os devidos esclarecimentos acerca da pesquisa, aliados aos propósitos dela. Sendo assim, será assinado os originais do TCLE em duas vias originais e, ficando (1), uma com cada participante e, a outra como o responsável pela investigação.

Convém, também, informar que em relação ao número de questões que compõem o instrumento questionário, elas constituem (13), treze questões de múltipla escolha, relacionadas ao propósito da pesquisa. E, um bloco de contextualização com (3), três questões de contextualização.

Por fim, a pesquisadora se compromete que após a defesa de sua pesquisa, fazer ciência à Secretaria de Educação dos Resultados obtidos, bem como as sugestões e

² Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>, acesso em 29/11/2023.

³³ Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>, acesso em 29/11/2023.

⁴ Disponível em: <https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>, acesso em: 29/11/2023

⁵ Disponível em: <https://www.unades.edu.py/>, acesso em 29/11/2023.

indicações assinaladas no item de sugestões, que integra o texto da dissertação. Também, proceder a entrega de um exemplar em formato físico e virtual para registro e arquivo do órgão municipal.

Passira, 29 de novembro de 2023.

Cartório Único
de Passira-PE

Joelma Santana Reis da Silva

Prof. Joelma Santana Reis da Silva.

<http://lattes.cnpq.br/9964469693221710>.

Mestranda em Ciências da Educação – UNADES PY.

CARTÓRIO ÚNICO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PASSIRA
TABELA: MARIA APARECIDA DE MORAIS PADILHA BEZERRA | Rua da Matriz, nº 196, Centro, Passira-PE, CEP: 55.650-000 – F: (81) 3333-1111

Reconheço Por Semelhança a firma de JOELMA SANTANA REIS DA SILVA e dou fé. Passira - PE, 04/06/2024, 08:34:48.

Em testemunho da verdade. KRIS DE MORAIS PADILHA BEZERRA VERAS - SUBSTITUTA Emol. R\$4,75; TSNR R\$1,06; FERC R\$0,53; ISS R\$0,21; FUNSEG R\$0,11; FERM R\$0,05; Total R\$6,71. Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital. Selo: 0075036.BWU05202402.00850

Kris de Moraes Padilha Bezerra Veras Substituta

Silvana
Silvana Celerino da Silva
Secretária de Educação

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO – CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDAD DEL SOL UNADES - PARAGUAY

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada: **IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPESINAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, AGRESTE DE PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL: Um estudo frente à Política Pública Nacional**. Quanto a propósito dessa pesquisa, ela está comprometida com a identificação de aspectos problematizadores comuns ao fechamento de escolas em áreas campesinas, Escolas cuja atuação está embasada na proposta curricular voltada à Educação do Campo. Haja vista a necessidade de que seja compreendido o contexto educacional sob o Programa de Educação do Campo em Passira, com base na participação dos entrevistados da pesquisa para que possa resultar na obtenção de dados e, a partir disso, estudos sejam realizados pela pesquisadora, visando a busca por caracterização, compreensão, com a intenção de que adequações a parâmetros inerentes à Política Nacional voltada à Educação do Campo, sob o ponto de vista de orientações do Ministério da Educação do Brasil. A pesquisa está sob responsabilidade da pesquisadora **Joelma Santana Reis da Silva**, mestranda do curso de Ciências da Educação da Universidade Del Sol - UNADES, com sede em Assunção, na República do Paraguai. A linha de pesquisa a que corresponde essa investigação: “currículo, educação e sociedade”, mas atrelada à compreensão de educação como meio de inclusão social. Atua como orientador o Prof. Dr. **Dayvison Bandeira de Moura**.

A pesquisadora acredita que diante do atual cenário educacional que se configura numa crescente prática de nucleamento de escolas em todo país (Brasil), é pertinente pensar nos reflexos deste feito frente a Política Pública Nacional. Nessa perspectiva se justifica a presente pesquisa, no intuito de compreender como acontece o Programa Educacional para os povos do campo em Passira, como exemplo de uma parte do todo (contexto nacional), e, sem fazer juízo de valor, tornar possível debates em âmbito acadêmico na proposta de evidenciar a grandeza da Educação do Campo para os seus assistidos. Desta feita, oportunizar novos saberes de professores, pesquisadores, com vistas as necessidades singulares do povo campesino, sob o propósito da Educação do Campo, carecendo, portanto, de identidade comunitária.

A minha participação no referido estudo será de responder o questionário de entrevista que será previamente agendado conforme a disponibilidade de cada participante, onde, o mesmo terá a liberdade e coerência para responder as questões descritas pela pesquisadora.

A Pesquisa de Campo compreende a realização de Entrevista, que será

realizada unicamente pela elaboração de respostas às questões organizadas no instrumento questionário. Quanto à natureza das questões, todas são fechadas - de múltipla escolha. Os respondentes: deverão ser gestores e professores da Educação Básica (anos iniciais), há (10), anos no mínimo com atuação em Escolas do Campo e que lecionam em turmas do Ensino Fundamental I, em escolas municipais atreladas à Secretaria de Educação do Município de Passira, Região Agreste, do Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. Isso no que se refere a um critério de inclusão, quanto à exclusão: não serão convidados professores que desconheçam o contexto campesino, e que não lecionam em Escolas filiadas à Educação do Campo.

É essencial registrar que a sua participação como sujeito da pesquisa é voluntária, ligado a convite e esclarecimentos dos objetivos definidos para a realização dela.

Com a conclusão da pesquisa, a pesquisadora responsável irá elaborar um relatório com os dados coletados e analisados, bem como uma síntese das discussões provenientes, e, assim dos resultados abrangentes e específicos do processo analítico. Então, o relatório será encaminhado à Secretaria de Educação do Município de Passira para possíveis utilizações em processos de formação, bem como elaboração de programas de ensino, voltados a professores da rede municipal. Cabe esclarecer também que o projeto atende à **Resolução 466/2012; 510/2016** ambas do Ministério da Saúde do Brasil.

Fui alertado(a) de que a pesquisa a ser realizada espera promover alguns benefícios, tais como colaborar com a Secretaria de Educação e professores para que possam fundamentar sua atuação a partir do ponto de vista oficial do Estado brasileiro à Educação do Campo, adequadamente às demandas regionais, locais, frente às necessidades percebidas nacionalmente. Dessa maneira, redimensionar ações pedagógicas para obter os resultados mais significativos. Também, espera-se suscitar contribuições para futuras pesquisas relacionadas ao assunto, em âmbito acadêmico.

Ressalte-se que esclarecimentos acerca dessa pesquisa foram realizadas na etapa reservada à contextualização dela. Com base nisso, se deu o convite a participantes. Momento em que se destacou-se riscos ou **desconfortos** ou como cansaço; constrangimento; tensão social; prejuízo e incômodos aos participantes da pesquisa, inclusive no relacionamento entre a pesquisadora e participantes. As seguintes ações para minimização e redução desses fatores: garantia de local reservado; liberdade para não responder questões constrangedoras; garantia a não violação de sua integridade subjetiva, docente e institucional. Também, assegura-se a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio profissional. Os resultados da pesquisa somente serão divulgados ou compartilhados para fins a que se destina à tradição acadêmica, divulgada, portanto, em eventos científicos nacionais e internacionais.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa me identificar civilmente contará a manutenção do sigilo. Os pesquisadores se responsabilizam pela guarda e confidencialidade destes dados em seus originais, bem como a não exposição deles. Todos os documentos e dados físicos oriundos da pesquisa ficarão guardados em segurança por (5), cinco, anos e, em seguida descartados de forma ecologicamente correta.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas

consequências. Enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação. Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência a que tenho direito.

A participação no estudo não terá nenhum custo para mim e não será disponibilizada nenhuma compensação financeira. De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

Fui esclarecido (a) de que o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas, que estão trabalhando para garantir que meus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. O CEP tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se eu achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como fui esclarecido (a) ou que estou sendo prejudicado (a) de alguma forma, poderei entrar em contato com o comitê de ética em pesquisa com seres humanos Universidade Católica de Pernambuco – Unicap, rua do príncipe, 526, boa vista – 6º andar – sala 609 - Recife/PE – cep 50050-900 telefones: (81)2119-4041 ou 4376 cep@unicap.br. Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações deste termo. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito com as respostas. Entendo que receberei uma via assinada e datada deste documento e que outra via assinada e datada será arquivada pelo pesquisador responsável do estudo.

Tendo sido orientado quanto ao teor deste estudo e compreendido a natureza e o objetivo do mesmo, manifesto meu livre consentimento em participar.

Dados do participante da pesquisa	
Nome:	
Telefone:	
E-mail:	

Passira, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

1º Responsável pela pesquisa: **Joelma Santana Reis da Silva.**

Endereço: Sítio Camarada nº 99, Zona Rural, Passira – PE. CEP: 55650000.

Telefone: (81) 99961 8936

E-mail: joelma.1981@outlook.com

CV: <http://lattes.cnpq.br/9964469693221710>

2º Responsável pela pesquisa, orientador: **Prof. Dr. Dayvison Bandeira de Moura.**

Telefone: (81) 99145 0636

E-mail: analistadodiscurso.bandeira.pe@gmail.com

CV: <http://lattes.cnpq.br/0662218330901650>

USO DE IMAGEM

Autorizo o uso de minha imagem para fins da pesquisa, sendo seu uso restrito da imagem da pessoa.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Joelma Santana Reis da Silva.

Endereço: Sítio Camarada nº 99, Zona Rural, Passira – PE. CEP: 55650000.

Telefone: (81) 99961 8936

E-mail: joelma.1981@outlook.com

CV: <http://lattes.cnpq.br/9964469693221710>

APÊNDICE E – INSTRUMENTO QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO



UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES, criada pela Ley 4263

Programa de Magister en Ciencias de la Educación

Resolución 633/2017

PESQUISA DE CAMPO: ENTREVISTA

– INSTRUMENTO QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO –

Pesquisa intitulada:

“IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPESINAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA,
AGRESTE DE PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL: Um estudo frente à Política Pública Nacional”

(Questões a gestores e professores da Educação Básica - Ensino Fundamental I, que atuam em Escolas de Educação do Campo)

Solicito a gentileza da análise desse instrumento, no sentido de verificar se há adequação entre as questões formuladas no questionário e os objetivos propostos, bem como a sua contribuição para sugerir melhorias.

As colunas devem ser assinaladas com (X) se houver ou não, coerência entre perguntas, opções de resposta e objetivos. No caso de a questão ter suscitado dúvida, assinale a coluna com (?), descrevendo se possível, as dúvidas que a questão gerou no espaço reservado para suas observações.

Sem mais para o momento, antecipadamente agradeço por sua atenção e pela gentileza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

A seguinte lógica foi definida para a disposição das questões: Se tem a 1ª etapa constituída de (3), três questões, visando à caracterização dos respondentes/voluntários da pesquisa. Ela irá constar no último quadro. Em seguida, **há a 2º; 3º e 4º etapas.** em

que estão dispostas questões por sessão neste instrumento. Todas articuladas com o propósito investigativo já delineado pelo título acima mencionado.

Quadro 1:

2ª Etapa: Questões com relação ao propósito da pesquisa							
Questões e opções de respostas para a eleição de gestores e professores	Objetivos Específicos	Coerência			Clareza		
		Sim	Não	?	Sim	Não	?
Questão 4: Quantas escolas, no município de Passira, em Pernambuco, teriam sido fechadas, nos últimos (10), dez anos? 7 escolas 8 escolas 9 escolas 10 escolas Não sei responder	Objetivo Específico nº 1 IDENTIFICAR⁸⁶ como acontece as tratativas do governo municipal em detrimento do fechamento das escolas campesinas, considerando a realidade de formação de turmas multisseriadas.						
Questões e opções de respostas para a eleição de gestores e professores	Objetivos Específicos	Coerência			Clareza		
		Sim	Não	?	Sim	Não	?

⁸⁶ Nível 1 IDENTIFICAR: Bloom, (1957) – Nível do **Conhecimento**, de acordo com a designação taxonômica, que diz respeito ao estabelecimento do primeiro contacto com uma determinada área de estudo, conseguindo relembrar/citar definições e outros conceitos de base adequados a essa área, sem, no entanto, serem capazes de os explicar em detalhe.

Questão 5: No município de Passira, em Pernambuco, quantas escolas campesinas estão em funcionamento, atualmente? 1 - () 8 escolas 2 - () 10 escolas 3 - () 12 escolas 4 - () 16 escolas 5 - () 18 escolas 6 - () Não sei responder	Objetivo Específico nº1: IDENTIFICAR como acontece as tratativas do governo municipal em detrimento do fechamento das escolas campesinas, considerando a realidade de formação de turmas multisseriadas.						
Questões e opções de respostas para a eleição de gestores e professores	Objetivos Específicos	Coerência			Clareza		
		Sim	Não	?	Sim	Não	?
Questão 6: No município de Passira, em Pernambuco, quantas escolas antes voltadas para a Política nacional de Educação do Campo, passaram a funcionar como escolas nucleadas?) 4 escolas) 6 escolas) 8 escolas) 10 escolas) Não sei responder	Objetivo Específico nº1: IDENTIFICAR como acontece as tratativas do governo municipal em detrimento do fechamento das escolas campesinas, considerando a realidade de formação de turmas multisseriadas.						
Questões e opções de respostas para a eleição de gestores e professores	Objetivos Específicos	Coerência			Clareza		
		Sim	Não	?	Sim	Não	?
Questão 7 Dentre as opções a seguir, como você definiria o ensino em turmas multisseriadas? Eleja (1) uma alternativa.	Objetivo Específico nº1: IDENTIFICAR como acontece as tratativas do governo						

1- () Semelhante ao ensino em turmas de “ensino unisseriado”, não apresentando nenhuma diferença. 2 - () Ampliação de exigências para o exercício da docência. 3 - () Diferenciado, pois necessita de adequação curricular na prática docente. 4 - () Um ensino no qual os estudantes estão motivados independentemente de diferenças correlacionadas a ano/série. 5- () Serias alterações envolvendo o planejamento da prática docente.	municipal em detrimento do fechamento das escolas campesinas, considerando a realidade de formação de turmas multisseriadas.						
---	--	--	--	--	--	--	--

Camaragibe, 20 de dezembro de 2023 – PE/BR.

Quadro 1 a (Utilizar apenas, em caso de “uma questão ter suscitado dúvida, razão pela qual assinalou a coluna com (?)”.

Espaço reservado para eventuais considerações em relação à eventuais dúvidas relacionadas à questão _____
Espaço reservado para eventuais considerações em relação à eventuais dúvidas relacionadas à questão _____
Espaço reservado para eventuais considerações em relação à eventuais dúvidas relacionadas à questão _____

Quadro 2:

3ª Etapa: Questões com relação ao propósito da pesquisa							
Questões e opções de respostas para a eleição de gestores e professores	Objetivos Específicos	Coerência			Clareza		
		Sim	Não	?	Sim	Não	?
Questão 8: Os principais motivos que ocasionariam o fechamento de escolas campesinas de “pequeno porte”, do município de Passira, em Pernambuco, Nordeste do	Objetivo Específico nº2:						

Brasil, podem ser relacionados com que motivos? Eleja (3) três alternativas no máximo. 1 - () Êxodo rural. 2 - () Baixo índice de estudantes matriculados, nas escolas. 3 - () Falta de interesse dos estudantes. 4 - () Falta de compromisso das famílias, no incentivo à permanência dos estudantes na escola. 5 - () Crescimento urbano do município. 6 - () Falta de compromisso dos professores, que trabalham nas escolas. 7 - () As escolas não comportarem o quantitativo de estudantes de uma determinada comunidade campesina. 8 - () A comunidade campesina não interagir com a escola. 9 - () Abandono escolar por parte dos discentes. 10 - () Falta de incentivos por parte da gestão pública em manter as escolas em funcionamento. 11 - () Não sei responder	ANALISAR⁸⁷ o Programa de Educação do Campo da cidade de Passira, Agreste, de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente ao fechamento de escolas do campo, sob o ponto de vista do Estado brasileiro voltada à Política nacional de Educação do Campo.						
Questões e opções de respostas para a eleição de gestores e professores	Objetivos Específicos	Coerência			Clareza		
		Sim	Não	?	Sim	Não	?
Questão 9: De acordo com as opções listadas abaixo, quais os programas ou órgãos sociais, que disponibilizam recursos por meio de ações advindas de Políticas	Objetivo Específico nº2: ANALISAR o Programa de Educação do Campo da						

⁸⁷ Nível 2 – ANALISAR: Bloom, (1957). Nível de **compreensão**. as competências adquiridas começam a estender-se para além dos conceitos de base, iniciando-se a abordagem a conceitos/sistemas avançados. Desse modo o aluno (pesquisador) consegue explicar, interpretar e prever o comportamento de um sistema.

Públicas para a educação campesina no município? Eleja (3) três alternativas no máximo. () FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. () MEC - Ministério da Educação. () PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola. () PDE - Mais Educação. () PDDE – Interativo. () PDDE Campo - Programa Dinheiro Direto na Escola. () PDE - Escola - Plano de Desenvolvimento da Escola. () PMP - Prefeitura Municipal de Passira. () PE - Governo do Estado de Pernambuco.	cidade de Passira, Agreste, de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente ao fechamento de escolas do campo, sob o ponto de vista do Estado brasileiro voltada à Política nacional de Educação do Campo.						
Questões e opções de respostas para a eleição de gestores e professores	Objetivos Específicos	Coerência			Clareza		
		Sim	Não	?	Sim	Não	?
Questão 10: No que refere à política do governo municipal em Passira: PE, voltadas às Escolas do Campo quais dentre as alternativas a seguir, correspondem a ações desse governo para o fortalecimento, que o Estado brasileiro tem como compromisso nacional? Eleger (3), três alternativas no máximo. 1 - () Formação Continuada. 2 - () Curso de Especialização ofertado pela UFPE aos professores de escolas campesinas. 3 - () Incentivo a pesquisas na área de ensino. 4 - () Oferta de subsídio pedagógico para professores desenvolverem metodologia para o ensino na sala de aula.	Objetivo Específico nº2: ANALISAR o Programa de Educação do Campo da cidade de Passira, Agreste, de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente ao fechamento de escolas do campo, sob o ponto de vista do Estado brasileiro voltada à Política nacional de Educação do Campo.						

5 - () Palestras. 6 - () Incentivo ao manejo correto com a terra. 7 - () Diálogos com a comunidade campesina, através do (Tempo comunidade), trocando ideias sob a perspectiva voltada a um ensino contextualizado e significativo. 8 - () incentivo à programa direcionado ao cultivo de hortas orgânicas, 9 – Não sei responder 10 – Nenhuma das alternativas.							
Questões e opções de respostas para a eleição de gestores e professores	Objetivos Específicos	Coerência			Clareza		
		Sim	Não	?	Sim	Não	?
Questão 11: Dentre as opções abaixo, especifique qual mantém relação com o destino atribuído às escolas campesinas, desativadas no município de Passira, em Pernambuco? Eleger (1) uma alternativa. 1 - () Criação de PET - Programa de Educação Tutorial (Como incentivo ao tempo comunidade para criação de oficinas, ofertadas às comunidades campesinas). 2 - () Reutilização dos prédios das escolas desativadas, em eventos culturais, nas comunidades campesinas. 3 - () Utilização dos prédios para Postos de Saúde Familiar - PSF, nas comunidades campesinas. 4 - () Não são mais utilizadas. 5 - () Não sei responder.) Nenhuma das alternativas.	Objetivo Específico nº2: ANALISAR o Programa de Educação do Campo da cidade de Passira, Agreste, de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente ao fechamento de escolas do campo, sob o ponto de vista do Estado brasileiro voltada à Política nacional de Educação do Campo.						

Camaraigibe, 20 de dezembro de 2023 – PE/BR

Quadro 2 a (Utilizar apenas, em caso de “uma questão ter suscitado dúvida, razão pela qual assinalou a coluna com (?)”).

Espaço reservado para eventuais considerações em relação à eventuais dúvidas relacionadas à questão _____
Espaço reservado para eventuais considerações em relação à eventuais dúvidas relacionadas à questão _____
Espaço reservado para eventuais considerações em relação à eventuais dúvidas relacionadas à questão _____

Quadro 3:

4ª Etapa: Questões com relação ao propósito da pesquisa							
Questões e opções de respostas para a eleição de gestores e professores	Objetivos Específicos	Coerência			Clareza		
		Sim	Não	?	Sim	Não	?
Questão 12: cação do Campo resulta de lutas por direitos, em razão da ação de movimentos sociais. É sensato considerar esse processo para a construção do documento Projeto Político Pedagógico (PPP), de modo que ele pudesse viabilizar a identidade da Escola do Campo do município de Passira-PE. Tendo em vista singularidades sociais e culturais necessárias à Educação do campo, que ressignificam o contexto escolar, referente a disponibilidade do (PPP) na escola. Eleja (1) uma alternativa. 1 – () Sim, cada escola tem seu Projeto Político	Objetivo Específico nº3: CATEGORIZAR⁸⁸ o panorama do Programa de Educação do Campo na cidade de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente a registros documentais do Movimento Sem-Terra: MST, em relação à realidade dessa política pública em Educação do Campo, nesse município.						

⁸⁸ Nível 3 – CATEGORIZAR: Bloom, (1957). Nível de **aplicação**. as competências adquiridas começam a estender-se para além dos conceitos de base, iniciando-se a abordagem a conceitos/sistemas avançados. Desse modo o aluno (pesquisador) consegue explicar, interpretar e prever o comportamento de um sistema.

Pedagógico (PPP) próprio, individual e adequado para cada contexto escolar campesino, seja ela de “pequeno” ou de “grande porte”. 2- () Se houver, desconheço. 3 – () Não há (PPP) Projeto Político Pedagógico próprio, individual, tampouco adequado para cada contexto escolar campesino. 4 – () Há PPP para escolas de “grande porte”, mas não com foco em singularidades sociais ou culturais inerentes ao lócus campesino. 5 – () Há PPP para as escolas de “pequeno porte”, mas definidos em um único documento para todas essas escolas, disponível na sede da Secretaria Municipal de Educação - SEMED. 6 – () Ainda não há PPP, mas, afirma-se estar em construção. 7 – () Prefiro não opinar.							
Questões e opções de respostas para a eleição de gestores e professores	Objetivos Específicos	Coerência			Clareza		
		Sim	Não	?	Sim	Não	?
Questão 13: No que se refere ao repasse de recursos dos órgãos responsáveis pelo compromisso com a Educação Básica, no que tange às Escolas do Campo que é uma Política Pública Nacional, acredita estarem adequadas para manutenção dessas escolas em Passira: PE? Escolha (1) uma alternativa dentre as opções a seguir: 1- () Sim, pois os recursos são complementados com os recursos próprios do governo municipal. 2- () Não, pois as escolas apresentam bastante carência tanto em estrutura física quanto no	Objetivo Específico N°3: CATEGORIZAR o panorama do Programa de Educação do Campo na cidade de Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, frente a registros documentais do Movimento Sem-Terra: MST, em relação à realidade dessa política pública em Educação do Campo, nesse município.						

que se refere aos recursos pedagógicos necessários ao exercício da docência. 3- () Em parte, os recursos são insuficientes para a manutenção de uma prestação de serviço educacional adequado às necessidades da comunidade campesina. 4- () Há, apesar de insuficiente para atender às necessidades, e esses recursos chegam tardiamente. 5- () Por ser uma Política Pública do Estado brasileiro, sei que há, mais não há clareza quanto à utilização desses recursos para comunidade escolar como um todo. 6- () Não sei responder. 7- () Prefiro não opinar.							
---	--	--	--	--	--	--	--

Camaragibe, 20 de dezembro de 2023 – PE/BR

Quadro 3 a (Utilizar apenas, em caso de “uma questão ter suscitado dúvida, razão pela qual assinalou a coluna com (?),

Espaço reservado para eventuais considerações em relação à eventuais dúvidas relacionadas à questão _____
Espaço reservado para eventuais considerações em relação à eventuais dúvidas relacionadas à questão _____
Espaço reservado para eventuais considerações em relação à eventuais dúvidas relacionadas à questão _____

Camaragibe, 20 de dezembro de 2023 – PE/BR.

Quadro 4:

Etapas 1: Questões para a caracterização dos sujeitos/respondentes da pesquisa.
Questão 1 – No que se refere a sua profissão, qual das opções a seguir lhe corresponde: () Gestor () Professor

Questão 2: Há quanto tempo você atua como docente em Educação Básica, (Ensino Fundamental I)?

☐ 5 anos; ☐ 10 anos ☐ 15 anos ☐ 20 anos ☐ mais de 21 anos

Questão 3: No que se refere à sua vinculação profissional com a rede estadual a que alternativa diz respeito ao seu caso?

☐ Contratado CLT ☐ Cargo Comissionado ☐ Efetivo ☐ outro regime.

Camaragibe, 20 de dezembro de 2023– PE/BR.

Em nome da Direção Acadêmica de Pesquisa da UNADES PY PPGE - Programa Brasil, agradecemos sua contribuição à credibilidade do instrumento para a coleta de dados.

Instrumento avaliado e balizado pelo Prof.(a). Dr.(a)

(assinar)

Currículo Lattes/Conacity:

Em: ____/____/____

ANEXO A - ESCOLAS EXTINTAS COM PORTARIAS DE AUTORIZAÇÃO E SEM PORTARIA DE EXTINÇÃO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO**

ESCOLAS EXTINTAS COM PORTARIAS DE AUTORIZAÇÃO E SEM PORTARIA DE EXTINÇÃO

Nº. DE INSCRIÇÃO	ESCOLA	PORTARIA	DIÁRIO OFICIAL	LOCALIDADE
M. 359001	Escola Mínima Passira	Nº. 113 de 26/03/84	27/03/84	Rua Alto da Esperança
M. 359001	Escola Municipal Manoel da Fonseca	Nº. 113 de 26/03/84	27/03/84	Sítio Bengalas
M. 359001	Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição	Nº. 113 de 26/03/84	27/03/84	Sítio Riacho de Pedra
M. 359001	Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima	Nº. 113 de 26/03/84	27/03/84	Sítio Lagoa Rasa
M. 359001	Escola Municipal Santa Ana	Nº. 113 de 26/03/84	27/03/84	Sítio Carrapicho
M. 359001	Escola Municipal Santa Lúcia	Nº. 113 de 26/03/84	27/03/84	Sítio Batata
M. 359001	Escola Municipal Santa Mônica	Nº. 113 de 26/03/84	27/03/84	Sítio Coitês
M. 359001	Escola Municipal Santo Antônio	Nº. 113 de 26/03/84	27/03/84	Sítio Paulinas
M. 359012	Escola Municipal São José	Nº. 113 de 26/03/84	27/03/84	Sítio Tamanduá
M. 359001	Escola Municipal Sítio Cutias	Nº. 113 de 26/03/84	27/03/84	Sítio Cutias
M. 359049	Escola Municipal Tiradentes	Nº. 113 de 26/03/84	27/03/84	Sítio Tanque do Vieira
M. 359031	Escola Municipal Várzea da Passira	Nº. 113 de 26/03/84	27/03/84	Sítio Várzea da Passira
M. 359072	Escola Nossa Senhora da Conceição	Nº. 113 de 26/03/84	27/03/84	Sítio Vertente de Candeais
M. 359062	Grupo Escola Antonio Francisco de Moura	Nº. 11421 de 15/12/89	16/12/89	Sítio Várzea do Neto
M. 359007	Grupo Escolar Inácia Dutra Duarte	Nº. 113 de 26/03/84	27/03/84	Sítio Serra da Passira
M. 359008	Grupo Escolar João Ramalho C. Petribú	Nº. 113 de 26/03/84	27/03/84	Sítio Lagoa de Serra
	Grupo Escolar Manoel Gomes de Melo	Nº. 113 de 26/03/84	27/03/84	Sítio Campo de Buraco

Fonte: Secretaria Municipal de Educação - (SEMED, 2023)

ANEXO B - ESCOLAS EXTINTAS COM PORTARIAS DE AUTORIZAÇÃO E COM PORTARIA DE EXTINÇÃO

 PASSIRA UMA NOVA HISTÓRIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
ESCOLAS EXTINTAS COM PORTARIAS DE AUTORIZAÇÃO E PORTARIA DE EXTINÇÃO							
Nº.	Nº. DE INSCRIÇÃO	ESCOLA	PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO	DIÁRIO OFICIAL	PORTARIA DE EXTINÇÃO	DIÁRIO OFICIAL	LOCALIDADE
01	M. 359058	Escola Minima São Rafael	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Salobro
02	M. 359011	Escola Municipal Ana Aguiar	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Fazenda Independência
03	M. 359015	Escola Municipal Apará	GAB. 11.421 de 15/12/89	16/12/89	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Apará
04	M. 359014	Escola Municipal Batinga	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Batinga
05	M. 359040	Escola Municipal Cafundó	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Cafundó
06	M. 359050	Escola Municipal Chã dos Cocos	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Chã dos Cocos
07	M. 359053	Escola Municipal Duque de Caxias	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Araras
08	M. 359054	Escola Municipal João XXIII	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Várzea do Neto
09	M. 359017	Escola Municipal Larges	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Larges
10	M. 359063	Escola Municipal Rui Barbosa	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Sabão
11	M. 359009	Escola Municipal Santa Ana	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Cafumba
12	M. 359051	Escola Municipal Santa Clara	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Munguba
13	M. 359052	Escola Municipal Santa Terezinha	GAB. 113 de 26/12/89	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Passira
14	M. 359018	Escola Municipal Santa Cecília	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Camarada
15	M. 359029	Escola Municipal São Francisco de Assis	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Várzea da Passira
16	M. 359064	Escola Municipal São João	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Olho D'Água de Bengalas
17	M. 359010	Escola Municipal Virgínia de M. Heráclio	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Fazenda Varjada
18	M. 359046	Grupo Escolar Bianor Felisberto da Silva	GAB. 11421 de 15/12/89	16/12/89	-	-	Olho D'Água de Bengalas
19	M. 359006	Grupo Escolar Manoel G. de Lima	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4167 de 06/06/11	07/06/11	Olho D'Água de Figueiras
20	M. 359066	Grupo Escolar José Felipe Santiago	GAB. 11421 de 15/12/89	16/12/89	4168 de 06/06/11	07/06/11	Sítio Chã dos Carneiros



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ESCOLAS EXTINTAS COM PORTARIAS DE AUTORIZAÇÃO E PORTARIA DE EXTINÇÃO

	Nº. DE INSCRIÇÃO	ESCOLA	PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO	DIÁRIO OFICIAL	PORTARIA DE EXTINÇÃO	DIÁRIO OFICIAL	LOCALIDADE
01	M. 359058	Escola Mínima São Rafael	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Salobro
02	M.359011	Escola Municipal Ana Aguiar	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Fazenda Independência
03	M.359015	Escola Municipal Apará	GAB. 11.421 de 15/12/89	16/12/89	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Apará
04	M.359014	Escola Municipal Batinga	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Batinga
05	M. 359040	Escola Municipal Cafundó	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Cafundó
06	M. 359050	Escola Municipal Chã dos Cocos	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Chã dos Cocos
07	M. 359053	Escola Municipal Duque de Caxias	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Araras
08	M. 359054	Escola Municipal João XXIII	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Várzea do Neto
09	M. 359017	Escola Municipal Larges	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Larges
10	M. 359063	Escola Municipal Rui Barbosa	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Sabão
11	M. 359009	Escola Municipal Santa Ana	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Cafumba
12	M. 359051	Escola Municipal Santa Clara	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Munguba
13	M. 359052	Escola Municipal Santa Terezinha	GAB. 113 de 26/12/89	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Passira
14	M. 359018	Escola Municipal Santa. Cecília	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Camarada
15	M. 359029	Escola Municipal São Francisco de Assis	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Sítio Várzea da Passira
16	M. 359064	Escola Municipal São João	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Olho D'Água de Bengalas
17	M. 359010	Escola Municipal Virgínia de M. Heráclio	GAB. 113 de 26/03/84	27/03/84	4133 de 22/10/97	24/10/97	Fazenda Varjada
18	M. 359046	Grupo Escolar Bianor Felisberto da Silva	GAB. 11421 de 15/12/89	16/12/89	-	-	Olho D'Água de Bengalas

ANEXO C – CARTA DE ANUÊNCIA

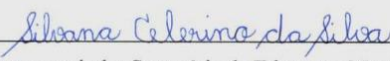
SEMED
SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO

**CARTA DE ANUÊNCIA**

Aceito a estudante Joelma Santana Reis da Silva do curso Ciências da Educação, da *Universidad Del Sol* (UNADES), para desenvolver sua pesquisa intitulada: **IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPESINAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, AGRESTE DE PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL: Um estudo frente à Política Pública Nacional**, sob a orientação do Professor Dr. Dayvison Bandeira de Moura. Ciente dos objetivos, métodos e técnicas, que serão usados nesta pesquisa, presentes no projeto de pesquisa recebido, bem como no protocolo em que as informações acerca da investigação a ser realizada será fornecida a cada profissional, que poderá figurar como participante/sujeito da pesquisa de modo voluntário. Nestes termos, concordo em fornecer todos os subsídios para o seu desenvolvimento, desde que, seja assegurado o que segue abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução 466/12¹ e a Resolução 510/2016². CNS/MS;
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa;
- No caso do não cumprimento dos itens acima, tenho a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa, sem penalização alguma.

Passira-PE, 29 de novembro de 2023.


Assinatura e carimbo Secretária de Educação Municipal
Silvana Celerino da Silva
Secretária de Educação

¹ Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html, acesso em 29/11/2023.

² Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html, acesso em 29/11/2023.

ANEXO D – RELATÓRIO DO MOVIMENTO SEM TERRA – MST



ASSENTAMENTO P.A. INDEPENDÊNCIA “PATATIVA DO ASSARÉ” ATRAPA

Sítio Borba, zona rural, Passira Estado de Pernambuco, Brasil.

RELATÓRIO

Vimos por meio desse declarar que o Assentamento P.A. Independência tendo como nome fantasia “Patativa do Assaré”, localizado no Sítio Borba, zona rural, Passira-PE. Associação dos Agricultores Rurais. Teve a honra de receber a estudante de mestrado em Ciências da Educação pela instituição de ensino: Universidade Del Sol (UNADES) Assunção/PY. Vinculada ao Programa de Pós Graduação Stricto Sensu da UNADES, sede central, atrelado ao Programa Brasil. A professora, (estudante) a senhora Joelma Santana Reis da Silva, portadora do RG: 8040275 e CPF: 08070506440. A mesma foi recebida pelo Presidente do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) assim representado em Passira, na pessoa do agricultor e líder atual do movimento no município o senhor Raimundo Carneiro de Matos, portador do RG: 1296712 e do CPF: 02792950498.

A referida professora esteve em nosso assentamento como requisito de sua pesquisa acadêmica intitulada IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPESINAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, AGRESTE DE PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL: Um estudo frente à Política Pública Nacional. A partir disso entendemos que o foco da pesquisa é a luta constante pelo direito a Educação do Campo. No momento, a pesquisadora nos solicitou um breve relatório de como anda as tratativas e lutas do nosso povo pelos direitos a educação e outros aspectos que julgamos essências para os assentados.

Desse modo, é importante destacar que a luta em defesa dos direitos soberanos do nosso povo é constante. Estamos sempre travando batalhas como o regime de

governos que insistem em negar nossos direitos básicos como exemplo habitação, saúde e educação. Infelizmente, nossos assentados têm sofrido muito por descasos dos governos municipais que não ofertam a assistência devida em aspectos como escola; água para famílias e, iluminação pública nas comunidades. Realidade que a anos temos lutado contra o descaso como a educação do nosso povo por exemplo, onde o interesse é sempre reduzir gastos e fechar escolas sem se preocupar com o nosso bem estar, nossa cultura. Vale destacar que ainda não temos uma escola no assentamento. Isso tudo temos cobrado, mas, infelizmente os governantes têm deixado a desejar. Entra, e sai gestão, e, a cobrança segue sem muitas respostas, enfatizamos que desde 2008, pensamos em trazer Projeto de Ensino Fundamental para o assentamento. Mas, seguimos sem respostas. Pelo contrário, lutamos em defesa dos povos do campo em todo território do campo em Passira, e, o que vemos é a constante prática do fechamento de escolas ao longo dos anos, negação de direitos do nosso povo. Destacamos que até o momento, a única coisa que conseguimos junto a gestão municipal foi feito por um período, em 2015, a oferta de Educação de Jovens e Adultos -EJA, onde as aulas eram realizadas na casa grande (sede da fazenda), ação do Governo do Estado de Pernambuco. Quanto à gestão atual o que temos é a disponibilidade de transporte (apenas no turno da manhã) por parte do governo municipal para o deslocamento das crianças para que possam estudar nas escolas da sede do município (área urbana), quando na verdade deveríamos ter em nossa comunidade a educação de direito para nossos filhos.

Entre nossas lutas constantes, se destaca também a situação da aração de terra que tem sido atrasada para beneficiar os agricultores que poderia começar no mês de março, no entanto, se efetiva nos meses de abril e maio, assim perdemos o período chuvoso em nosso município, temos então percas em nossas produções agrícolas. A mesma coisa acontece com a entrega das sementes benefício que conseguimos junto ao Governo do Estado, que ao invés de chegar no mês de março, são entregues em maio.

Outro problema que temos é com a falta de água. Guardamos a água da chuva nos reservatórios (cisternas) para nosso consumo, porém, como o período chuvoso é pouco, logo necessitamos de buscar alternativas de abastecimentos. Temos que comprar água em “caminhão pipa” daí nos deparamos com outro dilema que é a acessibilidade de nossas estradas de péssima qualidade.

Esses são alguns dos exemplos de lutas constantes em defesa de nosso povo, homens e mulheres do campo, e, tudo isso, nós sempre solicitamos através de ofícios entregues ao governo municipal ou, a outros órgãos a depender da nossa luta por

direitos. Sempre reivindicamos, mas, como a exemplo da escola em nosso assentamento assim como em outras comunidades do campo em nosso município, nunca fomos atendidos como deveria ser. O governo sempre faz um paliativo, como se diz: "uma maquiagem". Assim, enfatizamos que as nossas comunidades camponesas têm sofrido bastante com as administrações que se sucedem dos governos municipais. Nosso movimento (MST) já se mobilizou por vezes, mas, ainda não tivemos uma resposta para nossa luta.

Pelo representante, Presidente do Movimento Sem Terra (MST) de Passira, PE.

O agricultor, Raimundo Carneiro de Matos,

RG: 1296712 e CPF: 02792950498

Passira, 20/10/2023.

Raimundo Carneiro de Matos

Cartório Único
de Passira-PE

Assinatura do Presidente do Movimento Sem Terra (MST) de Passira, PE.



**ANEXO E - DOC. 1 - ATA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA
- MST (09 abr. 2008, p. 19)**

09/04/08 19

Se Reuniram-se em Assembleia geral no dia 09/04/2008 no Assentamento (Independência) da Associação dos trabalhadores Rurais no Assentamento Político do Assore, na Assembleia estavam presentes a equipe do INCRA que estava presente D. Zélia, Edimar e Cabrino, na oportunidade, teve as assinaturas dos contratos de Habitação, falou sobre a Situação da água e energia, falou também de todos os bens do Assentamento, Casa grande e barragem e etc, foi discutido sobre a educação e estamos pensando em trazer um projeto de ensino fundamental para o Assentamento, um posto de saúde no Assentamento não aceitamos bebida alcoólica, não devemos trocar nem parcela, nem aporçola nem vage, nem trocar nem vender, não usar Rádio alto, e nem beber para envenenar os companheiros.

Geraldo Silvestre da Silva
José Joaquim dos Santos
Francisco Manoel de Silva
Antonio Carlos Seleni
Cecília Pereira do Nascimento
Afonso Cleberino da Silva
José Sábido da Silva
Maria Demiana da Cruz
Benedite Jorja da Canieção
Joãoivaldo Zúlio Pacheco
Fábio Alberto da Cordeiro
Gisnar Ferreira da Silva
Inacinte de Moura Moreira
João Amílcar Pereira
José Domingos Santiago
Gereirino Celarino da Silva
Raimundo Casiano de Melo
Socorro Alves da Silva

GRAFSET

José Francisco de Lima
 Maria de Conceição de S. J. Nascimento
 Antônio Daniel da Silva
 Izel Cleide da Silva
 José Cipriano da Silva
 Manoel Severino da Silva
 Sebastião da Silva
 João Ferreira da Silva
 Maria Clara do Nascimento
 Sebastião Vitorino de Sousa
 José Francisco da Silva
 Severino Carlos de Freitas
 José Pedro da Silva
 Maria da Silva
 Antônio da Silva
 Manoel da Silva
 Sebastião da Silva
 José da Silva
 Maria da Silva
 José Roberto de Arruda Santana
 Antônio da Silva
 Maria da Silva
 Manoel da Silva
 Sem mais a declaração eu Rogério da Silva
 deu por encerrada

**ANEXO F - DOC. 2 - ATA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA
- MST (20 dez. 2012, p. 65)**

Ata de Assembleia da Associação dos Trabalhadores Rurais da Assentamento Potativa da Assaré.

Nos 20 dias do mês de dezembro de 2012, reuniram-se nas dependências da Assentamento PA Independência, tendo como nome fantasia "Assentamento Potativa da Assaré", localizada na Sítio Borba, município de Passira-PE, a liderança e membros da associação, para discutir assuntos de interesse geral das assentadas. O presidente dar os boas-vindas a todos e apresenta a pauta da reunião para apreciação de todos, na momento são discutidas as necessidades urgentes da Comunidade, como abastecimento de água, assistência da Secretaria de Agricultura, e, a Continuidade do Programa Escola Ativa nas escolas da campo da município de Passira, garantindo a permanência opcional de direito a educação na parte da campo em suas localidades, e, a não nucleamento de escolas, luta e resistência do parte com a força da movimento (MST). Se discute também, a possibilidade da construção de uma escola para atender as crianças da assentamento, considerando a importância da educação de seus filhos e que as eles precisam se deslocar a outras Comunidades para estudar. O presidente explica ainda que, irá realizar a solicitação por meio de ofício encaminhada ao governo municipal. Não havendo mais nada a declarar o presidente agradece a presença de todos dando a reunião por encerrada e para constar em livro e presente ata que depois de lida e aprovada e datada e assinada por mim e por todos os presentes, Passira, 20/12/2012. *Serviu Maria Pereira*

Reinhold Carneiro de Jesus
Geraldo Silva da Silva

Comme Ramos da Silva Elzeirina Maria Pereira
Renato Francisco da Cruz, José Nildo de Carmo, J. Lillo
maria joset da Silva, Gláucia da Silva

65

Isll deleiro do Rio

Yashia Juliana Sousa

Josefa Jose da Silva

SEVERINA AMÉLIA DA CONCEIÇÃO

Angela Maria Rio Pimenta (INERA)

ANEXO G - DOC. 3 - ATA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA
- MST (18 jan. 2015, p. 76)

02 76

Ata de Assembleia da Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Potativa do Assaré.

Aos 18 dias do mês de Janeiro de 2015, reuniram-se nos dependências do Assentamento PA Independência tendo como nome fantasia "Assentamento Potativa do Assaré", localizada no Sítio Boão, município de Passira - PE, a liderança e membros da associação, para discutir assuntos de interesse geral dos assentados. O presidente dá as boas-vindas a todos e apresenta a pauta da reunião para apreciação de todos. No momento são discutidas as necessidades urgentes da Comunidade, assistência da Secretaria de Agricultura na aração de terra e disponibilidade de sementes, e, o compromisso do Governo do Estado para se ter aulas na sede da fazenda para os adultos da comunidade sobre a Educação de Jovens e Adultos - EJA. O presidente explica ainda que os procedimentos necessários para essa conquista no assentamento. Não havendo mais nada a declarar o presidente agradece a presença de todos dando a reunião por encerrada e para constar em lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada é datada e assinada por mim e por todos os presentes. Passira, 18/01/2015. Maria da Conceição de S. S. Nascimento,

Priscilla Carneiro da Silva
Gerardo Silva da Silva
Corine Ramos da Silva
Renato Francisco da Cruz
Maria Josefa da Silva
Suzenina Maria Pereira
João Pedro de S. P. Silva
Antônio da Silva

Jose Demunco Santiago
Silva Pereira da Silva
Antonio Daniel da Silva
Jose Serrão da Silva
Carmen Adelino da Silva
Sister Belarmino da Silva
Francisco Manoel da Silva
Valeriano Pedro de Souza

**ANEXO H - DOC. 4 - ATA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA
- MST (08 fev. 2021, p. 90)**

90

Ata de Assembleia da Associação dos Trabalhadores Rurais da Assentamento Patativa da Assaré.

Aos 08 dias do mês de fevereiro de 2021, reuniram-se nas dependências da Assentamento PA Independência, tendo como nome fantasia "Assentamento Patativa da Assaré", localizada na sítio Borba, município de Passira - PE, a liderança e membros da associação, para discutir assuntos de interesse geral dos assentados. O presidente da AS (bras-vindas) a todos e apresenta a pauta da reunião para apreciação de todos. Na momento são discutidos as necessidades da comunidade, como os Programas de assistência as mulheres, e passando na importância para crianças, se discute também a disponibilidade de transporte por parte da governança municipal para a deslocamento das crianças, para que possam estudar na cidade, considerando que ainda não há escola na assentamento. O presidente explica ainda que será feita a solicitação por meio de ofício encaminhado na governança municipal. Não havendo mais nada a declarar o presidente agradece a presença de todos dando a reunião por encerrada e para constar em lavra se presente ata que depois de lida e aprovada e datada e assinada por mim e por todos os presentes. Passira, 08/02/2021. Bruna Pereira Maria Pereira.

Bruna Pereira Maria Pereira
Geraldo Silveira da Silva
Corone Ramos da Silva
Renato Francisco da Cruz | *Bruna Pereira da Silva*
Maria Josep da Silva | *Silviana Maria Pereira*
João Pedro de Carmo Figueira | *Carla Nadio da Silva*
Antônio da Silva
João Francisco de Jesus
Agripino de Araújo de Jesus | *Silviana Maria Pereira*
Antônio da Silva

ANEXO I – CARTA DE AVAL TRADUÇÃO PARA LÍNGUA ESTRANGEIRA (ESPAÑHOL)



UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES, criada pela lei 4263
Programa de Masterado en Ciencias de la Educación
Resolução 633/2017

CARTA DE AVAL TRADUÇÃO

Declaro para os devidos fins, junto à Diretoria de *Potsgrado da Universidad del sol do Paraguay* que o resumo da tese intitulada: **IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPELINAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, AGRESTE DE PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL: Um estudo frente à Política Pública Nacional**, de autoria da estudante de mestrado **JOELMA SANTANA REIS DA SILVA**. O texto em sua íntegra foi submetido à tradução para Língua Estrangeira (Espanhol), no que diz respeito também, às normas de regência e concordância verbal, acentuação, incluindo a extensão dos parágrafos no que diz respeito à **lógica do uso da linguagem argumentativa**, envolvendo o papel semântico dos conectivos e da perspectiva coesiva ligada ao essencial aos preceitos da “Linguística Textual”. O conjunto desses preceitos estão imbricados com a metodologia, em correspondência as normas da universidade e da ABNT.

Camagibe, 22 de maio de 2024.

Prof. Dr. DAYVISON BANDEIRA DE MOURA
Doutor em Ciências da Educação – orientador.

<http://lattes.cnpq.br/0662218330901650>

“E-mail”: analistadodiscorso.bandeira.pe@gmail.com

ANEXO J – CARTA DE AVAL TRADUÇÃO PARA LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS)



UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES, criada pela LEI 4263

Programa de Masterado en Ciencias de la Educación

Resolução 633/2017

CARTA DE AVAL TRADUÇÃO

Declaro para os devidos fins, junto à Diretoria de *Potsgrado da Universidad del sol do Paraguay* que o resumo da tese intitulada: **IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPESINAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, AGRESTE DE PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL: Um estudo frente à Política Pública Nacional**, de autoria da estudante de mestrado **JOELMA SANTANA REIS DA SILVA**. O texto em sua íntegra foi submetido à tradução para Língua Estrangeira (Inglês), no que diz respeito também, às normas de regência e concordância verbal, acentuação, incluindo a extensão dos parágrafos no que diz respeito à **lógica do uso da linguagem argumentativa**, envolvendo o papel semântico dos conectivos e da perspectiva coesiva ligada ao essencial aos preceitos da “Linguística Textual”. O conjunto desses preceitos estão imbricados com a metodologia, em correspondência as normas da universidade e da ABNT.

Camaragibe, 25 de maio de 2024.

Prof. Dr. SAULO GUIMARÃES SANTOS
Doutor em **Psicanálise & Educação**
Especialista em **Língua Inglesa e Programação de Ensino de Idiomas**
<http://lattes.cnpq.br/4649366900571493>
“E-mail”: sauloguimaraes907@gmail.com

ANEXO L – CARTA DE AVAL TRADUÇÃO PARA LÍNGUA ESTRANGEIRA (FRANCÊS)



UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES, criada pela lei 4263

Programa de Masterado en Ciencias de la Educación

Resolução 633/2017

CARTA DE AVAL TRADUÇÃO

Declaro, para os devidos fins, junto à Diretoria de *Potsgrado da Universidad del Sol*, com sede em Asunción – Paraguay, que o resumo da tese intitulada: **IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPESINAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, AGRESTE DE PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL: Um estudo frente à Política Pública Nacional**, de autoria da estudante de mestrado **JOELMA SANTANA REIS DA SILVA**, em sua íntegra, foi submetido à tradução para Língua Estrangeira - Francês, referente às normas ortográficas e gramaticais do idioma estrangeiro em tela, incluindo a extensão dos parágrafos e a lógica do uso da linguagem argumentativa. Esses preceitos estão imbricados com a metodologia, em correspondência com as normas da universidade e da ABNT.

Recife, 10 de julho de 2024.

Ronaldo Miguel da Hora

Prof. Ms. RONALDO MIGUEL DA HORA

Mestre em Ciências da Educação – UNADES/PY

Licenciado em Língua Portuguesa e Francesa – UFPE/BR

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2277249312521672>

E-mail: ronaldodahora@gmail.com

ANEXO M – CARTA DE AVAL DO ORIENTADOR DA PESQUISA

UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES, criada pela Lei 4263
Programa de Masterado en Ciencias de la Educación
Resolução 633/2017

CARTA DE AVAL ORIENTADOR

Declaro para os devidos fins, junto à Diretoria de *Potsgrado da Universidad del sol do Paraguay* que a dissertação intitulada: **IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPESINAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, AGRESTE DE PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL: Um estudo frente à Política Pública Nacional**, de autoria da estudante de mestrado **JOELMA SANTANA REIS DA SILVA**, compreendeu processos de orientação, ancorado em calendário de pesquisa, no período de março de 2023 a abril de 2024, perfazendo mais de 500 horas, em atenção às expectativas da pesquisa científica. Portanto, a presente dissertação está apta à defesa pública, na cidade “*Asunción*”, capital do “*Paraguay*”, no período de julho de 2024, em conformidade com o calendário de defesa, na instituição supramencionada.

Camaragibe, 25 de maio de 2024.

Prof. Dr. DAYVISON BANDEIRA DE MOURA
Doutor em Ciências da Educação – orientador.
<http://lattes.cnpq.br/0662218330901650>
“E-mail”: analistadodiscurso.bandeira.pe@gmail.com

**ANEXO N – CARTA DE AVAL METODOLÓGICA PROF. DR. DAYVISON
BANDEIRA DE MOURA**



UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES, criada pela lei 4263
Programa de Masterado en Ciencias de la Educación
Resolução 633/2017

CARTA DE AVAL METODOLÓGICA

Declaro para os devidos fins, junto à Diretoria de *PosTgrado da Universidad del sol do Paraguay* que a dissertação intitulada: **IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPESINAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, AGRESTE DE PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL: Um estudo frente à Política Pública Nacional**, de autoria da estudante de mestrado **JOELMA SANTANA REIS DA SILVA**. A referida investigação foi devidamente revisada sob diferentes primas comuns à Metodologia estando de acordo com as normas da Universidade – UNADES e, atrelada a fundamentos comuns aos parâmetros da Normalização – ABNT. Além disso, a revisão se deteve ao emprego de preceitos teóricos e metodológicos, incluindo o emprego das técnicas adotadas em relação à organização; apresentação; análise e discussão dos dados, que permitiram os resultados da mencionada dissertação.

Camaragibe, 25 de maio de 2024.

Prof. Dr. DAYVISON BANDEIRA DE MOURA
Doutor em Ciências da Educação – orientador.
<http://lattes.cnpq.br/0662218330901650>
“E-mail”: analistadodiscurso.bandeira.pe@gmail.com

ANEXO O – CARTA DE AVAL ORTOGRÁFICA



UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES, criada pela lei 4263
Programa de Masterado en Ciencias de la Educación
Resolução 633/2017

CARTA DE AVAL ORTOGRÁFICA

Declaro para os devidos fins, junto à Diretoria de *Potsgrado da Universidad del sol do Paraguay* que a **dissertação** intitulada: **IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPESINAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, AGRESTE DE PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL: Um estudo frente à Política Pública Nacional**, de autoria da estudante de mestrado **JOELMA SANTANA REIS DA SILVA**. O texto em sua íntegra foi submetido revisões ortográficas, no que diz respeito também, às normas de regência e concordância verbal, acentuação, incluindo a extensão dos parágrafos no que diz respeito **à lógica do uso da linguagem argumentativa**, envolvendo o papel semântico dos conectivos e da perspectiva coesiva, ligados aos preceitos da “Linguística Textual”. O conjunto desses preceitos estão imbricados com a metodologia, em correspondência as normas da universidade e da ABNT.

Camaragibe, 25 de maio de 2024.

Prof. Dr. DAYVISON BANDEIRA DE MOURA
Doutor em Ciências da Educação – orientador.
<http://lattes.cnpq.br/0662218330901650>
“E-mail”: analistadodiscurso.bandeira.pe@gmail.com

ANEXO P – CARTA DE AVAL METODOLÓGICA DR. IRANY GOMES BARROS



UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES, criada pela lei 4263

Programa de Doctorado en Ciencias de la Educación

Resolução 634/2017

CARTA DE AVAL METODOLÓGICA

Declaro para os devidos fins, junto à Diretoria de *Potsgrado da Universidad del sol do Paraguay* que a DISSERTAÇÃO intitulada: **IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPESINAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, AGRESTE DE PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL: Um estudo frente à Política Pública Nacional**, (tipo: Estudo de Caso), cuja autoria é do estudante de mestrado **JOELMA SANTANA REIS DA SILVA**, fora, devidamente, revisada sob diferentes primas comuns à Metodologia estando de acordo com as normas da Universidade – UNADES e, atrelada à ABNT, no que se refere ao emprego de preceitos teóricos e metodológicos em relação à técnicas utilizadas para a organização, análise e discussão dos dados, que permitiram os resultados dessa pesquisa de tese.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **IRANY GOMES BARROS**
 Data: 26/02/2025 18:59:48-0300
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dra. Irany Gomes Barros

Doutora em Ciências da Educação.

<https://orcid.org/0000-0002-2354-1235>

<http://lattes.cnpq.br/1733906750062689>

“E-mail”: irany2012@yahoo.com.br

ANEXO Q - IMAGEM DE UMA ESCOLA EXTINTA NO MUNICÍPIO DE PASSIRA

Fonte: SEMED (2023).

ANEXO R - IMAGEM DE UMA ESCOLA DESATIVADA NO MUNICÍPIO DE PASSIRA



Fonte: SEMED (2023).

ANEXO S - IMAGEM DE UMA ESCOLA NUCLEADA NO MUNICÍPIO DE PASSIRA

Fonte: SEMED (2023).